

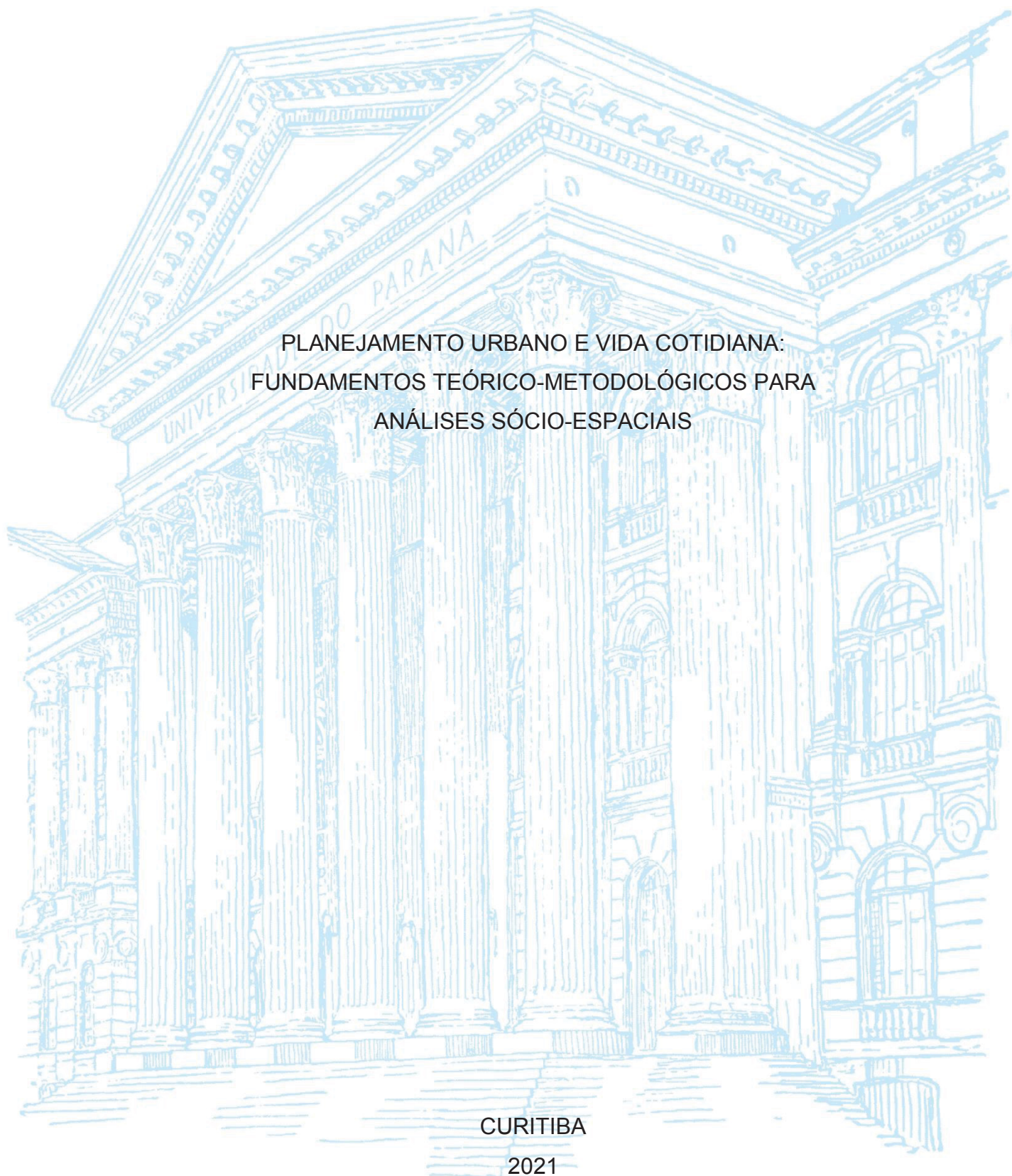
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MAYCOW NATHAN CARVALHO GREGÓRIO

PLANEJAMENTO URBANO E VIDA COTIDIANA:
FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA
ANÁLISES SÓCIO-ESPACIAIS

CURITIBA

2021



MAYCOW NATHAN CARVALHO GREGÓRIO

PLANEJAMENTO URBANO E VIDA COTIDIANA:
FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA
ANÁLISES SÓCIO-ESPACIAIS

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano.

Orientadora: Profa. Dra. Daniele Regina Pontes

CURITIBA

2021

Catálogo na Fonte: Sistema de Bibliotecas, UFPR
Biblioteca de Ciência e Tecnologia

G821p

Gregório, Maycow Nathan Carvalho

Planejamento urbano e vida cotidiana: fundamentos teórico-metodológicos para análises sócio-espaciais [recurso eletrônico] / Maycow Nathan Carvalho Gregório. – Curitiba, 20212

Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Setor de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, 20212

Orientador: Daniele Regina Pontes 2

1. Planejamento urbano. 2. Crescimento urbano. 3. Vida urbana. 4. Espaço urbano. I. Universidade Federal do Paraná. II. Pontes, Daniele Regina2 Título;2

CDD: 711.42

Bibliotecário: Elias Barbosa da Silva CRB-9/1894



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PLANEJAMENTO
URBANO - 40001016104P3

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação PLANEJAMENTO URBANO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **MAYCOW NATHAN CARVALHO GREGORIO** intitulada: **PLANEJAMENTO URBANO E VIDA COTIDIANA: FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA ANÁLISES SÓCIO-ESPACIAIS**, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 12 de Novembro de 2021.

Assinatura Eletrônica

12/11/2021 17:58:54.0

OLGA LÚCIA CASTREGHINI DE FREITAS FIRKOWSKI

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

12/11/2021 16:37:25.0

MADIANITA NUNES DA SILVA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

19/11/2021 17:11:14.0

DANILO VOLOCHKO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Dedico esta pesquisa àqueles que possibilitaram e contribuíram com minha educação até o presente momento, meus pais, amigos, professores e autores aos quais me recorri nesta jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à todos os membros da banca que tiveram paciência e cuidado ao contribuírem com este trabalho, ajudando-me a traçar um caminho a seguir, em especial à minha orientadora que soube ser paciente e acolhedora comigo. Também agradeço aos demais professores e servidores do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano pelos esforços de realização e de manutenção do programa, além das trocas e doações inestimáveis de conhecimento.

O familiar não é necessariamente conhecido.
(HEGEL apud LEFEBVRE, 1958, p. 22)

O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.
(ROSA, 1994, p.448)

A vida cotidiana está sempre mais além. Está com os outros.
A vida cotidiana é a medida de tudo: da realização – ou melhor, da não-realização – das relações humanas; da utilização do tempo vivido; da pesquisa na arte; da política revolucionária.
(DEBORD, 2013, p. 144-145)

A vida entretém e desloca, ela usa, quebra e refaz, ela cria novas configurações de seres e de objetos, através das práticas cotidianas dos vivos, sempre semelhantes e diferentes.
(CERTEAU e GIARD, 2014b, p. 207)

Todos nós somos esse homem que não só luta para viver a vida de todo dia, mas que luta também para compreender um viver que lhe escapa porque não raro se apresenta como absurdo, como se fosse um viver destituído de sentido.
(MARTINS, 2017, p. 9)

RESUMO

O objetivo da pesquisa foi refletir e compreender criticamente algumas interlocuções e contribuições possíveis da teorização do conceito de vida cotidiana ao planejamento urbano, entendendo sua centralidade para o conhecimento da realidade urbana e, por isso, incontornável à integração de seus aspectos à sua prática, especialmente o diagnóstico e prognóstico urbanos que lidam com a apreensão, representações e projeções sobre a realidade sócio-espacial. Para isso, metodologicamente construiu-se um processo exploratório, analítico e sintético sobre esquemas conceituais, categorias, fundamentos e os seus desdobramentos para as análises sócio-espaciais do cotidiano no âmbito das cidades. Primeiro, buscou-se compreender e problematizar as ordens intelectual, lógica e prática do planejamento urbano em relação à apreensão da realidade urbana e à reprodução da vida cotidiana, considerando fatores internos, externos e estratégicos de realização do seu campo profissional e a necessidade de integração efetiva com o conceito de vida cotidiana do ponto de vista teórico-conceitual, analítico-ferramental, político-filosófico e técnico-operacional. Procedeu-se com a exploração, no arcabouço teórico sobre a vida cotidiana, dos esquemas conceituais gerais, as determinações fundamentais, as principais categorias e metodologias de análise e aproximação empregados na leitura sócio-espacial do cotidiano no âmbito das cidades, evidenciando a relação que possuem com as premissas da teoria crítica urbana. Por fim, buscou-se sistematizar e caracterizar mais detidamente algumas questões introdutórias acerca do processo teórico-metodológico de análise sócio-espacial do cotidiano urbano, iluminando-o com base na compreensão mais ampla do devir conceitual de vida cotidiana corroborado pelo conjunto das investigações.

Palavras-chave: Vida cotidiana. Planejamento urbano. Pesquisa sócio-espacial. Diagnóstico urbano. Prognóstico urbano.

ABSTRACT

The objective of the research was to critically reflect and understand some possible interlocutions and contributions of the theorizing of the concept of everyday life to urban planning, understanding its centrality for the knowledge of urban reality and, therefore, essential to the integration of its aspects to its practice, especially the urban diagnosis and prognosis that deal with the apprehension, representations and projections about the socio-spatial reality. For this, methodologically, an exploratory, analytical and synthetic process was built on conceptual schemes, categories, foundations and their consequences for the socio-spatial analysis of everyday life in the context of cities. First, we sought to understand and problematize the intellectual, logical and practical orders of urban planning in relation to the apprehension of urban reality and the reproduction of everyday life, considering internal, external and strategic factors for the realization of their professional field and the need for integration effective with the concept of everyday life from a theoretical-conceptual, analytical-tool, political-philosophical and technical-operational point of view. It proceeded with the exploration, in the theoretical framework of everyday life, of the general conceptual schemes, the fundamental determinations, the main categories and methodologies of analysis and approximation used in the socio-spatial reading of daily life in the context of cities, highlighting the relationship that with the premises of critical urban theory. Finally, an attempt was made to systematize and more closely characterize some introductory questions about the theoretical-methodological process of socio-spatial analysis of urban everyday life, illuminating it based on a broader understanding of the conceptual becoming of everyday life supported by the set of investigations.

Palavras-chave: Everyday life. Urban planning. Socio-spatial research. Urban diagnosis. Urban prognosis.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MODELO DE PLANEJAMENTO HIERÁRQUICO	89
FIGURA 2 – MODELO DE PLANEJAMENTO NEGOCIADO.....	90
FIGURA 3 – ESQUEMA DO TRAJETO ROTATÓRIO GLOBAL / TOPOGRAFIA DA VIDA COTIDIANA	247
FIGURA 4 – DIAGRAMA DE DENSIDADE DE OCORRÊNCIAS / BIOURBAN.....	306
FIGURA 5 – DIAGRAMA DE DENSIDADE DE OCORRÊNCIAS / CIDADES SEM FOME.....	306
FIGURA 6 – DIAGRAMA DE DENSIDADE DE OCORRÊNCIAS / BEIJA-FLOR....	307

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – ESQUEMA METODOLÓGICO	16
QUADRO 2 – RACIONALIDADES OPERANTES NO PLANEJAMENTO URBANO.	26
QUADRO 3 – CONCEITOS E ABORDAGENS DA CIDADE E DO ESPAÇO URBANO MODERNOS.....	62
QUADRO 4 – PERFIS PROFISSIONAIS E REFERÊNCIAS NA PRÁTICA DO PLANEJAMENTO URBANO E DO URBANISMO NO BRASIL (1895 – 1965).....	85
QUADRO 5 – ETAPAS DO PLANEJAMENTO URBANO	94
QUADRO 6 – ENFOQUES SOBRE A VIDA COTIDIANA	109
QUADRO 7 – EXPRESSÕES DO CONCEITO CONTEMPORÂNEO DE COTIDIANO E SEUS OPOSTOS IMPLÍCITOS SEGUNDO NORBERT ELIAS ...	133
QUADRO 8 – NÍVEIS DE ANÁLISE DO FENÔMENO URBANO.....	157
QUADRO 9 – EVOLUÇÃO DOS MOMENTOS DA CRÍTICA DA VIDA COTIDIANA EM LEFEBVRE	173
QUADRO 10 – PROPOSIÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS GERAIS COM BASE NA TEORIZAÇÃO DA VIDA COTIDIANA DE HENRI LEFEBVRE	262
QUADRO 11 – PROPOSIÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS GERAIS COM BASE NA TEORIZAÇÃO DA VIDA COTIDIANA DE MICHEL DE CERTEAU..	264
QUADRO 12 – PROPOSIÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS GERAIS COM BASE NA TEORIZAÇÃO DA VIDA COTIDIANA DE HUMBERTO GIANNINI..	265
QUADRO 13 – PROPOSIÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS COMUNS À TEORIZAÇÃO DA VIDA COTIDIANA DE HENRI LEFEBVRE, MICHEL DE CERTEAU E HUMBERTO GIANNINI	267
QUADRO 14 – INTERSECÇÃO DE TEMAS.....	279
QUADRO 15 – METODOLOGIAS E TÉCNICAS EMPREGADAS POR HENRI LEFEBVRE, MICHEL DE CERTEAU E HUMBERTO GIANNINI NA ANÁLISE SÓCIO-ESPACIAL DA VIDA COTIDIANA	286
QUADRO 16 – TIPOS DE ESPAÇOS COTIDIANOS DA RMBH.....	292
QUADRO 17 – ELEMENTOS DA AUDITORIA DE QUALIDADE URBANA COM PERSPECTIVA DE GÊNERO.....	295
QUADRO 18 – AÇÕES PARA QUALIDADE DA VIDA COTIDIANA EM ENTORNOS RESIDENCIAIS MONOFUNCIONAIS DE BAIXA DENSIDADE	297

QUADRO 19 – ELEMENTOS DA AUDITORIA DE QUALIDADE URBANA COM PERSPECTIVA DE GÊNERO.....	304

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	14
1.2 OBJETO DE PESQUISA.....	15
1.3 OBJETIVOS	15
1.3.1 Objetivo geral	15
1.3.2 Objetivos específicos.....	15
1.4 METODOLOGIA.....	16
1.5 ORGANIZAÇÃO	17
2 PLANEJAMENTO URBANO <i>VERSUS</i> (E) VIDA COTIDIANA	19
2.1 PLANEJAMENTO URBANO E VIDA COTIDIANA	21
2.1.1 A ordem lógica do planejamento urbano e a esfera da vida cotidiana	21
2.1.2 A pesquisa sócio-espacial como pesquisa do cotidiano	33
2.1.3 O planejamento urbano como estratégia e a vida cotidiana como centralidade do desenvolvimento sócio-espacial.....	38
2.2 PLANEJAMENTO URBANO: DETERMINAÇÕES, INDETERMINAÇÕES E CONTRADIÇÕES	49
2.2.1 Sentidos do planejamento urbano	49
2.2.2 Indeterminações do campo disciplinar e profissional	53
2.2.2.1 <i>Identificação do objeto e expansão das fronteiras teórico-práticas</i>	53
2.2.2.2 <i>Sobreposições disciplinares e a busca de sentidos</i>	61
2.2.2.3 <i>Importação de ideias e de instrumental científico</i>	71
2.2.3 A problematização do urbano e o pensamento pragmático do planejamento urbano 73	
2.2.4 Quem planeja o que se planeja.....	83
2.2.5 Etapas do planejamento.....	93
3 MARCOS TEÓRICOS PARA UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR A PARTIR DA VIDA COTIDIANA.....	102
3.1 TEORIA CRÍTICA URBANA.....	102
3.2 PERSPECTIVAS E FUNDAMENTOS NA TEORIZAÇÃO DA VIDA COTIDIANA	
110	
3.2.1 Vida cotidiana, cotidiano e cotidianidade.....	119
3.2.2 Matriz de componentes essenciais da vida cotidiana.....	126

3.2.2.1 <i>Polissemia e não-trivialidade do cotidiano</i>	131
3.2.2.2 <i>Universalidade, insuprimibilidade, historicidade e cotidianização da vida cotidiana</i>	140
3.2.2.3 <i>Heterogeneidade, homogeneidade, normatividade, imediatividade e pragmaticidade da vida cotidiana</i>	146
3.3 PERSPECTIVAS DO COTIDIANO NA LEITURA DA CIDADE E DOS ESPAÇOS URBANOS.....	151
3.3.1 Contribuições de Henri Lefebvre sobre o tempo e espaço da vida cotidiana .	152
3.3.1.1 <i>Vida cotidiana como nível da realidade sócio-espacial</i>	155
3.3.1.2 <i>Componentes da vida cotidiana</i>	161
3.3.1.3 <i>Ritmanálise e seu significado geral na obra de Henri Lefebvre</i>	170
3.3.1.4 <i>Expressões do tempo e o ritmo como modo de análise sócio-espacial da vida cotidiana</i>	175
3.3.1.5 <i>Observação e postura metodológica na ritmanálise</i>	188
3.3.2 Contribuições de Michel de Certeau sobre o esquema polemológico das práticas cotidianas.....	196
3.3.2.1 <i>Produção e consumo do homem ordinário</i>	205
3.3.2.2 <i>Performance versus competência: o ato enunciativo e a linguagem ordinária</i> 207	
3.3.2.3 <i>A análise polemológica das práticas cotidianas</i>	210
3.3.2.4 <i>Práticas de espaço</i>	219
3.3.2.5 <i>Relatos de espaço</i>	224
3.3.2.6 <i>Maneiras de morar</i>	231
3.3.3 Contribuições de Humberto Giannini sobre o esquema topográfico e cronológico da vida cotidiana	237
3.3.3.1 <i>Arqueologia da experiência</i>	241
3.3.3.2 <i>Topografia da vida cotidiana</i>	246
3.3.3.3 <i>Cronologia da vida cotidiana</i>	252
3.3.3.4 <i>Rotina e transgressão da vida cotidiana</i>	254
3.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	256
4 INTRODUÇÃO AO OBJETO EMPÍRICO: SÓCIO-ESPACIALIDADE DO COTIDIANO URBANO	270
4.1 UNIVERSOS DE ANÁLISE: VIDA COTIDIANA E CIDADE.....	271
4.2 SIMULTANEIDADE E DIALÉTICA DAS ESCALAS DO COTIDIANO	280

4.2.1 Entre o macro (processos) e o micro (experiências): o território e o lugar	280
4.3 TÉCNICAS, FERRAMENTAS E PROCESSOS DE ANÁLISE	286
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	310
REFERÊNCIAS.....	318

1 INTRODUÇÃO

Refletir e problematizar hoje sobre o planejamento urbano no Brasil, e mesmo no mundo, é lidar com um conjunto vasto de desafios frente à urbanização planetária, em que essencialmente as cidades metropolitanas e médias sofrem com acelerados processos de transformação sócio-espacial agenciados por meio de modelos urbanísticos que reproduzem formas e estruturas do capitalismo avançado e dos dispositivos e práticas de neoliberalização urbana. Neste esforço de compreensão, as experiências revelam-se como forma de reflexão na medida em que apresentam testemunhos da ação e transformação sobre a cidade. Entretanto, não se pode assumir apenas um quadro comparativo de ações, nem tampouco transformar o ato do planejamento urbano numa transferência de experiências de outros lugares ou na exclusividade da delimitação de quadros normativos regulatórios. O campo técnico e disciplinar do planejamento urbano busca constantemente construir e reconstruir suas análises e perspectivas que possam traduzir as possibilidades e os limites da sua prática e das intervenções em contextos urbanos complexos, integrados, segregados, singulares e particulares, heterogêneos e homogêneos, pois o processo de urbanização se apresenta enquanto fenômeno de organização local e global, de distâncias e proximidades, de estranhamento e pertencimento, de inclusão e desigualdade.

Hall (2016) define e diferencia *teoria em planejamento* de *teoria do planejamento*. Enquanto a primeira diz respeito ao “conhecimento das técnicas e metodologias práticas, sempre tão necessárias aos planejadores”, a segunda “é uma história completamente diferente: sob essa rubrica os planejadores tentam compreender a verdadeira natureza da atividade que exercem, incluídas as razões que lhe justificam a existência” (HALL, 2016, p. 29). Com base nesta formulação, pode-se dizer que este trabalho permeia as fronteiras entre estas duas posições (se é que elas existem) e se constitui numa experiência de pesquisa que se permite deambular por diferentes mecanismos de autorrevisão analítica, reconhecendo parte do trajeto conceitual e operacional do planejamento urbano, ao mesmo tempo em que opta pela incursão a lugares ainda pouco explorados do campo ampliado da sua atividade.

Esta pesquisa se faz na perspectiva de um arquiteto e urbanista que, enquanto tal, recorre ao planejamento urbano para tentar entender algumas reflexões

e formulações que incidem sobre a prática profissional e que estão no rol de preocupações relativas à cidade, aos processos de urbanização e às configurações e reconfigurações do seu conjunto de ferramentas utilizadas na apreensão da realidade urbana. Em direção ao planejamento urbano também se descobre, qual um grande guarda-chuva que abriga um vasto campo interdisciplinar e multidisciplinar dos estudos urbanos, que este movimento só pode ocorrer enquanto forma de orientação pois seu espaço e seus sentidos se multiplicam indefinidamente por meio de novas visões, perspectivas e possibilidades engendradas pelo ritmo e dinâmica da vida cotidiana e das reflexões realizadas por diferentes disciplinas. Isto quer dizer que o olhar sobre o planejamento urbano expandiu-se por meio do percurso desta pesquisa e também do desejo e da necessidade de problematizar a relação que as sociedades estabelecem com o espaço e tempo que elas criam, organizam, habitam, experienciam e transformam recorrentemente.

Neste sentido, manteve-se como eixos norteadores da pesquisa a reflexão no campo do planejamento urbano sobre suas possibilidades práticas de análises sócio-espaciais a respeito da realidade urbana e como a vida cotidiana (em termos teórico, crítico, prático e reflexivo) se insere ou pode se inserir neste processo de leitura e apreensão como proponente de ferramentas conceituais e orientações teóricas. O percurso que se pretende construir aqui é conduzido, primeiramente, pelo reconhecimento da relevância dos estudos da vida cotidiana para as pesquisas sócio-espaciais e como ambos estão imbricados na qualidade da percepção sobre o fenômeno urbano e a realidade urbana, de modo a verificar suas abordagens em relação à leitura sócio-espacial do cotidiano no âmbito das cidades. Sob este aspecto, compreende-se o campo ampliado do planejamento urbano e a necessidade da troca permanente com os estudos sobre a vida cotidiana que tradicionalmente estiveram ligados ao campo dos estudos culturais e que, de acordo com Highmore (2018, p. 113), trata-se menos de uma disciplina e mais de uma “tradição crítica que é especificamente antagônica a ideias triunfalistas de progresso” instituídas no marco da modernidade capitalista e os seus diversos impactos na transformação do espaço-tempo urbano e nos modos de vida.

Um ponto de partida comum entre as perspectivas destas áreas se relaciona ao fato de que ambas articulam escopos de métodos que em alguma medida são amplamente utilizados, mas que em nenhum deles se preza por uma única forma de desenvolver a percepção e os mecanismos de apreensão das dinâmicas da cidade.

Parte-se do pressuposto de que a realidade urbana – que também se define como realidade social – só pode ser apreendida como *múltiplo objeto*, como um *caleidoscópio*, como *complexidade*, o que implica a impossibilidade de um só método, um só caminho, uma única temática ou metodologia para sua apreensão. Desta maneira, “a produção do espaço aparece como produção da existência” (CARLOS, 2008, p. 36), ao passo que o cotidiano integra este processo e a realidade urbana como totalidade de fragmentos (LEFEBVRE, 1991; HIGHMORE, 2018). Este quadro geral informa a complexidade que engloba as relações sócio-espaciais, explicitando a evidência de que não há – e não haveria o porquê – de um método apropriado no planejamento urbano e nos estudos da vida cotidiana, mas formas de abordagem em condições muito específicas, singulares e contextualizadas que busquem iluminar estes fragmentos. Neste caso, a vida cotidiana (em seus aspectos teórico e crítico) passa a representar uma esfera de mediação destas abordagens, “uma forma de se olhar para o mundo no nível da experiência” (HIGHMORE, 2018, p. 114). À vista disso, com base no interesse desta pesquisa e no objetivo assinalado por Bégout (2011, p. 225), este nível pode se resumir à “experiência urbana como experiência da cotidianidade”.

A dialética da vida cotidiana está intimamente relacionada à crise da modernidade, ao cotidiano, ao urbano, à cidade, às diferenças, às desigualdades, ao pensamento mundano, filosófico e científico acerca dos atos do mundo. A construção teórica e analítica aqui propostas tem como base a articulação destes campos e a exploração de elementos, percursos e perspectivas metodológicas que também culminam, pela própria natureza da investigação, numa crítica da postura metodológica de profissionais, pesquisadores e planejadores urbanos em relação às suas visões, valores, percepção e apreensão da vida cotidiana e da realidade urbana. A vida cotidiana, apreendida dialeticamente em níveis analíticos, reflexivos e do senso comum, configura uma dimensão que repercute e desafia “as grandes narrativas tradicionais que tentam categorizar e explicar o absoluto caos que, em última análise, caracteriza nossa existência” (HIGHMORE, 2018, p. 114).

Martins (2017, p. 51) afirma que o interesse pela vida cotidiana “tem resultado diretamente do refluxo das esperanças da humanidade num mundo novo de justiça, de liberdade e de igualdade”, e também à percepção de que ela institui um dos componentes “mais nítidos do ceticismo decorrente das desilusões que tem acompanhado a notável capacidade de autorregeneração da sociedade capitalista”.

Neste sentido, a vida cotidiana também se configura como um ponto de referência para compreensão da sociedade, onde “o homem comum imerso no cotidiano” torna-se protagonista e o seu mundo imediato representa “o tempo e o lugar da eficácia das vontades individuais, daquilo que faz a força da sociedade civil, dos movimentos sociais” (MARTINS, 2018, p. 52).

De outra parte, o planejamento urbano é compreendido como uma expressão dos modos pelos quais a sociedade concebe, projeta e realiza as transformações do seu espaço e tempo em estreita vinculação com os modos de produção (economia), de significação (cultura) e de organização (política) sociais. Considerando a sobreposição e dominação de alguns destes fatores sobre outros em contextos, lugares e momentos específicos da história, a incursão pelas perspectivas sobre a vida cotidiana torna-se útil na medida em que possibilita uma crítica do planejamento urbano em que se procura equilibrar estes elementos, restituindo uma dimensão socialmente crítica e humanística de sua prática. Pode-se dizer que a crítica da vida cotidiana, inscrita num espaço vivenciado, pode oferecer pistas para a sua leitura sócio-espacial e os seus encontros e desencontros com o planejamento urbano que concorrem para a própria concepção e percepção da realidade urbana, do espaço e do tempo, traduzindo, refletindo, interpelando ou contestando os modos de produção econômica, social, cultural e política. Seja em qualquer área, uma tarefa fundamental do pensamento é o “conhecimento, valorização e reconstrução da vida cotidiana” (ECHEVERRÍA, 2015, não p.).

Sob estes pontos de vistas, se coloca a questão (problemática) do conhecimento do senso comum na vida cotidiana – historicamente desqualificado pelas perspectivas acadêmicas e técnicas como fonte de banalidades e equívocos. As diferentes abordagens aqui apresentadas contrapõem-se a esta posição e reconhecem no senso comum da vida cotidiana não apenas o “instrumento das repetições e dos processos que imobilizam a vida de cada um e de todos”, mas também a qualidade pela qual o homem “descobre sua eficácia política e histórica”, pela qual os sujeitos e indivíduos das relações sociais compartilham conhecimento, significam, ressignificam, inventam, reinventam e negociam suas práticas cotidianas e sócio-espaciais (MARTINS, 2018, p. 51-57). Como bem ressalta Lefebvre (2001b, p. 522, tradução nossa), a vida cotidiana é um “bem social” do qual ainda não foi possível conhecer o vivido, tal como as ciências exatas conhecem a natureza para apropriá-la. Trata-se de um “mundo em grande parte dado como certo que permanece

clandestino” (GARDINER, 2000, p. 12, tradução nossa), mas que constitui o *terreno comum* ou o *tecido conectivo* de todos os pensamentos e atividades humanas concebíveis (LEFEBVRE, 1991; GARDINER, 2000).

Não se pode enfatizar suficientemente que o mundo do senso comum não é uma práxis reificada e não reflexiva. É cheio de arte e humor, é explorado na literatura, arte, música, cinema e histórias em quadrinhos. O conhecimento do senso comum está longe de ser uma versão pobre da ciência. É autocrítico e, acima de tudo, capaz de lidar com as contradições e paradoxos da vida social que de outra forma impelem os sociólogos a utopias, anacronismos e nostalgias que fazem as pessoas comuns suspeitarem da compreensão intelectual da realidade. Devemos rejeitar o estereótipo das ciências sociais da rigidez dos costumes, hábitos e instintos nos assuntos humanos. (O’NEILL apud GARDINER, 2000, p. 14-15, tradução nossa)

A apreensão do sujeito e suas práticas na vida cotidiana modifica as relações pelas quais se interpreta o mundo, e extensivamente o espaço e o tempo. Na dimensão da vida cotidiana se observa a multiplicidade das realidades históricas e dos tempos, fundamentalmente o tempo social – a convergência e a divergência dos tempos: cósmico, histórico, existencial; o matemático, do relógio; o vivido, sonhado; o de sucessão; o tempo como sequência e como raio de operações (SANTOS, 2002). Nela evidenciam-se o tempo lento dos homens e os acelerados “fragmentos de tempo do processo repetitivo produzido pelo desenvolvimento capitalista, o tempo da rotina, da repetição e do cotidiano”, e nesta contradição observa-se os momentos de criação e de realização da História – “o tempo do possível” (MARTINS, 2018, p. 57). Isto também significa a necessidade de um ajuste e adaptação das disciplinas de produção do conhecimento e das atividades técnicas e especializadas, como o planejamento urbano, ao horizonte das dinâmicas que qualificam os múltiplos tempos cotidianos.

A inquietude do homem passa pela necessidade de compreender ao seu tempo sua própria realidade (historicidade). Hoje, esta realidade é mediada principalmente pela existência e o modo de vida urbanos. Uma orientação sobre o conjunto (ora unificado, ora fragmentado, essencialmente contraditório) destas realidades – humana, social, urbana – encontra-se na vida cotidiana. Como tal, é preciso dispor de métodos ou ferramentas para chegar à sua reflexão crítica. Todos estes elementos integram o atual interesse pela vida cotidiana no âmbito do planejamento urbano que, enquanto área de conhecimento multidisciplinar e

interdisciplinar, recorre à diversas expertises e a um campo vasto de estudos científicos para fundamentar, instrumentalizar e qualificar os seus processos de compreensão, avaliação, decisão, projeção e de proposição sobre a realidade urbana. Embora haja diferentes linhas epistemológicas que lidam com tal questão e mesmo uma tradição marxista (principalmente representada por Henri Lefebvre¹) estando mais presente na assimilação teórico-prática do planejamento urbano, ao considerar a particularidade dos aportes, as diferenças e confrontações do campo de estudos da vida cotidiana, entende-se que ele ainda permanece pouco articulado com o debate mais geral sobre o urbano, as cidades e consequentemente com o planejamento urbano. Como afirma Lefebvre (2001b, p. 519, tradução nossa), “o cotidiano é um assunto de todos”, embora apropriado por poucos.

Pode-se dizer que a partir das grandes correntes epistemológicas do materialismo histórico (Marx) e da fenomenologia (Dilthey e Husserl), ao que se refere a atenção dada à organização e dinâmica da vida cotidiana, delas surgiram uma ampla variedade de estudos dedicados ao tema e à sua análise e crítica. Por meio das perspectivas oferecidas por diferentes autores e que se apoiaram nestas grandes correntes é possível aportar uma compreensão ampla sobre a vida cotidiana e a contribuição dos seus estudos ao campo do planejamento urbano, especialmente à leitura e análise sócio-espaciais que se apresentam de forma necessária e fundamental à apreensão da realidade urbana e por conseguinte à prática do planejamento urbano. Ao que parece à primeira vista haver uma incompatibilidade e contradição dos aportes teóricos destes autores, dadas as filiações epistemológicas e metodológicas, seguem entre eles a presença de centros comuns de atenção como: a relação entre política e cotidianidade; a importância da vida cotidiana no mundo moderno; a fratura ocorrida na modernidade entre vida pública e vida privada, o que define em grande medida a cotidianidade; sua relevância para a reprodução das atividades humanas, para a mediatização entre o indivíduo e a realidade social e o meio que o circunda; a importância da linguagem para a transmissão e comunicação de conhecimento e tradições que ocorrem no mundo cotidiano, mas também do seu uso para fins de controle e dominação nas esferas do cotidiano; por fim, o papel central

¹ A estreita aproximação da obra de Henri Lefebvre com os estudos urbanos e seu uso pelo campo do planejamento urbano representa, talvez no caso brasileiro, a principal entrada teórico-analítica sobre a vida cotidiana.

da cidade e seus elementos constitutivos para a vida cotidiana moderna e contemporânea. As divergências e os aspectos não-conciliáveis seguem como qualidade inerente ao aprofundamento sobre a própria noção de vida cotidiana, obtendo-se pontos de vistas diferentes sobre o mesmo problema e os processos sociais que o desencadeia, assim como as diferenças na abordagem sobre o espaço e tempo cotidianos, ou melhor, sobre a espacialização e temporalização da vida cotidiana. De forma geral, trata-se de construir um panorama interdisciplinar da vida cotidiana (sociológico, filosófico, ontológico, sócio-espacial), centrando-se em alguns aspectos mais relevantes em relação à possibilidade de diversificação e qualificação futuras das análises sócio-espaciais.

Nesta pesquisa recorre-se a estes autores para revelar a importância estratégica e filosófico-política da integração dos estudos e das teorizações da vida cotidiana ao campo do planejamento urbano e à necessidade de restituir a unidade concreta da vida cotidiana, fundamentalmente sob uma perspectiva socialmente crítica, por três principais motivos: (i) o arcabouço teórico e o aporte metodológico oferecidos são produtores, analíticos e reveladores para a dinâmica de leitura dos processos sócio-espaciais urbanos, especialmente para a composição e avaliação das etapas diagnóstica e prognóstica presentes na experiência comum da atividade técnica do planejamento urbano; (ii) o crescente interesse pela temática da vida cotidiana – ou melhor, pelo problema da vida cotidiana – refere-se a um movimento histórico de maior relevância e que está relacionado ao contexto social, econômico, político, ambiental, cultural, religioso, educacional, científico etc., que se veem amplamente afetados pelas políticas econômicas de austeridade e pelo aprofundamento das desigualdades sócio-espaciais sustentadas pelo neoliberalismo²; (iii) no movimento de integração da dimensão da vida cotidiana às ciências e às atividades técnicas, seja com subsídios teóricos, políticos, filosóficos ou com ferramentas práticas, as atividades especializadas criam no seu conjunto e por

² Os estudos e a teorização da vida cotidiana foram amplamente debatidos e ganharam destaque, inclusive para os estudos urbanos, no pós Segunda Guerra Mundial, justamente quando o contexto social e histórico engendrado pelos países centrais era afetado por profundas crises. Hoje, este movimento não é diferente. O ponto de vista adotado aqui é de que o crescente interesse pelos estudos da vida cotidiana acompanha o aprofundamento de crises no âmbito das sociedades. Como observa Lefebvre (1991), diante de tais condições os estudos da vida cotidiana representa uma *abertura* ao conhecimento da história, dos processos sociais e do ser humano, além da possibilidade de *respostas* que buscam saídas às crises.

meio de uma comunicação ampliada momentos possíveis de transformação das suas bases de valor técnico, político, material, tecnológico e social, permitindo a abertura para alternativas às ideias fechadas, dominantes e propagandeadas que circulam reforçando a continuidade dos sentidos estabelecidos por meio da ordem global capitalista.

Neste sentido, considerando a estreita relação entre o planejamento urbano e a pesquisa sócio-espacial³ – que estabelece-se como referência e momento da pesquisa sobre o cotidiano, e em que ambas realizam-se por meio da apreensão da realidade urbana e dos processos sociais e históricos –, compreende-se que a preocupação desta pesquisa também passa pelo entendimento sobre a importância que possui a vida cotidiana na organização geral da sociedade e das suas condições sócio-espaciais. Diante desta condicionalidade, avança-se sobre o questionamento de como se pode estudá-la, quais elementos das diferentes perspectivas teóricas são possíveis de serem integrados e quais conteúdos específicos da cotidianidade são relevantes à sua aproximação no âmbito da prática do planejamento urbano, especialmente ao momento em que se realizam a leitura, apreensão, análise e projeção destes elementos sobre e para as cidades. Portanto, interessa a relação entre planejamento urbano e vida cotidiana em seu aspecto *teórico*, mas também *prático*.

O conceito de vida cotidiana e o plural campo de estudos que representa possuem grande potencial teórico-metodológico para os estudos urbanos, o planejamento urbano e as demais áreas que trabalham com a dimensão social do espaço e tempo urbanos, especialmente na perspectiva de um planejamento urbano socialmente crítico. Este conceito permite compreender de maneira mais precisa a reflexão e os desdobramentos entre espaço, tempo, cultura e sociedade, o que é muito significativo no momento histórico contemporâneo em que o espaço e tempo vividos, habitados, praticados e ritmados, vem alcançando um papel de destaque para compreensão e mediação destas dimensões da existência humana e seus aspectos intersubjetivos de formação, socialização e cotidianização das relações sócio-espaciais.

³ Os principais fundamentos da pesquisa sócio-espacial e sua relação com o planejamento urbano e a pesquisa sobre o cotidiano são desenvolvidos no Capítulo 2, no tópico 2.1.2 *A pesquisa sócio-espacial como pesquisa do cotidiano*.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A ordem e a lógica do planejamento urbano, ao construir seus referenciais teóricos e ao determinar suas práticas, meios, métodos, estratégias de realização, de apresentação de resultados, de aplicação e implementação, se mantiveram fundamentalmente desconectadas da esfera da vida cotidiana. O seu campo teórico e prático se desenvolveu por meio da crença de que a ciência (fundamentalmente o diagnóstico e o prognóstico científicos) e a técnica (principalmente o plano diretor e o zoneamento no caso brasileiro) se estabeleceriam como a chave da solução dos chamados problemas urbanos. Este quadro se mantém nutrido como forma ideológica do planejamento urbano, definindo (ou pelo menos orientando) a maneira como planejadores instituem os processos de leitura da cidade e dos espaços urbanos. Ao assumir e reproduzir esta posição os profissionais contribuem diretamente para o distanciamento e a configuração de um vácuo técnico entre as esferas sociais e públicas de decisão e planejamento (como as instituições governamentais e mesmo as organizações civis) e a dimensão cotidiana das experiências concretas de sujeitos e grupos históricos, deixando de compreender dinâmicas que são construtivas da realidade urbana, o que se pode perceber em relação a projetos muitas vezes realizados que não condizem com os usos tradicionais da população, com seus costumes e modos de vida, ou com as características do próprio ambiente.

A multiplicidade de enfoques das análises urbanas e sócio-espaciais têm oferecido ao campo do planejamento urbano algumas expectativas de verdadeira aproximação com a dimensão da vida cotidiana, buscando integrar sua atividade técnica à reprodução da vida em geral como mecanismo de autorrevisão profissional, analítica (de seus princípios, valores, ferramentas, instrumentos, métodos) e de transformação dos seus paradigmas para uma perspectiva socialmente crítica. Neste sentido, ao observar a necessidade de conexão entre o planejamento urbano e a esfera da vida cotidiana – lugar por excelência da implicação das decisões tomadas sobre a cidade e os espaços urbanos –, busca-se, com vistas a tal aproximação, apreender metodologias e abordagens de leituras e análises sócio-espaciais da vida cotidiana que permitam esse encontro e que alimentem a possibilidade do planejamento ter, efetivamente, o impacto que signifique melhores condições de vida, ao mesmo tempo em que se institua os sujeitos e suas práticas cotidianas como centro das suas abordagens.

Diante disso, considera-se que o conceito de vida cotidiana (em sua pluralidade de sentidos) seja fundamental para compreender o que se reconhece como *realidade urbana, urbano e a cidade*. Ao recuperá-lo, frente aos estudos urbanos e às pesquisas teórico-empíricas sobre a vida cotidiana nas cidades, pretende-se compreender (dentre tantas) algumas possibilidades metodológicas que possam descortinar a apreensão do cotidiano urbano em função de análises sócio-espaciais, entendendo que este processo pode contribuir para análises e reflexões críticas capazes de serem integradas às etapas do planejamento urbano como a diagnóstica e a prognóstica. Neste sentido, procura-se abordar e explorar a seguinte questão: quais são as contribuições das perspectivas e teorizações da vida cotidiana para a leitura e apreensão da realidade urbana no âmbito do planejamento urbano?

1.2 OBJETO DE PESQUISA

A pesquisa tem como objeto as perspectivas e processos metodológicos de apreensão sócio-espacial do cotidiano urbano, fundamentados na recuperação multifacetada do conceito de vida cotidiana, de modo que possam ser integrados à prática do planejamento urbano (aplicados pelas suas fases diagnóstica, prospectiva e/ou normativa) e que também possam identificar, caracterizar e ressignificar o papel dos planejadores urbanos diante das espacialidades e temporalidades das práticas cotidianas de indivíduos e grupos sociais e históricos com repercussões concretas ao planejamento urbano.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Refletir e problematizar sobre a prática do planejamento urbano em relação à identificação e caracterização das possibilidades e dos modos de apropriação de processos, metodologias, instrumentos e/ou ferramentas para aproximação, apreensão, pesquisa, análise e leitura sócio-espaciais do cotidiano urbano.

1.3.2 Objetivos específicos

- a) Compreender e problematizar as ordens intelectual e prática do planejamento urbano em relação à realidade urbana e à reprodução da vida cotidiana, considerando a abordagem de leitura e representação das cidades na produção sócio-espacial.
- b) Explorar no arcabouço teórico os esquemas conceituais gerais, as determinações fundamentais e as principais categorias de análise empregadas na leitura sócio-espacial da vida cotidiana no âmbito das cidades.
- c) Sistematizar e caracterizar de maneira geral as possibilidades de processos metodológicos de análises sócio-espaciais para o cotidiano urbano.

1.4 METODOLOGIA

O trabalho se constitui essencialmente em pesquisa exploratória, delineada por meio de pesquisa bibliográfica, sob consulta de fontes secundárias, visando a compreensão sobre conceitos, categorias, interpretações e posições críticas que autores apresentam sobre o tema e o problema em questão. Apresenta o caráter analítico e sintético, apontando para a exploração de esquemas conceituais, categorias e metodologias e os seus desdobramentos para as análises sócio-espaciais do cotidiano no âmbito das cidades. O quadro a seguir apresenta a metodologia em sua globalidade, com a indicação das três ações que estruturam o trabalho e seus capítulos.

QUADRO 1 – ESQUEMA METODOLÓGICO

AÇÃO	OBJETIVO	PRINCIPAIS ELEMENTOS DE ANÁLISE	RECURSOS
Problematizar (Capítulo 2)	Compreender e problematizar as ordens intelectual e prática do planejamento urbano em relação à realidade urbana e à reprodução da vida cotidiana no âmbito das cidades, considerando a abordagem de leitura e representação das cidades na produção sócio-espacial	Agentes; Estratégias; Racionalidades / lógicas; Conflitos e contradições; Impactos; Desafios	Pesquisa em documentos secundários; utilização de quadros e esquemas analíticos

Explorar (Capítulo 3)	Explorar no arcabouço teórico os esquemas conceituais gerais, as determinações fundamentais e as principais categorias de análise empregados na leitura sócio-espacial do cotidiano no âmbito das cidades	Esquemas conceituais; Categorias	Pesquisa em documentos secundários; utilização de quadros, esquemas analíticos e diagramas conceituais
Sistematizar (Capítulo 4)	Sistematizar e caracterizar os processos metodológicos de análises sócio-espaciais para o cotidiano urbano	Princípios; Valores; Conceitos e categorias analíticas; Escala de análise; Esferas de intervenção; Postura metodológica;	Pesquisa em documentos secundários; utilização de quadros, esquemas analíticos e matrizes-síntese

FONTE: O autor (2020).

1.5 ORGANIZAÇÃO

No segundo capítulo, intitulado “*Planejamento urbano versus (e) vida cotidiana*”, apresenta-se um conjunto de reflexões e análises que problematizam as ordens intelectual, lógica e prática do planejamento urbano em relação à apreensão da realidade urbana e à reprodução da vida cotidiana, considerando fatores internos, externos e estratégicos de realização do seu campo profissional e a necessidade de integração efetiva com o conceito de vida cotidiana do ponto de vista teórico-conceitual, analítico-ferramental, político-filosófico e técnico-operacional.

O terceiro capítulo (“*Marcos teóricos para uma análise interdisciplinar*”) constitui-se em um exercício exploratório do arcabouço teórico sobre a vida cotidiana, dos esquemas conceituais gerais, das determinações fundamentais, as principais categorias e metodologias de análise e aproximação empregados na leitura sócio-espacial do cotidiano no âmbito das cidades, buscando evidenciar a relação que possuem com as premissas da teoria crítica urbana.

Apresenta-se no quarto capítulo (“*Introdução ao objeto empírico: sócio-espacialidade do cotidiano urbano*”) a indicação e sistematização de algumas questões-chaves e introdutórias acerca do processo teórico-metodológico de análise sócio-espacial do cotidiano urbano, iluminando-o com base na compreensão mais ampla do devir conceitual de vida cotidiana corroborado pelo conjunto das investigações dos capítulos anteriores.

Por fim, no capítulo dedicado às considerações finais expõe-se algumas reflexões gerais sobre os resultados obtidos, o percurso percorrido no trabalho e a relação entre planejamento urbano e vida cotidiana, também lança-se questões para desenvolvimento futuro.

2 PLANEJAMENTO URBANO *VERSUS* (E) VIDA COTIDIANA

É notável o fato de que a sociedade contemporânea seja urbana e, assim como a sociedade industrial – onde a cidade era o seu horizonte (CHOAY, 2010; LEFEBVRE, 2004) –, também falha em como lidar, intervir e planejá-la. Hall (2016) descreve a simetria incomum desta realidade:

[...] após cem anos de debates acerca de como planejar a cidade, após reiteradas tentativas – embora equivocadas ou distorcidas – de pôr ideias em prática, damo-nos conta de que estamos quase de volta ao ponto de partida. [...] o que não significa, está claro, que não tenhamos chegado a parte alguma: a cidade do milênio é um lugar imensamente diferente, e inquestionavelmente muito superior, quando comparada com a cidade de 1900. Significa, isso sim, que certas tendências parecem ter-se reafirmado; provavelmente porque, na verdade jamais tenham deixado de estar presentes. (HALL, 2016, p. 31)

O planejamento urbano é alvo de críticas e objeções, sobretudo nos últimos cinquenta anos. Desde os primeiros adventos da Revolução Industrial (século XVIII) surgiram profissionais generalistas e especialistas em planejamento urbano. Os problemas da cidade – fundamentalmente relacionados ao crescimento demográfico, migrações campo-cidade, espacialização e especialização das condições de morar e trabalhar – transcenderam as dinâmicas da cidade e se impuseram como a questão e/ou problemática urbana em conformidade com as contradições dos fenômenos da industrialização e da urbanização (LEFEBVRE, 2004). Entretanto, o tratamento que foi dado à estas problemáticas buscou num primeiro momento estabelecer a consolidação dos processos urbanos e, em seguida, perpetuar a ordem social que os originou (KOHLSDORF, 1985). Basicamente, esta dinâmica se mantém até os dias de hoje, porém, encontra os quadros da realidade e da vida urbanas muito mais acirrados pelas disputas sociais, econômicas, culturais e ambientais de espaço e pelo espaço, de tempo e pelo tempo.

Ao longo destes processos foi se definindo um conjunto amplo de profissionais de diversas áreas do conhecimento voltados à compreender as complexidades destes fenômenos, assim como outros que incidem sobre a realidade urbana, buscando estabelecer e propor soluções para a melhoria do espaço urbano. Neste movimento o planejamento urbano mediaria as condições ideais e as condições de realização das propostas de ordenamento, regulação e intervenção, assumindo, predominantemente,

uma prática burocrática e de pesquisa voltadas à formulação de leis, regulamentações dos usos e ocupações do solo, planos e projetos urbanísticos etc.

Mesmo com a especialização profissional as ações dos planejadores urbanos são contestadas e questionadas em função dos resultados físico-ambientais, estéticos e socioeconômicos relacionados ao ambiente urbano, mas também pela forma que são mediados os processos decisórios. Há um bom tempo a prática do planejamento, acompanhando a crise das cidades e a crise socioeconômica, se vê associada à práticas autoritárias e enfraquecidas dentro das relações de forças que moldam o processo urbano. Segundo Souza (2010), a própria noção de gestão urbana – presente no Brasil desde os anos de 1980 – veio à calhar, em muitos casos, como substituta do planejamento urbano que se enredava à sua crise, amenizando ou até escamoteando seus aspectos mais negativos, mesmo que estas duas atividades não se tratem conceitualmente da mesma coisa. De outro lado, em determinados momentos a academia pareceu distanciar-se das relações sócio-espaciais verificadas no plano do cotidiano, embora tenha apresentado avanços neste sentido.

[...] surgia a convicção de que muito do que foi feito em nome do planejamento fora irrelevante no nível estratégico mais alto e abstrato e pernicioso ao nível do solo, onde os resultados emergem e ficam à vista de todos. Isso porque, em meio século ou mais de prática burocrática, o planejamento degenerou numa máquina reguladora negativa, projetada para sufocar toda e qualquer iniciativa, toda e qualquer capacidade criadora” (HALL, 2016, p. 30)

Por outra parte, este quadro não se configurou à mesma maneira em todos os lugares e nem em todos os períodos recentes. Maricato (2014) discorre sobre o papel que os movimentos urbanos e operários desempenharam a partir da década de 1970⁴ até meados de 2010, quando possibilitaram uma nova forma de fazer política no Brasil, tendo como mote a construção de um movimento social reivindicatório de moradia, melhorias urbanas, liberdades democráticas, processos decisórios participativos e populares. Para a autora, a abertura política e a eleição de governos comprometidos com as reivindicações populares somaram-se à uma agenda política acompanhada dos movimentos sociais e a produção acadêmica crítica, resultando em

⁴ A partir da segunda metade dos anos de 1970 estes movimentos reivindicaram espaço na cena política, culminando, já em 1987, com a constituição da entidade nacional reconhecida como o Fórum Nacional da Reforma Urbana – “que buscou superar as reivindicações pontuais e específicas e propor uma agenda unificada para as cidades” (MARICATO, 2014, p. 106).

muitas experiências de planejamento, projetos e políticas urbanos municipais inovadores e qualificando o que denominou como uma “nova escola de urbanismo” (MARICATO, 2014, p. 107). Esta noção, que marca um período e um conjunto de experiências, contrapõe-se às formas tradicionais e historicamente determinadas de abordagem do fato urbano e do planejamento urbano – do urbano como fenômeno físico e do planejamento tecnocrático.

À vista disso, não se busca aqui denunciar o planejamento urbano e seus efeitos, como a monotonia arquitetural das cidades, a condição ambiental dos assentamentos precários ou de alta renda, a segregação social ocorrida por meio da divisão e fragmentação dos espaços, mas, incorrer sobre a análise e a crítica das práticas em planejamento urbano, às ideias que as subsidiam, que estão subjacentes e que influenciam nos seus modos de operação. Para isso, procurou-se compreender e problematizar as ordens intelectual e prática do planejamento urbano em relação à realidade urbana e à reprodução da vida cotidiana no âmbito das cidades, considerando que estas duas dimensões indissociáveis articulam-se na formação do seu objeto de intervenção.

São importantes às primeiras aproximações e análises da pesquisa: (i) compreender o que se entende aqui por planejamento urbano; (ii) identificar quais indeterminações do seu campo disciplinar e profissional influenciam no modo como se observa a área e como se define parâmetros para sua práxis; (iii) reconhecer as dimensões que estruturam o planejamento urbano; (iv) problematizar a relação entre quem planeja e para quem se planeja; (v) as implicações destas questões à forma de produção de planos, principalmente ao que se refere aos processos de leitura da cidade e dos espaços urbanos, considerando o corte da dimensão da vida cotidiana.

2.1 PLANEJAMENTO URBANO E VIDA COTIDIANA

2.1.1 A ordem lógica do planejamento urbano e a esfera da vida cotidiana

A prática do planejamento urbano lida com territórios cujos espaços se revelam no tempo presente. Por outro lado, sua prática também é voltada para projetos, planos, ideias, ideais e potências que são observados com base num tempo futuro. Há sempre uma tensão entre como ações do tempo presente podem conduzir a sociedade para um futuro ou, de outra maneira, como se articulam soluções nos

planos da urgência e aquelas voltadas às projeções e construções utópicas⁵ (CARLOS, 2014). De modo mais geral, se tratando do planejamento urbano num plano global das sociedades capitalistas, este processo obriga:

[...] o deslocamento da ação e do pensamento do aqui e agora – o espaço e tempo da vida cotidiana presa no plano do vivido – em direção à possibilidade de transformação de uma situação histórica que criou uma urbanização contraditória e profundamente violenta, imposta por nossa condição periférica em relação ao desenvolvimento do capitalismo. (CARLOS, 2014, p. 25)

Segundo Carlos (2014), o planejamento possui como desafio o tratamento destas diferentes escalas espaço-temporais, de maneira a considerar a tendência à mundialização em escalas justapostas. Isso significa dizer um planejamento que situa o tempo e o espaço no plano da vida cotidiana na medida em que dá respostas à reprodução ampliada do capital na escala mundial. É possível observar que uma escala têm se sobreposto à outra, se manifestando por meio das cidades e dos espaços urbanos como fontes de privação da vida. Como afirma Carvalho (2012, p. 44), “as pessoas habitam nas grandes cidades em pequenos espaços de um conjunto padronizado e uniforme”, os espaços livres tornam-se espaços públicos controlados e com usos programados. O habitat ganha neste contexto um significado opressivo e privado, o território aparece quase totalmente ocupado e possuído por interesses que criam os impedimentos à fruição do corpo (LEFEBVRE, 1981; CARVALHO, 2012). Dificilmente ele é percebido em sua globalidade e historicidade, sua amplitude entra no cotidiano como informação não vivida, como elemento de ameaça, fonte de imaginação e como mercadoria, dada a cisão presente na vida cotidiana moderna (CARLOS, 2014; 2018). “É no plano da vida cotidiana que o indivíduo se depara com as cisões que negam a vida, a vida se realiza de modo inumano, numa cidade vivida como estranhamento e produzida como exterioridade” (CARLOS, 2014, p. 26).

⁵ A utopia, na perspectiva de Chauí (2008, p. 12), “não é propriamente um discurso, mas um conjunto de práticas e de movimentos sociais contestadores da sociedade presente no seu todo”, ela inspira ações ou uma “utopia praticada”. Para Lefebvre (1999), a utopia – como utopia concreta – é que permite a experimentação e a transformação do cotidiano. Segundo Limonad (2016), a concepção de utopia de Lefebvre passa pela compreensão de que o possível e o impossível se articulam para criar possibilidades utópicas, o que implica que dialeticamente um sempre esteja presente no outro. Ainda, ele “vincula a práxis política e a ação social no cotidiano à ideia de direito à cidade, em uma perspectiva de transformação social, enquanto uma utopia que tem seu referencial na realidade, no aqui e agora” (LIMONAD, 2016, p.3).

A realidade urbana se apresenta mediante um mundo partido, fragmentado, passível de alianças mercantis e políticas em que os poderes econômico e político subjugam outras formas e elementos possíveis desta relação (LEFEBVRE, 1981; CARVALHO, 2012; CARLOS, 2014). Há neste panorama uma necessidade de orientação do pensamento⁶ e da ação para a compreensão da realidade urbana de modo a desvendar os processos que definem e que constroem os conflitos presentes no quadro de vida do cotidiano. As manifestações sócio-espaciais destes conflitos, de modo geral, têm sido evidenciadas pela imposição de sistemas reguladores, fixando, formalizando e modulando relações sociais, reduzindo os espaços à formas abstratas e concebidas, limitando os seus usos, destituindo os direitos de acesso à cidade e à vida na cidade (LEFEBVRE, 2006; CARLOS, 2014; 2018). “Essa relação lógica não supõe nenhuma realidade como pressuposto, mas baseia-se apenas numa série de dados, informações que representam a realidade” (CARLOS, 2014, p. 37).

A condição de vida na modernidade, que é ao mesmo tempo condição social e condição espacial, nega a condição humana; nega a possibilidade de realização da vida como uma totalidade capaz de produzir estruturas sociais menos desiguais. (NÓBREGA, 2017, p. 29)

Numa condição ainda mais extrema, sob domínio e operação das forças e mecanismos neoliberais de regulação socioeconômica, dos quais o planejamento urbano também faz parte, tem-se observado de forma muito mais intensa as tentativas de autonomização das esferas da vida cotidiana em relação ao apoio e à seguridade das instituições, no que se refere à educação, saúde, emprego, renda, cultura, direitos, trabalhos de cuidados etc., de modo a também diminuí-las e submetê-las aos quadros generalizados de desigualdades. Do mesmo modo que a crítica à produção do conhecimento e à prática do planejamento urbano se situam no seio do Estado, também encontram-se no âmbito da vida cotidiana, justamente contra a ordem estabelecida, contra os tradicionais mecanismos de regulação e normatização das relações de sociabilidade, da organização e planificação dos territórios, da disponibilidade, acesso e continuidade do atendimento à serviços básicos, além das

⁶ Trata-se do pensamento urbanístico na perspectiva lefebvriana - reconhecido, considerado e concebido por meio de suas *diferenças* e relações de significância. Para Lefebvre (2004, p. 44), “essas diferenças mentais e sociais, espaciais e temporais, destacadas da natureza, são retomadas num plano mais elevado: o de um pensamento que considera todos os *elementos*”.

transformações na paisagem e no ambiente construído que não impliquem num verdadeiro impacto sócio-espacial. A vida cotidiana permanece como uma importante dimensão da realidade urbana e como baliza de análise e compreensão das transformações urbanas, sócio-espaciais e espaço-temporais. Lefebvre (1981, p. 46, tradução nossa) assim sintetiza: “aconteça o que acontecer, a mudança no cotidiano continuará sendo o critério da mudança”⁷.

A ordem lógica do planejamento urbano não se aparelha à esfera da vida cotidiana, a não ser como programação e regulação, sua práxis apresenta baixa correspondência e encontra poucos pontos de contato direto com a práxis cotidiana, com a temporalidade das ações e das experiências de indivíduos e grupos sociais no quadro da reprodução de suas vidas. Se fundamenta, principalmente, no espaço geométrico vazio e abstrato (LEFEBVRE, 2004; 2006) e em modelos interpretativos que pretendem ser verdadeiros, sintetizados em muitos casos na representação cartográfica das áreas de intervenção (CARLOS, 2014). Como aponta Carlos (2018), o paradigma da efemeridade do tempo e do espaço, acelerado pela técnica, produziu sua própria abstração. Na produção abstrata de tempo e espaço urbanos a realidade cotidiana passa a ser vivida/pensada como distância – tempo de percurso, espaços especializados e, nesta direção, “destituídos de conteúdo social e histórico (CARLOS, 2018, p. 2).

Espaço e tempo abstratos redefinem a prática social através da deterioração dos usos dos lugares de realização da vida esvaziados dos conteúdos da historicidade que, como a própria história, torna-se elenco-lugar de eventos. O tempo efêmero se articula, assim a um espaço amnésico - um espaço que se renova – a partir de uma lógica imposta pelas necessidades do crescimento econômico – destruindo as referências que sustentam a vida. (CARLOS, 2018, p. 2-3)

De acordo com Carlos (2018), estas relações caracterizam a modernidade do final do século XX e início do século XXI, marcado pela velocidade das mudanças e

⁷ Ao tratar da questão da emancipação, diferentemente da orientação marxista – centrada no trabalho, na relação capital-trabalho –, Lefebvre (1951; 1961; 1981; 1991) a concebe em relação ao cotidiano. Segundo Monte-Mór (2006, não p.), é a partir da vida cotidiana que Lefebvre chega ao espaço e ao urbano, “quando entende que, na verdade, a revolução – e ele vai caminhar no sentido de uma revolução cultural permanente – não está na porta da fábrica, não está na dimensão pura da relação capital-trabalho, mas na transformação do cotidiano”. A revolução do cotidiano implica uma mudança de pensamento, valores e também das estruturas sociais, isto é, modifica o conhecimento e a prática cotidiana, ambos colocados no marco do espaço e do tempo.

degradações da vida cotidiana com a abreviatura do tempo e expansão do espaço. A autora ainda ressalta que os referenciais que sustentam a vida – por meio da produção de identidade criada no uso e apropriação – aparecem cada vez mais distantes do lugar e da prática cotidiana em sua dimensão sócio-espacial-temporal. Por isso, as transformações sociais em curso (de ordem política, econômica, ambiental, sócio-espacial, cultural etc.) compelem à reflexão crítica do planejamento urbano e sua prática, questionando sua atuação dentro dos limites da ação estatal e empresarial e das atividades técnicas e burocráticas, considerando que as desigualdades sócio-espaciais cresceram em extensão, volume e qualidade dos seus modos de realização física e digital.

Sob a ótica do pensamento lefebvriano a experiência vivida é o ponto chave que articula os fundamentos críticos da vida cotidiana à leitura, prática e ação do planejamento urbano (como também do urbanismo), pois é tomada como fonte de conhecimento da realidade social em sua totalidade (LEFEBVRE, 1981; 2006), modificando as perspectivas de atuação dos profissionais envolvidos nesta área. Lefebvre (2006) apresenta dois enfoques⁸ sobre a produção do espaço. Em seu registro fenomenológico é possível localizar o planejamento urbano como uma atividade especializada que se relaciona diretamente à produção dos *espaços concebidos*, inseridos no marco das lógicas econômicas e políticas, historicamente situadas. A experiência vivida é o fundamento e a lógica integral da realização dos *espaços vividos*, eminentemente cotidianos, cuja condição deveria ser priorizada na construção e desenvolvimento de qualquer projeto de intervenção ou de pesquisa sobre o espaço urbano (LEFEBVRE, 2006; CLAPS, 2015). Por meio do outro enfoque, o registro linguístico e semiótico na produção do espaço, é possível perceber mais claramente a relação almejada entre atividades como o planejamento urbano e a dimensão da vida cotidiana. Especificamente, os *espaços de representação* – entendidos como um lugar ou um campo conflitivo entre as representações emanantes da experiência vivida pelos habitantes (*espace vécu – espaço vivido*) e as representações que se constituem através das ideologias e lógicas técnicas, políticas

⁸ Na teoria da produção do espaço (social) Lefebvre (2006) estabelece um enfoque linguístico e semiótico e outro enfoque fenomenológico para descrever as dimensões que concorrem simultaneamente para esta produção, divididas em duas tríades: *prática espacial, representação do espaço, espaços de representação* (registro linguístico e semiótico); *espaço percebido, espaço concebido, espaço vivido* (registro fenomenológico). Estes aspectos da produção do espaço são retomados mais detalhadamente no capítulo seguinte.

e econômicas (*espace conçu – espaço concebido*) – revelam a necessária orientação filosófica, política e prática de que estes espaços e as atividades relacionadas a cada um deles devam iluminar-se mutuamente por meio de uma diálogo crítico, conflitivo e reflexivo (LEFEBVRE, 2006; CLAPS, 2015). Essencialmente, esta perspectiva é propositiva quanto à construção de um planejamento urbano socialmente crítico e dialético.

Como aponta Limonad (2014), o planejamento urbano é atravessado pela coexistência de diferentes racionalidades/lógicas e esferas de reprodução – da sociedade (dos meios de produção), da força de trabalho necessária ao capital e da família. A autora aponta para a falta de interlocução – “hiato da comunicação” – entre as esferas política, técnica e da vida cotidiana, além da percepção limitada dos problemas urbanos sem uma visão de conjunto e de longo prazo e a falta de vontade política (LIMONAD, 2014, p. 85). No quadro a seguir é possível visualizar o conjunto geral de como estas racionalidades operam, o modo como atuam e com que tipo e/ou representação do espaço lidam.

QUADRO 2 – RACIONALIDADES OPERANTES NO PLANEJAMENTO URBANO

RACIONALIDADE	RACIONALIDADE TÉCNICA	RACIONALIDADE CIENTÍFICA	SENSO COMUM
ÂMBITO	Político-administrativo	Analítico-conceitual	Cultural
ESFERA / DIMENSÃO	Campo normativo e das práticas hegemônicas de planejamento	Campo da produção do conhecimento e do reconhecimento dos paradigmas - produção de conhecimento que atende aos interesses hegemônicos - produção conceitual crítica na perspectiva de transformação social	Campo do jogo político, as alianças e o enfrentamento de distintos interesses - interesses patrimonialistas, clientelistas e oligárquicos - interesses dos movimentos sociais e da ação social das classes dominadas
FOCO	Aplicação pragmática de um conjunto de receitas e de soluções para um leque geral de problemas	Compreensão <i>stricto sensu</i> do problema, o recorte e delimitação do objeto científico, voltados à apreensão da realidade urbana	Percepção social do imediato, das práticas sócio-espaciais hegemônicas e não hegemônicas

SOLUÇÕES	Para cada problema uma solução, independentemente das especificidades locais	Nesta esfera, nem todos os problemas encontram uma solução simples e/ou pragmática	Infringem ou vão de encontro ao campo normativo hegemônico, implicando, por vezes, em contravenções a ordem pré-existente
ESPAÇO	Espaço abstrato do capital e do Estado	Hegemônico Espaço concebido Não hegemônico Espaço diferencial	Espaço cotidiano Espaço das práticas sócio-espaciais Espaço político

FONTE: Adaptado de Limonad (2014).

É preciso compreender que o planejamento urbano está submetido à lógica que tende a se impor enquanto ordem estabelecida e que vai redefinindo o modo como a cidade e os espaços urbanos se reproduzem. Promotores imobiliários em conformidade com o setor financeiro orientam a gestão política e contribuem decisivamente para a reorganização do processo de produção-reprodução sócio-espacial. Por vezes, a ação do Estado em aliança com os setores econômicos tem colaborado, por meio do poder local, com a homogeneização, hierarquização e fragmentação de espaços e de lugares, como também a criação de novas centralidades, alterando continuamente a dinâmica de periferação das cidades, principalmente nos grandes centros urbanos (LEFEBVRE, 2004; 2006; CARLOS, 2014; LENCIONI, 2017).

Lefebvre (2006, p. 315) ilumina estas relações, no tocante à questão e à dinâmica urbanas, apontando o nexo entre contraposições, conflitos e desencontros na contemporaneidade por meio das noções de uma “ordem próxima, a da vizinhança, e a ordem distante, a do Estado”. Estas ordens são compreendidas dentro de uma perspectiva filosófico-política sobre a abordagem da realidade, diferenciando-se em termos de escalas, esferas (da apropriação social e das relações de dominação), valores (de uso e de troca), formas de representação (do vivido e do concebido) e (re)produção do espaço social, entre o hegemônico e não-hegemônico. Neste caso, o ponto de vista de Lefebvre (1991; 2004; 2006) preza a vida cotidiana como parte da ordem próxima, caracterizando uma das possibilidades de investigação da dimensão do cotidiano na reflexão sobre o urbano e a cidade, como crítica e escrutínio da realidade urbana, das quais não podem estar desvinculadas da realidade concreta de uma cotidianidade, definindo não só um nível e dimensão da análise sócio-espacial

mas também evidenciando o caráter totalizante que tem esta abrangência e a sua relevância para os estudos urbanos e, conseqüentemente, para o planejamento urbano.

No plano de fundo, de maneira ativa e determinante, está a contradição que a extensão do capitalismo realiza com a generalização do espaço sob a forma da propriedade privada, entre o espaço produzido enquanto valor de uso (para a realização e reprodução da vida) e o espaço produzido enquanto valor de troca (voltado para a realização econômica). Nesta segunda acepção, a terra e o solo urbano tornam-se fontes de valorização e de rentabilização, orientando as políticas públicas que impactam diretamente as relações de uso dos espaços e, conseqüentemente, a reprodução social e da vida cotidiana. Este embate se desenvolve como contradição entre a produção social do espaço e sua apropriação privada, levando à separação entre espaço público (e da esfera pública) e o privado (LEFEBVRE, 1991; 2004; 2006; HARVEY, 2005; CARLOS 2014).

Tal como Limonad (2014, p. 86) aponta, “ninguém vive em escala nacional, nem em regiões, vive-se na esfera do cotidiano, no campo e nas cidades, em lugares, em espaços sociais que atendam às necessidades de reprodução de diferentes lógicas sociais e econômicas”. Assim, pode-se dizer que a prática do planejamento urbano tem por meta e objetivo atuar e intervir na esfera do cotidiano, na escala local, porém, “usualmente o planejamento, sua elaboração e as decisões relativas a ele, se realizam na esfera de reprodução geral hegemônica e sua implementação atinge diferentes escalas geográficas de distintas maneiras (LIMONAD, 2014, p. 86).

O ato de planejar ganha neste contexto uma dimensão política que está delimitada pelos quadros governamentais, empresariais e financeiros. Ele sempre foi apropriado pelos discursos político-econômicos de dirigentes, servidores públicos, técnicos, empresas de urbanismo, de forma a justificar as necessidades de intervenção e ordenamento do caos como pressuposto para sanar os problemas decorrentes da formação e crescimento desorganizado das cidades. Contudo, este mecanismo escamoteia os motivos de continuidade de valorização e rentabilização do capital por intermédio da programação de um cotidiano que encontra correspondência na organização sócio-espacial, se colocando como único caminho capaz de instituir este processo (LEFEBVRE, 1991; 1999).

O planejamento, de modo geral, surge nos países de economia capitalista com o intuito de auxiliar as grandes corporações e o Estado a sustentarem e

preservarem à sua disposição as ferramentas necessárias para o mercado, buscando atingir objetivos econômicos e sociais (KOHLSDORF, 1985). Diante da incapacidade e insustentabilidade deste esquema econômico-racional dar respostas aos problemas da reprodução sócio-espacial da sociedade se elaboram constantemente justificativas – ou melhor, estratégias discursivas (VAINER, 2000) – para modelos racionais de políticas econômicas, urbanas, sociais, em direção à alocação ótima de recursos (LAFER, 1997). Para Vainer (2000), este quadro se altera, ou ganha novos matizes, na medida em que a questão urbana é colocada à par das políticas neoliberais, tendo como formas o planejamento estratégico, a produtividade e a competitividade global do mercado de cidades. Estas, por sua vez, estarão submetidas aos mesmos imperativos concorrenciais das empresas e serão o produto a ser vendido, exposto numa vitrine com visibilidade global e para um público que não está sujeito aos impactos locais dos ajustes econômicos e sócio-espaciais necessários à sua promoção (VAINER, 2000; SÁNCHEZ, 2009). A afinidade entre planejamento urbano, organização sócio-espacial, programação do cotidiano e ajustes econômicos se torna cada vez mais forte, de modo que não se pode separá-los sem considerar o quê ou quem exerce a mediação destes processos.

Trata-se, portanto de planejar as próprias relações sociais, políticas e econômicas, contextualizadas em determinado entorno com o qual estabelecem um relacionamento biunívoco. Assim, a atividade de planejamento é indissociável de quem a exerce, posto que está comprometida com o grupo social que a formula e executa. O planejamento assume, então, conotações político-ideológicas. (KOHLSDORF, 1996, p. 3)

À vista disso, pode-se entender que a confrontação do planejamento urbano com a esfera da vida cotidiana implica, em primeiro lugar, reconhecer a intencionalidade que carrega a sua prática. Como bem observou Santos (2017), é inseparável a relação entre objetos e ações. Da mesma maneira, pode-se dizer que é inseparável a expressão e a condição material com que a realidade urbana se apresenta do modelo de ações que são tomadas para defini-la e orientá-la. Segundo Santos (2017, p. 95), “reconhecemos a vida específica de um objeto a partir do reconhecimento da natureza de sua relação com o evento que o situa”. Em segundo lugar, é necessário admitir o duplo aspecto de mediação da realidade urbana (enquanto esfera do social e espacialidade) – “entre o homem e a sociedade e entre o homem e sua situação material” (SANTOS, 2017, p. 96). Para o planejamento

urbano não é possível descrever, analisar e apreender a realidade urbana sem compreender o conjunto de práticas que a conformam, que sustentam a teia complexa de sociabilidades que se fazem cotidianamente. Resta saber se todas as práticas serão motivo de apreensão ou, se serão mantidas as práticas hegemônicas capitalistas como único reduto da racionalidade e do pensamento urbanístico.

É possível perceber que hegemonicamente o debate que circunscreve a prática do planejamento urbano passa por esferas mais altas, relações e dinâmicas regionais, nacionais, internacionais e globais. A escala menor dos lugares, do espaço intraurbano, da espacialidade e temporalidade da vida cotidiana são vistos em segundo plano e aparece de modo geral como planificação, organização, submissão, especulação. Segundo Carlos (2014), este plano do discurso geral reivindica soluções imediatas que se organizam em torno da ação administrativa, fundamentadas em análises vinculadas ao espaço abstrato. “O discurso sobre o caos urbano e a crise da cidade, projetando a anticidade, fundam o ato de planejar como necessidade e urgência, como ato administrativo destituído de seu sentido político” (CARLOS, 2014, p. 34).

Por este ângulo, Lefebvre (1958, p. 108, tradução nossa) expõe o sentido residual que define a vida cotidiana como “o que resta”, quando por meio da análise retira-se as atividades distintas, superiores, especializadas e estruturadas”. Mas a vida cotidiana é mais que um resíduo, ela é também um produto social, os atos cotidianos “encarnam expressões globais da sociedade em que se inscrevem, seus modos de ser, de pensar, de fazer e de produzir” (CLAPS, 2015, não p., tradução nossa). A “vida cotidiana definida como totalidade” carrega o seu sentido residual e também sua condição como produto (manifestado nestes outros conjuntos de atividades) em estreita relação com os modos de produção, oferecendo um caminho para aproximação concreta do todo (LEFEBVRE, 1958, p. 108, tradução nossa). O princípio da totalidade e a vida cotidiana são considerados por Lefebvre (1958; 1961; 1981) em uma perspectiva dialética, “como estruturantes dos modos de ser e fazer da sociedade que se manifestam nos atos e nas relações da vida cotidiana, ao mesmo tempo que encontram nela sua expressão” (CLAPS, 2015, não p., tradução nossa).

Em relação com as atividades em maior ou menor grau especializadas, portanto fragmentadas – pensar, circular, habitar, vestir-se, e incluso comprometer-se em um trabalho particular –, a vida cotidiana é definida como produto (resultado de suas conjunções) e resíduo, quando se desconsidera estas atividades. Recebe as restantes, o que resta destas atividades superiores; por outro lado, fornece-lhes seu impulso, o aumento das chamadas atividades inferiores; é sua medida comum, seu solo nutritivo ou estéril, seu recurso, seu lugar ou terreno comum. Este produto-resíduo, resultado e lugar-comum, não pode em nenhum caso ser reduzido à soma aritmética ou mecânica destas atividades. Pelo contrário, a vida cotidiana só pode ser entendida se se consideram as diversas atividades na totalidade que as engloba, quer dizer, o modo de produção. Este não pode ser concebido de fora ou acima desta múltiplas atividades, mas sim torna-se realidade (se realiza) em e através delas, na vida cotidiana. A vida cotidiana é, portanto, um produto do modo de produção (neste caso o modo capitalista de produção [...]). O modo de produção como produtor e a vida cotidiana como produto se iluminam um ao outro. (LEFEBVRE, 1981, p. 16-17, tradução nossa)

Para Lefebvre (1958, p. 108, tradução nossa) as atividades superiores, consideradas em suas especializações e seus tecnicismos, deixam um “vácuo técnico” que é preenchido pelo cotidiano, de modo que se relaciona profundamente com todas as atividades, envolvendo-as com suas diferenças e seus conflitos e estabelecendo um ponto de encontro, uma ligação e um terreno comum para todos. Assim, a práxis cotidiana também se revela como totalidade, e por isso “a análise da vida cotidiana envolve concepções e apreciações na escala da experiência social em geral” (LEFEBVRE apud SANTOS, 2017, p. 316).

É no cotidiano que o conjunto de relações que fazem do ser humano – e de cada ser humano – se constitui e se forma num todo. Nele se manifestam e se realizam essas relações que colocam em jogo a totalidade da realidade, embora sob certo aspecto sempre parcial e incompleto: amizade, camaradagem, amor, necessidade de comunicação, jogo, etc. (LEFEBVRE, 1958, p. 108, tradução nossa)

Segundo Lefebvre (1972, p. 30, tradução nossa), na sociedade contemporânea o cotidiano está situado “no vazio entre o passado folclórico e as virtualidades da técnica”, ele se apresenta neste interstício como abandonado – entre passadismos, nostalgias, a beleza morta dos museus, cidades antigas, e foguetes, mísseis, satélites, construções de arquitetura e engenharia prodigiosas. Desta maneira, por meio de relações de contraste e contradição, o cotidiano também se apresenta como o negativo da técnica – sob as formas de miséria e pobreza

(LEFEBVRE, 1972). Há uma desproporção abissal entre o custo humano das organizações sócio-espaciais das cidades e as inversões da produção social, na aplicação de tecnologias avançadas, na formação dos mercados de luxo etc.

Tratando-se do cotidiano, trata-se, portanto, de caracterizar a sociedade em que vivemos, que gera a cotidianidade (e a modernidade). Trata-se de defini-la, de definir suas transformações e suas perspectivas, retendo, entre os fatos aparentemente insignificantes, alguma coisa de essencial, e ordenando os fatos. Não apenas a cotidianidade é um conceito, como ainda podemos tomar esse conceito como fio condutor para conhecer a “sociedade”, situando o cotidiano no global: o Estado, a técnica e a tecnicidade, a cultura (ou a decomposição da cultura). (LEFEBVRE, 1991, p. 35)

Deste modo, tem-se que a realidade urbana está submetida, assim como o cotidiano, àqueles que os organizam e os programam, àqueles que definem modalidades de consumo e que decidem, às normas que os regulam e que separam as necessidades e o controle social destas necessidades. É necessário que técnicos e especialistas, como os planejadores urbanos, reiterem-se desta relação de servidão de modo a articular um pensamento crítico que se vincule com uma práxis que considera a vida cotidiana, “o cotidiano aberto ao possível”, “a cotidianidade convertida em obra e deixada de ser instituição”, de modo a reivindicar “que toda a técnica se aplique ao cotidiano” (LEFEBVRE, 1972, p. 41-42, tradução nossa). A integração da dimensão do cotidiano à ordem do planejamento urbano, considerando-a como uma categoria inseparável da realidade urbana, presta-se a um tratamento do mundo vivido que coloca em junção todos os objetos, ações, técnicas, espaços e tempos (SANTOS, 2017). Tomando a posição de Gardiner (2000), entende-se ainda que a vida cotidiana é:

[...] o meio crucial pelo qual entramos em uma práxis transformadora com a natureza, aprender sobre camaradagem e amor, adquirir e desenvolver competência comunicativa, formular e realizar concepções normativas pragmaticamente, sentir uma miríade de desejos, dores e exaltações e, eventualmente, expirar. Em suma, o cotidiano é onde desenvolvemos nossas múltiplas capacidades, tanto em um sentido individual quanto coletivo, e nos tornamos pessoas totalmente integradas e verdadeiramente humanas. (GARDINER, 2000, p. 11-12, tradução nossa)

À vista disso, na medida em que se problematiza a própria natureza prática do planejamento urbano como algo que se presta à razão do Estado, das corporações,

dos promotores imobiliários, do mercado e, portanto, à razão de classes, também deve-se levar em conta o quão as sociedades capitalistas são contraditórias e não monolíticas. O pensamento crítico-dialético possibilita reconhecer esta condição interior da própria sociedade, de modo a perceber as possibilidades de mudanças substanciais e a realização de utopias concretas⁹. Nem todo o aparelho de Estado, modelos burocráticos, órgãos e agências de planejamento e gestão servem como braços repressivos da classe dominante (SOUZA, 2010).

Como bem resumiu Poulantzas (2000), a lógica da ação do Estado em uma sociedade capitalista – das quais o planejamento urbano se insere como atividade técnica especializada – embora tenda reproduzir a ordem vigente, não é necessariamente sempre verdade. Neste marco, as condições que constroem as instituições e refletem a práxis são constituídas por meio da condensação material e específica de relações de forças (POULANTZAS, 2000). Isto nos leva ao questionamento proposto por Souza (2010, p. 29) em relação ao planejamento urbano: “por que dever-se-ia excluir, *a priori*, a possibilidade de um planejamento que, mesmo operando nos marcos de uma sociedade injusta, contribua, material e político-pedagogicamente, para a superação da injustiça social?”. Esta questão sugere uma importante reflexão deste trabalho, a de que o planejamento urbano tem o seu papel ainda a cumprir e ainda a ser construído e reconstruído. A chave destas mudanças passa, como já foi apontado, pela necessária integração da vida cotidiana à práxis do planejamento urbano, não como forma cooptada, mas como fundamento, repertório, experiências vividas, ação da transformação, além de subsídios teóricos, reflexivos, analíticos e ferramentais.

2.1.2 A pesquisa sócio-espacial como pesquisa do cotidiano

De acordo com Souza (2018, p. 12) a pesquisa sócio-espacial “engloba os esforços de investigação científica, filosoficamente embasada e informada, em que as relações sociais e o espaço são, ambos, devidamente valorizados e articulados entre

⁹ Lefebvre (2004, 2006) aborda a utopia – real concreta, em suas transformações do processo social e da forma espacial – como a possibilidade de construção de uma *realidade diferencial*, na qual a realidade urbana ainda se apresenta em estágio de desenvolvimento. Sob esta ótica, “se realiza a superação do fechado e do aberto, do imediato e do mediato, da ordem próxima e da ordem distante”, caminha-se para uma unidade concreta do pensamento, onde “esses termos não mais se separam, mas se transformam em diferenças imanentes” (LEFEBVRE, 2004, p. 47)

si”. Para o autor, vários profissionais com formações diversas têm contribuído com esta área de estudos há gerações, de modo que se pode caracterizá-la como um campo interdisciplinar – senão transdisciplinar –, considerando que ainda todos são acometidos pela segmentação do trabalho acadêmico embora seus limites e fronteiras sejam, cada vez mais, ultrapassados e superados.

A noção de pesquisa sócio-espacial soa, irremediavelmente, contemporânea. Não remete diretamente a um referencial com longa tradição intelectual e política. Por isso, é pouco disseminada e ainda não consolidada. Contudo, ganha relevância neste trabalho pois corresponde, enquanto conceito e possibilidade metodológica, à necessária perspectiva da análise e leitura urbanas que reúna aspectos referentes à produção social do espaço, à espacialidade e temporalidade dos espaços urbanos, da vida cotidiana e das formas de sociabilidade. Entende-se aqui que a pesquisa sócio-espacial deveria configurar a base sobre a qual todas as disciplinas – que pretendem abarcar a cidade, o espaço urbano e suas dimensões, incluindo os aspectos da vida cotidiana – constroem suas interpretações, análises e críticas, servindo como subsídio para tomadas de decisões e os rumos de seus trabalhos. Neste sentido, não é diferente que o planejamento urbano esteja comprometido, ou pelo menos deveria, com a importância e necessidade de orientar sua atividade com base na pesquisa sócio-espacial, seja em sua fase de levantamento de dados, reconhecimento prévio, aproximação com contextos urbanos, diagnóstica e prognóstica.

Mas o que torna, de fato, a pesquisa sócio-espacial relevante para o planejamento urbano? Qual sua contribuição com a apreensão da vida cotidiana? Para responder essas questões pode-se começar por explorar a diferença de sentidos entre as grafias *socioespacial* e *sócio-espacial*, como proposto por Souza (2018). Para o autor, quando se faz referência ao espaço social (concernente ao espaço produzido pela sociedade) lida-se com um de seus aspectos que é sua materialidade – “se eu quero me referir ao espaço de um estádio de futebol, com as marcações do campo, com suas arquibancadas etc., eu posso falar de sua estrutura *socioespacial*, sem hífen: aqui, o ‘social’ meramente qualifica o espacial” (SOUZA, 2018, p. 14). Neste caso, a abordagem não faz referência às relações sociais que produziram o estádio, trata-se mais de uma radiografia das formas ou estruturas socioespaciais que “sugere um *continuum* automático: *socioespacial*” (KAPP, 2018, p. 224). Por outro lado, uma abordagem sócio-espacial de uma partida de futebol levará em consideração “não

apenas a estrutura socioespacial, mas examinará, como processos vivos, e sem ‘timidez epistemológica’, as interações que se desenrolam durante a partida, nos marcos de uma espacialidade determinada e referenciadas por ela” (SOUZA, 2018, p. 18).

Para se compreender e elucidar o espaço, não basta compreender e elucidar o espaço. É preciso interessar-se, profundamente, e não somente epidermicamente, também pelas relações sociais. É necessário interessar-se pela *sociedade concreta*, em que relações sociais e espaço são inseparáveis, mesmo que não se confundam. E é aqui que entra em cena o *sócio-espacial*, no qual o “sócio”, longe de apenas qualificar o “espacial”, é, para além de uma redução do adjetivo “social”, um indicativo de que se está falando, direta e plenamente, também das relações sociais. (SOUZA, 2018, p. 16)

A perspectiva de Souza (2018) baseia-se na inseparabilidade do espaço de suas relações sociais (de produção, reprodução, vivência, experiência, controle etc.). Do ponto de vista das pesquisas sobre o espaço urbano isto implica numa abordagem que tem sempre como orientação a construção deste objeto de modo integrado e referenciado à realidade urbana (objeto do planejamento urbano) da qual faz parte, o que não significa que espaço e relações sociais não possam ser distinguidos. “O espírito é o de iluminar o espaço recorrendo às relações sociais, e estas recorrendo-se ao espaço, em uma dialética sem fim” (SOUZA, 2018, p. 18).

Neste sentido, o conceito (teórico) de sócio-espacial sintetiza um raciocínio (teórico) entre espaço e as relações sociais, envolvendo materialidades e formas de sociabilidades. Os conceitos teóricos não são “uma imagem, nem uma intuição nem uma forma”, “podem inspirar concepções artísticas ou integrar teorias que, por sua vez, motivam ou fundamentam ações, mas eles não se confundem com nenhuma das duas coisas” (KAPP, 2018, p. 223). Este conceito traz em si uma reflexão crítica para pesquisas e práticas em planejamento urbano, evidenciando a relevância da articulação entre espaço e nexos sociais de forma *necessária e dialética*: necessária porque é base fundamental para o planejamento urbano; dialética porque tensiona a análise e crítica da realidade urbana como parte de um processo histórico.

Se tratando das tradicionais ferramentas do planejamento urbano para a leitura da realidade urbana, como mapas e diagnósticos urbanos – produzidos no âmbito de planos, leis ou projetos urbanos –, é possível dizer que em sua grande parte a abordagem que se verifica sobre a relação entre espaço e nexos sociais é, quase sempre, orientada à interpretação de formas e estruturas socioespaciais. Há muitas

dificuldades na prática do planejamento urbano em operacionalizar uma abordagem de pesquisa e análise da realidade urbana que tenha como orientação uma pesquisa sócio-espacial. Sua prática é hegemonicamente institucionalizada por meio dos aparelhos de Estado em conformidade com os ajustes econômicos e entraves administrativos, apresentando em vários momentos dificuldades para a realização de tal empreendimento.

Por outro lado, ainda há uma carência de um conhecimento técnico integrado a um conhecimento teórico-filosófico-político que visa, entre outras coisas, modificar a perspectiva do planejador urbano para uma aproximação a diferentes contextos, realidades urbanas e a vida cotidiana de indivíduos e grupos sociais, em grande parte distintas e discrepantes quanto à suas próprias experiências e vivências. Isto implica num movimento profissional que se coloca radicalmente a favor das experiências de alteridade, dos lugares, das identidades e dos espaços (ARAÚJO, 2012; JACQUES, 2012a; PEREIRA, 2012b). É justamente nestas experiências, especialmente na alteridade, em que se “instaura o dissenso, que é precisamente o pressuposto básico que possibilita a constituição de qualquer esfera pública” (JACQUES, 2012a, p. 48).

Há uma estreita aproximação do enfoque da pesquisa sócio-espacial com o objeto, aqui identificado, do planejamento urbano – a realidade urbana –, de maneira que as vinculações entre espaço-tempo, vida cotidiana e relações sociais de produção-reprodução se dão de formas preponderante e inseparável. Neste sentido, um outro ponto de vista aqui compreendido sugere, dialeticamente, que os campos de estudos da vida cotidiana e das pesquisas sócio-espaciais se imbricam diretamente, beneficiando um ao outro e contribuindo com as análises e leituras da realidade urbana, de modo a favorecer também o planejamento urbano por meio de subsídios teóricos, reflexivos, analíticos e ferramentais. Entende-se que a pesquisa sócio-espacial contém em si a apreensão de relações e práticas cotidianas e estas, por sua vez, expressam noções, especificidades e instrumentalidades que se prestam à pesquisa sócio-espacial.

De acordo com Pais (1986, p. 8), a vida cotidiana não se constitui ainda em “objeto unificado por qualquer sistema conceitual e teórico coerente e próprio”, embora, muitas pesquisas e discursos a tenham tomado como um *locus* privilegiado de análise e como o “lugar revelador, por excelência, de determinados processos do funcionamento e da transformação das sociedades e de determinados conflitos que opõem os agentes sociais”. Observa-se, desse modo, a dificuldade de isolar a vida

cotidiana da realidade social (também entendida como a *realidade urbana*) da qual faz parte. Não só por ser este lugar privilegiado, mas por revelar as “evidências mais naturais de nossa experiência, das crenças habituais, das determinações tradicionais, das esperas típicas, das intenções preestabelecidas; em suma, lugar de tudo que é vivido como normal e indiscutível” (BÉGOUT, 2009, p. 10, tradução nossa).

Os estudos sobre a vida cotidiana¹⁰ instauram um tipo de sensibilidade que define o fazer-pesquisa por meio de um refinamento da “capacidade artesanal de observar” as relações de convivência em sociedade, buscando corrigir a “unilateralidade das observações objetivistas e de outro extremo as subjetivistas”, sem proceder de forma a separar estas duas dimensões (ELIAS, 1998, p. 336, tradução nossa). Esta sensibilidade sociológica, resgatada por Pais (2013), restitui uma observação e uma experiência atenta da vivência cotidiana, retomando a perspectiva de que o cotidiano não só expressa o social nas suas relações de contexto e interações, mas é “uma fonte de revelação do social” (PAIS, 2013, p. 111). Por este motivo, o cotidiano é tomado como “alavanca metodológica do conhecimento” (PAIS, 2007, p. 23), e que pode de forma acessível e com simplicidade ser desenvolvida por meio da ideia de uma *prática artesanal de pesquisa* (MILLS, 1964; SENNET, 2009; PAIS, 2013).

Assim como ocorre com a pesquisa sócio-espacial, o campo de estudos da vida cotidiana busca não fragmentar e dissociar a ligação entre as relações sociais de produção-reprodução, suas formas de sociabilidade e a constituição de espacialidades e temporalidades da experiência e vivência cotidianas, notadamente vinculadas à realidade urbana. Também não se encerra entre muros ou modulações do conhecimento de maneira a segmentá-lo. Necessariamente, sua compreensão não

¹⁰ O campo de estudo da vida cotidiana é fundamentalmente influenciado, senão dirigido, pelo desenvolvimento dos campos etnometodológico e sociológico com instruções da fenomenologia. A etnometodologia é uma corrente sociológica inspirada pela filosofia fenomenológica, orientada pelo pensamento do sociólogo norte-americano Harold Garfinkel (1917 – 2011), alavancada por meio da publicação de 1967 intitulada *Estudos em etnometodologia*. Esta corrente compreende que os dilemas que se impõem à sociologia da vida cotidiana são os mesmos que se impõem às ciências humanas em geral: “as relações entre a interpretação dos símbolos e a explicação dos fatos, entre o texto e o contexto, entre o deliberado e o determinado, entre a teoria e a prática, entre a objetividade e o compromisso” (PAIS, 1986, p. 9-10). Para os etnometodólogos, “os métodos a utilizar na apreensão do real social não devem resultar de complicadas ou sofisticadas abstrações, mas encontrar-se enraizados nos detalhes empíricos, no próprio sentido da vida quotidiana” (BROWN apud PAIS, 1986, p. 10)

aponta apenas para situações, categorias ou atributos específicos, mas apresenta certa amplitude que busca abarcar suas complexidades e contradições inerentes. Para Dias (1998, p. 224), representa “uma confluência importante de perspectivas transdisciplinares do conhecimento contemporâneo”, não se restringindo à uma forma ou outra de exposição. Segundo Aizpuru (2009), ele pode se apresentar desde anedotas, passando pela narração até às análises de maior rigor científico.

Sob este ponto de vista, a apreensão da complexidade dos processos urbanos atrelados à construção social e material da cidade e à reprodução da vida cotidiana nos leva a explorar a distância das concepções abstratas e racionalizadoras dos urbanistas e planejadores urbanos à cidade vivenciada e subjetivada por seus habitantes, explicitando os múltiplos confrontos entre projeto e obra e as infundáveis repercussões no imaginário social de determinadas realidades urbanas e a maneira como elas dialogam com a atividade prática do planejamento (CARLOS, 2014). Este exercício é essencialmente reflexivo e dialógico (FREIRE, 2020), cuja responsabilidade dos planejadores urbanos passa pelo respeito à autonomia daqueles que se constituem em objeto de conhecimento e sujeitos históricos. Também se refere às contradições de objetivos, aos problemas e margens de manobra e na inseparabilidade da ação e reflexão. Isto significa uma “capacidade de manusear e entender grandes volumes de dados de natureza díspar e uma capacidade de reflexão combinando diversas escalas temporais e espaciais” (SOUZA, 2010, p. 36).

O estabelecimento da pesquisa sócio-espacial como postura metodológica diante do conhecimento construído sobre a realidade urbana (inclui espaço e tempo urbanos, vida cotidiana e relações de produção-reprodução) possui efeitos diretos para o planejamento urbano de maneira a orientar sua práxis, para além da dialética, ao serviço do diálogo (reflexivo, educativo e ativo) – entendido como o “o encontro dos homens, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2020, p. 109). Esta perspectiva possui nítida relevância para “a ação coletiva em geral, incluindo-se o planejamento urbano crítico e qualquer processo organizado de mudança social” (SOUZA, 2010, p. 37).

2.1.3 O planejamento urbano como estratégia e a vida cotidiana como centralidade do desenvolvimento sócio-espacial

Como foi visto, a pesquisa sócio-espacial representa a possibilidade de uma abordagem para o planejamento urbano em se tratando dos elementos teórico-conceituais de base e das formas (incluindo o diagnóstico e prognóstico urbanos) como se apreende a realidade urbana. Ao mesmo tempo, recola a centralidade da vida cotidiana para este processo e contribui para a compreensão de aspectos essenciais de sua estruturação e organização, criando condições de aprofundamento sobre questões envolvendo espaço, tempo e sociedade. Com base nesta leitura avança-se sobre a relação entre planejamento urbano, vida cotidiana e *desenvolvimento sócio-espacial*, tal qual compreendido por Souza (2020). A pesquisa sócio-espacial – também entendida como pesquisa do cotidiano – torna-se, assim, uma ferramenta que é pré-condição ao processo de realização do planejamento urbano visando a promoção do desenvolvimento sócio-espacial.

É importante destacar a diferença entre a leitura tradicional de desenvolvimento, tomado como sinônimo de desenvolvimento econômico, e a noção de desenvolvimento sócio-espacial. Enquanto o primeiro representa as transformações que culminaram na “*modernização da sociedade*” em termos capitalista e ocidental e com seus conteúdos definidos *a priori*, o segundo representa uma “*mudança social positiva*” em que se constata uma “*melhoria da qualidade de vida e um aumento da justiça social*”¹¹, o que implica em formas de comunicação, decisão e arranjos sócio-técnicos e sócio-espaciais que levem em consideração as necessidades, desejos, expectativas, valores culturais, particularidades histórico-geográficas de grupos sociais concretos (SOUZA, 2020, p. 60-61). Esta noção de desenvolvimento sócio-espacial pretende manter abertos os horizontes de decisões e escolhas, guardados à intersubjetividade dos indivíduos.

¹¹ Para Souza (2020), o aumento de justiça social calibra e contextualiza os objetivos para a melhoria de vida. O autor, assim como Harvey (2004), retoma os predicados da noção de *justiça social* com base no pensamento político-filosófico e ético de John Rawls, mas avança com os posicionamentos de Amartya Sen – que entende a abordagem de Rawls ainda legatária de um tratamento-padrão a propósito da igualdade de oportunidades, “em que tudo se passa como se se assumisse tacitamente que os indivíduos possuem, no fundo, as mesmas necessidades” – e Cornelius Castoriadis – que apresenta um enfoque pautado no princípio de defesa da autonomia individual e coletiva (SOUZA, 2020, p. 63-64)

[...] uma sociedade justa não é uma sociedade que adotou leis justas para sempre. Uma sociedade justa é uma sociedade onde a questão da justiça permanece constantemente aberta, onde existe a possibilidade socialmente efetiva de interrogação sobre a lei e sobre o fundamento da lei. (CASTORIADIS apud SOUZA, 2020, p. 175)

Para Souza (2020, p. 61), qualquer “desenvolvimento que traga efeitos colaterais sérios não é legítimo”; de outra parte, esta mudança social positiva deve contemplar tanto as relações sociais quanto as relações espaciais (em sua multidimensionalidade) – estas últimas geralmente negligenciadas nas teorias de desenvolvimento tradicionais. A expressão de *desenvolvimento sócio-espacial* foi proposta pelo autor justamente buscando evitar esta negligência. Ainda falta definir as bases para uma parametrização do desenvolvimento sócio-espacial, dos elementos que permita o nexo entre relações sócio-espaciais, gestão e planejamento urbanos e vida cotidiana.

Souza (2020) retoma o conceito de *autonomia* como o elemento de nexo das relações entre estas dimensões e tece seus principais argumentos com base no pensamento social e político-filosófico de Cornelius Castoriadis e seu *projeto autonomista* que se colocava como contribuição à refundação da democracia. Segundo Souza (2020, p. 170-173), Castoriadis via a crítica marxista do capitalismo e da democracia representativa incompleta do ponto de vista autonomista, e não via as democracias ocidentais como verdadeiras democracias mas como “oligarquias liberais”, onde se institui um “*gap* estrutural entre uma minoria de poderosos e uma maioria de cidadãos ordinários e a alienação política destes últimos nos regimes democrático-representativos modernos”. Este quadro, na visão de Souza (2020), enfraquece o real sentido do termo democracia e é marcado por assimetrias de acesso a processos decisórios e à informações, guardando estreita conexão com as desigualdades socioeconômicas e sócio-espaciais também estruturais e típicas do capitalismo¹².

¹² “À primeira vista, essas objeções não se diferenciam da já conhecida crítica marxista ao capitalismo e à sua ‘superestrutura’ jurídico-política. No entanto, no entendimento de Castoriadis, o marxismo fracassou em construir uma alternativa radical à alienação e à opressão encarnadas pelo capitalismo e pela democracia representativa. Embora tendo elaborado uma crítica largamente válida das relações de produção capitalistas, Marx, Engels e os marxistas posteriores comumente negligenciaram a necessidade de uma crítica igualmente das tecnologias (e, acrescenta-se, das espacialidades) herdadas do modo de produção capitalista” (SOUZA, 2020, p. 171).

A ideia de autonomia engloba dois sentidos inter-relacionados: autonomia *coletiva*, ou o *consciente e explícito autogoverno de uma determinada coletividade*, o que depreende garantias político-institucionais, assim como uma possibilidade material efetiva, e autonomia *individual*, isto é, a capacidade de indivíduos particulares de realizarem escolhas em liberdade, com responsabilidade e com conhecimento de causa. A autonomia coletiva refere-se, assim, às instituições e às condições materiais (o que inclui o acesso à informação suficiente e confiável) que, em conjunto, devem garantir igualdade de chances de participação em processos decisórios relevantes no que toca aos negócios da coletividade. A autonomia individual depende, de sua parte, tanto de circunstâncias estritamente individuais e psicológicas quanto, também, de fatores políticos e materiais, em que os processos de socialização fazem emergir, constantemente, indivíduos lúcidos, dotados de autoestima e insensíveis a tutelas políticas. (SOUZA, 2020, p. 174)

Estas noções de autonomia individual e autonomia coletiva são diferentes mas inseparáveis, são interdependentes, dois lados de uma mesma moeda, e se aplicam à avaliação dos procedimentos, instrumentos e arenas de decisão do planejamento urbano, bem como sua integração ao poder de definição das populações acerca das estruturas materiais e imateriais que impactam as suas realidades sócio-espaciais e cotidianamente vividas. Segundo Souza (2020), com a autonomia pretende-se alcançar liberdade e fazer frente à opressão política e outros constrangimentos de ordem metafísica (tabus, leis baseadas em dogmas religiosos, por exemplo). Cabe aqui o argumento kantiano exposto por Kapp (2011a, s.p.) de que “a privação da liberdade de fazer ‘tentativas próprias’ equivale à privação da liberdade *per se*”.

Souza (2020) e Kapp (2011a; 2012a) ressaltam o inverso da autonomia, a *heteronomia*, como a capacidade de outros (minorias) regerem e imporem leis (leis formais, normas sociais, códigos de conduta, modelos sócio-espaciais) sobre a vida de uma coletividade (maioria), e isto sob o marco das assimetrias de poder (separação institucionalizada entre dominantes e dominados, dirigentes e dirigidos). Em se tratando do planejamento urbano é bastante presente que os discursos de políticos e especialistas se sobreponham às decisões que os próprios habitantes teriam o direito, “com a justificativa de que lhes faltaria conhecimento, informação, maturidade ou organização” (KAPP, 2011a, s.p.).

Nada justifica a heteronomia. Nenhuma antecipação de produtos (fins) ou processos (meios) feita por poucos e destinada a muitos pode intitular-se democrática, mesmo que provenha das mais sinceras intenções de melhorar a situação da parcela econômica e politicamente mais pobre da população. À heteronomia ou imposição de uma lei por outro (*heteros*) se põe a autonomia ou a lei própria. Autonomia inclui tanto o *direito* quanto a *capacidade* de dar a si mesmo sua própria norma. A *capacidade* é algo como a lucidez e a coerência para refletir, criar e rever formas de conduta e interação, em lugar de apenas reproduzi-las de instâncias externas. Já o *direito* de se autogovernar equivale ao reconhecimento da autonomia por essas mesmas instâncias externas. (KAPP, 2011a, s.p.)

Desta forma, a *autonomia* (tanto individual quanto coletiva) é tomada como “o princípio e o parâmetro central para uma avaliação de processos e estratégias de mudança sócio-espacial” (SOUZA, 2020, p. 175-176), o que inclui a promoção do desenvolvimento urbano com o auxílio e o papel socialmente crítico do planejamento e gestão na formulação de estratégias e políticas urbanas. A *autonomia* e a *vida cotidiana* constituem parâmetros de desenvolvimento sócio-espacial, são conceitos operatórios que desempenham um papel de suporte à leitura e apreensão das relações sócio-espaciais e toda sorte de fenômeno que acometa a realidade urbana, bem como de alternativas aos modelos hegemônicos da produção capitalista do espaço. Como afirma Souza (2020), esta orientação e o projeto autonomista vão além do planejamento urbano regulatório clássico e da abordagem tecnocrática que caracteriza o primado dos especialistas, ou, como afirma Kapp (2011a, s.p.), a instituição do “pressuposto da *tutela*, seja bem intencionada ou apenas com o interesse de manutenção do *status quo*”.

Mesmo correntes de esquerda, como o “planejamento politizado” brasileiro, não conseguiram desvencilhar-se por completo do tecnocratismo. Como isso se manifesta? Isso se revela na ênfase excessiva atribuída a tarefas técnico-intelectuais (discussões jurídicas e em torno de instrumentos de planejamento), em detrimento de análises sobre o enfraquecimento e a crise dos movimentos sociais, os atores políticos e as margens de manobra disponíveis; revela-se, como desdobramento disso, na comparativamente pequena atenção dedicada à reflexão em torno dos conselhos (sintomaticamente, muitos “novos planos diretores” dedicam pouquíssima atenção às instâncias de participação e sua regulamentação); e se revela, por fim, no menor interesse revelado pelos “planejadores politizados” em relação à experiência dos orçamentos participativos, em comparação com o interesse tradicionalmente demonstrado por instrumentos como o “solo criado” e outros [...]. (SOUZA, 2020, p. 182-183)

Sob a bandeira da reforma urbana¹³ ou das propostas de intervenção de cunho prático-político, o planejamento urbano ainda manteve, e mantém, o direito do planejador, técnico, pesquisador, especialista e/ou político à última palavra sobre as ideias, planos e projetos urbanos, mesmo que estes construam formulações baseadas em diagnósticos e prognósticos que incorporem aspectos da vida cotidiana e a dimensão intersubjetiva dos agentes sociais envolvidos (SOUZA, 2020; KAPP, 2012a). A proposta autonomista de Souza (2020) busca manter um certa radicalidade deste princípio, mantendo os planejadores urbanos como interlocutores e visando a submissão das propostas de planejamento ao escrutínio popular para calibrar e corrigir desigualdades. A participação popular, neste caso, exerce um papel fundamental na construção da autonomia sócio-espacial, estabelecendo-se como uma condição radicalmente democrática.

Em relação a estes aspectos entende-se que o acesso desigual à informação e a desigualdade socioeconômica entre os sujeitos comprometem, senão impedem, as chances reais de participação, o que configura as bases de uma sociedade heterônoma. Neste sentido, o que diferencia as correntes tradicionais do planejamento urbano em relação à abordagem que incorpore o princípio da autonomia é o fato de nesta última “não se endossar uma instância de poder separada e acima dos cidadãos” (SOUZA, 2020, p. 184). Esta proposição fundamenta-se na perspectiva de uma sociedade autônoma em que planejamento e gestão urbanos serão uns dos aspectos do “*autoplanejamento*” e da “*autogestão*” desta sociedade, radicalmente conduzidos “de forma democrática e descentralizada, além de flexível” (SOUZA, 2020, p. 185). Contudo, Souza (2020, p. 177) ressalta sobre a relação de níveis diferenciados em que isto poderia ocorrer, não como forma absoluta mas gradativamente construída, não se trata de esperar pela revolução e descartar como inexistentes ou irrelevantes quaisquer “pequenos ganhos de autonomia”.

¹³ Embora se possa compreender avanços e respostas à crise urbana a partir da ideia da reforma urbana, para Maricato (2014, p. 77) seu ciclo de mobilização no Brasil encerrou-se sem alcançar “uma mudança de rota no rumo que orientou a construção das cidades”. Seu ideário que tinha “o direito à cidade ou a justiça urbana como questão central [...] parece ter se evaporado” (MARICATO, 2014, p. 29). Para Kapp (2012a, p. 468), a reforma urbana não logrou em aplicar concretamente os princípios que são imprescindíveis à noção lefebvriana do direito à cidade, dentre eles o de imaginar e realizar a cidade e de possibilitar a autonomia sócio-espacial, isto é, criar as condições “para que diferentes coletividades adquiram o direito e a capacidade de definir a produção do espaço, em contraposição à heteronomia ou à definição dessa produção por instâncias alheias”.

Kapp (2011a, s.p.) observa a importância de tal orientação: “mesmo sem o rompimento, certos *graus de autonomia* podem ser alcançados, ainda que permaneçam limitados e insuficientes e tendam a ocorrer em margens, nichos e periferias”. Estes últimos termos são especialmente importantes, para a autora eles não são inteiramente metafóricos, pois uma parte significativa desses pequenos ganhos de autonomia diz respeito à produção do espaço e à reprodução da vida cotidiana, especificamente, “à produção do espaço cotidiano” (KAPP, 2011a, s.p.)

[...] espaço cotidiano é o espaço não especializado ou que não demanda organização para uma atividade especializada e nem tampouco demanda organização por especialistas. O exemplo mais evidente disso é o espaço doméstico, mas o mesmo critério se aplica à maioria dos espaços coletivos e públicos, sobretudo nas áreas urbanas predominantemente habitacionais (KAPP et al., 2009; MILAGRES; KAPP; BALTAZAR, 2010). A autonomia na produção desses espaços cotidianos seria um ponto de partida para uma sociedade autônoma de fato. (KAPP, 2011a, s.p.)

Neste sentido, a vida cotidiana (na qualidade de tempo e espaço) representa uma dimensão que, como um nível menor da realidade (pelo menos ao que se credita à ela), é onde tudo começa e recomeça, onde se pode voltar para se observar e verificar a relação entre emancipação social e os pequenos ganhos de autonomia na produção do espaço cotidiano, por exemplo. A produção do espaço ainda é predominantemente determinada por instâncias de poder político, econômico e técnico muito abrangentes, configurando-se em uma produção heterônoma porque estas instâncias são inacessíveis à maior parte da população (KAPP, 2011). Da mesma forma, instrumentos utilizados pela política urbana brasileira também se mantiveram inacessíveis, como o próprio Plano Diretor que manteve uma “utilização mais retórica do que efetiva dos instrumentos do Estatuto da Cidade” (SANTOS e MONTADON apud KAPP, 2011a, s.p.) e o Programa Minha Casa Minha Vida que realizou empreendimentos habitacionais financiados com recursos públicos mas planejados e executados por empresas privadas, gerando vários impactos negativos às cidades – fato este, já amplamente reconhecidos pela literatura e pesquisas críticas da produção do espaço urbano brasileiro (KAPP, 2011a; 2012a). Contudo, Kapp (2011a; 2012a; 2012b), Mlagres e Kapp (2010) e Lyra e Kapp (2019) discorrem sobre ganhos de algum grau de autonomia referentes à produção do espaço cotidiano em relação à várias modalidades de ocupação do território urbano como vilas, favelas, assentamentos precários e outros, que vem sendo exercitadas nas cidades brasileiras

continuamente e que ocorrem sem o aval prévio de instâncias formais de planejamento e gestão urbanos.

As condições de precariedades e de problemas que eventualmente oferecem risco à vida e que podem ser verificadas nestes espaços produzidos sob as condições supracitadas podem ser observadas não em função da incompetência por parte dos atores sociais, mas da pobreza material e por vezes política que possuem, “já que eles constituem a mesma força de trabalho de cuja exploração a cidade formal sempre dependeu” (KAPP, 2011a, s.p.). Por outro lado, são nestes territórios e nestes espaços que se evidenciam qualidades inegáveis da intensidade com que a vida social e cotidiana se organizam e se estruturam, revelado por um “grau notável de apropriação” (LEFEBVRE apud KAPP, 2011a, s.p.). Como bem observa Kapp (2011, s.p.), está noção de algum grau ou ganho de autonomia é relativa e um tanto tênue, não se trata do “pleno *direito* de autogoverno, porque, em princípio, as ocupações em questão ferem a lei e sempre correram o risco de remoção”; por outra parte, a *capacidade* de governar é limitada, justamente “pelas necessidades imediatas que a pobreza impõe e pelas heteronomias a cuja submissão ela obriga”. Contudo, segundo Kapp (2011a) e Souza (2020), encontra-se nestes territórios a origem de ativismos e movimentos sociais de oposição à produção abstrata e heterônoma do espaço, com a construção de engajamento (entendido como engajamento sócio-espacial) por elementos efetivamente democráticos.

Ainda sobre esta questão, Souza (2020) remonta a relação entre *utopia* e *estratégia* para explicitar este horizonte e o sentido que se coloca a partir da autonomia e seus pequenos ganhos.

Por um lado, o referencial político-filosófico da perspectiva autonomista diz respeito à autonomia como *horizonte*. Isto encerra uma metáfora que não é, de modo algum, gratuita. Ao falar-se em horizonte político-filosófico, deixa-se implícito que se está a falar de algo que é visualizado como meta, mas que não chegará a ser propriamente alcançado. O horizonte parece afastar-se de nós à medida que caminhamos em sua direção. Sob um ângulo não-teleológico, consoante a abordagem do desenvolvimento sócio-espacial, a autonomia plena é um ideal que atua como um farol, uma luz que ilumina o caminho (ou, antes, ilumina o terreno para se construir o caminho no transcurso da caminhada). O horizonte indica, assim, uma *direção*, não uma trajetória predeterminada e muito menos uma imagem congelada. (SOUZA, 2020, p. 185)

Em outras palavras, o princípio da *autonomia* segue como uma categoria teórico-conceitual norteadora e como um projeto prático-político pelo qual o planejamento urbano pode operacionalizar a recondução de suas práticas à vida cotidiana, às necessidades, os desejos e à emancipação dos indivíduos e grupos históricos. Este propósito – da autonomia como princípio orientador voltado a um projeto político-social –, em termos formais, também pode ser mediado pela noção de uma *utopia experimental* como preconizava Lefebvre (2001, p. 110), onde a utopia é testável e encontra-se num movimento incessante de concretização e atualização. Este conjunto é, a um só tempo, “projeto e princípio orientador, ou a fecundação incessante do primeiro pelo segundo” (SOUZA, 2020, p. 188). Isto também significa que esta construção utópica pode avançar mais ou menos lentamente, conhecer conquistas e sofrer reveses. Os avanços e retrocessos no planejamento urbano podem ser avaliados de acordo com o que representam “em termos de perda e ganhos de autonomia em ‘sentido fraco’ – referente a instituições específicas, à conquista ou perda de determinados direitos por parte da maioria da população etc. –, sem perder de vista “a meta que é a autonomia em ‘sentido forte’” – que corresponde ao projeto de uma sociedade basicamente autônoma (SOUZA, 2020, p. 189).

De acordo com Souza (2020), a autonomia possui tanto um valor instrumental quanto um valor substantivo. Enquanto o primeiro diz respeito à importância da liberdade para se fazer as coisas ou proteger-se das ações nocivas de outrem, o segundo refere-se à fruição da liberdade efetiva como um bem em si mesmo. Em sua perspectiva a qualidade de vida e a justiça social, que caracterizam o desenvolvimento sócio-espacial, são *parâmetros subordinados* à autonomia individual e coletiva (*parâmetros subordinadores*). A princípio a justiça social estaria relacionada à uma esfera pública, ao passo que a qualidade de vida se remeteria à esfera privada, embora não se desvincule da influência e condicionamentos de processos e instituições no nível da sociedade. Para o autor, deve-se compreender que a qualidade de vida e a justiça social ainda se associam a outros *parâmetros subordinados particulares* – exemplos destes parâmetros relacionados à justiça social podem ser o nível de segregação e fragmentação sócio-espacial, os graus de desigualdades socioeconômicas, socioambientais e mesmo da reprodução desigual do cotidiano, o nível de acesso e oportunidade para participação cidadã direta em processos decisórios relevantes, o nível de descontinuidade dos equipamentos urbanos pelo tecido urbano etc.; os parâmetros relacionados à qualidade de vida se

referem às necessidades e satisfações individuais e de grupos no que tange à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao uso dos espaços e equipamentos cotidianos, à possibilidade de redes cotidianas de sociabilidades, às atividades reprodutivas, à alimentação saudável, à interação com o meio ambiente saudável, o senso de pertencimento e conexão sociocultural, a eliminação de fatores de sofrimento, desconforto, opressão e discriminação etc. (SOUZA, 2020).

Importante ressaltar que tanto a qualidade de vida quanto a justiça social são objetivos imprescindíveis, nenhuma de suas metas é mais importante que a outra, ambos são indissociáveis, possuem uma relação de *complementariedade essencial* – tomados isoladamente são insuficientes para a avaliação e as estratégias de desenvolvimento sócio-espacial – e não podem prescindir da noção de autonomia como foi proposto por Souza (2020). Se verá mais adiante que a vida cotidiana pode assumir um papel determinante na construção qualitativa destes parâmetros, uma vez que ela se coloca como um nível da realidade capaz de aglutinar e explicitar todos os outros, por isso sua centralidade.

Indo mais adiante, Souza (2020) sugere que haja *adaptações singularizantes dos parâmetros particulares* em função das circunstâncias históricas, sociais, temporais, espaciais, cotidianas etc. Estas adaptações consistem em ajustes realizados “pelos próprios indivíduos/cidadãos envolvidos no planejamento ou na gestão em um determinado espaço e tempo, e não pelo pesquisador ou planejador profissional” (SOUZA, 2020, p. 68). O planejamento urbano, neste caso, deve-se configurar em estratégia para promover as condições reais para que estes ajustes ocorram da melhor maneira possível em relação a cada situação concreta.

Assim, a salubridade, no tocante à habitação, pode ser um indicador muito útil para a avaliação da qualidade de vida; contudo, para fins de delineamento de uma intervenção urbanizadora conjugada com regularização fundiária e oferta de moradias em uma favela específica de uma dada cidade, é mais que conveniente ajustar o conteúdo e a operacionalização de um indicador, mediante escalas de avaliação e classificação *ad hoc*. (SOUZA, 2020, p. 68)

Estas adaptações pretendem alcançar o máximo de realismo possível e menos programação e representação ideal de espaços e necessidades, elas se assentam nos aspectos que determinam a vida cotidiana dos indivíduos, em suas culturas e sentimentos, sem que se perda de vista referenciais teórico-conceituais e metodológicos mais gerais e pertinentes ao desenvolvimento de soluções técnicas

cabíveis. Como afirma Souza (2020, p. 68), “levar em consideração o que é único significa, de certo modo, submeter radicalmente a teoria à realidade e à práxis humana, mas não equivale a aposentar a teorização”. Sob esta ótica – de um desenvolvimento sócio-espacial que se realiza com base num projeto de construção de sociedades autônomas –, o homem cotidiano, ordinário e comum, torna-se *agente controlador do próprio processo*.

As experiências e práticas cotidianas e os saberes locais devem ter livre expressão, em toda a pluralidade (polissemia, polifonia, polirritmia, polivalência etc.) em que são constituídos, e serem incorporados às análises e ao desenho das intervenções planejadoras. Ao mesmo tempo, “o raciocínio prático do senso comum, que tem livre curso nas situações ordinárias de ação, deveria interagir, dialogicamente, com o tipo de conhecimento teoricamente lastreado dos pesquisadores e planejadores profissionais” (SOUZA, 2020, p. 69).

[...] as adaptações singularizantes de parâmetros particulares seriam desconstruções/reconstruções, feitas em cada situação concreta, pelos cidadãos e conjuntamente com os pesquisadores e planejadores profissionais, dos parâmetros particulares, propostos por esses pesquisadores e planejadores com base na combinação de seus esforços prévios de investigação empírica e reflexão teórica (ou seja, reflexão sobre a dialética entre o particular e o geral acerca dos fenômenos observados, isso sobre os fundamentos de um raciocínio multiescalar e multidimensional). (SOUZA, 2020, p. 69)

Deste modo, a *práxis planejadora* que considera a importância do desenvolvimento sócio-espacial (como descrito nos termos até aqui) deve partir da fusão criativa dos saberes dos atores sociais com os balizamentos técnico-científicos trazidos pelos planejadores e gestores urbanos (na qualidade de consultores). Os parâmetros particulares que incidem sobre o planejamento urbano não podem ser produtos de um gabinete, ou de um escritório, mas construções dialógicas com o conteúdo da vida cotidiana e dos sentimentos dos atores sociais. Estas parametrizações construídas por Souza (2020) são especialmente importantes por dois motivos: primeiro, porque conjuga um projeto que é, ao mesmo tempo, político-prático e teórico-filosófico, criando uma horizontalidade de base em relação a grandes metas sócio-espaciais e uma verticalidade possível de aprofundar-se com base na vida cotidiana; e segundo, porque estrutura um conjunto básico de parâmetros que

podem (e devem) ser empregados tanto em diagnósticos, prognósticos quanto propostas de intervenção urbanos¹⁴.

2.2 PLANEJAMENTO URBANO: DETERMINAÇÕES, INDETERMINAÇÕES E CONTRADIÇÕES

2.2.1 Sentidos do planejamento urbano

Em primeiro lugar, não se pretende apontar, preterir ou expor uma definição conceitual universal do planejamento urbano e que tenta abarcar toda sua totalidade, mas antes, entender quais fundamentos e noções são passíveis de apropriação ou não como questões norteadoras para a sua prática. Sob este ponto de vista, também buscou-se construir uma posição crítica em relação à compreensão sobre o processo de entender a definição de planejamento urbano. Com base nisto, levando-se em consideração a verificação de questões norteadoras, aponta-se o importante questionamento sobre a *indeterminação conceitual do planejamento urbano ou da sua polissemia*. Uma análise mais atenta acarreta a caracterização de alguns aspectos desta condição que, em alguns casos, se revela problemática.

As definições gerais de planejamento urbano se baseiam, fundamentalmente, na fragmentação dos seus termos. Ao definir o planejamento urbano, é comum – enquanto operação metodológica – que os autores busquem uma definição para o termo *planejamento* e em seguida busque adjetivá-lo ou direcioná-lo por meio do termo *urbano*. Este último, em maioria dos casos é apenas, indistintamente, a representação para o *espaço urbano* ou para a *cidade*. As consequências desta operação podem ser notadas quando a definição se revela demasiadamente genérica (acreditando-se atingir um núcleo principal) que pode ser aplicada a qualquer processo de planejamento indiferentemente da área a que se destina. Neste caso, as características e atributos se vinculam, quase que exclusivamente, às noções

¹⁴ Não se discutiu a viabilidade e eficiência econômicas destes processos, contudo, entende-se que não devam ser consideradas um fim em si mesmas. Com afirma Souza (2020, p. 71), devem ser encaradas como um *meio* a serviço da justiça social e da melhoria da qualidade de vida – “somente no caso de realmente contribuir para esses *fins* é que a eficiência econômica poderá ser, a partir de uma perspectiva autonomista, considerada como moralmente legítima”.

advindas da área de Administração. Observa-se as definições apresentadas por Dror (1963), Saboya (2008) e Duarte (2013) em relação ao planejamento urbano:

Planejamento é o processo de preparar um conjunto de decisões para ação futura, dirigida à consecução de objetivos através dos meios preferidos. (DROR, 1963, p. 50, tradução nossa)

[...] o planejamento pode ser definido como o processo de escolher um conjunto de ações consideradas as mais adequadas para conduzir a situação atual na direção dos objetivos desejados. (SABOYA, 2008, não p.)

[...] podemos definir planejamento como o conjunto de medidas tomadas para que sejam atingidos os objetivos desejados, tendo em vista os recursos disponíveis e os fatores externos que podem influir nesse processo. (DUARTE, 2013, p. 26)

Del Rio (1990, p. 45)¹⁵ apresenta as definições de Davidoff e Reiner, para quem o planejamento se tratava de um “processo para determinar ações futuras através de uma sequência de opções”; e de Andreas Faludi que o retratava como a “aplicação de um método científico ao processo de elaboração de políticas”. Da mesma forma, Limonad (2015, p. 73) apresenta a definição de Hall e Tewdwr-Jones, para quem o “planejamento está preocupado em alcançar de forma deliberada algum objetivo, e se processa através da organização de uma sequência ordenada de ações”. Evidentemente, estas perspectivas seguem as mesmas linhas de definição dos autores acima.

Estas conceituações, como já assinalado, determinam genericamente o que é planejamento na sua acepção mais básica. É claro que não se pode furtar destas orientações em relação à prática – o fato de se destinar a um processo caracterizado por atividades e interações multifacetadas; de se orientar ao futuro; de se firmar por meio de objetivos, diretrizes e ações estratégicas; de construir os meios para sua

¹⁵ As perspectivas apresentadas por Del Rio (1990) são identificadas no contexto do pós-guerra, especificamente as décadas de 1950 e 1960, quando se assinalou a demanda por planejadores nos países centrais, aumentando o seu número de forma considerável mediante os esforços de reconstrução e reestruturação econômicos e das necessidades de investimento. Para o autor, o planejamento urbano e regional assumiu o papel de destaque a fim de garantir ao processo de desenvolvimento sua racionalização e implementação de objetivos, passou a ser encarado como “uma necessidade para integração de ações e maximização dos investimentos, segundo opções necessariamente políticas” (DEL RIO, 1990, p. 45).

realização –, entretanto, nenhuma dessas definições são capazes de identificar a verdadeira natureza do planejamento urbano ou com que elementos ele se ocupará. O urbano, longe de adjetivar o termo planejamento, expressa um fenômeno altamente complexo, “desconcertante para a reflexão teórica, para a ação prática e mesmo para a imaginação” (LEFEBVRE, 2001, p. 7). De outra parte, “para uma sociedade que se urbaniza nos ecúmenos do território e também nas complexas relações sociais, exige do planejamento urbano até mesmo sua revisão, pois amplia seus espaços de atuação de forma quase global” (ULTRAMARI, 2009, p. 171).

Ao identificar a origem recente e britânica-estadunidense da expressão *planejamento urbano*, Kohlsdorf (1985) a posiciona na esteira da crítica ao urbanismo, à arbitrariedade dos seus postulados e ao distanciamento da realidade em que vinha incidindo no início do século XX. Diante disso, a área de conhecimento sobre a cidade passou a identificar-se pelo *planning*, isto é, a “constituir-se de procedimentos racionais que têm como finalidade a preparação de tomadas de decisões, estas no sentido de conduzir os processos urbanos para metas e objetivos previamente estabelecidos” (KOHLSDORF, 1985, p. 33). Nesta definição de Kohlsdorf (1985) o contexto apresentado seguido do desdobramento sobre a noção de *tomadas de decisões* eleva a um nível acima a compreensão do que realmente possa ser o planejamento urbano, embora não trate sobre a natureza do processo urbano e da realidade urbana nos quais a prática e a teoria do planejamento urbano incidem diretamente.

Possivelmente não se encontrará uma definição que possa, de modo completo, colocar-se de frente à grandeza e à complexidade que é trabalhar com e pensar sobre o planejamento urbano. Este seria, talvez, um empreendimento coletivo de reflexão conjunta. Como já foi explicitado aqui, a intensão não incide sobre a busca de uma definição correta, mas estas exposições quanto às definições conceituais contribuem à análise da perda de dois dados. Primeiro, *a complexidade do fenômeno urbano* implica na necessidade de um conjunto muito maior de habilidades, técnicas, ferramentas, metodologias e noções teóricas e práticas para que se possa eventualmente planejar algo, e que não podem ser expressas apenas por uma perspectiva linear e cartesiana sobre a previsão e execução gradativa de um processo encadeado por objetivos destinados à ações futuras (SOUZA, 2020). “O planejamento não trata apenas da instrumentação eficiente de objetivos; é também um processo pelo qual a sociedade pode descobrir seu futuro” (FRIEDMANN apud WILHEIM, 1976,

p. 38). Em segundo, *a realidade urbana – objeto do planejamento urbano –, não faz parte da sua caracterização e/ou definição*, perdendo-se fatores intrínsecos e relacionais sobre os quais o planejamento urbano deveria se assentar.

Os aspectos técnicos e metodológicos, no que se refere ao planejamento urbano e à sua identificação, não podem prescindir da realidade urbana e da vida cotidiana – um dos modos pelo qual essa realidade se estrutura –, nem mesmo em sua definição. Estas devem comunicar a verdadeira grandeza e complexidade teórica e prática da área e não o sentido metodológico, que aliás, em sua atividade se configura de muitas maneiras. Não são um único instrumento ou apenas uma forma estruturada do fazer que determinarão o planejamento urbano em si, mesmo que algumas lógicas sejam dominantemente reconhecidas, pois não se trata de lidar apenas com uma.

A perda destes dois dados – a complexidade do fenômeno urbano e a realidade urbana – revelam, uma vez mais, que a pluralidade e dificuldade da realidade urbana, da vida cotidiana e da produção social do espaço (LEFEBVRE, 1991; 1999; 2001; 2006) continuam, embora advertidamente, a não figurarem decisivamente nas noções gerais do planejamento urbano. Perspectivas hegemônicas com foco restrito sobre a racionalidade processual da prática em planejamento – identificada dentro de termos gerenciais, administrativos e econômicos – ainda são responsáveis por moldar e definir a maior parte das características e ações do planejamento urbano.

Enquanto disciplina e campo profissional, o planejamento urbano não se limita de forma restritiva à uma área ou outra, à uma disciplina específica (DUARTE, 2013). Por isso, invariavelmente, sua definição sofre com a polissemia e a indeterminação conceitual própria das áreas interdisciplinares e multidisciplinares, assim como nas ciências sociais, cujas atribuições passam pela decisão em instrumentalizar constantemente novos conceitos e paradigmas de interpretação e explicação da realidade (PAIS, 1986), e que por vezes podem ser relativamente vagos e ambíguos. A natureza complexa dos fenômenos sócio-espaciais determina esta dificuldade, de modo que as reflexões posteriores vão, cada uma à sua maneira, estabelecendo mais claramente os limites teóricos e práticos destes conceitos. Portanto, este percurso construtivo implica numa larga processualidade e em diferentes temporalidades das descobertas do conhecimento e das práticas científicas e sócio-espaciais cotidianas,

considerando a ação do planejamento urbano dentro de um campo ampliado que lhe é constitutivo.

Outro fator determinante e que modifica profundamente este quadro são as formas e exigências de intervenção e transformação da realidade, nas quais se determina o conhecimento do fenômeno urbano e do planejamento urbano em função das ações práticas de intervenção, abandonando em muitas situações as pretensões científicas trazidas, por exemplo, pelo urbanismo, pela sociologia etc. (KOHLSDORF, 1985). Atualmente, multiplicaram-se as possibilidades de ação qualitativamente e quantitativamente, que ao seu turno, reconfiguraram o arcabouço teórico-prático modificando noções e categorias aplicadas. Mesmo assim, ainda é preciso expandir determinadas fronteiras e qualificar outras de modo a avançar e abarcar um número maior de sentidos, apropriando-se da polissemia resultante da complexidade do fenômeno urbano e da cultura que engendra as manifestações da vida cotidiana em relação aos espaços urbanos. Entende-se que esta seja uma chave da qual o planejamento urbano ainda não se apropriou efetivamente, embora tenha buscado aqui e ali algumas possibilidades.

2.2.2 Indeterminações do campo disciplinar e profissional

2.2.2.1 *Identificação do objeto e expansão das fronteiras teórico-práticas*

Farret (1985) observa que os resultados negativos e ineficazes do planejamento urbano estão vinculados ao conhecimento limitado sobre o seu objeto – a cidade –, que se apresenta de forma complexa, multidisciplinar e carente de um corpo teórico próprio. Em outras palavras, “o conhecimento da cidade, como objeto concreto, é condição necessária, embora não suficiente, para melhor atingir os objetivos do planejamento urbano, em todas as suas dimensões” (FARRET, 1985, p. 11).

De fato, as ações de planejar, de intervir e transformar exigem muito mais do que o conhecimento em si sobre a cidade. Há uma infinidade de habilidades e competências – proatividade, boa comunicação, liderança, gerenciamento do tempo, gestão de recursos, gestão de pessoas, inteligência emocional, empatia, criatividade, resolução de problemas, capacidade de análise e síntese, saber avaliar, comparar, mapear, mediar, etc. – necessárias aos planejadores urbanos e que avançam sobre

as fronteiras pré-estabelecidas da sua área de conhecimento. Entretanto, em relação às observações de Farret (1985) que, via de regra, são bastante reconhecidas e assumidas por outros estudiosos, busca-se desenvolver aqui algumas problematizações e apontar três objeções sobre elas.

Em primeiro lugar, *o conhecimento que se tem da cidade não é absolutamente limitado*, pelo contrário. Há dificuldades em reconhecer a expansão que os estudos urbanos e as pesquisas relacionadas à vida no meio urbano têm alcançado. É possível verificar um conjunto de conceitos trabalhados por inúmeros autores de diferentes áreas do conhecimento e que hoje estão diretamente relacionados às suas pesquisas no planejamento urbano ou acerca das cidades ou a leitura da realidade social e urbana. Vários destes conceitos sequer são de conhecimento geral no campo do planejamento urbano, entretanto, a visibilidade crescente para os temas e maneiras de abordagens são uma evidência desta expansão das investigações dos estudos urbanos e, certamente, das problematizações e necessidades que acompanham a cidade e o espaço urbano no início do século XXI.

Psicanalistas como Jorge Broide e Emilia Estivalet Broide têm atuado com minorias e grupos marginalizados nas cidades de São Paulo e Porto Alegre por meio de planos municipais para a população de rua, estabelecendo através das clínicas públicas uma escuta sensível dos territórios e criando dispositivos práticos e clínicos de interação e mapeamento da vida cotidiana e das necessidades desta população. Em outro espectro, Paulo Saldiva, professor e médico patologista da Universidade de São Paulo, que atua junto à Organização Mundial de Saúde, ao Jornal da USP, à plataforma Urbanite e à frente do programa Sob Nova Direção – Poluição Atmosférica, tem contribuído com pesquisas sobre a qualidade de vida e ambiental urbana com enfoque sobre a poluição atmosférica e seu potencial carcinogênico, desenhando panoramas preocupantes para as grandes cidades e metrópoles e evidenciando soluções no nível de organização e planejamento das cidades e das mudanças dos modos de vida urbanos relacionadas, principalmente, à mobilidade urbana sustentável.

Jailson de Souza e Silva, geógrafo e professor aposentado pela Universidade Federal Fluminense, esteve junto à fundação do Observatório das Favelas e da Escola Popular de Construção Crítica (EPOCC) no Rio de Janeiro, é um militante das populações e comunidades faveladas, articulando trabalhos de escuta territorial, extensão universitária, ativismo social e cartografias sociais para políticas sociais e

urbanas, com base nos paradigmas da potência, da convivência, da hostilidade, da ausência e da carência, buscando remontar a potência histórica e a perspectiva do encontro que caracterizam as favelas e que marcam a realidade cotidiana e sócio-espacial destas populações. Renato Emerson dos Santos (geógrafo e professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro) e Joseli Maria Nunes Mendonça (historiadora e professora da Universidade Federal do Paraná) seguem com atuações e trabalhos profissionais semelhantes, que se voltam também à interação do ensino, pesquisa e extensão à escuta territorial, às cartografias sociais e etnografias voltadas à raça, racialidade e racismo nas relações de produção e de reprodução do espaço urbano, identificando as organizações das espacialidades e temporalidades das relações raciais, a construção ideológica da democracia racial e da colonialidade que marcam as relações sociais e que criam princípios ordenadores de hierarquização e classificação racial e sócio-espacial, bem como padrões de contexto e interação, formas de flexão do espaço-tempo, formas simbólicas de marcação do espaço e, evidentemente, dos modos culturais de organização da vida cotidiana entre populações negras e brancas.

Silke Kapp, arquiteta e professora da Universidade Federal de Minas Gerais, possui uma ampla atuação junto ao poder público local por meio do Laboratório de Pesquisa MOM – Morar de outras Maneiras, e da participação direta no desenvolvimento de políticas e planos de desenvolvimento para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, levando em pauta as questões mais proeminentes relacionadas aos desdobramentos das relações de gênero no e sobre o espaço e tempo urbanos e as suas implicações ao espaço cotidiano na metrópole. Ana Falú, arquiteta e professora da Universidade de Córdoba na Argentina, foi diretora regional da ONU Mulheres, do Instituto de Investigación de la Vivienda y Hábitat (INVIHAB), cofundadora da Red Mujer y Hábitat de América Latina e da Articulación Feminista Mercosul, realiza trabalhos semelhantes visando o direito das mulheres e destes em relação ao direito à cidade. Da mesma forma, a também arquiteta e professora Zaida Muxí, as economistas e professoras Lucia del Moral-Espín e Cristina Carrasco, e diversos coletivos feministas (Col. Lectiun Punt 6, Hiria Kolektiboa, por exemplo), todas espanholas, têm atuado junto aos governos municipais da Espanha e de outros países como Argentina, visando a promoção de políticas públicas (sociais e urbanas), a produção de planos e diagnósticos urbanos locais com a perspectiva de gênero, apresentando resultados expressivos a nível nacional e internacional como a Lei de

Tempo e os Bancos de Tempo na Espanha, a instituição da Secretaria Municipal de Tempo de Barcelona, como mecanismos e instrumentos de controle e superação das desigualdades sócio-espaciais e de gênero. Todas estas profissionais são responsáveis, juntas à inúmeras outras, por uma constelação de princípios teórico-conceituais e noções práticas que visam transformar a vida cotidiana e as relações sócio-espaciais e socioeconômicas que estruturam a vida urbana, especialmente de mulheres, crianças e idosos. Nesta constelação apresentam-se noções muito pertinentes como: gênero, representações de gênero, divisão sexual do trabalho social, trabalho doméstico, trabalho de cuidados, maternagem, maternagem biológica, maternagem social, produção extra doméstica, modelo social patriarcal, distribuição funcional da paisagem urbana em função da divisão social de gênero, direito à cidade, direito ao espaço cotidiano, reorganização do tempo social, democratização da vida cotidiana, espaços e tempos não monetizados, bem-estar cotidiano, produção do espaço cotidiano, tipologias de espaço cotidiano, autonomia sócio-espacial, espaços de confinamento, crise dos cuidados, cadeias mundiais e globais de afeto e cuidados, economia feminista, espaços econômicos alternativos, espaços comuns, tempos da cidade, tempo vivido, tempo doado, tempo de relação, banco de tempos, tempos ecológicos, ritmos cíclicos e lineares, esferas de produção e reprodução, espaços de relação, equipamentos cotidianos, atividades e itinerários cotidianos.

A arquiteta e professora Adriana Sansão Fontes, por meio do Laboratório de Intervenções Temporárias e Urbanismo Tático (LabIT) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tem levantando várias discussões sobre a interface entre arte, arquitetura e design em se tratando de ações táticas e intervenções temporárias que requalificam, reapropriam e reconquistam o espaço cotidiano de uso público, contrapondo-se aos espaços dos grandes eventos, institucionais e privatizados e identificando parâmetros e condições sócio-espaciais que levam ao engajamento social, ao crescimento da urbanidade em determinadas porções do espaço urbano, a produção de lugares de pertencimento sociocultural, a construção da amabilidade do espaço urbano, o surgimento de eventos festivos e a suspensão dos espaços-tempos cotidianos, as intervenções de arte pública e demais relações que contribuam para a transformação dos espaços públicos da cidade e das práticas cotidianas que sustentam a vitalidade destes espaços. Henrique Parra, cientista social e professor pela Universidade Federal de São Paulo, possui uma participação ativa junto ao Instituto Procomum, o Pimentalab e Laboratórios do Comum e Cidadãos, onde são instituídas formas de

prototipagem visando a produção de comuns e espaços alternativos, levando-se em conta processos complexos de ativismos sociais e de resistência para a construção de políticas do comum, do cuidado, do cotidiano, do transindividual, além de arranjos sócio-técnicos, tecnologias sociais e militâncias, para fazerem frente aos processos desencadeados pela necropolítica, a corporatização, a financeirização, o capitalismo cognitivo e informacional contemporâneos.

Todos estes exemplos, apenas alguns em meio à abundância de leituras, reflexões e recepções sobre o tema aqui explorado, retratam conceitos e abordagens contemporâneas sobre a cidade e o espaço urbano e que abarcam níveis de compreensão da realidade urbana e cotidianamente vivida, bem como a produção de alternativas ao atual panorama socioeconômico, socioambiental e sócio-espacial. Gardiner (2000) observa que desde os anos de 1980 o crescente interesse pela esfera da vida cotidiana tem sido marcado por inúmeras e plurais linhas de investigação, sobretudo nos estudos culturais, feministas, de mídia e de pós-modernismos. O autor até sugere uma mudança epistêmica, menos focada nas teorizações sociais abstratas e com mais ênfase nos aspectos cotidianos e não formalizados da realidade sócio-espacial.

Os profissionais e as áreas de conhecimento envolvidos neste movimento multidimensional e multidirecional se diversificaram de tal modo que uma parte significativa dos campos científicos possuem uma abordagem em relação à cidade, mesmo que em estágio inicial de desenvolvimento ou pouco articulada com outras áreas de conhecimento. A apreensão da realidade urbana pelo viés concreto e conceitual contemporâneo da vida cotidiana implica, dentro do planejamento urbano, o questionamento das categorias econômicas e seus determinismos, levando à abertura de abordagens que privilegiam a cultura, o imaginário, a história, a sensibilidade, o vivido, a memória etc. Estes fatores reunidos têm contribuído com a diversificação epistemológica e metodológica do campo dos estudos urbanos.

É possível notar que o ambiente acadêmico tem exercido um papel fundamental na expansão das fronteiras do conhecimento nos estudos urbanos e consequentemente no planejamento urbano. Pode-se perceber uma variação da dimensão profissional e propositiva que predominava para uma tendência de crescimento da esfera acadêmica e sua produção crítica, bem como suas ações extensionistas. No Brasil, talvez ocorra como resultado da exigência pelo desenvolvimento dos sistemas de pós-graduação e de pesquisa desde os anos de

1970 (GOMES, 2012). Enquanto contribuição ao conhecimento do espaço urbano e das cidades contemporâneas, como bem ressalta Kohlsdorf (1985, p. 34), “a característica mais peculiar do planejamento urbano reside na entrada em cena de várias disciplinas; contrapõe-se, desta forma, ao papel especializado que o urbanismo assumiu diante da organização da sociedade industrial”.

À vista disso, é possível compreender que a questão se trata mais de *delimitação* do que de *limitação*. Por uma parte, considera-se o sentido que se refere à regimentação de lugares próprios dentro do campo das ciências, identificando objetos com determinadas áreas de modo a criar nichos profissionais ou o domínio de certas áreas sobre outras. Não se está descartando o conhecimento, o arcabouço, as técnicas e tecnologias que tradicionalmente alguma área possa ter desenvolvido em relação à abordagem de algum objeto estabelecido – no caso do planejamento urbano, notadamente a arquitetura e urbanismo, a sociologia, a economia política, a geografia etc. A questão é que determinados objetos ou temas de estudo estão situados em zonas de interdisciplinaridades que dificilmente permanecem dentro dos limites do processo de segmentação do conhecimento, das disciplinas e especialidades. Se esquece que as disciplinas possuem apenas uma existência relativa, “ligada de um lado à ações práticas, e de outro a ideologias que elas procuram incessantemente ou consolidar ou decantar” (LEFEBVRE, 1991, p. 28). Kohlsdorf (1985, p. 35) ressalta que o desenvolvimento do espaço urbano como campo disciplinar é constituído de entraves propiciados pela “herança positivista do mundo ocidental”, de modo que assumir plenamente a globalidade da questão urbana se torna uma tarefa difícil, pois implica em “contradizer a própria divisão profissional e acadêmica vigente”.

Assim, apresenta-se os aspectos da segunda objeção de maneira à complementar as questões acima. *O objeto do planejamento urbano é recorrentemente identificado como a cidade. No entanto, mesmo como objeto concreto, ela é uma parte de uma condição maior, a realidade urbana.* Esta, por sua vez, extrapola os limites da cidade e constitui-se no e pelo espaço urbano. Neste sentido, compreende-se que o objeto do planejamento urbano é a realidade urbana (ULTRAMARI, 2009), que não se constitui tão e somente pelo espaço urbano, mas também se estrutura por meio da vida cotidiana e das relações sociais de produção e reprodução. Lefebvre (2004, p. 38) ressalta a ocultação desta realidade, interpretada por ele como o campo cego do urbano, que é visto ainda por meio da perspectiva da

prática e teoria da industrialização, como um pensamento analítico fragmentário, especializado e redutor da realidade urbana em formação.

A realidade urbana, antes de nascer e de se afirmar, se vê *reduzida*, de um lado, pelo *rural* (os subúrbios compostos por casas ajardinadas, os espaços ditos verdes) e, de outro, pelo *cotidiano* industrial (as moradias funcionais, as vizinhanças, as relações, os trajetos monótonos e obrigatórios), *cotidianidade* submetida às exigências das empresas e tratada conforme a racionalidade empresarial. Trata-se de uma redução, ao mesmo tempo social e mental, de um lado, à trivialidade e, de outro, à especialidade. (LEFEBVRE, 2004, p. 38)

Não é possível reiterar a atividade de planejar a partir de um único lugar. A realidade urbana se apresenta em sua totalidade e concretude como uma condição material, geográfica, econômica, ambiental, biológica, social, psíquica etc., da qual todos estão envolvidos na vivência de sua experiência. Na qualidade de suas dimensões, a realidade urbana corrobora com a expansão de fronteiras dos estudos urbanos e do planejamento urbano de modo a estabelecer um ponto de convergência das ciências, das disciplinas, das áreas do conhecimento e da arte.

Esta condição pode ser percebida em Villaça (1999) quando questiona a atuação do Estado brasileiro sobre as cidades – tratadas enquanto organismo físico, viabilizadas pelo saneamento, transporte e habitação principalmente – e se sua abordagem cabe ao que se pode reconhecer como planejamento urbano. O autor chama atenção para o aspecto dominante no planejamento urbano que se vincula conceitualmente à especificidade da organização do espaço urbano, aplicada ao plano de uma cidade individualmente. Se por um lado admite-se a preponderância da organização do espaço urbano na definição da prática do planejamento, por outro, reconhece-se que sua tratativa exclusiva por meio de planos e intervenções físico-estruturais não são capazes de atingir os objetivos a que se presta e nem de apresentar a almejada eficácia. Entre o planejar e o espaço urbano há lacunas e intervalos – preenchidos por sociabilidades, experiências e temporalidades – que levam ao questionamento da delimitação e particularidade do objeto do planejamento urbano.

Com base nas questões anteriores aponta-se uma terceira: *o planejamento urbano no início do século XXI é tensionado por um conjunto amplo de sentidos e necessidades, que se tornaram preponderantes em virtude das condições socioculturais; socioeconômicas e socioambientais que a realidade urbana apresenta.*

Em outras palavras, a realidade urbana é polissêmica e a maneira como é apreendida está constantemente sendo modificada, não a partir de um único lugar, mas de novas e outras vozes que ainda não tinham alcançado ressonância. Na contemporaneidade, os discursos sobre a cidade e os espaços urbanos, mais do que em qualquer período histórico anterior, multiplicaram-se em variados tipos, formas, racionalidades, objetivos, ideologias, esperanças, críticas etc. Considera-se a hipótese de que esta transformação se dá em função do aprofundamento das problemáticas e crises que a cidade e o espaço urbano já apresentavam – periferização, precarização, segregação, irregularidade, especulação, espoliação (KOWARICK, 1979; MARICATO, 1979; OLIVEIRA, 2013), fragmentação, hierarquização e homogeneização dos espaços (LEFEBVRE, 1999; LENCIONI, 2017) –, mas também de um deslocamento crescente do centro da análise e da crítica para uma aproximação maior com a vivência, a experiência e percepção de indivíduos e grupos sociais, de modo a reconhecer os macroprocessos da produção social do espaço por meio das micro experiências cotidianas dos habitantes, aprofundando-se nos aspectos da reprodução social e dos fenômenos de resistências em detrimento do exclusivismo das categorias econômico-políticas e administrativas. Especificamente do ponto de vista do planejamento urbano, questionam-se as saídas oferecidas pelas leis e planos, se de fato estão conseguindo redemocratizar o espaço urbano à luz dos seus instrumentos.

Esta noção já estava presente na abordagem de Lefebvre (2004) quanto à distinção de níveis e dimensões para a análise do fenômeno urbano, apresentando-se sob o ponto de vista da produção social do espaço como uma necessidade metodológica para que se pudesse de fato avançar sobre os problemas da realidade urbana. Neste sentido, o autor reivindicava o plano da vida cotidiana como nível de análise prioritário, buscando a inversão das leituras hegemônicas que decorrem do exercício do poder e do Estado (como vontade e representação), onde estão inseridas as estratégias políticas, as lógicas de classe e os instrumentos ideológicos e científicos – o nível das relações globais, “das relações as mais gerais, portanto, as mais abstratas, e, no entanto, essenciais: mercado de capitais, política do espaço” (LEFEBVRE, 2004, p. 78).

Na perspectiva de Lefebvre (1991; 2004), adotada aqui, a preponderância do cotidiano para a análise urbana não implica na destituição dos outros níveis e dimensões, pelo contrário. Esta orientação metodológica significa uma síntese contraditória entre níveis e dimensões, onde o cotidiano revela a prática social –

enquanto *status quo* e enquanto práxis transformadora – de modo a incorporar e superar a produção econômica, avançando no sentido da reprodução.

Desse modo, estas objeções orientam a identificação do objeto do planejamento urbano – a realidade urbana – como uma situação histórica mais complexa que a cidade, de modo que é imprescindível situar suas dimensões na análise do fenômeno urbano e conseqüentemente na orientação teórico-prática do planejamento urbano. A vida cotidiana, como visto, pode ser mantida nos fragmentos da realidade urbana, à margem dos debates como uma perda de dados intrínsecos e referenciais do planejamento urbano, ou assumir um papel determinante no processo da análise urbana de maneira a reorientar a teoria e a prática do planejamento. Também, a vida cotidiana, enquanto realidade e teoria, sugere a estruturação de um processo contemporâneo dialético de explicitação do social como abordagem do conhecimento sobre o espaço urbano.

2.2.2.2 Sobreposições disciplinares e a busca de sentidos

Soma-se à polissemia, à indeterminação conceitual do planejamento urbano e à sua perda de dados intrínsecos e relacionais – realidade urbana e vida cotidiana – as ambiguidades e incertezas quanto à clareza entre o seu significado e os de urbanismo, desenho urbano e gestão urbana, por exemplo. Vários autores apontam para esta preocupação, dentre eles: Kohlsdorf (1985); Del Rio (1990); Ultramari (2009); Souza (2020); Choay (2010); Duarte (2013) e Limonad (2015).

Em fins do século XIX o binômio industrialização-urbanização e os efeitos da sua expansão deram, segundo Choay (2010) e Lefebvre (2004), origem a uma disciplina que se diferenciava pelo seu caráter prático e por sua pretensão científica, o urbanismo. No entanto, esta disciplina não questionava a necessidade das soluções que preconizava. O urbanismo, de acordo com Choay (2010, p. 2), “tinha a pretensão de uma universalidade científica: segundo as palavras de um de seus representantes, Le Corbusier, ele reivindica ‘o ponto de vista verdadeiro’”. Para a autora, desde o início o urbanismo vai lidar com sua legitimidade impondo um ponto de vista “racional” sobre o problema que pretende resolver: “o planejamento da cidade” (CHOAY, 2010, p. 3). Segundo Villaça (1999) e Maricato (2000), a perspectiva sobre o urbano no Brasil se desenvolve por meio da crença de que os problemas manifestados nas cidades são causados pelo seu crescimento caótico e pela falta de planejamento, definindo a

necessidade de intervenção por meio de técnicas e métodos bem-definidos, indispensáveis ao ordenamento do caos urbano.

Por outro lado, o urbanismo, enquanto campo de conhecimento e campo profissional, esteve condicionado à sua incapacidade de dar uma forma prática ao questionamento da sociedade, situando, por vezes, as suas reflexões nas dimensões do imaginário e da utopia, revestidas de discursos técnicos, científicos e racionais. Neste embate, produziram-se sentidos para a cidade – como a expressão *desordem* e sua antítese, a *ordem* – que permitiram corresponder tipos de projeções sócio-espaciais (modelos), oscilando entre a primazia das formas de organização espacial e a dos processos sociais como propostas e soluções de caráter pretensamente reprodutível (HARVEY, 2004).

Para Choay (2010, p. 20), “a grande cidade do século XX é anacrônica”. Esta constatação se mantém para a cidade do século XXI e, por isso, torna-se necessário recorrer à história para construir um quadro de referências onde captar o sentido real do urbanismo propriamente dito, sob suas diversas formulações e fórmulas, e situar os problemas atuais do planejamento urbano (CHOAY, 2010, p. 3). Com base em Choay (2010), encontram-se no quadro a seguir um conjunto de análises que auxiliam nesta compreensão e também à problematização do campo disciplinar do planejamento urbano.

QUADRO 3 – CONCEITOS E ABORDAGENS DA CIDADE E DO ESPAÇO URBANO MODERNOS

ASPECTOS CARACTERÍSTICOS	MODELO PROGRESSISTA	MODELO CULTURALISTA	MODELO NATURALISTA
Modelos escritos e Planos de Referência	<i>La cité industrielle</i> (1917) – Tony Garnier <i>Ville Radieuse</i> (1922) – Le Corbusier	<i>Der Stadtebau (O desenvolvimento Urbano)</i> (1889) – Camillo Sitte <i>To-morrow: A Peaceful Path to Real Reform</i> (1898) (reimpresso em 1902 como <i>Garden Cities of To-morrow</i>) – Ebenezer Howard <i>Letchworth Garden City</i> (1904) – Raymond Unwin e B. Parker	<i>Broadacre-City (The Disappearing City – 1932)</i> – Frank Lloyd Wright
Difusão	C.I.A.M. – Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna; Carta de Atenas – 1933; Revistas	Livros; Exposições; Jornais; Revistas	Livros; Exposições; Revistas
Concepções artísticas	Construtivismo; Purismo; Cubismo - A relação com o objeto é fundada numa concepção austera e racional da beleza	Romantismo	Romantismo - Influenciado por uma visão antiurbana e naturalista

ASPECTOS CARACTERÍSTICOS	MODELO PROGRESSISTA	MODELO CULTURALISTA	MODELO NATURALISTA
Ideia chave	Modernidade / Progresso - indústria, arte de vanguarda e liberdade da razão colocadas a serviço da eficácia e da estética - proeminência das necessidades materiais	Nostalgia / Cultura - fazer um estágio ideal passado reviver - proeminência das necessidades espirituais	Natureza / Totalidade - arquitetura e urbanismo estão subordinados à natureza - relação fundamental de origem com a natureza
Imagem chave	Cidade-instrumento; Cidade-espetáculo	Cidade-ruína; Bela totalidade perdida	Cidade-orgânica
Visão da história	Concepção da era industrial como ruptura histórica radical / Utopismo progressista	Concepção da era industrial e da cidade como termos que estão chegando ao seu fim / Utopismo nostálgico	Concepção da era industrial e da cidade como artificialidade; influências do antiurbanismo / Utopismo naturalista
Representação do homem	Homem-tipo universal / Indivíduo-tipo - Definido em termos de desenvolvimento físico, de funcionamento, de produtividade, de necessidades-tipos universais - À estas representações correspondem um tipo ideal de localização humana	Comunidade-tipo - Compreendida dentro dos termos do agrupamento humano da cidade e sua unidade orgânica	Homem-total - Definido pelo desenvolvimento decorrente do contato harmonioso com a natureza
Representação da vida cotidiana	Cotidiano programado - A rígida determinação do quadro de vida é justificada pelo valor que a <i>eficácia</i> possui	Cotidiano fragmentado e diversificado - Busca-se constituir estruturas para valorizar os valores comunitários	Cotidiano programado - Isolamento e intimidade se estabelecem em meio ao grande contínuo da natureza, ao mesmo tempo que se permite a conexão total do espaço moderno por grandes sistemas de circulação
Representação do espaço	Espaço planetário homogêneo - topografia negada, independência em relação ao local Espaço fragmentado - absorve a sua função de instrumentalidade, por isso, torna-se especializado e classificado funcionalmente Espaço abstrato - concebido	Espaço diferenciado - cada cidade ocupa o espaço de modo particular, buscando variedades, respeita-se o lugar e a topografia Espaço concreto - fechado e íntimo, imprevisível, diverso, construído	Espaço total e planetário Espaço complexo - ao mesmo tempo aberto e fechado, particular e universal; evidencia-se a diversidade topográfica e a ligação natural com o solo Espaço abstrato - concebido
Clima mental	- Concebido como expressão plástica da modernidade, suscita à primeira vista uma atmosfera de manifesto - A ruptura com o passado é assumida de modo agressivo e provocante; seus valores são assumidos como vanguardas - A ambição de projeto cria um sentimento de exaltação	- Tranquilizador, confortável e estimulante - Favorável à intensidade e multiplicação das relações interpessoais - Aspira à construção de ambientes democráticos	- Caráter rural - Concebido como a liberdade de cada um de agir à sua vontade - Sociedade de lazeres
Foco de intervenção	Estruturas técnicas e estéticas / Habitat	Estruturas comunitárias e estéticas / Habitat	Estruturas técnicas / Habitat
Métodos para aplicação	Estandartização; Padronização; Mecanização	Mediação pelo Artesanato - Se relaciona à tradição cultural, ao ofício	Racionalização - Se relaciona à esfera técnica das grandes

ASPECTOS CARACTERÍSTICOS	MODELO PROGRESSISTA	MODELO CULTURALISTA	MODELO NATURALISTA
	- Se relaciona à indústria, também às ferramentas e instrumentos de planejamento urbano		estruturas de comunicação e circulação
Instrumentos e ferramentas da prática do planejamento	Plano de cidade Análise tipológica	Plano de cidade Análise relacional	Plano de cidade Maquete
Modelo de ocupação do território	Espaço disperso - baixa densidade; espraçamento do tecido urbano; formas-unidades e verticalização das edificações	Espaço concreto - a aglomeração urbana (totalidade) prevalece sobre as partes (os indivíduos); limites precisos, espaços circunscritos, controle da expansão urbana	Natureza – meio contínuo Espaço disperso – unidades reduzidas com funções urbanas dispersas e isoladas; sistema acêntrico; tecido urbano uniforme
Relação com o patrimônio cultural	- Rejeitar qualquer legado estético do passado; - Alguns edifícios e monumentos podem permanecer por suas funções museológicas	- Integrar as heranças sucessivas da história – significa recriar um passado morto ou deixar evidente sua ruína - Não faz justiça à originalidade histórica do presente e à especificidade de seus problemas	- Não possui explicitamente
Aspectos de composição	Formalista / Funcionalista (formas-tipos) - A geometria (ortogonal e elementar) é tomada como ponto central do arranjo entre formas, espaços e lugares	Ordem orgânica / Unidade orgânica da cidade / Totalidade cultural - A cidade concebida como organismo - Sem traço de geometrismo, preconiza-se a irregularidade e a assimetria	Formalista / Ordem geométrica abstrata

FONTE: O autor (2020); elaborado com base em Choay (2010).

A análise de Choay (2010) baseada na classificação de modelos se tornou um marco das pesquisas em história do urbanismo e do planejamento urbano, pois definiu correntes e ideias que permanecem no imaginário, nos discursos e no pensamento urbanísticos. Dentro deste panorama analítico ocorre a preponderância dos aspectos referentes ao urbanismo, ainda vinculado aos modelos e planos ideais para a cidade, com sua crença em soluções para os problemas urbanos baseadas nas funções e estruturas técnicas e estéticas hegemônicas. É possível observar que o foco de intervenção permanece direcionado ao tratamento do *habitat*, com pouca ou nenhuma relação direta com as relações e dimensões do “*habitar*” (Lefebvre, 2004), perdendo-se ou ignorando os dados dos contextos sociais e das formas de sociabilidade. Neste sentido, a representação da vida cotidiana segue, em linhas gerais, o sentido da programação e fragmentação, se estabelecendo em

conformidade com a representação do homem e do espaço desejado, idealizado e concebido.

Por outra parte, o urbanismo apresenta uma ambiguidade que se torna patente quando em sua gênese se prioriza e valoriza a intervenção física em ora propor e construir uma nova cidade a partir de uma nova sociedade, e ora a redefinir a sociedade por meio das suas intervenções. Esta perspectiva (tradicional) construiu o raciocínio de que a cidade deveria ser *projetada* por um urbanista, fato este, que só viria a ser modificado com o avanço das abordagens do planejamento urbano (HALL, 2002).

[...] existem outros entendimentos de urbanismo, avançando para uma direção que parece estar mais próxima do conceito de planejamento urbano, sobretudo quando sua preocupação é organizar a maneira como a própria sociedade constrói e consome a cidade. (ULTRAMARI, 2009, p. 169)

[...] o objetivo do urbanismo é analisar criticamente a realidade do espaço da vida urbana, oferecer uma visão desejável e possível, propor e instrumentar uma estratégia de mudança. Esta estratégia deveria ser acompanhada pelos instrumentos necessários para induzir e conduzir a alteração de realidade proposta. (WILHEIM, 1976, p. 175)

[...] uma mudança da velha ideia de planejamento como a produção de projetos para cidade desejada do futuro para uma nova ideia de planejamento como uma série contínua de controles sobre o desenvolvimento de uma área, auxiliados por mecanismos que buscam simular o processo de desenvolvimento de forma que esse controle possa ser aplicado. (HALL, 2002, p. 6, tradução nossa)

É sintomático desta discussão o fato de que os limites entre planejamento urbano e urbanismo nunca se deem de forma muito clara, considerando que os sentidos atribuídos a eles passam em torno de aspectos comuns. Por meio de Ultramari (2009) se nota a ampliação das atribuições do urbanismo para além daquele quadro inicial de intervenções físicas, o que também é observado em Wilhein (1976) e Secchi (2005), para quem o urbanismo não se restringe a um conjunto de obras, de projetos, teorias ou normas associadas, de uma linguagem ou organização discursiva, nem de um setor de ensino, mas como um conjunto de práticas que modificam o estado do território e da cidade. Para Hall (2002), a atribuição do planejamento urbano sobre o controle do desenvolvimento do espaço urbano é plausível porque se mantém como um dos principais traços da sua atividade até hoje. Por outro lado, é curioso a

filiação que o descreve como uma atividade que, anteriormente, se vincula à produção de projetos para a cidade, aproximando-se muito mais do urbanismo.

[...] o urbanismo, quando se quis modernista, por exemplo, como sabemos, não ter se apresentado apenas como um projeto de intervenção física em uma cidade específica. Ao contrário, o movimento chamado urbanismo modernista se caracteriza como um corolário, um manual mesmo, de como proceder para se chegar à cidade ideal. Com isso o urbanismo, utopicamente, acreditava poder alterar a cidade enquanto espaço construído e também a sociedade que a constrói e usa-a. De fato, esse urbanismo – e essa é a palavra utilizada ao invés de planejamento urbano, não apenas desenha a cidade que se quer, mas também determina como essa deve ser obtida e usada, ou seja, acreditando na utopia de poder formatar a sociedade que aí habita. (ULTRAMARI, 2009, p. 170)

Mais uma vez as fronteiras entre as disciplinas se confundem¹⁶. Pode-se perceber por meio dos modelos destacados por Choay (2010), organizados no QUADRO 3 (p. 62-64), que o principal instrumento para realização dos objetivos deste urbanismo são os *planos de cidade*¹⁷, que se desenvolveram tanto ao modo do urbanismo quanto do planejamento urbano. Embora à época estes planos estivessem mais atrelados a projetos de cidades (na acepção física), também já apresentavam elementos de regulação das dinâmicas urbanas, do uso e ocupação do solo e também do zoneamento – todos vinculados à atividade recente do planejamento urbano e menos do urbanismo.

É comumente aceito que o urbanismo estaria mais ligado ao desenho da cidade, tanto na escala de espaços amplos e de ordenação territorial quanto na escala

¹⁶ Estas sobreposições alcançam a difusão do conhecimento. Um exemplo notável é a tradução de um dos clássicos do urbanismo, o livro *Manière de Penser l'Urbanisme* de Le Corbusier (em espanhol – *Como concebir el urbanismo*, Buenos Aires, Ediciones Infinito, 1959) para o português, traduzido como *Planejamento Urbano* (São Paulo, Editora Perspectiva, 3ª Edição, 2000).

¹⁷ Na perspectiva histórica de Leme (1998), o planejamento urbano moldado pela produção de planos se estabeleceu por meio de três modelos ou etapas: (i) os *planos de melhoramento e embelezamento* (1895 – 1930), ligados à formação do povo brasileiro em relação à estética e forma urbanas; (ii) os *planos de modernização* (1930 – 1950), sob foco higienista e funcionalista; (iii) e os *planos de desenvolvimento* (1950 em diante), já realizados mais à feição do que se conhece hoje como *plano diretor*.

Para Villaça (1999), a periodização da história do planejamento urbano se modifica um pouco: (i) período de 1875 – 1930, marcado pelos *planos de melhoramento e embelezamento*, herdeiros da forma urbana monumental que exaltava a burguesia e que destruiu a forma urbana colonial brasileira; (ii) período de 1930 – 1990, marcado pelo *ideologia do planejamento urbano* enquanto técnica de base científica visando a solução dos “problemas urbanos”; (iii) período de 1990 em diante, marcado pela *reação ao período anterior*.

do desenho de mobiliário urbano e espaços intraurbanos. Já o planejamento urbano, segundo Souza (2002, p. 58), sugere “um contexto mais amplo que aquele representado pelas expressões Urbanismo e Desenho Urbano”. Para o autor, o planejamento remete ao futuro e significa tentar prever as consequências de um processo, com o objetivo de antecipar os problemas de maneira a propor soluções da melhor forma possível. Estas são condições imprescindíveis para a promoção do desenvolvimento sócio-espacial de acordo com Souza (2020, p. 75), cuja expressão se dá a partir da “melhoria de vida e um aumento da justiça social”.

Conforme Limonad (2015), historicamente o urbanismo esteve ligado aos princípios da arquitetura e do projeto urbano com ênfase no desenho e na forma urbana, tendo a cidade como seu limite de reflexão e ação. Por outro lado, o planejamento urbano vai além do domínio comum com o urbanismo (forma urbana e a cidade), definindo-se por “uma ação multi e transescalar, que ultrapassa, que vai além da escala local, tem-se que a cidade torna-se uma escala de reflexão, uma escala de ação e de intervenção do planejamento” (LIMONAD, 2015, p. 74). Neste caso, o planejamento urbano não possui necessariamente como produto um plano ou projeto de cidade, mas busca a identificação de “tendências, de relações e de interações socioespaciais inter ou transescalares relativas a centralidades, a eixos de desenvolvimento e de crescimento, a áreas de preservação ambiental, a zonas de recuperação e de expansão urbana” (LIMONAD, 2015, p. 74).

As noções de intervenção física ligadas ao urbanismo e de simulação ou previsão para planejamento urbano não são suficientes como critério para a distinção entre as disciplinas e suas atribuições. Segundo Kohlsdorf (1985) e Del Rio (1990) o conhecimento do fenômeno urbano passa também, com o planejamento, a estar em função de ações de intervenção na realidade, ampliando suas relações. Del Rio (1990) ressalta o contexto produtivo do pós Segunda Guerra Mundial no que diz respeito ao planejamento urbano e seu crescimento enquanto disciplina e campo profissional. Neste movimento, aponta o autor, fortaleceu-se os procedimentos racionais para tomada de decisões mediante a contribuição de várias outras disciplinas como a economia, a sociologia e a geografia, levando à construção de uma racionalidade necessariamente globalizante e integrada. O resultado deste processo foi “um tratamento da cidade como um sistema, ou um conjunto de sistemas, racionalmente dispostos” (McLOUGHLIN apud DEL RIO, 1990).

Mesmo assim, a discussão segue mediante critérios de diferenciação, como a oposição entre o *ato de planejar* e o *ato de projetar*. O primeiro é ligado ao planejamento urbano, constitui-se por meio da forma de *planos* com atribuição de vários profissionais, definindo um campo multidisciplinar. O segundo é relacionado ao urbanismo e se constrói por meio de *projetos*, uma atribuição de arquitetos e engenheiros por meio de um campo monodisciplinar.

Se urbanismo e planejamento urbano se preocupam com os fenômenos que moldam a cidade, ampliando-a, evidentemente, para espaços regionais e macrorregionais, eles diferem com mais evidência pela forma como atuam. Enquanto o urbanismo permanece menos multidisciplinar e historicamente preocupado com o desenho que a cidade pode assumir, pela ocupação e uso enganosamente homogêneo dos agentes urbanos, o planejamento urbano se preocupa com os conflitos os quais esse uso e essa ocupação, obrigatoriamente, geram sobre o espaço da cidade. Desnecessário dizer que, enquanto o primeiro sobrevive em seus objetivos e responsabilidades de modo mais monodisciplinar, o segundo, obrigatoriamente, busca o concerto difícil de inúmeras outras ciências. A diferença entre um e outro não significa que o urbanismo possa existir sem planejamento, sem contar com um momento anterior no qual se planeja e um momento no qual se executa o planejado. De fato, não parece plausível vislumbrar uma obra urbana, um projeto de intervenção, sem antes planejá-lo; do mesmo modo, não se planeja algo que não se acredita poder acontecer de fato. (ULTRAMARI, 2009, p. 178)

Para Villaça (1999), o planejamento urbano se constitui o quão próximo esteja da noção de *plano* e distante da noção de *projeto*, apresentando, para isso, as seguintes características:

[...] abrangência de todo o espaço urbano e apenas desse espaço e seus vários elementos constitutivos no tocante aos objetivos (a organização e equipamento desse espaço), mas não necessariamente no tocante ao diagnóstico feito para fundamentar a intervenção; continuidade de execução e necessidade de revisões e atualizações; interferência da ação sobre a maioria ou grandes contingentes da população; papel e importância das decisões políticas, especialmente dos organismos políticos formais, com maior participação dos organismos municipais e menor dos federais e estaduais. (VILLAÇA, 1999, p. 174)

De modo geral, esta distinção – apoiada na observação dos instrumentos estabelecidos por meio da ação estatal – possui um objetivo que se pretende prático, operacional e didático, mas que também apresenta suas incongruências em relação aos efeitos destes instrumentos, do nível de compreensão sobre a integração da

própria atividade do planejamento e das necessidades de participação e autonomização nos processos decisórios. Embora o ato de planejar não se confunda com o ato de projetar, este último incorpora decisivamente características e atributos do ato de planejar de modo que retroalimenta as discussões sobre o planejamento. Historicamente, planejamento e projeto urbanos se confundem na teoria e na prática, os Grandes Projetos Urbanos (GPU) são um exemplo recente das intervenções urbanas que incorporam o planejamento urbano como condição indissociável da prática projetual. Em outras palavras, a distinção entre planejar e projetar possui seus limites e é preciso verificá-los caso a caso e, por isso, tomá-los como generalidade pode contribuir com determinações e modelos fundados *a priori* da experiência direta com a realidade urbana. Souza (2020) dispõe da distinção entre *planejar* e *executar* para caracterizar o planejamento urbano como ação e organização de processos anteriores à intervenção material no espaço urbano. Esta relação se apresenta de forma mais equilibrada e, ainda assim, permite dentro de cada situação distinguir quando necessário o planejamento e o projeto.

Outra questão envolvida neste debate se refere ao diagnóstico urbano que, na interpretação da perspectiva de Villaça (1999), se distingue em um diagnóstico para o planejamento e um diagnóstico para o projeto. Ainda que possam ter especificidades, e estas devem ser consideradas, o risco está na abordagem excessivamente técnica para o diagnóstico voltado ao projeto, quase exclusivo da engenharia, da administração e da economia, em detrimento da análise e reflexão das condicionantes socioculturais e que tendem a ser mais visibilizadas pelas análises e pesquisas urbanas vinculadas ao planejamento urbano. A realidade urbana não se estabelece como fragmento de uma disciplina ou de uma de suas ferramentas, ela precisa ser encarada com a complexidade que lhe é própria, pois corre-se o risco de manterem impermeáveis as determinações da ordem vigente que molda os processos urbanos. O que distingue uma boa intervenção do espaço urbano não é apenas a exposição de qualidades técnicas, mas antes, a capacidade de reunião entre agentes, promotores e organizações civis, e os objetivos para mudanças essenciais da realidade urbana, isto é, a explicitação do social (e da esfera pública) na resolução de problemas é que define o caráter do planejamento ou do projeto (SOUZA, 2020).

Ao estabelecer a proximidade com a ideia de *plano*, Villaça (1999) então caracteriza o planejamento urbano *lato sensu* – que incluem tanto os discursos como as práticas –, estabelecendo os elementos que o constitui: (i) planejamento *strictu*

sensu, que se relaciona aos planos diretores; (ii) zoneamento; (iii) planejamento de cidades novas; (iv) urbanismo sanitista. E o planejamento *strictu sensu* que foi assumido, na forma dos planos diretores, como a principal atribuição do planejamento urbano prático, nutrindo-se da ideologia que crê na ciência (o diagnóstico e o prognóstico científicos) e na técnica (o plano diretor) como as únicas saídas para a solução dos chamados problemas urbanos. Como o autor bem salienta, cada uma dessas correntes possui suas especificidades, mas possuem em comum o fato de se ligarem às práticas e discursos das ações de responsabilidade do Estado sobre o espaço urbano nas cidades brasileiras. Esta caracterização é assumida indistintamente por grande parte do corpo de profissionais que lidam com o planejamento urbano, o que é compreensível já que a prática se estabeleceu historicamente como agência dos aparelhos de Estado. A questão é se o planejamento urbano hoje deve se limitar apenas ao atendimento destes elementos. Eles foram capazes de dar respostas suficientes aos problemas da realidade urbana? Até que ponto contribuíram para que o espaço urbano e a vida cotidiana se reproduzissem como apropriação e não como troca ou forma de privação?

Seja como for, as sobreposições destas disciplinas permanecem um tanto opacas, sem claras distinções e com critérios questionáveis. Cabe ressaltar que o planejamento urbano é também herdeiro do pensamento urbanístico que se vincula ao urbanismo. No Brasil, o urbanismo “antecede ao processo de urbanização como forma irreversível devido à natureza dos vínculos que ligam o país à constelação mundial” (KOHLSDORF, 1985, p. 57), é também herança direta do modelo de urbanismo progressista europeu. Por outro lado, segundo Maricato (2000), o urbanismo brasileiro se desenvolveu à feição do planejamento e regulação urbanística, sem comprometimento com a realidade concreta. No urbanismo ou no planejamento urbano o fato urbano é historicamente definido como um fenômeno físico (KOHLSDORF, 1985; CARLOS, 2014).

Contudo, como pode ser visto em Maricato (2014), as práticas e ações construídas no âmbito da nova escola de urbanismo se fundamentaram na formação de um pensamento crítico sobre a cidade periférica e o desenvolvimento desigual das cidades, voltando-se para:

[...] urbanização de favelas, requalificação de áreas degradadas, regularização urbanística e fundiária, assistência jurídica gratuita e novas formas de segurança na posse do imóvel, construções individuais ou coletivas com assistência técnica de arquitetos e engenheiros, abertura de canais participativos na gestão urbana, prevenção e recuperação de áreas de risco geotécnico, esgoto condominial, componentes pré-fabricados de argamassa armada para infraestrutura ou equipamentos coletivos, novas técnicas de urbanização de córregos a céu aberto, e, especialmente, a perseguição a um novo arcabouço legal de planejamento urbano que inclui operações urbanas e zoneamento especiais com finalidade social. (MARICATO, 2014, p. 107)

Mais uma vez, os elementos entre planejamento, gestão, urbanismo e política se mesclam numa tentativa de enfrentamento da questão urbana, buscando superar a condição sócio-espacial que marca a realidade urbana brasileira. Apesar de todos os avanços neste período, “não logrou mudar significativamente o rumo injusto e ambientalmente predatório da realidade urbana” (MARICATO, 2014, p. 108). Neste sentido, ainda se faz necessário discutir epistemologicamente esses conceitos e questionar sobre a simplificação costumeira e linear que se utiliza para defini-los, baseando-se em ações funcionalmente encadeadas (ULTRAMARI, 2009). No processo histórico de conformação da realidade urbana há invariavelmente continuidades e descontinuidades que remontam a compreensão sobre as áreas do planejamento urbano, do urbanismo e da gestão urbana. Todavia, segue como relevante o perfil destas áreas com relação à monodisciplinaridade do urbanismo e a multidisciplinaridade do planejamento urbano e os efeitos que isto acarreta, como a ampliação do campo de atuação e a necessária interdependência entre disciplinas no desenvolvimento de perspectivas sobre os processos urbanos, sobre suas ferramentas e instrumentos que venham a contribuir com as abordagens da leitura sócio-espacial das cidades e da vida cotidiana.

2.2.2.3 Importação de ideias e de instrumental científico

Hall (2016) e Choay (2010) apontam que o planejamento urbano e o urbanismo do século XX organizaram-se em torno de poucas ideias-chaves e que elas ecoam à distâncias, de modo a serem recicladas e reconectadas ao pensamento urbanístico contemporâneo. Durante boa parte deste período, a solução para os problemas das cidades se realizou mediante “a importação do pensamento urbanístico europeu e/ou norte-americano do que de uma reflexão crítica a partir do

lugar, embora, no processo de transferência de ideias, houvesse uma tradução, uma apropriação adaptada” (PEREIRA, 2012a, p. 118). Maricato (2000) e Pechman (2015) sintetizam este movimento ao retomar a célebre frase de Francisco de Oliveira: *as ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias*.

A realidade urbana brasileira, submetida a este imperativo da importação de ideais e instrumental científico, permanece com o agravamento de seus problemas ao tentar implantar um planejamento nos moldes dos países centrais (PEREIRA, 2012a). De outra parte, conforme Kohlsdorf (1985, p. 21), este agravamento é acentuado pela “prática sem apoio de pesquisa, e nem sequer de reflexão”, que predomina entre planejadores urbanos. A autora chama a atenção para a extrema dependência externa da produção de conhecimento no campo do planejamento urbano e para o fato de como esta prática se revelou decisiva em momentos importantes da formação social brasileira. As consequências deste processo podem ser percebidas no tratamento da questão urbana quando se observa “a aplicação indiscriminada de métodos e técnicas desenvolvidos para contextos socialmente distintos” (KOHLSDORF, 1985, p. 69), levando à construções de objetos ideais, seja no urbanismo ou no planejamento urbano.

Como já apontado no tópico 2.2.2.2 *Sobreposições disciplinares e a busca de sentidos*, e conforme Ribeiro (2015a), a França sempre teve um lugar privilegiado junto às elites brasileiras e latino-americanas com seu modo de modernização, sobretudo até a década de 1940. A partir da década de 1960 intensificam-se as iniciativas acadêmicas e corporativas para situar a questão urbana como processo e como objeto de várias disciplinas por meio da institucionalização do tratamento dos problemas urbanos e de um arranjo de poder mais fortalecido (KOHLSDORF, 1985). Ainda assim, a caracterização das situações como problemas, para os quais se deveria procurar soluções – diga-se intervenções de cima para baixo –, permaneceram como sentido norteador. Para Kohlsdorf (1985, p. 68), isto significa “a ideologia do *planning*, fazendo eco às correntes europeias e norte-americanas”.

Mas este processo é mais complexo e seria impossível avaliar em que condições ocorrem as transferências e difusões internacionais de ideias e se tratando do planejamento urbano qual a eficácia alcançada. Talvez nem existam informações suficientes para tal empreendimento. Segundo Smolka (2015), ainda que seja assim, é importante procurar balizar o potencial da transferência de ideias. Para o autor, há três formas pelas quais este mecanismo pode acontecer: “*emulação ou cópia direta*,

em que a ideia original permanece fundamentalmente intacta; *adaptação*, em que a ideia é ajustada ao novo contexto; e *inspiração*, em que uma ideia originada em outro lugar serve como estímulo para uma nova política ou abordagem” (SMOLKA, 2015, p. 247-248).

Evidentemente, uma emulação de ideias é contrária a qualquer possibilidade do planejamento urbano exercer um papel na vida e reprodução social de indivíduos e grupos sociais. Uma adaptação pode ser uma forma estratégica de construir caminhos, soluções e também pode revelar uma capacidade de modelagem de situações e ferramentas para atender aos objetivos comuns por meio do planejamento. Mesmo assim, não está isenta de uma má condução e superficialidade das mudanças, permanecendo como entrave para os diálogos entre planejadores, comunidades e organizações civis, pois estes últimos não reconhecem os princípios que se impõem à reprodução e materialização dos seus modos de vida. Por último, a inspiração é de certo a maneira mais clara de que se mantém referenciais para a transformação que se deseja, ao mesmo tempo em que não se determina a resolução dos problemas, as estratégias e ações com base numa cópia de um modelo ideal, mas na reflexão crítica sobre os valores, princípios, objetivos, estratégias, ações, formas de gestão, organização, recursos etc., que foram observados em outras experiências.

Considerando que este é um fenômeno recorrente à prática do planejamento urbano, do urbanismo e das ciências em geral, pode-se focar menos nas ideias e mais na relação que pesquisadores e planejadores estabelecem com a difusão de ideias, tendo como eixos norteadores a dimensão da vida cotidiana e seus aspectos sócio-espaciais como balizas da avaliação positiva ou negativa da inserção cultural de ferramentas, estratégias e metodologias aplicadas em diferentes contextos.

2.2.3 A problematização do urbano e o pensamento pragmático do planejamento urbano

Em meados do século XIX e início do século XX o estudo da cidade estava atrelado à crítica global da sociedade e da cidade industrial e se preocupava com os problemas de planejamento atrelados ao duplo processo industrialização-urbanização. A cidade era encarada, dentro dos canais de reflexão, como a grande questão (problemática) em si. Se destacaram dois modelos principais – progressismo

e culturalismo – orientados à situações idealizadas e sem a proposição de soluções levadas à prática e de fato organizadas sobre uma nova lógica (KOHLSDORF, 1985). O primeiro era voltado ao futuro e apostava na Revolução Industrial como a chave dos tempos modernos onde as contradições estariam resolvidas. O segundo se voltava ao passado e negava os adventos industriais por extinguírem as possibilidades de um mundo melhor. Estas duas abordagens configuraram as referências para pré-urbanistas (CHOAY, 2010) e utopistas (BENEVOLO, 1967)¹⁸, posteriormente para os urbanistas. Segundo Choay (2010), estes modelos assumiram dois aspectos que viriam a influenciar o pensamento urbanístico¹⁹.

O primeiro aspecto é *descritivo*, cuja abordagem científica via os fatos isoladamente e procurava ordená-los de modo quantitativo. A estatística foi incorporada pela sociologia na tentativa de formulação de leis de crescimento. A observação, sob este ponto de vista, construiu-se de forma crítica mas delimitada por quadros normativos (CHOAY, 2010). A cidade, então, passou a ser encarada como um processo patológico e várias metáforas com analogias à medicina e à biologia surgiram desta perspectiva – para Le Corbusier (2014, p. 11), “a cidade radiocêntrica industrial é um câncer que passa bem”. Outras noções como o *metabolismo da cidade* e *diagnóstico urbano* parecem ter aí suas origens. O outro aspecto é *político*²⁰ e, embora apresente também uma abordagem científica, sua visão é mais ampla e busca utilizar todos os testemunhos (documentos) disponíveis. O pensamento econômico e filosófico constitui-se na referência deste enfoque, a crítica, neste caso, não é isolada de uma crítica global da sociedade e os problemas urbanos aparecem como resultado de problemas sociais, econômicos e políticos.

Hoje, ambos aspectos são amplamente criticados. A abordagem descritiva, talvez a mais atacada, não sobrevive como um enfoque sistematizado e coerente, mas persiste como atavismos da prática profissional de planejadores urbanos, políticos e agentes envolvidos, influenciando comandos operativos, elaboração de instrumentos e ferramentas do planejamento urbano. Os diferentes tipos de

¹⁸ São os pensadores que constituem o primeiro momento de reflexão sobre a cidade industrial.

¹⁹ Considera-se que as circunstâncias que originaram as reflexões sobre a cidade e seu espaço no Brasil estão filiadas a estes mesmos modelos que geraram o campo urbanístico nos países centrais (KOHLSDORF, 1985).

²⁰ Choay (2010a) descreve como parte do grupo de pensadores políticos os autores: Matthew Arnold, Charles Fourier, Owen, Proudhon, Carlyle, Ruskin, Engels e Marx.

diagnósticos urbanos são um exemplo disso. Moldados pela necessidade de apontar as “doenças” dos lugares para subsidiar um “tratamento” (leia-se intervenção), as suas construções e aplicações nos mais diversos planos e projetos urbanísticos colaboram com retóricas de marginalização, exclusão e estigmatização de grupos e territórios, representando-os como passivos por meio da autoridade do discurso técnico-científico hegemônico.

A abordagem política, embora tenha definido um ponto de partida para a teoria crítica urbana, seus autores mais representativos não foram capazes, ou recusaram, em considerar a nova organização do espaço urbano e o processo de urbanização como indissociáveis e determinantes para o crescimento da economia capitalista. A respeito destes autores Choay (2010, p. 6) descreve: “os mesmos pensadores que ligam com tanta lucidez os defeitos da cidade industrial ao conjunto das condições econômicas e políticas do momento não persistem na lógica de sua análise”.

Segundo Kohlsdorf (1985) e Choay (2010, p. 18), o urbanismo se diferiu do pré-urbanismo por dois motivos: (i) deixou de ser obra de generalistas (historiadores, economistas ou políticos) para se constituir, de forma teórica e prática, em campo de especialistas; (ii) por outro lado, o urbanismo deixa de inserir-se numa visão global da sociedade e se torna despolitizado. Para Choay (2010), estas mudanças de perfis estiveram vinculadas às próprias transformações da sociedade industrial capitalista, de modo que, quando a sociedade assumiu aspectos liberais e as classes dirigentes se impuseram, perderam-se certas raízes, ideias e propostas que se fortaleciam por meio do pensamento socialista. “A cidade passa a ser encarada como uma entidade autônoma, quase sempre física ou funcional, sendo, portanto, definida em bases insuficientes” (KOHLSDORF, 1985, p. 24). Ao caráter utopista dos pré-urbanistas foi contraposto à prática de transformação dos espaços urbanos ou da construção de cidades novas. O urbanismo, desse modo, destina e apresenta aos seus técnicos uma atividade essencialmente prática, senão pragmática.

Para Hall (2016), esta perda de alguns referenciais revela um tipo de perversão da história, cujas visões de alguns pioneiros (anarquistas na visão do autor) foram relegadas à representação de alternativas das formas construídas sem se dar conta da exploração que havia sobre as formas de sociedades alternativas e povos originários. Entretanto, a materialização destas perspectivas viria a ocorrer mediante a intervenção de burocracias estatais que, definitivamente, não permitiu que noções como cooperação e comunidades autogeridas tivessem aplicação e desenvolvimento.

É possível entrever os efeitos dessas mudanças e como afetaram a práxis do planejamento urbano. No entreguerras, o apelo pelo progresso técnico e pelas pesquisas estéticas de vanguarda levaram à confirmação e exaltação da matriz de planejamento urbano modernista, essencialmente racionalista e funcionalista, com base nas discussões que se fundamentavam no urbanismo. Esta dimensão prática foi, de modo mais intenso, veiculada aos discursos técnicos como condição primeira para realização dos objetivos que o urbanismo perseguia: o planejamento ordenado das cidades. Como um dos contextos da realidade urbana, a cidade “tornou-se uma entidade observada à luz de raciocínios que se voltam a definir problemas na mesma, e a propor soluções para eles, compondo um movimento de controle dos processos urbanos” (KOHLSDORF, 1985, p. 34), quase que indefinidamente. Esta característica foi contribuindo para que o planejamento urbano se afirmasse como instituição associada ao poder público e, obviamente, com ele comprometida.

Desse modo, o planejamento urbano vinculado ao urbanismo e por vezes indistinguível, “nasceu como teoria e como prática profissional, do desejo de controlar processos de transformação social e da necessidade de otimizar recursos escassos pelo viés do aumento de eficiência” (WILHEIM, 1976, p. 39). Não à toa, seu objetivo central é a eficiência e seu enfoque é pragmático. O reconhecimento destes princípios de origem do planejamento urbano ganha relevância na contemporaneidade justamente quando a pragmaticidade, imediatividade e eficácia das suas decisões são veementemente questionadas. Pode-se dizer que, desde o início, o planejamento urbano apresentou estes aspectos como uma imposição de um estatuto superior, legitimando e favorecendo escolhas das mais diversas ordens e partidos políticos. Esta noção de que o planejamento urbano se institui, sobretudo, por sua atividade prática, escamoteia as racionalidades que o determinam verdadeiramente e limita o seu campo de ação dentro de quadros normativos, regulatórios, comerciais e financeiros.

[...] sob o planejamento urbano, o espaço das cidades é considerado um objeto principalmente de prática e não de especulação, e as propostas físico-espaciais são formuladas a partir de diretrizes ou planos socioeconômicos e institucionais” (KOHLSDORF, 1985, p. 41)

De outro modo, ao tomar as palavras de Keynes, Hall (2016, p. 19) descreve os urbanistas como “loucos investidos de autoridade”, pois, “é no mundo das coisas

práticas que agora encontram eles uma defesa”, além da “oportunidade para a desforra”. O autor chama a atenção para o modo como o urbanismo e o planejamento urbano transplantaram visões e ideias no tempo, no espaço e no meio sociopolítico, produzindo resultados negativos para as cidades e por vezes catastróficos. Segundo Kohlsdorf (1985), este mecanismo – a importação de ideias e de instrumental científico – decorre de uma prática sem amparo de pesquisas, carente de reflexão e que teve desde o seu início uma enorme dificuldade de construção teórica e de organização disciplinar, uma vez que não havia tradição da pesquisa sobre o espaço urbano. Da mesma maneira, Ribeiro (2012) aponta para o diálogo interdisciplinar, em vias de construção, mas indicando suas recalcitrâncias:

Ha um diálogo interdisciplinar em construção, nesses tempos difíceis, que resiste a uma análise sistemática. Essa resistência, creio, origina-se do predomínio de acordos tácitos, dos consensos muito rápidos, da tentação pelas grandes sínteses e das imagens impactantes do presente, além da influência do pensamento operacional e pragmático, que desaconselha investimentos intelectuais de maior duração. (RIBEIRO, 2012, p. 58)

Desse modo, as contínuas modificações espaciais, técnicas e tecnológicas produzidas desde a Revolução Industrial deram origem a um saber e um modo de pensar e observar o espaço urbano em função da emergência de sociedades que se industrializavam e se urbanizavam a ritmos desconcertantes. Sob este movimento estabeleceu-se um perfil profissional daqueles que viriam a mediar estas transformações por intermédio da apreensão do espaço, da economia e das relações sociais de produção deste espaço, fundamentalmente voltado às metas e objetivos administrativos, gerenciais e, mais tarde, concorrenciais. Hoje, não é menos intenso que o processo de urbanização, já muito mais avançado, venha a redefinir este saber exigindo modificações deste perfil profissional. Não é diferente que a cidade contemporânea, assim como a cidade do século XIX e XX, comece a tomar outras formas, provocando movimentos novos de observação e reflexão. Do mesmo modo, aparece como um fenômeno exterior aos indivíduos a que diz respeito, como fato natural, não familiar, estranho e extraordinário (LEFEBVRE, 2004, 2006; CHOAY, 2010; CARLOS, 2014).

Assim como Wilhelm (1976), entende-se que o planejador possa contribuir com o desenvolvimento da sociedade. Para isso, compreende-se a necessidade de mudança de perfil. Em vez de se fixar apenas na criação de mecanismos eficientes

para frear ou controlar, o planejador urbano pode-se voltar para a proposição de interfaces e “instrumentos para conhecer, estimular e induzir constantemente os cidadãos e as organizações a transformar suas vidas e sua ação” (WILHEIM, 1976, p. 38). Este profissional, a depender do seu perfil, é responsável em grande medida por levar adiante as tematizações e problematizações acerca da cidade e do espaço urbano. Daí decorrem formas de perceber a realidade urbana, com seus matizes teóricos, intelectuais e ideológicos. Isto quer dizer que, posto a questão urbana – quando ela é apreendida como problemática e elevada ao estatuto do conhecimento e das disputas políticas, econômicas, sociais, espaciais etc. –, além de todas as emergências notadamente materiais, esta não se dissocia da elaboração e do desenvolvimento de racionalidades que pretendem definir, determinar e delimitar o que são os “problemas urbanos”. Se tratando do planejamento urbano, ao lado da sua racionalidade caminham certo nível e certas práticas de “imaginação” e “invenção”, aplicadamente interessados, respondendo à necessidades específicas e direcionadas dos grupos hegemônicos.

Sob este prisma, compreende-se que o planejamento urbano contribuiu historicamente para esse movimento de determinações e filiações. Pechman (2015) discorre sobre a importação de modelos e ideias pela elite política e técnicos (fundamentalmente engenheiros e arquitetos) brasileiros em finais do século XIX e início do século XX, quando se deu o surgimento (criação) das necessidades do urbanismo no Brasil, sendo forjado sob as formas de disciplinarização, normatização e regulamentação. Já na metade do século XX, a construção e planejamento urbano de Brasília segue as linhas gerais dos debates veiculados pelos CIAMs²¹ e expressos pela Carta de Atenas²², reforçando mais uma vez a aproximação e os vínculos dos técnicos brasileiros com profissionais e escolas francesas. Não muito diferente, Vainer (2000) expõe, já no final do século XX e início do século XXI, as importações do modelo urbano e das estratégias discursivas do planejamento estratégico urbano espanhol para a realidade brasileira. Sob estes aspectos, pode-se dizer que o

²¹ Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (do francês *Congrès Internationaux d'Architecture Moderne*, ou, simplesmente, CIAM) – entidade fundada em 1928, destinada a reunir as diversas tendências e debates da arquitetura e do urbanismo modernos e a normatizar suas práticas. Contou com representantes de diversos países, dentre eles os brasileiros Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, e se estabeleceu por meio de dez encontros até a sua dissolução em 1959.

²² A Carta de Atenas de 1933 é um documento que expressa a declaração dos princípios do urbanismo moderno, foi produzida em decorrência do V CIAM, que tinha como tema *A Cidade Funcional*.

urbanismo e o planejamento urbano se legitimam “como saber sobre a cidade, independentemente de fazer vir à tona a questão da cidadania e do direito à cidade” (PECHMAN, 2015, p. 358).

No Brasil, o pensamento urbanístico, sob condições de importação de racionalidades e de cultura, os traduziu à realidade local sem se afeiçoar às questões sociais que estavam na base da sua matriz original (europeia), que se voltava às condições do direito do trabalhador à cidade. “O urbanismo por nós importado veio aleijado de sua parte mais nobre, a sua vertente includente” (PECHMAN, 2015, p. 358). Segundo Hall (2016, p. 20), neste tipo de processo, “de tradução tardia do ideal em realidade, ocorreu, quiçá, uma monstruosa perversão da história”.

Na prática, o planejamento das cidades funde-se, quase imperceptivelmente, com os problemas das cidades, e com aqueles na economia, na sociologia e na política das cidades, e esses, por sua vez, com toda a vida socioeconômico-político-cultural da época; não há termo nem limite para tais relações, ainda que um – embora arbitrário – deva ser estabelecido. (HALL, 2016, p. 23)

À vista disso, apresenta-se dois movimentos do planejamento urbano que coexistem e que se mostram unidos em torno de uma questão comum: a realidade urbana. Todavia, para além da associação entre ambos, um movimento tende a se sobrepôr ao outro, determinando o modo como se percebe a realidade urbana e o modo como os problemas urbanos são enfrentados. O primeiro deles diz respeito a própria condição presente da realidade urbana e todos os problemas que ela acarreta, é o fenômeno urbano enquanto problemática – “o planejamento urbano do século XX, como movimento intelectual e profissional, representa essencialmente uma reação contra os males produzidos pela cidade do século XIX” (HALL, 2016, p. 25). Embora seja um fato inquestionável que a realidade urbana se apresenta como problemática e como fenômeno aparente e vivencial, a sua interpretação está sujeita aos mecanismos ideológicos dominantes de definição dos seus problemas e de como serão resolvidos ou não. Isto leva ao segundo movimento, que diz respeito ao processo de problematização da realidade urbana e dos contextos pelos quais se apresenta – a cidade toma a forma mais preponderante.

Desta maneira, a realidade urbana é tensionada enquanto objeto concreto e enquanto objeto discursivo. Pode-se dizer que ao longo do processo histórico de urbanização estas duas abordagens do objeto encontram-se atuantes de maneira que

em alguns momentos elas se aproximam, expressando possibilidades maiores de concretização da realização material do processo urbano ligado ao direito à cidade ou ao desenvolvimento sócio-espacial, e em outros momentos se distanciam a tal ponto que a realidade urbana se apresenta como um conjunto de precariedades generalizadas, cujos problemas ganham uma dimensão intransponível, pelo menos como quer a ordem vigente. Estas condições acabam por definir as ferramentas e instrumentos do planejamento urbano que, como observa Villaça (1999), possui dificuldades em construir sua história e ferramental justamente pelo fato do discurso e da prática se confundirem de modo difícil de separá-los. Para o autor, este quadro é fundamentado pela essência ideológica do planejamento urbano, cuja legitimidade se faz por meio de sua “necessidade” frente ao “caos urbano” e à “falta de planejamento” (VILLAÇA, 1999, p. 183).

Entende-se a ideologia como o conjunto de ideias fundamentais desenvolvidas pela classe dominante visando facilitar a dominação, ocultando-a. Segundo Chauí (1981, p. 87). "a ideologia nasce para fazer com que os homens creiam que suas vidas são o que são em decorrência da ação de certas entidades (a Natureza, os deuses ou Deus, a Razão ou a Ciência, a Sociedade, o Estado) que existem em si e por si e às quais é legítimo e legal que se submetam". No caso do planejamento urbano, os destaques são para a razão, a ciência e o Estado. (VILLAÇA, 1999, p. 183)

Estas relações também aparecem nas principais correntes críticas do planejamento urbano, que se estabeleceram a partir da década de 1970. Uma crítica de esquerda, de corte marxista²³, possui como traço comum a historicização dos problemas sociais manifestados pela realidade urbana, encarando “o espaço urbano como um produto social e os ‘problemas sociais’ como problemas relacionados com a dinâmica das relações de produção e a estrutura de poder na sociedade capitalista” (SOUZA, 2020, p. 26). Observa-se dentro desta corrente o esforço de *desideologização* dos estudos sobre as cidades, e de *politização* dos estudos urbanos

²³ A influência do pensamento marxista na crítica ao planejamento urbano produzida a partir dos anos de 1960 e 1970 determinaram a renovação crítica da pesquisa urbana. Incluem principalmente, no período das duas décadas, as obras do filósofo Henri Lefebvre (*Position: contre les technocrates* – 1967; *Le droit à la ville* – 1968; *La révolution urbaine* – 1970; *La pensée marxiste et la ville* – 1972; *La production de l'espace* - 1974); do sociólogo Manuel Castells (*La question urbaine: une approche marxiste* – 1972; *City, class and power* - 1978); e do geógrafo David Harvey (*Social justice and the city* – 1973). (SOUZA, 2010; GOTTDIENER, 2016; BRENNER, 2018)

por meio do exame dos movimentos sociais, dos fenômenos de resistências, das suas reivindicações, das suas dinâmicas e da relação que estabelecem com o Estado e os partidos políticos. De modo geral, sob esta perspectiva a crítica do planejamento situa-se entre a sua denúncia como instrumento a serviço da manutenção do *status quo* capitalista e a necessária abertura epistemológica e metodológica da sua atividade teórico-prática para as manifestações cotidianas que explicitam o verdadeiro sentido do social, como possibilidade para novos caminhos da realização material dos processos urbanos.

A outra crítica, eminentemente conservadora, se coloca contra a intervenção estatal em geral, partindo-se do “enfraquecimento das *bases materiais* do planejamento típico dos *welfare states* dos países capitalistas centrais” (SOUZA, 2020, p. 30). Dentro deste quadro, se opuseram as estratégias keynesianas de sustentação do crescimento econômico e dos modelos de desenvolvimento baseados em elevados gastos sociais por parte do Estado, e as reações de tipo neoliberais, defensoras da mínima intervenção do Estado, desregulamentações e maior confiança na dinâmica livre dos mercados. Esta corrente acompanha e contribui para o enfraquecimento do planejamento urbano, tanto efetivo quanto ideológico. Por outro lado, ganha traços sintomáticos da gestão urbana, voltando-se à “administração de recursos e problemas do *aqui e agora*, operando no curto e médio prazos e atendendo às “formas mais ‘mercadófilas’ do planejamento” (SOUZA, 2020, p. 31).

É importante destacar que nos dois casos o papel do Estado é fortemente questionado, e com ele também o papel do planejamento urbano. Não se adentrará aqui nas especificidades de ambas as críticas mas é possível apontar o modo imbricado e contraditório das formas como a prática dos planejadores urbanos se faz. Nenhuma das críticas se realiza puramente, progressistas e marxistas ao alçarem o poder também contribuíram para o enfraquecimento do planejamento urbano. O que se torna evidente é o modo pelo qual os planejadores passam de agentes indiretos (não plenamente conscientes) da reprodução do *status quo* – pelo menos no primeiro momento da crítica – para agentes diretos (conscientes) sobre os interesses capitalistas (SOUZA, 2020).

Sob os ângulos político-filosófico e real-concreto, hoje, é prioridade imediata a luta por manter a capacidade de intervenção estatal como meio de minimizar as privações e segregações orientadas pela postura reacionária e ultraconservadora das políticas neoliberais. Isto não significa, no horizonte último da análise e da práxis,

restringir-se à “defesa de soluções keynesianas e social-democráticas”, nem de “estadofilia” e “estadocentrismo” (SOUZA, 2020, p. 33). No que se refere ao planejamento urbano a questão é como serão aparelhadas as suas ações, de dentro do Estado, ao âmbito da vida cotidiana de maneira, talvez, que o Estado e técnicos não assumam a figura de agentes magnânimos, mas de coautores juntos à capacidade civil de organização.

Investigar sobre a questão urbana, e mais tarde, defini-la em sua problemática significam tomar consciência de pontos frágeis nesta estrutura de relações, e isto com a função de procurar soluções que reestabeleçam o equilíbrio (ainda que o sejam de contradições) reproduzidor das relações sociais, culturais e de produção. (KOHLSDORF, 1985, p. 57)

Este percurso que vai da crítica do planejamento urbano às necessidades e problemas concretos, ligados fundamentalmente à reprodução da vida cotidiana, possibilita, não sem riscos, que se possa caminhar para um planejamento urbano crítico. Para Souza (2020, p. 37-41), uma perspectiva socialmente crítica do planejamento urbano passa: (i) pela valorização crítica simultânea das suas dimensões política e técnica; (ii) pelo exame do seu conjunto de instrumentos e ferramentas; (iii) pela crítica da racionalidade instrumental; (iv) pela reflexão crítica sobre o significado e o alcance de termos e expressões como participação popular; (v) e a contextualização do planejamento nos marcos amplos da produção teórica do conjunto das ciências sociais. Entende-se que estes elementos se vinculam à incorporação da dimensão da vida cotidiana à teoria e prática do planejamento urbano e que, de alguma forma, são percorridos parcialmente nesta pesquisa.

Seja como for, deve-se encarar a problematização dos processos urbanos como a questão problemática que de fato é, dispondo da pesquisa e do diálogo sobre as possibilidades de ação, de novas perspectivas, das limitações e potencialidades, integrando e reconhecendo o papel de sujeitos históricos e a devida autonomia que lhes são de direito. Em outras palavras, o planejamento urbano deve partir da realidade urbana – estabelecida como problemática –, considerando que este lugar é constantemente reconstruído pela análise, por profissionais, por interesses, como um conjunto de problemas urbanos. Assim, se por um lado cabe a orientação para melhor escolha e uso otimizado dos meios, por outro, os fins não podem ser decididos por instância técnica ou política (institucionalizadas) separadas da sociedade,

pesquisadores e técnicos não podem reivindicar privilégios quanto ao poder de estabelecer as prioridades e definir as metas e os objetivos das intervenções do planejamento urbano e nem criar representações da realidade sócio-espacial deliberadamente, presumindo a racionalidade e a universalidade de suas próprias inclinações, de seus próprios ideais e necessidades (SOUZA, 2020).

[...] essa clareza tem de advir de um debate lúcido e democrático, e não da inspiração genial de algum *condottiero* político ou de algum intelectual pretensamente iluminado. [...] esse debate é de natureza *política*, e não de natureza eminentemente técnica. A discussão técnica, visando à seleção dos *meios* mais eficientes e eficazes para se atingirem os fins sobre os quais a coletividade democraticamente deliberou, essa sim deverá contar com o aconselhamento de técnicos e pesquisadores. Não obstante, não se deve separar excessivamente a discussão dos fins da discussão dos meios. De uma parte, assim como a coletividade também deverá ter a última palavra sobre os meios a serem empregados, [...] de outra parte os técnicos e pesquisadores, atuando como consultores a serviço da coletividade, dotados de senso crítico mas sem se imaginar pairando acima dos demais cidadãos, poderão omitir opiniões igualmente sobre os fins, especialmente quando considerarem relevante alertar sobre o que julgam identificar como riscos embutidos em certas metas ou contradições entre diferentes objetivos. (SOUZA, 2020, p. 179)

Estas orientações levam aos questionamentos de quem planeja, o que se planeja e para quem se planeja, entendendo que problemas reais precisam ser superados, com que se pode contar e em quais condições, quais obstáculos previsíveis e que relações de força são necessárias. Apresenta-se a seguir alguns aspectos destas relações.

2.2.4 Quem planeja o que se planeja

Conforme Lefebvre (2004; 2006) e Corrêa (2018, p. 43), é sobre a “ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos”, que recai a responsabilidade pela produção social do espaço. São eles quem materializam os processos sociais com relação a uma forma espacial (HARVEY, 2004; CORRÊA, 2018), estando inseridos na temporalidade e na espacialidade de cada formação sócio-espacial.

Com vistas à sistematizar e aprofundar a leitura analítica sobre os agentes sociais da produção do espaço e seus papéis, estratégias e práticas, Corrêa (1989; 2018) toma a noção de tipos ideais para classificar os principais conjuntos representantes destes agentes: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos excluídos. Para o autor, a ação destes agentes se faz dentro de um marco regulatório definido pelos interesses dominantes e que variam no tempo e espaço conforme suas próprias estratégias e contradições. Também, podem agir conforme interesses e bases comuns (como renda e especulação da terra, empreendimentos imobiliários, pactos de cooperação, formas integradas dos tipos de capitais na especulação, financiamento, administração e produção dos espaços urbanos etc.).

Neste sentido, é inequívoco que todos estes agentes influenciam e interferem no planejamento urbano. O Estado representa a principal arena de disputas de interesses e conflitos, desenvolvendo-se por meio de múltiplos papéis. Nele situam-se as formas hegemônicas do planejamento urbano e outros agentes que de forma direta e indireta participam dos processos decisórios sobre as cidades e os espaços urbanos (LEFEBVRE, 2006; CORRÊA, 2018; 1989). Historicamente os técnicos ligados ao poder público foram os atores hegemônicos no planejamento urbano brasileiro (PEREIRA, 2012a), definindo um horizonte político-filosófico ligado ao estatismo – nos casos do “planejamento politizado brasileiro” e o “planejamento colaborativo anglo-saxão” (Souza, 2020, p. 176). E embora o planejamento urbano apresente desde sua origem uma estreita vinculação com a ação estatal, hoje, salvo exceções, seu entendimento passa pela crescente desvinculação em diferentes locais e situações com o “desmantelamento da capacidade planejadora e projetual dos órgãos públicos a quem caberia essas atribuições” (GOMES, 2012, p. 34).

Em qualquer contexto, sejam cidades grandes, médias ou pequenas, se for avaliada a produção de projetos urbanísticos, elaboração de planos diretores e planos locais, inevitavelmente será encontrado um número significativo de empresas privadas. Estas, por sua vez, nem sempre apresentam capacidade técnica, recursos e interesses para entregar seus produtos com base na aproximação real de suas pesquisas às condições sócio-espaciais e à reprodução da vida cotidiana nos diferentes contextos urbanos. Muitas vezes, suas análises ocorrem a nível do *voo de pássaro* – como são chamadas as abordagens que percebem o espaço urbano e as relações sócio-espaciais unicamente por meio de mapas e imagens que representam

a vista aérea dos lugares, sem descer ao rés do chão, sem se aproximar das formas de sociabilidade que estruturam os territórios.

Os planejadores urbanos, na sua função de técnicos, são agentes indiretos destes processos. Sem o poder de decisão eles são mais uma mão-de-obra em meio às necessidades operacionais do planejamento. Para Lefebvre (2004, p. 141), planificadores, planejadores, técnicos, tecnocratas, são apenas convidados a dar suas opiniões, mas eles não decidem – “apesar dos seus esforços, não chegam a sair do estatuto que lhes é atribuído, o de um grupo de pressão ou de uma casta, para se erigirem em classe”.

A exemplo da crítica ao urbanismo realizada por Lefebvre (2004) – cuja atividade se dissocia entre diferentes abordagens, a dos humanistas, promotores imobiliários, a do Estado e dos técnicos – também o planejamento urbano se fragmenta, variando entre utopias abstratas, vendas e sugestões de estilos de vida, ideologias e representações. O planejamento urbano e o urbanismo, como atividades especializadas, “pretendem substituir e suplantar a *prática urbana*” por suas representações do espaço, do tempo, da vida social, dos grupos e de suas relações (LEFEBVRE, 2004, p. 141). Para o autor, isto constitui em dos motivos pelos quais ainda se observa a relativa passividade dos indivíduos em relação à problemática urbana – “a *ideologia urbanística* como *reduzora* da prática (do habitar; da realidade urbana)” (LEFEBVRE, 2004, p. 144).

Ao resumir o percurso histórico do urbanismo e do planejamento urbano no Brasil, Leme (1998) descreve as transições que passam os domínios profissionais em relação ao modelo e/ou racionalidade que foi se configurando em relação às suas práticas, como mostra o QUADRO 5 (p. 67). É possível observar nestas áreas a imbricação entre seus conhecimentos e a prática profissional com suas diferenciações ao longo do tempo. Também, cabe ressaltar a especificidade da atuação profissional do urbanismo e do planejamento urbano no Brasil com sua dupla inserção: em instituições de ensino e nos órgãos públicos. Para a autora, “a dupla inserção foi fundamental, no início, para a própria formação e consolidação da área”, “a partir dos anos 40, quando se consolida como área de atuação profissional, ficam definidas carreiras com perfil bastante diferenciado” (LEME, 1998, p. 13)

PERÍODO	1895 - 1930	1930 - 1950	1950 - 1965
DOMÍNIO PROFISSIONAL	Pioneiros - primeira geração de profissionais que atua neste período é formada em cursos de engenharia civil e militar - os principais campos de trabalho são: (i) a construção de ferrovias (ii) as obras de infraestrutura das cidades: saneamento, abertura e regularização do sistema viário (iii) projetos urbanísticos para áreas centrais	Engenheiros civis e arquitetos - organizam-se os órgãos para o planejamento urbano como parte da estrutura administrativa das prefeituras das principais cidades	Planejadores urbanos - arquitetos, engenheiros, geógrafo, sociólogos, economistas
PRINCIPAIS URBANISTAS	Saturnino de Brito; Theodoro Sampaio; Lourenço Baeta Neves	Francisco Prestes Maia; Atílio Correia Lima; Armando de Godoy; Nestor de Figueiredo; João Florence de Ulhôa Cintra; Arnaldo Gladosh; Joseph-Antoine Bouvard; Donat Alfred Agache	SAGMACS
REFERÊNCIAS ESTÉTICAS E INFLUÊNCIAS	- as grandes reformas das cidades europeias no século XIX: Paris e Viena - Ideias de urbanistas franceses: o modelo de cidade difundida é Paris das Exposições Universais	- planos dos arquitetos ligados à <i>Société Française d'Urbanisme</i> - influência da escola francesa que havia formado o <i>Institut d'Urbanisme de Paris</i> - Donat Alfred Agache (pertence a uma escola que vem da tradição da sociologia aplicada do Museu Social) - Eugène Hénard – Paris - formação de técnicos brasileiros em escolas no exterior - Le Corbusier	- Louis Joseph Lebreton e Gaston Bardet Movimento Economia e Humanismo / Fundação dos escritórios regionais da SAGMACS
FORMA DE INTERVENÇÃO	- melhoramentos localizados em partes das cidades - construção de ferrovias, obras de infraestrutura das cidades - projetos urbanísticos para áreas centrais; embelezamento e remodelação de praças - projetos de circulação; aberturas de largas avenidas - reforma e ampliação dos portos marítimos e fluviais - expansão das cidades; aterramento de áreas conquistadas ao mar e também aos rios	- articulação entre os bairros, o centro e a extensão das cidades através de sistemas de vias e sistemas de transportes - primeiras propostas de zoneamento e sua preponderância ((zonas especializadas de comércio, serviços, negócios e moradia) - legislação urbanística para controle do uso e ocupação do solo - aspecto cênico, com muitas perspectivas e visuais, avenidas em Y, praças e conjuntos monumentais; ideia de que o edifício forma a cidade - preponderância do sistema viário (sistemas viários radial-perimetrais); separação entre os diferentes tipos de transporte - presença de sistemas de parques e jardins	- integração regional de cidades - obras rodoviárias e de infraestrutura regional - planos de cooperação - instituição de novas regiões metropolitanas - projetos para bacias hidrográficas
IDEIA-CHAVE	Melhoramento	Planos de Cidade	Planos Regionais

	- designa questões diversas, tanto aquelas relativas ao projeto e à construção de obras de infraestrutura, ajardinamento de parques, praças, como também a elaboração de legislação urbanística - mudar a feição colonial e acolher o futuro desenvolvimento da cidade	- visão de totalidade / sistemas	- integração e desenvolvimento nacional e regional

FONTE: O autor (2020); elaborado com base em Leme (1998).

Também é importante destacar que o caráter normativo da história percorre também toda o desenvolvimento do urbanismo e do planejamento urbano, passando pela estruturação do ensino e das diferentes disciplinas voltadas à essas áreas, se relacionando ao domínio de “um conjunto de regras, justamente veiculadas pelos tratados e largamente chanceladas pela história” (GOMES, 2012, p. 30). De outra parte, planejar e projetar os espaços urbanos definiu características da rotina profissional de urbanistas e planejadores urbanos, “seja sob a forma de novas cidades, planos de expansão territorial, ou conjuntos habitacionais, seja como remanejamentos de espaços urbanos preexistentes” (KOHLSDORF, 1985, p. 18). Todavia, as teorias em/do planejamento urbano (HALL, 2016) ainda estão em vias de construção, inclusive paradigmática. Segundo Kohlsdorf (1985), esta compreensão do pensamento urbanístico tem se caracterizado por:

[...] não ser nem reflexivo, nem crítico, atributos estes que ainda marcam grande parte dos estudos urbanos. São, via de regra, conjuntos de *normas* de composição arquitetônica, baseados em critérios estéticos, funcionais ou construtivos e, entre estes, encontram-se autores (Vitrúvio, Hipódamo) e méritos que vêm sendo, hoje em dia, redescobertos. Entretanto, estas artes *urbanas* não se propunham a *explicar* a cidade enquanto fenômeno espacial; entender e explicar são atividades que se têm quase restringido a historiadores, filósofos e outros estudiosos que não fazem do espaço urbano sua preocupação central. (KOHLSDORF, 1985, p. 18)

À vista disso, é possível apontar a ampliação do corpo de profissionais que voltam-se à atividade do planejamento urbano e que podem estar, de um lado, atrelados à situações em que o espaço urbano não seja uma preocupação central, e por outro lado à negligência das necessidades sociais. Lefebvre (2004) descreve sobre o duplo fetichismo do urbanismo, também aplicado ao planejamento urbano: o fetichismo da satisfação e o fetichismo do espaço.

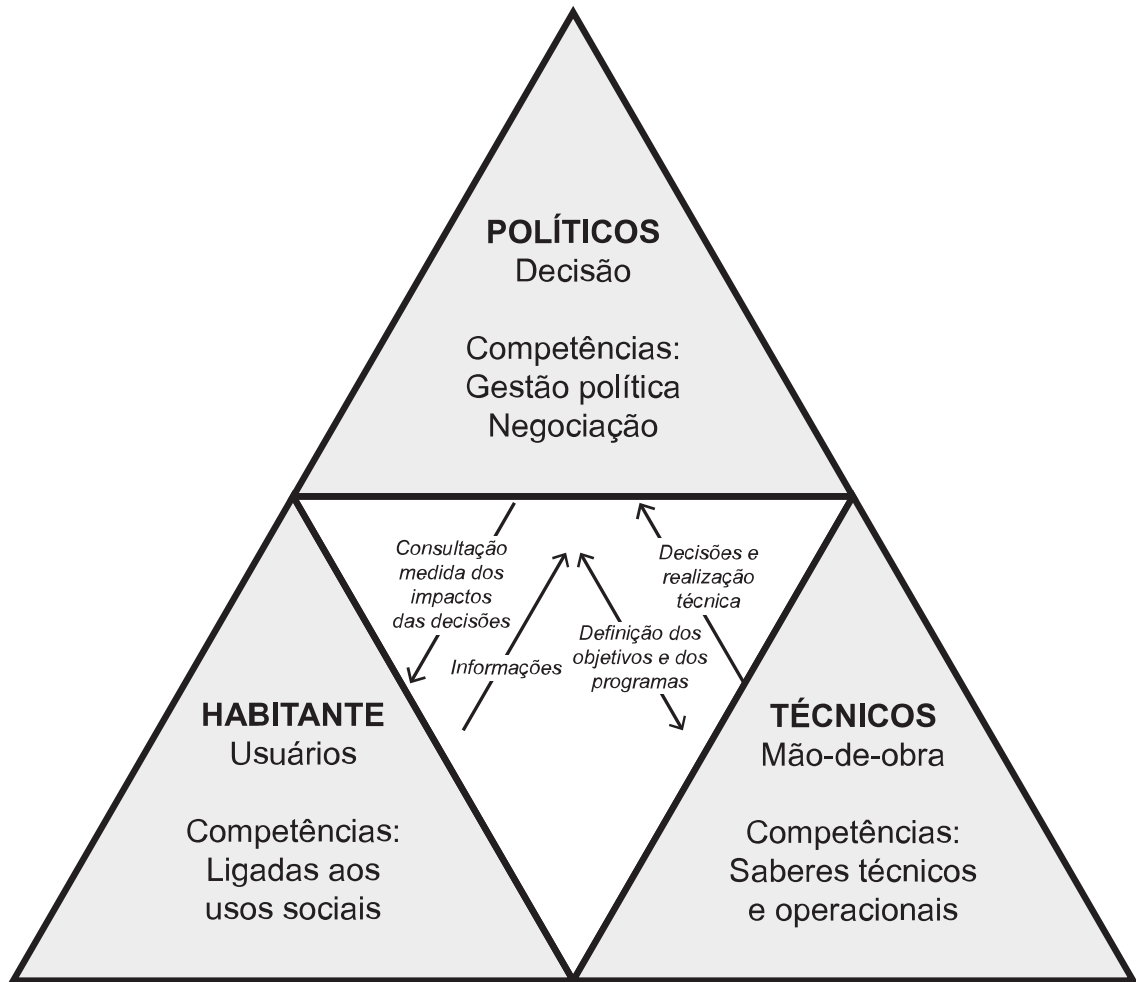
Em primeiro lugar, o fetichismo da satisfação. Os interessados? É preciso satisfazê-los, portanto conhecer as suas necessidades e responder a elas, tais como são. Às vezes é preciso permitir-lhes adaptarem-se modificando suas necessidades. Hipótese implícita: pode-se reconhecer tais necessidades, quer porque os interessados as declaram, quer porque os especialistas as estudam. Podemos classifica-las. Para cada necessidade, fornecer-se-á um objeto. Hipótese, de início, falsa, especialmente porque negligencia as *necessidades sociais*. Em segundo lugar, o *fetichismo do espaço*. O espaço é criação. Quem cria espaço cria o que o preenche. O lugar suscita a coisa e o lugar certo para a coisa certa. Daí uma ambiguidade, um mal-entendido, uma oscilação singular. Ou a doença do espaço desculpa as pessoas, as acusa as competências, ou a doença das pessoas num espaço certo é indesculpável. O fetichismo do espaço implica contradições. Ele não resolve o conflito entre o uso e a troca, mesmo quando esmaga o uso e o usuário. (LEFEBVRE, 2004, p. 146)

Estes aspectos ganham contornos políticos e ideológicos, definindo a prática em planejamento urbano e interferindo na relação entre agentes. De outra maneira, com base na gestão e planejamento urbanos de cidades brasileiras e nas perspectivas vinculadas sobre a participação, Santos Junior (2007) aponta para a disputa de dois paradigmas: a cidade-mercado e a cidade-direito. Enquanto o primeiro define os agentes sociais como “clientes-consumidores, portadores de interesses privados, impedindo a construção de uma esfera pública que represente o interesse coletivo”, o segundo encontra-se em construção, tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista da práxis sociopolítica e sócio-espacial (SANTOS JUNIOR, 2007, p. 306-307). Para o autor, a disputa entre estes paradigmas é sintomática da prática do planejamento urbano e fica mais evidente no processo de elaboração e construção dos planos diretores, ressaltando o papel central do poder público frente às estratégias do mercado e a consequente produção de desigualdade e exclusão. Pereira (2012a), define estas mesmas relações em termos de dois modelos de planejamento urbano: o modelo hierárquico e o modelo negociado.

[...] o modelo hierárquico, é fundado em uma separação de funções entre aqueles que decidem que têm a responsabilidade de determinar os objetivos e de elaborar os programas e detêm uma posição de comando em relação aos outros atores, os chamados tomadores de decisão (políticos nas diversas esferas de governo); os técnicos, que têm a responsabilidade de transcrever os objetivos políticos em realizações técnicas, e os habitantes que têm, como usuários dos projetos, um papel essencialmente passivo e que, no máximo, são consultados quando os projetos já estão elaborados. No modelo negociado, os papéis desses atores são outros; na medida em o projeto só é conhecido ao fim do processo, passamos, de um mundo previamente conhecido e seguro a um mundo de incertezas e complexidades. Os atores não têm mais relações de tipo hierárquico, mas eles estão em concorrência, mesmo em conflito. Eles afinam suas preferências ao longo das situações de interação e é só no final do processo que eles terminam por saber o que querem e qual é a identidade das pessoas com quem eles interagem. Se há acordo no começo, não é nem sobre objetivos nem sobre um programa, mas sobre um dispositivo de organização que prevê em qual ritmo e segundo quais modalidades os atores serão associados à elaboração dos projetos. (PEREIRA, 2012a, p. 123-124)

Considera-se os esquemas presentes na FIGURA 1 (p. 71) para exemplificar as relações entre os agentes sociais, referindo-se a um contorno mais específico das práticas gerais em planejamento urbano e no que diz respeito aos dois modelos propostos por Pereira (2012a). Em ambos é possível visualizar que a atividade de planejamento se constitui em exercício de interação, embora no modelo hierárquico – comumente adotado – os agentes políticos acabem decidindo sobre o planejamento e sobrepondo seus interesses. Nos dois modelos, os técnicos são preenchidos pela competência técnica e esvaziados de outras possíveis competências, não apresentam, sequer, inclinações políticas e são representados como neutros. Os habitantes, por sua vez, mantêm-se como agentes passivos, como aqueles que demandam e recebem dos outros as soluções para os seus problemas, mesmo no modelo negociado onde se presume o planejamento urbano participativo.

FIGURA 1 – MODELO DE PLANEJAMENTO HIERÁRQUICO



FONTE: Adaptado de Novarina apud Pereira (2012a).

FIGURA 2 – MODELO DE PLANEJAMENTO NEGOCIADO



FONTE: Adaptado de Novarina apud Pereira (2012a).

Os esquemas das FIGURAS 1 e 2 (p. 90-91) são elucidativos, pois geram questionamentos sobre os papéis de cada grupo de agentes sociais e sobre os verdadeiros efeitos da participação no planejamento urbano. Importante destacar que tanto quem planeja como para quem se planeja, são elementos ainda em definição. Embora se acredite que o planejamento urbano, enquanto técnica, deva estar à serviço da vida cotidiana de sujeitos e grupos históricos, ou do ponto de vista político-filosófico deva permitir a livre apropriação e construção dos sujeitos em relação às suas práticas sócio-espaciais, é também verdade que todo este processo é mais determinado do que se imagina, respondendo hierarquicamente e culturalmente a agentes e à uma ordem pré-estabelecidos. Isto é cabível, mesmo num processo negociado – dentro do modelo participativo brasileiro por exemplo –, pois toda a dimensão da ação é esvaziada no que se refere à ação e experiência dos habitantes

e também aos técnicos de forma relativa, mesmo que apresente uma abertura para uma escuta sensível do território.

A noção de programa, como levantamento de demandas dos habitantes e posterior definição de ações pelos políticos, só reforça um quadro de heteronomia – “ou imposição de uma lei por outro (*heteros*)” – em contraposição à autonomia, entendida em seu aspecto de direto e na “capacidade de dar a si mesmo sua própria norma” (KAPP, 2011a, s.p.). Como já apontado anteriormente, para Souza (2020) e Kapp (2011a; 2012a) outro fator decisivo é que a autonomia não se reduz aos indivíduos, mas organiza-se sobretudo por formas coletivas.

Neste sentido, cabe ao planejador urbano, ao urbanista, aos técnicos em geral “parte da responsabilidade de compreender e propor importantes alterações na estrutura da vida das cidades” (WILHEIM, 1976, p. 38). Mas, também lhes cabem a contribuição com os meios e interfaces para que se construam os processos de diálogo em relação aos aspectos analíticos sobre a realidade urbana e a reprodução da vida cotidiana dos habitantes, em relação aos processos decisórios e mesmo à possibilidade de co-atuação dos entes institucionais junto à organização civil. Da mesma maneira, Harvey (1985, p.175, tradução nossa) chama a atenção em relação ao planejador, descrevendo sobre o seu papel de “contribuir para os processos de reprodução social”, considerando a capacidade que possui para intervir, estabilizar e criar condições para um crescimento equilibrado.

Neste caso, como afirma Souza (2020, p. 177), o desafio da conquista da *autonomia* não deve ser encarado como um “tudo ou nada, mas como um processo histórico complexo”, pelo qual se observa diferentes *graus de autonomia* (e heteronomia). Num país periférico como o Brasil, o aparelho de Estado pode sob determinadas conjunturas e relações de forças promover ações e implementar políticas públicas que conduzam a um aumento do grau de autonomia da maioria desprivilegiada, como ocorreu com o orçamento participativo de Porto Alegre. Claro que, no marco de uma radicalidade total destes princípios, não se trata, evidentemente, de uma participação totalmente efetiva. O Estado ainda permanece como uma estrutura heterônoma encarnando uma separação entre dirigentes e dirigidos e contribuindo com o próprio modelo civilizatório capitalista, tornando os ganhos de autonomia insuficientes (SOUZA, 2020).

Contudo, como bem afirma Souza (2020), sob a complexidade destes processos deve-se ressaltar a importância de tais experiências, dos seus ganhos

parciais e, sobretudo, radicalizar a visão de *participação popular* (não se conter com as formas domesticadas como democracia participativa e democracia representativa) para que se tenha ganhos maiores e significativos do ponto de vista do desenvolvimento sócio-espacial, que tem na autonomia um caminho precípuo à restauração da vida cotidiana à esfera pública das decisões acerca do planejamento e gestão urbanos. A luta deve combinar pressões sobre o Estado e ações diretas, construindo uma dinâmica em que “cidadãos conscientes e efetivamente livres decidiriam, com conhecimento de causa, os destinos de seus espaços de moradia, trabalho, circulação, lazer e consumo” (SOUZA, 2020, p. 178).

Portanto, o planejamento e os planejadores urbanos devem servir à construção social e crítica da realidade urbana, pautando-se no termo dialógico (FREIRE, 2020) do seu desenvolvimento sócio-espacial (SOUZA, 2020), isto é, agregar na reflexão e na prática a autonomia dos sujeitos e grupos históricos (também objetos do conhecimento) para definir e construir suas realidades, conferindo centralidade às suas vidas cotidianas, ao espaço e ao território de suas relações sociais, buscando alcançar liberdade e emancipação sócio-espacial e, neste marco, a construção de sociedades mais justas e democráticas.

2.2.5 Etapas do planejamento

Na investigação histórica e conceitual de Villaça (1999) sobre as formas de planejamento urbano o *planejamento strictu sensu*, relacionado à produção de planos, ganha notoriedade e é definido, de modo geral, por etapas. Cabe ressaltar a posição de Duarte (2013) sobre o porquê se fala em etapas do planejamento e não em partes do planejamento.

O planejamento é um processo cujo resultado, sempre parcial, é o plano. O plano tem *partes*; o planejamento, *etapas* – incluindo uma essencial que é a permanente gestão, o que implica que ele passe por adaptações, atualizações e alterações. (DUARTE, 2013, p. 29)

Esta distinção, todavia, não ocorre em muitos casos, uma vez que o planejamento urbano se confunde ou é exclusivamente visto por meio da elaboração de planos, como se estes tivessem autonomia e vida própria. Dentre as consequências estão a perda do raciocínio que mantém o planejamento como uma

atividade de interação, como processo que dialoga com dados, objetos, pessoas e territórios os mais díspares. Mesmo assim, nem o planejamento e nem o plano podem ser determinados por partes. É necessário a visão de conjunto, de complexidade e interdependência entre os elementos que os constituem, tanto no sentido de suas estruturas próprias quanto da realidade urbana a que fazem referência. A identificação por partes leva à postura que encara as etapas como autônomas, convertendo-as em atividades ou tarefas limitadas, inclinando-se à reproduzir as leituras hegemônicas sobre a realidade e os espaços urbanos e as representações da vida cotidiana.

Algumas etapas do planejamento são gerais e apresentam nomenclaturas variadas em diferentes documentos e autores. McLoughlin (1971) prescreve algumas etapas ao identificar a necessidade de lançar as bases de um planejamento sistêmico, que reconheça o caráter dinâmico e conectado de seus elementos constituintes. Vital (2012) apresenta a mesma abordagem, embora o aprofundamento sobre as condições ecológicas e de sustentabilidade ganhem relevância. Siedenberg et al. (2009) segue os interesses e o foco administrativo do planejamento estratégico urbano. Duarte (2013) apresenta as etapas com o objetivo de estabelecer uma visão simplificada e didática do processo em planejamento urbano, as quais são, hoje, amplamente reconhecidas. No QUADRO 6 (p. 94-95) é possível identificar estas etapas e as correspondências entre autores. Adotou-se as etapas simplificadas de Duarte (2013) para seguir com as análises.

QUADRO 5 – ETAPAS DO PLANEJAMENTO URBANO

AUTOR	Duarte (2013)	McLoughlin (1971)	Siedenberg et al. (2009)	Vital (2012)
ETAPAS	(i) Diagnóstico	(i) Avaliação Preliminar (ii) Formulação de Objetivos	(i) Diagnóstico Técnico (sistematização de dados) (ii) Análise Situacional (interpretação técnico-política)	(i) Panorama Ambiental Urbano (leitura em camadas das dimensões ambiental, ambiente construído, teia urbana, filosófica)
	(ii) Prognóstico	(iii) Descrição e Simulação do Sistema	(iii) Matriz SWOT (FOFA) (potencialidades, desafios, riscos e limitações)	(ii) Cenários Futuros

	(iii) Proposta	(iv) Definição de Alternativas (v) Avaliação das Alternativas (vi) Seleção das Alternativas	(iv) Referenciais Estratégicos (visão, vocação, valores) (v) Macro objetivos (programa, projetos, ações)	(iii) Proposta de Planejamento Urbano Sustentável
	(iv) Gestão	(vii) Implementação	(vi) Definição de Modelo e Gestão de Processos (vii) Divulgação e Implementação	(iv) Gestão Urbana Sustentável

FONTE: O autor (2020); elaborado com base em McLoughlin (1971); Siedenberg et al. (2009); Vital (2012); e Duarte (2013).

Em relação à pesquisa buscou-se focar a análise de duas destas etapas: a *diagnóstica* e a *prognóstica*; por serem as etapas em que as análises urbanísticas, as leituras da cidade e do espaço urbano se configuram como fundamentais, de modo que as análises sócio-espaciais vinculadas à apreensão da vida cotidiana podem aí definir e exercer suas contribuições acerca da compreensão da realidade urbana.

De modo geral, a etapa diagnóstica consiste na análise de uma situação que compõe o cenário da realidade existente, levando em consideração aspectos demográficos, físico-territoriais, legais, sociais e econômicos (DUARTE, 2013). Abrange o levantamento e inventário de dados e informações²⁴ a respeito de determinada área geográfica, região, população, grupo, temas e categorias. Já o prognóstico é a etapa que, baseando-se no diagnóstico urbano, se ocupará em compreender e apontar as tendências e dinâmicas pelas quais aquela realidade urbana existente estará submetida caso não haja alguma intervenção. O prognóstico estabelece uma relação entre uma situação presente e uma ou várias situações futuras, fazendo a ponte entre as condicionantes (contingências) e as soluções apontadas na etapa de propostas. O esforço de prognóstico – “reflexão prévia sobre

²⁴ Incluem informações quantitativas: dados populacionais referentes ao crescimento, faixa etária, gênero, educação, renda, trabalho, equipamentos e tipos de serviços urbanos, redes de infraestrutura e capacidades de atendimento, atividades comerciais e de serviços, vendas e circulação de produtos, tráfego, transportes e cargas, índices e indicadores já avaliados sobre áreas e as cidades etc.; e informações qualitativas: percepção dos habitantes em relação ao acesso aos serviços e equipamentos urbanos; qualidade dos espaços públicos e áreas livres, segurança e violência no espaço público, acesso à tecnologias de informação, transparência de dados; experiência e percepção do espaço, participação e promoção cultural etc.

os desdobramentos do quadro atual” (SOUZA, 2020, p. 47) – se constitui numa das principais características do planejamento urbano.

Como bem ressalta Souza (2020, p. 47-51), o prognóstico não pode estar vinculado à linearidade e ao cartesianismo que se verifica nas concepções sobre previsão e predição – como um tipo formal de prognóstico (inadequado para lidar com os fenômenos sócio-espaciais) e como uma antecipação da evolução de um fenômeno que precisa ser evitado, dando margens para recobrir a extrapolação de tendências e as projeções formalistas –, encurraladas por quadros teóricos e dados científicos de toda ordem, como é próprio dos vieses organicista e mecanicista de planejadores que tentam transpor para a investigação de fenômenos sócio-históricos esquemas e métodos oriundos das ciências naturais. Para o autor, esta etapa do planejamento urbano deve considerar na formulação de cenários²⁵ a forma consistente e realista de seu exercício, assim como a flexibilidade e velocidade de reação diante do inesperado, do improvável e do imprevisível. Soma-se a estas qualidades a capacidade de extrair lições do passado.

Todas as etapas do planejamento dependem, para sua realização, de uma boa e consistente análise urbana, entendida aqui como necessidade de constituir-se em pesquisa ou análise sócio-espacial como processo de leitura da cidade e dos espaços urbanos. As etapas diagnóstica e prognóstica se relacionam diretamente com essa necessidade, sendo o diagnóstico urbano a técnica assumida de forma dominante para este processo de leitura, tomando-o como uma parte – em vez de uma etapa importante em que se realiza a aproximação e interação com diferentes contextos urbanos e sujeitos históricos – da produção de planos, leis e projetos

²⁵ A elaboração de cenários constitui-se em técnica do planejamento urbano que, segundo Souza (2020), apresenta uma ruptura qualitativa e epistemológica em relação às técnicas tradicionais de previsão. Embora guarde os seus riscos, para o autor a construção de cenários significa, ou deveria significar, “apenas simular desdobramentos, sem a preocupação de quantificar probabilidades e sem se restringir a identificar um único desdobramento esperado, tido como a tendência mais plausível” (SOUZA, 2020, p. 48). A utilização desta técnica ainda é incipiente no Brasil, embora seja mencionada de forma recorrente ao tratar-se de projeções. Souza (2020) discorre sobre a especialização já presente na literatura alemã (*Szenarien als Instrument der Vorausschau in der räumlichen Planung*, de Detlev Sträter, 1988; e *Prognosen und Szenarien in der räumlichen Planung*, de Gerhard Stiens, 1998) e a escassa literatura disponível em português (*A arte da previsão: planejando o futuro em um mundo de incertezas*, de Peter Schwartz, 1991). Todavia, é possível verificar o uso desta técnica de forma sistemática e vinculada ao *Planejamento Ambiental Urbano* por Maria de Assunção Ribeiro Franco (*Planejamento Ambiental para a Cidade Sustentável*, São Paulo: Annablume; FAPESP, 2001) e Giovanna Teixeira Damis Vital (*Projeto Sustentável para Cidade: o caso de Uberlândia*, São Paulo: Tese de Doutorado – FAUUSP, 2013) em diferentes realidades dos estados de São Paulo e Minas Gerais.

urbanos. Teoricamente o diagnóstico e o prognóstico urbanos representam o produto técnico-científico pelo qual os planejadores urbanos atestam as condicionantes e potencialidades de determinada situação sócio-espacial. Hoje, o uso destas duas ferramentas técnicas é viciado, corrompido e muitas vezes falsificado. Elas têm-se prestado à manutenção do *status quo*, à reprodução dos discursos hegemônicos, à estigmatização de territórios, populações, grupos sociais e de minorias.

Seria impossível dentro dos limites desta pesquisa avaliar todos os tipos de diagnóstico e prognóstico urbanos que são realizados no âmbito de prefeituras municipais, de empresas de urbanismo e planejamento urbano e de faculdades, incluindo cursos de graduação, pós-graduação e extensões universitárias. De modo geral, os diagnósticos e prognósticos baseiam-se em análises urbanas divididas em pelo menos três dimensões: *social, ambiental (ou ecológica) e econômica*. Estas são, em alguns casos, ampliadas com a inserção de outras duas dimensões – *espacial (ou geográfica) e cultural* – de modo a adequar-se às visões mais recentes sobre a complexidade e/ou a sustentabilidade urbana. Como ponto de partida, já seria um esforço enorme entender e avaliar como estas dimensões são empregadas e a quais sentidos elas fazem referência. Foca-se aqui menos na organização e definição destas dimensões e mais sobre como, ainda – seja qual for o uso e a relação entre elas –, não conseguimos observar uma verdadeira aproximação das análises em relação à vida cotidiana e à experiência de sujeitos, indivíduos e grupos históricos, permanecendo dentro dos limites morfológicos, demográficos e apenas descritivos dos elementos físico-territoriais que compõem a paisagem urbana.

Prefeituras municipais, órgãos governamentais e empresas privadas reconhecem o diagnóstico e prognóstico urbanos apenas como um produto que deve cumprir minimamente algumas condições já amplamente reconhecidas no meio técnico-legal para que se possa validar o prosseguimento de uma lei, de um plano, a viabilidade de um empreendimento, de um grande projeto urbano etc. Por isso, são encarados, de modo geral, como um produto-serviço que pode ser vendido dentro dos limites do mercado e da especialização de empresas e agências voltadas ao desenvolvimento urbano e econômico.

Cabe ressaltar o papel que os governos locais em associação com as mídias, instituições supranacionais e agências multilaterais (como Banco Mundial, o BID e a ONU) exercem sobre a definição destas ferramentas, sistematizando, divulgando e exigindo abordagens para consolidar seus investimentos, ao mesmo tempo em que

são instituídas representações ideológicas de cidades-modelos (VAINER, 2000; SÁNCHEZ, 2009; MOURA, 2009) e uma ampla variedade de índices e indicadores (como o IDH, o IDHD, o IDG e o IPU)²⁶ que não abarcam a complexidade do fenômeno urbano, nem sequer das próprias categorias as quais se referem, contribuindo com a perspectiva monolítica e a visão da cidade que se organiza em blocos de pobreza, precariedade, marginalização, criminalidade e subdesenvolvimento (BENACH, 2017; SILVA, 2019). A grande maioria destes indicadores trabalham com a ideia de que a cidade é acesso a equipamentos, serviços e níveis de consumo, além de representarem superficialmente dualidades opostas como espaços de assentamentos precários e de favelas e espaços de classe média. O primeiro é abordado como centro irradiador de violências e o segundo, normalmente, como ilhas de calma na cidade. Não só, não se pode afirmar isto, como esta não é a realidade, embora siga orientando a perspectiva sobre as cidades e os espaços urbanos (SILVA, 2019).

Se por um lado a aplicação de metodologias de diagnóstico e prognóstico urbanos prontos ou encomendados geram uma distância em relação aos diferentes contextos urbanos e realidades sócio-espaciais, por outro, ela pode servir à elaboração de rankings para medir a competitividade, capacidade de atrair negócios, qualidade de vida e grau de sustentabilidade das cidades (BENACH, 2017). Isto quer dizer que se deve considerar como estas ferramentas técnicas têm contribuído com o processo de agenciamento das cidades no mercado global (SÁNCHEZ, 2009). Evidentemente, a transferência de modelos e ferramentas técnicas utilizadas por países centrais do capitalismo para contextos e realidades urbanas como do Brasil e América Latina, aliada à classe política, às elites e ao meio técnico-científico, torna o planejamento urbano um braço ideológico de manutenção da ordem vigente, atuando no sentido de favorecer a espacialização dos interesses dos mercados e das classes dominantes. Neste sentido, a noção de que o planejamento urbano se institui por meio de um processo de interações, vinculado à etapas que se constroem por meio do diálogo, da pesquisa e da técnica colocada à serviço da vida dos habitantes, não se concretiza.

²⁶ IDH – Índice de Desenvolvimento Humano; IDHD – Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade; IDG – Índice de Gênero; IPU – Índice de Pobreza Urbana.

Há uma fragilidade da prática profissional e das disciplinas que tratam do processo urbano e das cidades em relação à distância entre suas análises urbanísticas e a realidade urbana, permitindo que essa separação seja medida, e mediada, como condição necessária à reprodução das tradicionais abordagens acerca do espaço e da vida cotidiana, normalmente identificando as relações sócio-espaciais dentro de uma grade homogênea de situações e deixando de perceber as potências e complexidades dos territórios. Considerando como exemplo o contexto histórico, social e urbano das favelas, Taschner (2004) e Silva (2019) ressaltam que raramente se estuda a heterogeneidade, a diversidade e a diferença presentes nas suas formas de estruturação e de socialização. Mais raro ainda são os enfoques e abordagens das análises urbanísticas, das análises sociológicas, da atuação política e também das intervenções urbanas que consideram estes aspectos como categorias ou como um corte específico destas áreas em relação ao modo como se reproduzem.

À vista disso, pode-se identificar três questões referentes à reflexão geral sobre a própria natureza destas etapas, como elas se definem tecnicamente e se de fato devem ser mantidas dentro dos moldes atuais do instrumental das análises urbanísticas. A primeira diz respeito à *visão que estrutura a postura metodológica de planejadores urbanos e pesquisadores diante da realidade urbana*, vista apenas como situação patológica, deficiente, anômala, direcionando o exercício do diagnóstico e prognóstico urbanos para os aspectos negativos, as precariedades, as irregularidades, sem considerar, muitas vezes, o processo que gerou tais mazelas²⁷. Como observa Maricato (2014, p. 108), “a cidade periférica não foi tomada no seu conjunto”, e embora haja o esforço de revelar o que está oculto, neste processo o que ocorre é a disputa pela “produção, a apropriação e a representação da cidade contra os signos dominantes”. A autora ainda continua: “o território da pobreza urbana não se refere a uma minoria excluída ou marginal, mas em algumas cidades compreende a maioria da população” (MARICATO, 2011, p. 108).

²⁷ Um típico exemplo deste quadro é a classificação do IBGE para assentamentos irregulares (que compreendem favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas) como aglomerados subnormais. A variedade de situações que abarca esta classificação evidencia a tentativa de homogeneizar uma diversidade que não cabe neste estatuto de estratificação sócio-espacial. Por outro lado, em sua descrição os aglomerados urbanos são apenas caracterizados pelo que possuem de carência e de ausência, o que reafirma a visão limitada e parcial sobre estes espaços.

Isto é bastante sintomático de que as dimensões e aspectos de investigação continuam organizados em torno das análises tradicionais vinculadas ao que Silva (2019, informação verbal) denomina como o “paradigma da ausência, da carência e da hostilidade” – uma racionalidade incapaz de perceber a “potência histórica” e a “dinâmica plurifatorial” que conduz a formação de diferentes territórios²⁸. Este panorama se constitui em um exercício profissional com limitações técnicas, reflexivas e de pesquisa. Como já assinalado, a cidade e os espaços urbanos são representados apenas como suporte físico-territorial e em seus atributos morfológicos e quantitativos. Neste sentido, é improvável que aspectos socioculturais, formas variadas de sociabilidade e de manifestações das práticas cotidianas de reprodução social figurem entre os elementos de investigação, pois exigiriam das análises urbanísticas uma revisão epistemológica e metodológica.

A segunda questão se refere à *abordagem tradicional que estabelece uma hierarquia de cima para baixo sobre quem define e representa os problemas urbanos e seus desdobramentos sobre a realidade urbana*. Esta perspectiva é assumida na figura do planejador urbano, que detém todo o conhecimento necessário à especulação da realidade. Como aponta Souza (2020), é preciso negar:

[...] tanto o monopólio de uma classe do papel de "parteira da história", saudando-se, pelo contrário, as seminais contribuições de diferentes tipos de movimento social (organizados em torno de questões como etnicidade, gênero, ecologia etc.), quanto o monopólio de um partido do papel de condutor político. Repudia-se, por fim, a arrogância típica dos intelectuais vanguardistas, equivalentes revolucionários dos tecnocratas conservadores. (SOUZA, 2020, p. 36)

Cabe aos profissionais questionar se aquilo que compreendem como patologia não é, invariavelmente, uma condição da qual não se conhece e que, via de regra, é determinada e representada como patologia – no sentido de que há um elemento ou uma condição que deve ser extirpado a todo custo. Assim, no caso do planejamento urbano, a representação de uma realidade e os seus desafios não

²⁸ Para Silva (2009) a construção da realidade é precedida pelo simbólico, este constitui o real. Sem esta percepção não é possível, segundo o autor, compreender a dinâmica da vida cotidiana de um lado e as políticas e o planejamento urbanos de outro. O contexto urbano requer das análises sócio-espaciais o rompimento com o paradigma da ausência e a restituição de um paradigma da potência com a ampliação de repertórios e o pensar sobre as cidades e os territórios dentro de uma lógica da diversidade de lugares (epistêmicos, raciais, de gênero, de lugar etc.) (SILVA, 2019).

podem ser construídos e nem definidos unicamente por uma pessoa, pela figura de um técnico ou por um corpo de profissionais. Este processo, como já apontado, é dialógico e possui alcance político-filosófico (FREIRE, 2020), voltado à ação coletiva em geral, incluindo um planejamento urbano socialmente crítico (SOUZA, 2020)

A terceira questão problematiza o limiar entre o papel do diagnóstico e prognóstico urbanos enquanto técnica e enquanto processo. *Se o diagnóstico e prognóstico urbanos forem encarados apenas na sua dimensão técnica, então eles se convertem em partes isoladas de um objetivo imediato. Se eles são vistos em meio a um processo mais amplo de compreensão da realidade urbana, então eles possuem mais chances de figurarem como etapas do planejamento urbano interconectadas. Mas se eles realmente adotarem a dimensão político-filosófica de um planejamento socialmente crítico, voltado ao diálogo como método de análise e representação, eles não se definiriam apenas como partes ou etapas, mas como um processo colaborativo, recorrente e permanente de pesquisa e avaliação da vida urbana e seus aspectos sócio-espaciais.*

À vista disso, entende-se que nos diagnóstico e prognóstico urbanos situam-se verdadeiras possibilidades de inserção da dimensão da vida cotidiana como corte analítico das relações sócio-espaciais que definem ou contribuem para a apreensão da realidade urbana. Entretanto, é preciso reestruturar estas duas etapas como um processo dialógico (para além da técnica) que permita superar as abordagens tradicionais com vista a identificar e permitir que sujeitos e grupos históricos também reflitam sobre suas condições, também possam definir e apontar seus problemas, caracterizar e dispor sobre suas qualidades, experiências e vivências. Neste sentido, cabe questionar a permanência e a identificação destas etapas como ocorrem hoje, e se a própria noção de pesquisa sócio-espacial não possa reunir os atributos necessários à consecução das formas de planejamento urbano, priorizando um centro comum de reflexão sobre a realidade urbana, no qual as abordagens possam se diversificar conforme as necessidades, as diferenças, a criatividade, a relação de pertencimento junto aos territórios, a colaboração na produção de informação e análise.

3 MARCOS TEÓRICOS PARA UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR A PARTIR DA VIDA COTIDIANA

Este capítulo possui o objetivo de investigar e explorar no arcabouço teórico os esquemas conceituais gerais e as determinações fundamentais das teorizações da vida cotidiana aqui abordadas e as principais categorias de análise empregadas na leitura e pesquisa sócio-espacial do cotidiano no âmbito das cidades, identificando, ao mesmo tempo, as conexões político-filosóficas e metodológicas destas abordagens com as exigências do pensamento urbano socialmente crítico (SOUZA, 2010) com repercussão sob a teoria crítica urbana (BRENNER, 2018). As teorizações da vida cotidiana constituem o corpo principal desta seção, entretanto, não se trata de um estudo substantivo de aspectos particulares da vida cotidiana na sociedade contemporânea, nem da disposição de uma cartilha sobre as principais correntes sociológicas, filosóficas, antropológicas ou qualquer outra da vida cotidiana. Em vez disso, buscou-se iluminar apenas aqueles elementos em que é possível definir uma relação mais clara entre as contribuições dos estudos da vida cotidiana com as possibilidades da sua apreensão por meio da pesquisa sócio-espacial.

3.1 TEORIA CRÍTICA URBANA

Busca-se estabelecer aqui um marco crítico geral dos estudos urbanos e com forte influência sobre o planejamento urbano na construção de um pensamento urbanístico socialmente crítico, a ser confrontado com as abordagens referentes às perspectivas e teorizações do cotidiano na leitura sócio-espacial da cidade e dos espaços urbanos.

Brenner (2018) apresenta o histórico e as raízes epistemológicas²⁹ ligados à expressão *teoria crítica urbana*, marcada pelos “trabalhos acadêmicos do urbanismo radical ou de esquerda durante o período pós 1968”³⁰ (BRENNER, 2018, p. 21) e sob

²⁹ O autor descreve o conteúdo social e teórico da teoria social crítica – “derivada das ramificações da filosofia social iluminista e pós-iluminista” (BRENNER, 2018, p. 22), além dos trabalhos de Hegel, Marx, da tradição marxista ocidental e da Escola de Frankfurt – buscando condições para posicionar as questões urbanas de modo estratégico, ou pelo menos relevante, dentro deste marco.

³⁰ Incluem autores como Henri Lefebvre, David Harvey, Manuel Castells e Peter Marcuse (BRENNER, 2018, p. 20)

a influência direta da *teoria social crítica*. Estas áreas se definem como projetos em permanente transformação uma vez que a crítica (compreendida como problema metodológico, teórico e político) apresenta como meta “revelar as contradições existentes na totalidade historicamente específica formada pelo capitalismo” e de explorar, na teoria e na prática, “a possibilidade de forjar alternativas ao capitalismo” (BRENNER, 2018, p. 24).

Neste marco, a especificidade histórica do capitalismo deve ser apreendida em seu momento presente com relação às suas contradições, ao mesmo tempo em que se verifica outras direções e formas sobre a organização da sociedade e suas relações sociais de produção, reprodução e conexão com a natureza. Ao se colocar nestas condições, a crítica institui-se como processo teórico-prático indissociável da “busca por alternativas emancipatórias latentes no presente, devido às contradições das relações sociais existentes” (BRENNER, 2018, p. 26). Neste sentido, cabe à teoria crítica urbana:

Ao invés de afirmar a condição atual das cidades como a expressão de leis trans-históricas de organização social, racionalidade burocrática ou eficiência econômica, a teoria crítica urbana dá ênfase ao caráter político e ideologicamente mediado, contestado socialmente e, portanto, maleável, do espaço urbano, ou seja, sua (re)construção contínua como lugar, meio e resultado de relações de poder sócio-historicamente específicas. (BRENNER, 2018, p. 21)

Sob a observação da interdependência entre teoria social crítica e teoria crítica urbana, pode-se inferir que o conjunto dos estudos da vida cotidiana compartilha de aspectos comuns e fundamentais que as caracterizam, entendendo-os também como necessidades estruturais para avanço do seu campo de pesquisa a partir de uma abordagem crítica. Henri Lefebvre, um dos principais autores a constituir o campo de reflexão da teoria crítica urbana, é também um dos responsáveis por atribuir a relevância dos estudos da vida cotidiana dentro deste marco teórico. O conjunto geral da obra de Lefebvre revela duas reivindicações diretas da teoria crítica urbana à teoria social crítica e que culminam numa integração ampla dos aspectos relacionados à realidade social, da qual a realidade urbana, a vida cotidiana e seus aspectos espaço-temporais e sócio-espaciais fazem parte. A primeira é comum com outros autores, trata-se da crítica e integração do fenômeno da urbanização como elemento estruturador e inseparável das formas e estruturas sociais de realização do

capitalismo, com ênfase no caráter político, ideológico, econômico e mediador das relações sociais que possui o espaço urbano, também compreendido como lugar, meio e produto das formas de poder dominantes. A segunda reivindicação trata, novamente da crítica e da integração, da vida cotidiana como corte transversal às dimensões da realidade social, entendida também como nível base de onde se erige a modernidade capitalista (LEFEBVRE, 1969, 1991), e que ao mesmo tempo estrutura, organiza, modifica e entra em simbiose com as formas de organização do espaço e tempo urbanos. O autor assinala que o que caracteriza a investigação sobre o cotidiano não é somente suas pretensões pragmáticas e positivistas, mas sobretudo como ela se dirige à constatar e verificar o “real”, antes de explorar suas possibilidades (LEFEBVRE, 2001b, p. 520, tradução nossa).

Brenner (2018) aponta quatro elementos comuns à teoria crítica urbana e à teoria social crítica, os quais se mantêm relevantes às questões urbanas e às cidades do século XXI. Estes elementos também representam, do ponto de vista tratado aqui, os vetores de convergência com as teorizações e crítica da vida cotidiana. O primeiro elemento diz respeito ao fato de que estes campos são substancialmente teóricos, pois constituem-se por meio da abstração “da organização e utilização existente de recursos da sociedade, e dos resultados dessa organização e utilização” (BRENNER, 2018, p. 26), formulando suas relações teóricas sem determinar fórmulas ou guias para mudanças sociais, mas propondo-se a criar mediações com o campo da prática social concreta e a informar a perspectiva estratégica de diferentes grupos, indivíduos e atores políticos, sociais e históricos.

O segundo elemento se relaciona à *natureza reflexiva* destas áreas, orientadas em termos da dialética das mudanças e formações sociais e históricas dentro de quadros específicos, ou melhor, contextualizados. A crítica neste contexto – da evolução histórica do capitalismo moderno (LEFEBVRE, 1969; 1991; BRENNER, 2018) e atualmente marcado pelo movimento de globalização, neoliberalização e financeirização – emerge do “caráter contraditório, fragmentado e rompido do capitalismo como totalidade social” (BRENNER, 2018, p. 26), abrindo-se também às outras formas de consciência crítica que escapam aos sistemas elaborados e que possibilitam ao homem repensar sobre si mesmo ao repensar o mundo. A reflexividade, portanto, tem a ver com o pensamento e crítica sobre uma dada condição histórica e também à consideração e argumentação sobre os seus efeitos num nível ontológico de desenvolvimento social do indivíduo. Para Lefebvre (1991, p.

26), no que se refere à vida cotidiana, o processo de reflexividade se constitui justamente na tensão entre uma “vida superficial” em contraposição a uma “vida profunda”, ou melhor, à capacidade do indivíduo e da sociedade de dialetizar diferentes níveis de questionamento sobre si e a realidade social, buscando diminuir as distâncias entre as formas de conhecimento e o mundo cotidiano.

O terceiro aspecto relaciona-se à *crítica da razão instrumental*, em que a perspectiva teórico-crítica rejeita os “modos instrumentais de conhecimento científico social”, identificados como “aqueles designados a tornar arranjos institucionais existentes mais eficientes e efetivos, para manipular e dominar o mundo social e físico e, portanto, fortalecer as atuais formas de poder” (BRENNER, 2018, p. 28). Neste marco, os fins da produção do conhecimento são questionados para que se deixem explícitas quais são suas orientações práticas, políticas e normativas, buscando se opor à visão tecnocrática.

Ambos aspectos, a *natureza reflexiva* e a *crítica à razão instrumental*, estão diretamente interconectados e pressupõem a não separação entre sujeito e objeto, teoria e prática, mas o contrário. Buscam construir a relação dialética entre estes falsos opostos, mantendo como centro de conhecimento a realidade concreta, cotidianamente vivida, e o campo da prática, mesmo quando o trabalho permanece em níveis de formulação abstrata (BRENNER, 2018).

A interpretação dialética [associada à teoria crítica] compreende o conhecimento do sujeito em termos da relação da práxis social, em termos de sua posição, tanto no processo do trabalho social e no processo de esclarecimento das forças políticas sobre suas metas. (BRENNER, 2018, p. 29)

Como aborda Gottdiener (2016, p. 271), esta práxis social em sua perspectiva revolucionária e aplicada ao espaço “muda rapidamente de uma fixação obsessiva na luta de classes para um exame das impropriedades de todas as relações sociais na vida cotidiana”. O autor, assim como Lefebvre (2006), chama a atenção para o fato de se viver sob o reino hegemônico do espaço absoluto de dominação política e econômica em detrimento do espaço social da vida cotidiana. Segundo Lefebvre (2006), este processo ocorre, dentre muitas causas, porque se acentua a separação entre sujeito e objeto – entre indivíduo e cidade, entre sociedade e natureza, entre a

experiência e o espaço, técnica e vida cotidiana –, configurando o que se entende por representação.

Para Lefebvre (1969; 1983a; 1991; 2006) e Gottdiener (2016), a representação equivale à articulação da ideologia com o conhecimento, ideias funcionalmente construídas em diversos âmbitos – institucionais, políticos, empresariais, e das organizações civis – para assegurarem os interesses da classe dominante. Lefebvre (1969; 1983a; 1991) aborda esta problemática no marco dos *modelos representativos* da modernidade, questionando a prática e a visão generalizadas de que o conhecimento e a intervenção sobre uma realidade social possam se dar mediante a representação de um mundo preexistente, levando, conseqüentemente, à fragmentação do conhecimento e da consciência do homem, além da permanência da ignorância sobre a vida cotidiana. Como o autor observa, os indivíduos possuem a capacidade de representar, de produzir e reproduzir cópias, equivalências ou correspondentes mentais do mundo externo, entretanto, não se pode deixar de considerar os motivos e a existência relativa de projetos, disciplinas e das técnicas aplicadas nas atividades especializadas, pois permanecem “ligadas de um lado à ações práticas, e de outro à ideologias que elas procuram incessantemente ou consolidar ou decantar” (LEFEBVRE, 1991, p. 28).

De acordo com Lefebvre (1983b), a representação constitui uma problemática que afirma seu poder na medida em que acentua, opostamente, sua crítica filosófica. O autor reconhece a sutileza da posição de Hegel, da qual “a representação é uma etapa, um nível, um momento do conhecimento”, e que neste nível – o do intelecto analítico – “se produz uma perturbação e uma falta de inteligência”, onde os pensamentos diversos e opostos se reduzem à “exterioridade do espaço e do tempo”, ou melhor, à esfera da representação (LEFEBVRE, 1983b, p. 21, tradução nossa). Esta exterioridade eleva a identidade formal a um estatuto superior, onde se mantém a consciência separada e a estreita filiação à negação abstrata. Ainda assim, segundo o autor, esta exposição não é suficiente para entender o poder das representações.

Não, o ser e o cognoscente não coincidem como Descartes tratou de provar. [...] há em algum lugar uma falha, uma ruptura, uma fragmentação, [...] uma fissura, um corte, uma censura, incluso uma proibição inicial. Esta separação distancia o pensamento do ser, coisa que dificulta a definição do verdadeiro e do falso. Isto foi o que perceberam alguns pré-socráticos. Esta distância também separa a mediação da imediação (Hegel) – o sujeito do objeto (linha cartesiana a pesar dos esforços de Descartes) – a vida espontânea da vida reflexiva, o humano da animalidade, a linguagem do real, o espírito do corpo, o desejo da coisa, o consciente do inconsciente (escola freudiana) etc. (LEFEBVRE, 1983b, p. 21-22, tradução nossa)

É esta distância ou separação que institui o par dialético – presença e ausência; presença da ausência – do qual Lefebvre (1983b, 1991, 2006) discorre na constituição de diversos fenômenos e suas mistificações, como nas evidências de uma modernidade superficial e das aparências com seu projeto mistificador de redenção, ou do processo de urbanização que anuncia um crescimento progressivo ao mesmo tempo em que reproduz sistematicamente um desenvolvimento desigual das condições materiais, econômicas, ambientais e sócio-espaciais da sociedade. Para o autor, é também esta relação que está na base da cisão entre uma vida de banalidades, insignificâncias, e uma vida profunda, ou seja, a separação entre a vida cotidiana e sua capacidade reflexiva e integradora de conhecimento. Assim, o problema de base levantado por Lefebvre (1983b) quanto ao modelo da representação é a separação/distância/intervalo entre o *ser*, o *pensamento* e sua *realidade cotidianamente vivida*. Contra este modelo cabe ao indivíduo, em sua reprodução social e no desenvolvimento produtivo de suas capacidades técnico-profissionais, destituir a noção de um saber incondicional, absoluto, não atado às condições exteriores e anteriores, baseado unicamente em si.

Alguns destes aspectos já foram discutidos no capítulo anterior em linhas gerais com relação ao campo do planejamento urbano e os desafios e problemáticas sobre a necessária integração da esfera da vida cotidiana à sua prática profissional e à formulação de seus aspectos teórico-conceituais. Com base nestas elaborações e nas abordagens aqui descritas sobre a teoria crítica urbana, avança-se no entendimento de que o estudo da vida cotidiana converge com seus princípios ao estabelecer também outro lampejo de problematização do conhecimento, o qual não pode ser compreendido por meio de representações, mas em relação à ação social, à prática e aos deslocamentos reflexivos e analíticos em níveis teórico-práticos que não separam e antecipam os polos sujeito e objeto, cultura e natureza, vida cotidiana

e história, por exemplo. Como observa Schmid (2012, p. 95), um aspecto fundamental do legado de Lefebvre (que também integra o sentido geral da teoria crítica urbana) diz respeito à compreensão da figura dialética que se estabelece na “contradição entre o pensamento social e ação social, suplementada pelo fator do ato criativo e poético”.

Por fim, o quarto elemento diz respeito à *disjunção entre o real e o possível*, ou à *separação entre o presente e o possível*. Sob este aspecto, a teoria social crítica e a teoria crítica urbana carregam uma componente utópica – “a busca por um elemento revolucionário” – que vai além da investigação das formas de dominação e organização social associadas ao capitalismo, buscando explorar as “possibilidades emancipatórias que estão embutidas nele, ainda que simultaneamente suprimidas por esse mesmo sistema” (BRENNER, 2018, p. 29-30). Pode-se dizer que essa mesma componente está presente na orientação dos estudos da vida cotidiana. Como observa Highmore (2018), a reflexão e o questionamento sobre a realidade cotidiana carregam em si um problema, a indagação de como se vive, de como os fenômenos afetam a experiência cotidiana e como esta determina as mudanças históricas. Nesta perspectiva, leva-se em consideração o fato de que o processo histórico do capitalismo criou maiores dificuldades para os agentes ou agências de mudança social que buscam transformações qualitativas da realidade social e dos modos de vida.

Este quadro, segundo Brenner (2018), só reforça a determinação que o contexto histórico exerce sobre a orientação teórica no marco de qualquer teoria crítica, uma vez que se desenvolve por meio das contínuas transformações sociais e políticas, procurando integrar-se às lutas históricas concretas.

[...] é precisamente devido ao fato da prática social emancipatória, transformadora e revolucionária permanecer tão restrita e confinada sob o capitalismo contemporâneo que a teoria crítica permanece teoria crítica e não simples prática social cotidiana. A partir desse ponto de vista, a chamada divisão teoria/prática é um artefato decorrente não da confusão teórica ou das inadequações epistemológicas, mas da formação social contraditória e alienada na qual a teoria crítica está inscrita. (BRENNER, 2018, p. 31)

Desse modo, pode-se dizer que a teoria crítica urbana põe em marcha um programa político e crítico de reavaliação da formação do homem no decurso dos processos históricos levando em consideração suas causas, efeitos e contradições marcados pelo meio imediato, pela situação (das relações globais e mais distantes),

pela produção social do tempo, do espaço e da vida cotidiana. Esta última representa neste processo um nível da realidade social que se mostra aglutinador de diferentes objetos, contextos, métodos e abordagens que poderão fazer da crítica e da prática social cotidiana momentos estratégicos para verdadeira emancipação e transformação dos modos de vida e das obras humanas para além dos quadros prefigurados, modelados, regulatórios, repressores e desiguais do capitalismo.

Frente ao pensamento normativo que se constrói a partir da sobrevalorização da evidência e, desde aí, a análise de tendências que se encerram como condições *sine qua non* sobre nossa existência sob a forma de modelos irrefutáveis, mascarando as ideologias e as teorias que as constituem, a perspectiva crítica e a vida cotidiana abrem um campo de reflexão sobre o “possível” que – segundo Brenner – necessariamente contem reflexões epistemológicas e filosóficas, constrói conceitos, argumentações e generalizações sobre a sociedade e seu espaço a partir de procedimentos dedutivos e indutivos. Quer dizer, gera “teoria”, mas não a usa como receita nem se situa na perspectiva normativa. Uma teoria que deve ser retroalimentada, orientada, interpelada – em uma relação dialética – pelas condições de existência espaço-temporais específicas em contextos historicamente situados e que, da mesma forma, está em permanente “reflexão” e transformação. (CLAPS, 2015, não p., tradução nossa)

Com base neste panorama, no quadro a seguir apresenta-se uma síntese geral que diferencia as abordagens sobre a vida cotidiana em relação a um enfoque tradicional (já muito veiculado nas ciências sociais) e um enfoque teoricamente e socialmente crítico, cujos sentidos aparecem sistematicamente nas perspectivas adotadas ao longo deste trabalho.

QUADRO 6 – ENFOQUES SOBRE A VIDA COTIDIANA

ENFOQUE TRADICIONAL	ENFOQUE CRÍTICO
A existência da vida cotidiana como estrutura é compreendida como algo já assentado	A existência da vida cotidiana é entendida por meio das transformações que a repetição da sua estrutura produz
O significado da vida cotidiana para os indivíduos não é questionado	O significado da vida cotidiana é apreendido por meio do desenvolvimento da sua estrutura ao longo da história dos indivíduos e da sociedade
O conceito de vida cotidiana segue sendo um conceito puramente descritivo ou analítico, relacionando-se a um domínio de insignificâncias	O conceito de vida cotidiana encontra-se em permanente transformação pois é entendido em sua relação com a prática social, cujas dinâmicas (relações assimétricas de poder entre

	sistemas burocráticos e sujeitos) e ritmos diferenciados o afetam diretamente

FONTE: O autor (2021).

3.2 PERSPECTIVAS E FUNDAMENTOS NA TEORIZAÇÃO DA VIDA COTIDIANA

Atualmente é possível verificar um quadro histórico muito diversificado dos precursores e das principais correntes da teorização da vida cotidiana³¹, passando pelos estudos culturais, antropológicos, sociológicos, filosóficos, da economia política, etc. Embora seja importante compreender as relações e as questões que originaram determinadas abordagens sobre a análise da vida cotidiana e as epistemologias envolvidas, não é o objetivo desta pesquisa se aprofundar neste mérito. O intuito aqui é ressaltar algumas perspectivas e fundamentos elementares que aparecem nas investigações de vários autores e que de algum modo, mesmo sob orientações epistemológicas e metodológicas diferentes, compartilham de algum posicionamento comum ou divergente sobre estes elementos, o que evidencia não só o interesse por eles, mas a importância que possuem no desenvolvimento do campo de estudos da vida cotidiana.

Apresenta-se três perspectivas apontadas por Gardiner (2000) que estão presentes e atravessam a construção crítica de qualquer tradição do pensamento acerca do cotidiano, seja como um fundamento ou como elemento de oposição e crítica para diferentes abordagens. Estas noções refletem diretamente nos enfoques específicos que são tratados ao longo deste trabalho, mostrando também impasses e desafios atinentes à integração da vida cotidiana ao planejamento urbano assim como ocorre em diversos outros campos do conhecimento e que se relacionam a problemas de percepção, visão, método e escalas. Gardiner (2000, p. 13) situa estas perspectivas como impulsos centrais da sociologia modernista, desde suas raízes no

³¹ Estudos detalhados sobre os precursores, correntes e epistemologias da teorização da vida cotidiana são encontrados em Pais (1986), Tedesco (1999), Gardiner (2000; 2012), Wolf (2000), Guimarães (2002), Lindón (2004; 2006), Azanha (2011) e Netto (2012).

século XVIII até o pós-guerra: “a perspectiva do *sistema* de um lado, e uma abordagem *interpretativa* micro orientado por outro”. O autor ainda aponta uma terceira via, a abordagem *crítica*, como uma perspectiva contemporânea que tem avançado sobre as anteriores, mantendo algumas relações de proximidade e distância, fundamentalmente dialéticas.

Segundo Gardiner (2000, p. 13, tradução nossa), na perspectiva do *sistema* prevalecia a ideia de que a cultura e a sociedade operavam como “sistemas abrangentes e objetivos que funcionam para integrar o indivíduo ao todo, uma perspectiva exemplificada por Comte, Dürkheim, Parsons e o marxismo ortodoxo”.

De acordo com esta visão, os atores sociais são efetivamente 'idiotas culturais', para usar o termo de Harold Garfinkel, que internalizam papéis sociais e normas comportamentais passivamente existentes (sejam consensuais ou um reflexo de interesses específicos de classe), agindo assim para reproduzir, em grande parte moda, estruturas sociais e instituições automáticas e involuntárias. (GARDINER, 2000, p. 13, tradução nossa)

Em reação à esta perspectiva do *sistema*, já no final do século XIX, ganhou força as orientações sob a perspectiva da abordagem *interpretativa* em escalas microssociais, que pressupunha ser equivocada a construção de princípios gerais abstratos por parte das ciências sociais e humanas sobre como as estruturas sociais funcionavam para manter a sociedade (GARDINER, 2000).

[...] pensadores europeus como Wilhelm Dilthey, Heinrich Rickert e Max Weber, bem como pragmatistas americanos como George Herbert Mead, afirmaram que não era suficiente simplesmente descrever o funcionamento de uma estrutura, sistema ou instituição. Deve-se também ter uma compreensão interpretativa dos usos do último, de como os seres humanos desenvolvem um "conhecimento interno" de processos sociais específicos e utilizam esse entendimento para agir de forma voluntária e criativa. Os significados simbólicos e intersubjetivos que as pessoas utilizam reflexivamente para compreender a si mesmas e a seu mundo não podem ser deixados de lado na busca por uma sociologia científica. Como tal, as ciências sociais tiveram que lidar com os aspectos contextuais da experiência cotidiana vis-à-vis o próprio ponto de vista subjetivo do ator. GARDINER, 2000, p. 13, tradução nossa)

Para Gardiner (2000, p. 13, tradução nossa), foi com base nesta virada interpretativa que surgiu uma grande variedade de microssociologias da vida cotidiana, como a “etnometodologia, interacionismo simbólico, a fenomenologia de

Alfred Schütz e Berger e Luckmann e a 'dramaturgia' de Erving Goffman". Entretanto, para o autor estas perspectivas apresentam deficiências significativas, nenhuma delas busca realmente "abandonar a pretensão de objetividade, distanciamento acadêmico e apartidarismo que serviu para legitimar as ciências sociais nos últimos 150 anos", mesmo que elas deponham contra a macrosociologia por "ignorar as especificidades da vida cotidiana e os significados complexos que aderem às atividades humanas aparentemente triviais" (GARDINER, 2000, p. 13, tradução nossa).

Embora se concentrem nas realizações práticas de atores sociais qualificados no curso de suas vidas cotidianas, essas perspectivas tendem a reforçar, ao invés de subverter, a dicotomia generalizada entre conhecimentos especializados e não especializados, reforçando assim o poder autoral do que André Gorz (1993) chama de 'expertocracia'. (GARDINER, 2000, p. 13, tradução nossa)

Outra questão levantada por Gardiner (2000, p. 13-14, tradução nossa) refere-se ao fato destas abordagens interpretativas compreenderem o cotidiano como um "conjunto relativamente homogêneo e indiferenciado de atitudes, práticas e estruturas cognitivas". Sob esta ótica, a vida cotidiana é vista como uma realidade dada, um mundo pré-concebido, um horizonte de ações naturais e quase inalteráveis.

Para Schütz et al., a vida cotidiana existe como uma realidade suprema, um mundo pré-constituído que é necessariamente dado como certo [...]. A vida cotidiana, nesta visão, corresponde a uma ordem estável que dá aos atores sociais o que Anthony Giddens (1984) chamou de "segurança ontológica", por meio do fornecimento de papéis apropriados e padrões de comportamento tipificados. Embora seja possível se afastar do mundo da vida cotidiana e descrevê-lo em termos científicos mais precisos, o que Schütz chama de relatos de 'segunda ordem', esse nível de análise continua a ser prerrogativa de cientistas sociais treinados, envolvendo a transcrição de práticas e conhecimentos mundanos em uma forma mais organizada, sistemática e implicitamente superior forma discursiva (Smith 1987). (GARDINER, 2000, p. 14, tradução nossa)

À vista disso, a vida cotidiana é apreendida como uma realidade conformista, eterna e insuperável do mundo social, não contraditória e de uma existência social não contraditória, transmitida de geração à geração por meio da aquisição de habilidades, linguagens e normas comportamentais, de tal modo que sua investigação e seu conceito permanecem puramente descritivos ou analíticos. Autores como Pais (1986; 2007; 2013), Lefebvre (2004; 2006; 2010), Giannini (2004), Heller (2008; 2016),

D'Epinay (2008), Maffesoli (2008), Bégout (2009; 2011) e Certeau (2014a; 2014b) fazem a crítica à esta perspectiva em meio a processos de conhecimentos que buscam evidenciar o caráter produtivo, criativo, inovador, imprevisível e probabilístico da vida cotidiana, sua relação indissociável com a dinâmica da história (principalmente a dinâmica da modernidade e para alguns a pós-modernidade), em que é possível constituir uma “ética intersubjetiva ou a estruturação ideológica da consciência cotidiana” (GARDINER, 2000, p. 14, tradução nossa). Neste sentido, os indivíduos e grupos sociais não são considerados simplesmente como entidades prontamente engajadas em rotinas e movimentos repetitivos e homogêneos. A vida cotidiana revela-se para todos estes autores como um fenômeno particularmente profundo e complexo em um sentido ontológico ou hermenêutico, crítico e político, teórico e prático, possuidor de inúmeras contradições.

É preciso reconhecer que a vida cotidiana incorpora uma forma de reflexividade 'profunda', necessária se quisermos dar conta da notável capacidade que o ser humano apresenta para se adaptar a novas situações e enfrentar os desafios existenciais em curso, bem como para explicar o enorme variabilidade transcultural e histórica que a vida cotidiana manifesta. Essa reflexividade exhibe qualidades discursivas e pré-discursivas, corporificadas, bem como elementos inconscientes, como Pierre Bourdieu, Anthony Giddens e outros apontaram. Embora a vida cotidiana possa apresentar características rotinizadas, estáticas e não reflexivas, também é capaz de um dinamismo surpreendente e momentos de introspecção penetrante e criatividade sem limites. O cotidiano é, como diz Maffesoli, "polidimensional": fluido, ambivalente e instável. (GARDINER, 2000, p.14, tradução nossa)

Se por um lado estas perspectivas interpretativas estabelecem um caráter formalista, por outro, elas também reivindicam uma integridade e honestidade com as particularidades concretas das situações e práticas sociais e cotidianas, instalando uma contradição interna (PAIS, 1986; TEDESCO, 1999; GARDINER, 2000; LINDÓN, 2004). Contudo, como ressalta Gardiner (2000), a vida cotidiana não deixa de ser vista como um reino do comum, uma realidade plana. Pode-se dizer que os principais autores referenciados neste trabalho buscam insistentemente reconhecer e revelar o potencial extraordinário da realidade cotidianamente vivida, dando-lhe relevo com as possibilidades que estão ocultas e reprimidas sob seu aparente domínio de insignificâncias, indo além das descrições monográficas das atividades pragmáticas do dia a dia. Gardiner (2000, p. 15, tradução nossa) ressalta que “a vida cotidiana não

pode ser entendida em um sentido *sui generis*, porque somos compelidos a relacioná-la analiticamente a desenvolvimentos sócio-históricos mais amplos”. Uma exploração superficial de práticas cotidianas, de “práxis utilitárias imediatas”, de “práxis fragmentárias de indivíduos” e modos de consciência permanecem fixadas a um “mundo da *pseudoconcreticidade*” (KOSIK, 1995, p. 14-15).

O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da *pseudoconcreticidade*. A ele pertencem: o mundo dos fenômenos externos, que se desenvolvem à superfície dos processos realmente essenciais; o mundo do tráfico e da manipulação, isto é, da *práxis* fetichizada dos homens (a qual não coincide com a *práxis* crítica revolucionária da humanidade); o mundo das representações comuns, que são projeções dos fenômenos externos na consciência dos homens, produto da *práxis* fetichizada, formas ideológicas de seu movimento; o mundo dos objetos fixados, que dão a impressão de ser condições naturais e não são imediatamente reconhecíveis como resultados da atividade social dos homens. (KOSIK, 1995, p. 15)

Tanto Lefebvre (1958; 1961; 1981; 1991; 2010) como Gardiner (2000), Giannini (2004), Certeau (2014a; 2014b) e Kosik (1995) entendem que a realidade cotidiana não se constitui como um objeto prontamente a ser intuído, analisado e compreendido teoricamente, cujo polo oposto seja o sujeito cognoscente abstrato, que possa existir fora do mundo e apartado do mundo. A realidade cotidiana se apresenta como um “campo em que se exercita a sua atividade prático-sensível, sobre cujo fundamento surgirá a imediata intuição prática da realidade” (KOSIK, 1995, p. 13-14)

No trato-prático-utilitário com as coisas – em que a realidade se revela mundo dos meios, fins, instrumentos, exigências e esforços para satisfazer a estas – o indivíduo “em situação” cria suas próprias representações das coisas e elabora todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade. Todavia, a “existência real” e as formas fenomênicas da realidade [...] são diferentes e muitas vezes absolutamente contraditórias com a *lei* do fenômeno, com a *estrutura* da coisa e, portanto, com o seu núcleo interno *essencial* e o seu conceito correspondente. (KOSIK, 1995, p. 14)

Os principais autores que aqui serão mais explorados partem da crítica à estas duas perspectivas, a dos *sistemas* e a da *interpretativa*, embora reconheçam a importância que a virada interpretativa ofereceu ao avanço do campo dos estudos sociais, culturais e da vida cotidiana além de ferramentas teóricas e metodológicas

muito relevantes. Pode-se dizer que cada um, Lefebvre (1958; 1961; 1981; 1991; 2010), Giannini (2004) e Certeau (2014a; 2014b), à sua maneira avançam no sentido de rompimento com a pura instrumentalidade destas perspectivas, opondo-se de modo mais contundente à perspectiva dos *sistemas* (praticamente descartada) e, por outro lado, utilizando-se do arcabouço teórico das abordagens interpretativas mas superando-as ao compreender a rugosidade e a existência não plana da vida cotidiana. Para estes autores a vida cotidiana está intimamente ligada às atividades e práticas cotidianas de reprodução dos indivíduos e da sociedade, ao mesmo tempo em que se legitimam como produção social e histórica dos mesmos indivíduos e desta sociedade, espacial e temporalmente situados. Isto significa dizer que a vida cotidiana apresenta uma capacidade produtiva, criativa, inventiva, elástica e de maleabilidade, passível de ser moldada, construída e reconstruída, e que escapa aos sistemas elaborados e à visão plana de sua condição de existência.

Exatamente por isso, pela busca em atingir as questões essenciais da vida cotidiana, de avançar sobre um nível superior à sua pseudoconcreticidade, que estes autores entenderam-na em suas contradições como lugar privilegiado para se observar, analisar, descrever e transformar a realidade social, pois nela se evidenciam as contradições mais profundas das relações e estruturas assimétricas de poder, bem como os mecanismos engendrados pelo capitalismo de consumo e as desigualdades socioeconômicas e sócio-espaciais. Para Gardiner (2000) esta postura integra uma terceira via das perspectivas sobre a teorização da vida cotidiana: a abordagem crítica e também política. Neste sentido, o cotidiano não é “evocado em um sentido gestual como um baluarte de criatividade e resistência, independentemente da questão das assimetrias de poder, relações de classe ou forças de mercado cada vez mais globalizadas” (GARDINER, 2000, p. 16, tradução nossa). Esta terceira via está presente em menor ou maior grau nas abordagens dos principais autores verificados aqui, mas também corresponde às necessidades de integração da vida cotidiana ao planejamento urbano sob uma perspectiva socialmente crítica acerca da realidade urbana e cotidianamente vivida.

Os adeptos da abordagem crítica do estudo da vida cotidiana, portanto, assumem uma postura ético-política explícita e colocam considerável ênfase no potencial de agência para transformar as condições sociais existentes, uma estratégia que é um anátema para os praticantes das ciências sociais convencionais, não menos do que as versões mais cooptadas e comprometidas do pós-modernismo. (GARDINER, 2000, p. 16-17, tradução nossa)

Alguns temas são comuns aos diferentes autores abordados e fazem parte desta perspectiva crítica dos estudos da vida cotidiana, como a natureza contraditória e fraturada da experiência vivida na contemporaneidade, que guarda suas razões nos processos instaurados pela modernidade (capitalista, ocidental); a questão abrangente da reificação e alienação da/na vida cotidiana; as mudanças de paradigmas científicos, epistêmicos e metodológicos do ponto de vista da racionalidade e formação do homem que vive e observa o mundo e no mundo, fundamentalmente orientado por uma preocupação ética e intersubjetiva. Sob estes aspectos observa-se a vulnerabilidade da vida cotidiana aos efeitos da mercantilização; da estruturação burocrática; da tendência para um consumismo passivo, irrefletido e rotinizado; de fenômenos como o atomismo social e o individualismo que dão vazão a modelos de sociabilidades mediados por padrões de consumo e poder, em vez de formas de diálogos interpessoais e mais comunais; da homogeneização das particularidades concretas, estabelecida com o progressivo controle por lógicas burocráticas e funcionalistas; da ausência de percepção sobre a natureza e a existência da diferença ou da alteridade; da repressão sobre o que há de prosaico na vida cotidiana, sobre suas nuances, texturas, ritmos e ajustes minuciosos que se relacionam aos modos de habitar; da falta de reflexão sobre os hábitos, costumes e rotinas mecanizados e impostos sem ponderação, que podem ser verificados através de uma lógica de reprodução das atividades irrefletidas de autopreservação; dos sistemas de signos degradados que povoam e colonizam a paisagem urbana por meio de shoppings, outdoors publicitários e semelhantes, sobrepondo-se insistentemente sobre os signos qualitativos relacionados ao espaço vivido em suas esferas pessoais e coletivas; do controle, medição e estruturação tecnocrática do tempo por meio das tecnologias de comunicação e informática, mas também dos sistemas de transportes e serviços, estabelecendo ritmos urbanos vivenciados de forma muito desigual; da passividade organizada que se estende à pseudo-experiência ou pseudo-prazer que substitui e que se instaura como única

opção para o lazer, para o ócio, altamente estruturados e manipulados; dentre outras questões (LEFEBVRE, 1961; 1981; 1991; 2006; 2010; HELLER, 2008; 2016; GIANNINI, 2004; CERTEAU, 2014a; 2014b)

É importante salientar que não há a intenção de estabelecer ou fazer parecer que exista uma unidade abrangente e totalizante em relação ao trabalho dos pensadores e tradições particulares discutidos aqui. Evidentemente, isso levaria a um apagamento das diferenças e à reprodução de uma imagem distorcida. Como mostra Gardiner (2000) há uma aproximação e um relativo alinhamento na tradição francesa, desde o Dadaísmo e o Surrealismo, passando por Henri Lefebvre e a Internacional Situacionista até Michel de Certeau, mas que são marcados por divergências conceituais, epistemológicas e sociopolíticas. Embora Lefebvre e a Internacional Situacionista estabeleçam frequentemente uma conexão com conceitos psicanalíticos, principalmente se tratando da percepção e da experiência na vivência cotidiana, seus trabalhos são geralmente considerados sob um aspecto mais amplo dos estudos socioculturais, diferentemente dos surrealistas que apresentavam estreita relação com as noções freudianas e de Certeau que se mostrava muito próximo do trabalho do psicanalista francês Jacques Lacan, articulando posições de maior cunho psicanalítico e psicossocial (GARDINER, 2000). Lefebvre e a Internacional Situacionista, orientados pelo pensamento marxista e hegeliano (os situacionistas muito mais por intermédio do próprio Lefebvre), entendiam que a alienação e a reificação humana eram tamanhas, tão profundamente enraizadas que uma superação do capitalismo de consumo e uma transformação completa e total da sociedade eram urgentes e necessárias. Já Certeau, manteve um foco no redescobrimento e na exploração de práticas e momentos transitórios e duradouros, em que se percebia um avanço da criatividade, das astúcias do homem ordinário e de suas táticas subversivas dentro dos parâmetros do sistema existente e, por isso, seu trabalho é visto como uma contribuição ao campo da cultura. Giannini, por outro lado, se preocupava com a forma e os esquemas pelos quais o homem simultaneamente vive e modifica o seu cotidiano através da introdução da reflexão cotidiana sobre a experiência comum que tende a revelar-se por meio de estruturas e diagramas espaciais e temporais, trata-se de um trabalho que avança sobre as bases da fenomenologia.

Devido a importância que as categorias de espaço e tempo possuem na reflexão e prática do planejamento urbano, bem como às pesquisas e análises sócio-

espaciais, também é importante destacar que para estes autores – Lefebvre, Certeau e Giannini – estas categorias são indissociáveis entre si e em relação à crítica da vida cotidiana. Contudo, apresentam *status* diferentes de acordo com a leitura e visão de mundo de cada um. Entende-se que estas diferenças, como um todo, estão mais relacionadas às questões de ênfase e orientação do que realmente em termos de substância. Mais adiante estas diferenças serão retomadas e mais claramente os pontos de congruência já que ambos aparecem neste rol de pensadores críticos sobre a vida cotidiana e a realidade sócio-espacial vivida.

Em resumo, a perspectiva crítica da vida cotidiana adotada aqui possui, de modo geral, a preocupação em subverter e contornar as condições da reificação o que implica o desenvolvimento de um método dialético-crítico, oposto à concepção atomística e racionalista, e cuja sensibilização se relaciona à mediação das coisas, às complexas interconexões entre partes e o todo, à forma de um conhecimento conectado à práxis dentro do terreno da vida cotidiana mas que não se separa de uma perspectiva sócio-histórica mais ampla, como também a busca por formas embrionárias de mudança social transformadora (GARDINER, 2000). Trata-se, portanto, do que Lefebvre (1981; 1991) entendia como um *retorno ao concreto*, possível apenas por meio do estudo do cotidiano em um sentido crítico e sociológico, de modo a expor seu caráter mistificado e apreender suas contradições, ambivalências e tendências emancipatórias.

Esta orientação lefebvriana (também compartilhada por outros autores) possui como fundamento a concepção de um *homem total* – universal, concreto e vivo –, isto é, “um horizonte além do nosso horizonte”, “um limite, uma ideia e não um fato histórico” mas que é necessário que seja historicizado, pensado historicamente e socialmente (LEFEBVRE, 1958, p. 77, tradução nossa). Este conceito diz respeito à “alguma noção da totalidade das qualidades, experiências e potencialidades humanas, algumas das quais são reprimidas ou distorcidas sob o capitalismo” (GARDINER, 2000, p. 23, tradução nossa). Esta lógica dialética do pensamento trata-se de “mediação ou nível intermediário entre a lógica formal e a teoria do pensamento dialético concreto” (LEFEBVRE, 1961, p. 130, tradução nossa).

Para compreender esta unidade concretamente, para determiná-la totalmente, seria a complementação do conhecimento, o esgotamento do objeto e o universo. Esta unidade dialética, inerente ao objeto e objetividade, só pode ser determinada como inesgotável. (LEFEBVRE, 1961, p. 130, tradução nossa)

Em outras palavras, a crítica da vida cotidiana abarca todas as facetas da existência humana: o poético e o trágico, o racional e o irracional, o material e o imaterial, o corpo, as técnicas e as tecnologias, a ética, o cuidado, o afeto, o medo e o amor, a consciência e a perda dela, a reificação e a libertação, o espaço e o tempo, os ritmos cíclicos e os lineares, a evolução e a involução. O processo de conhecimento e apreensão crítica da realidade não é puramente intelectual, está sincronizado com o próprio processo sócio-histórico real e a linha de base da vida cotidiana. O pensamento dialético-crítico pode e deve ser transformado “em consciência dialética da vida, na vida: unidade do meio e do imediato, do abstrato e do concreto, cultura e espontaneidade natural” (LEFEBVRE, 1958, p. 87, tradução nossa). Estas são, portanto, diretrizes para a crítica da vida cotidiana.

3.2.1 Vida cotidiana, cotidiano e cotidianidade

Herceg (2014a, p. 175, tradução nossa) descreve a apreensão de vários autores diante do crescente interesse pelos estudos da vida cotidiana: “Ben Highmore já fala do *boom acadêmico da cotidianidade*; Fornet Betancourt se refere como *um problema que está na moda*; e Jean Gregory ressalta que *o tema de honra do cotidiano está no ar do tempo*”. Contemporaneamente se fala muito em vida cotidiana, cotidiano, cotidianidade, sobre práticas cotidianas, relações cotidianas, história e cotidiano, história do cotidiano, tempo cotidiano, espaço cotidiano e espaço do cotidiano. Mas afinal, o que significam estas expressões? O que são? Uma dimensão da realidade, um modo de vida, um lugar, um estado de espírito? Como se apresentam? Quando se revelam? São a mesma coisa? Não há pretensões em dar conta destes questionamentos, mas de alguma forma trazer ao debate, sob linhas gerais, um pouco das problematizações acerca destas expressões e que podem contribuir ao entendimento de pressupostos analítico-metodológicos envolvidos no processo de apreensão sócio-espacial do cotidiano.

Há uma diversidade a respeito da compreensão e uso das expressões *vida cotidiana*, *cotidiano* e *cotidianidade*. Uma parte dos autores que se debruçaram sobre o tema da vida cotidiana lidaram com estes termos sem fazer distinção entre eles. Outros autores se propuseram a entendê-los em suas especificidades e à luz dos seus problemas teóricos (filosóficos, sociológicos e antropológicos). O objetivo aqui é apresentar algumas diferenciações destas expressões sem necessariamente realizar uma escolha categórica sobre a utilização delas, embora algumas contribuam com o processo de compreensão sobre os conceitos e como eles podem se articular no desenvolvimento teórico e crítico com outros campos de análise. Também é possível perceber que a não diferenciação não significa que se tenha um impacto negativo ou uma imprecisão sobre as contribuições dos autores que optaram por não fazer. Em alguns casos a não diferenciação integra uma perspectiva que em última análise define estes termos como o mesmo fenômeno ligado a uma condição universal de realização da natureza humana. Por outro lado, não se deve esquecer que estas noções estão em vias de formulação e são constantemente reinterpretadas, como também as mudanças que interveem no objeto da análise são mais rápidas que o movimento da própria análise (LEFEBVRE, 2001b).

De modo geral, Heller (2008; 2016) não define uma diferença entre estes termos, dando conta de que são sinônimos. Em algumas passagens de *Sociología de la vida cotidiana* (2016) a autora dá a entender que poderia haver uma diferenciação mas não se ocupa em fixá-la, deixando margens para interpretações. O termo mais empregado por ela é de *vida cotidiana* e que designa “o conjunto de atividades que caracterizam a reprodução dos homens particulares, os quais, por sua vez, criam a possibilidade da reprodução social” (HELLER, 2016, p. 25, tradução nossa). Estas atividades não só apresentam funções na reprodução do indivíduo e da sociedade como também estruturam suas relações sociais, materiais, históricas, emocionais, psicológicas, ontológicas etc. Por isso, a vida cotidiana “não está fora da história, mas no centro do acontecer histórico: é a verdadeira essência da substância social” (HELLER, 2008, p. 34). Para a autora, a vida cotidiana não se distingue da História, sendo ela trans-histórica, universal e compreendida no aspecto mais amplo do termo em que vida e pensamento cotidianos vão além da reprodução imediata dos homens

(mesmo se apresentando fortemente alienada), superando, do ponto de vista concreto, a visão antropomórfica da realidade³².

Lefebvre (1969; 1978; 1991) também não separa a realidade cotidiana do acontecer histórico – a trama de um dia, através das vinte e quatro horas, possuiria fragmentos da história do mundo, onde se geraria as componentes essenciais da vida cotidiana: espaço, tempo, pluralidade e simbolismo –, mas sua compreensão difere da de Heller (2016). Para o autor, a *vida cotidiana* (universal) “sempre existiu” (LEFEBVRE, 2001b, p. 520, tradução nossa), ela é um estado histórico de marcação do tempo, é a expressão do espírito do tempo e que indica os sentidos da reprodução da vida. O *cotidiano* – o mundo cotidiano (o real, o empírico, o prático) –, por sua vez, é o emprego do tempo e não se revela de imediato ao processo de observação, existe como um conjunto de práticas e atividades banais. O cotidiano também designa a entrada da vida cotidiana no modernismo: “o cotidiano como objeto de uma programação cujo desenvolvimento está regido pelo mercado, pelo consumismo, pelo sistema das equivalências, pelo marketing e a publicidade” (LEFEBVRE, 2001b, p. 520, tradução nossa). A *cotidianidade* é o conjunto de experiências marcadas pelo emprego do tempo no cotidiano, sob a forma do “homogêneo, o repetitivo, o fragmentário da vida cotidiana, os mesmos gestos, os mesmos trajetos” (LEFEBVRE, 2001b, p. 520, tradução nossa). Entretanto, ela é mais que isso, configura também um processo de conhecimento, de crítica e autocritica dialeticamente posto em relação à filosofia (LEFEBVRE, 1991). Isto quer dizer que a cotidianidade emerge também como posicionamento filosófico diante da realidade vivida³³.

³² Para Heller (2016, p. 97, tradução nossa), o antropomorfismo (*strictu sensu*) corresponde à tendência do homem em “representar a realidade em sua totalidade como análoga a sua vida cotidiana”, dada a sua estrutura.

³³ Em *Critique de la vie quotidienne I: Introduction* (1958), *Critique de la vie quotidienne II: Fondements d’une sociologie de la quotidianneté* (1961) e em *Tiempos equívocos* (1976) Lefebvre reforça o papel que a consciência da cotidianidade exerce sobre a crítica da vida cotidiana e a apreensão das contradições do mundo moderno – “entre a esperança concebida e o vivido cotidiano, entre a metamorfose do cotidiano pelo amor e a monotonia do cotidiano” (LEFEBVRE, 1976, p. 209, tradução nossa); da riqueza do cotidiano frente à reconstrução dos meios de produção mas também a sua pobreza quando reconstituído pelo capitalismo na sua forma alienada e como resultado do mundo da mercadoria.

O conceito de cotidianidade provém da filosofia e não pode ser compreendida sem ela. Ele designa o não-filosófico para e pela filosofia. Mas o pensamento só pode leva-lo em consideração no decorrer de uma crítica da filosofia. O conceito de cotidianidade não vem do cotidiano nem o reflete: ele exprime antes de tudo a transformação do cotidiano vista como possível em nome da filosofia. Também não provém da filosofia isolada; ele nasce da filosofia que reflete a não-filosofia, o que é sem dúvida o arremate supremo da sua própria superação! (LEFEBVRE, 1991, p. 19)

À vista disso, sob a ótica lefebvriana entende-se que o cotidiano e a cotidianidade não se auto definem. A cotidianidade não reflete o cotidiano e sua apreensão não ocorre apenas por meio da faculdade do homem cotidiano mas se realiza no desenvolvimento do raciocínio do homem filosófico, diz respeito, portanto, ao esforço do pensamento filosófico para entender o movimento imposto pelo cotidiano, é o confronto da filosofia “com o mundo não-filosófico, procurando simultaneamente ir além da alienação do filósofo e da alienação do não-filósofo” (LEFEBVRE, 1991, p. 18-19). Esta orientação conceitual, que implica uma postura metodológica diante do conhecimento sobre a realidade, reforça o sentido teórico já exposto aqui sobre a convergência dos elementos comuns à teoria crítica urbana e aos estudos da vida cotidiana.

Ao investigar o seu tempo, Lefebvre (1958; 1961; 1969; 1976; 1981; 1991) compreende a *Modernidade* como a historicidade pela qual se deve entender a vida cotidiana e que, por outro lado, se dissimula por meio dela. O autor, então, buscando refinar a apreensão destes elementos, aparelha e correlaciona os conceitos de *moderno* e *cotidiano*, *modernidade* e *cotidianidade* em suas expressões dialéticas para revelar a simultaneidade de suas relações. O *moderno* como a visão do novo³⁴ (LEFEBVRE, 1969), “o conjunto dos signos” pelos quais a sociedade moderna “se significa, se justifica, e que faz parte da sua ideologia” (LEFEBVRE, 1991, p. 30). O *cotidiano* como a base sólida, o “conjunto de insignificantes”, “aquilo que vai por si mesmo, aquilo cujas partes se encadeiam num emprego do tempo” (LEFEBVRE, 1991, p. 30-31), mas que não se restringe a uma condição inferior do mundo vivido. O cotidiano “traz em si a possibilidade de repetição, de naturalização, de aplicabilidade das forças de criação” (NÓBREGA, 2017, p. 34), é o lugar da realização de formas de

³⁴ Lefebvre (1969) discorre sobre as transformações das significações que o *novo* possui ao longo do tempo e em diferentes sociedades, identificando mudanças de caráter como mais político (Marx), ou mais estético (Baudelaire), por exemplo.

se viver. O moderno e o cotidiano se confundem, este último se apresenta como signo e expressão do primeiro e se faz perceber em contraposição “ao não cotidiano (ao extraordinário), ao que rompe o programa, rasga o texto e se realiza como um dia anormal dentro na normalidade cooptada” (NÓBREGA, 2017, p. 33).

A *modernidade* e a *cotidianidade* são para Lefebvre (1991, p. 32) quase indistinguíveis, formam um “díptico”. A cotidianidade existe como momento, como condição intrínseca à modernidade, “esta é uma auréola daquela e a encobre, ilumina e esconde”, “são as duas faces do espírito do tempo” (LEFEBVRE, 1991, p. 30). Ambas se colocam em vias de formação e formulação, guardam o “esboço mais ou menos adiantado de crítica e autocrítica, numa tentativa de conhecimento” (LEFEBVRE, 1969, p. 4). Sob esta perspectiva, a modernidade e a cotidianidade são consideradas objetivamente e como essência, enquanto a primeira busca se despir das aparências e das ilusões do Modernismo, a segunda busca superar as mesmas condições em relação ao cotidiano e sua aparente banalidade.

Os conceitos de vida cotidiana, cotidiano e cotidianidade são sistematizados por Lefebvre (1958; 1961; 1978; 1981; 1991) como aportes à crítica da vida cotidiana, compreendida em sua centralidade (mas não só, inclui-se conjuntamente a produção-reprodução do espaço social) para a constituição do mundo moderno capitalista. Portanto, os conceitos não podem ser separados desta condição e posicionamento históricos.

D’Epinay (2008) também realiza seu esquema de diferenciação destes conceitos. Para o autor a *vida cotidiana* é a “matriz das dialéticas do rotineiro e do acontecimento”, é o “lugar de negociações do acontecimento pelos humanos e assim, como o lugar do acondicionamento da existência pela construção sempre renovada da interface da natureza e da cultura” (D’EPINAY, 2008, p. 29, tradução nossa). Em sua pesquisa, D’Epinay (2008, p. 17, tradução nossa) aponta dois paradigmas dos quais a vida cotidiana estabelece ao se definir: “a interface (construída) da natureza e da cultura (primeiro paradigma) e das dialéticas (atuadas) do rotineiro (como o que se torna rotina) e do acontecimento (segundo paradigma)”. O autor apresenta em uma de suas conclusões que a vida cotidiana é muito mais rica em fatos e acontecimentos do que pretende determinar o discurso erudito que a reduz ao rotineiro, ao repetitivo e ao a-histórico.

Para D’Epinay (2008), *vida cotidiana* é o termo de maior amplitude, que transita entre palavras e práticas, entre práticas, estruturas e instituições de uma dada

época e de uma dada sociedade e que, portanto, tem valor investigativo. Configura-se como o “espaço-tempo elementar da observação sociológica e sua alavanca metodológica” (D’EPINAY, 2008, p. 29, tradução nossa). O *cotidiano*, por sua vez, “seria o conjunto de situações e de práticas quase totalmente vazio de simbolização” (D’EPINAY, 2008, p. 11-12, tradução nossa), embora se apresente, assim como em Heller (2016), como “condição *sine qua non* da vida individual e coletiva” revelando “ser tanto o suporte de formas de criação e de vida como a fonte de formas de opressão e de morte”. Esta caracterização do cotidiano realizada por D’Epinay (2008) apresenta certa ambiguidade característica no tratamento desta esfera da realidade social. Sob a primeira afirmação o autor está em concordância com posicionamentos teóricos de Max Weber, para quem, segundo D’Epinay (2008), o cotidiano implica em situações desencantadas (quase ausentes de simbolização). Na segunda afirmação o autor restitui o papel do simbólico constituído no e por meio do cotidiano, entendendo-o em seu movimento de construção, ou seja, como realização histórica dos indivíduos e das sociedades e não como um dado social definido.

A *cotidianidade* é para D’Epinay (2008, p. 20, tradução nossa) o processo de “produção e reprodução de rotina” – rituais, etiquetas, feitos e gestos, conjuntos de coisas normalmente desproblematizados. Portanto, a *cotidianidade* corresponde ao *processo de rotineirização* – na perspectiva weberiana diz respeito ao disciplinamento e à objetivação como processos de “conversão em social o que transcende (transgrede, funda, ameaça) o social” (D’EPINAY, 2008, p. 19, tradução nossa). Este caráter da *cotidianidade* – de constituir-se em processos do tornar-se rotina – é que a situa no espectro da dialética da rotina e do acontecimento da vida cotidiana.

Bégout (2009; 2011) apresenta uma posição relativamente próxima a de D’Epinay (2008). Para o autor, a *vida cotidiana* é o conflito subterrâneo e invisível, o processo dialético e a oscilação constante da segurança familiar (familiaridade) do meio e a inquietante estranheiridade (estranheza) do mundo. Neste caso, a *vida cotidiana* se estabelece por meio do *cotidiano* e especialmente por meio da *cotidianidade*, cuja definição se resume ao processo de “*cotidianização*” (BÉGOUT, 2009, p. 16, tradução nossa), pelo qual se dá a sua formação vinculada à temporalidades, à espacialidades e causalidades.

[...] a vida cotidiana não é a simples tradução servil da natureza na cultura; isto é, a submissão animal do homem às simples necessidades naturais (beber, comer, dormir, etc.). Pelo contrário, é a cotidianização que dá às necessidades vitais sua marca cotidiana, o que as enquadra e tipifica. (BÉGOUT, 2009, p. 16, tradução nossa)

Para Bégout (2009; 2011) o *cotidiano* é mais do que o que se cotidianiza na cotidianidade, estando sempre aberto ao que é estrangeiro. Isto significa que a vida cotidiana, em função do cotidiano, nunca se restringe ou se refugia em uma “familiaridade total e fechada, em um meio inteiramente impregnado pela segurança irreflexiva das experiências típicas e normais” (BÉGOUT, 2009, p. 19, tradução nossa), assim como, não estabelece um ponto de equilíbrio fixo entre familiaridade e estrangeiridade. O cotidiano é para o autor uma dimensão intermediária – a vida média – entre estes polos, aparentemente nula, sem atrativos e que abriga o conjunto de práticas cotidianas. “É o meio que se tem entre os dois extremos e que os coloca em comunicação, o balanço diário entre a quietude do que já é familiar e a inquietude do inesperado” (BÉGOUT, 2009, p. 19, tradução nossa).

Com base nestas breves formulações é possível observar a diversidade de ângulos com que os termos *vida cotidiana*, *cotidiano* e *cotidianidade* são analisados. Evidentemente, as diferenças entre os autores são orientadas pelas filiações epistemológicas com as quais se relacionam, determinando os seus pontos de vistas. Lefebvre (1958; 1961; 1981; 1991) e Heller (2008; 2016) possuem objetivos mais sociológicos que se voltam à compreensão da vida cotidiana no marco geral da reprodução do indivíduo e da sociedade, avaliando formas e estruturas dos processos de objetivação do indivíduo, dos mecanismos que a torna domínio das representações hegemônicas e da alienação, mas também a sua capacidade de liberação e emancipação. D’Epinay (2008) e Bégout (2009; 2011) orientam-se sobre objetivos mais antropológicos e fenomenológicos que tentam verificar os modos como ocorre a formação da vida cotidiana, entendendo-a menos como um dado social e mais como um processo pelo qual o indivíduo se realiza no mundo.

Julga-se importante a contribuição destas diferentes caracterizações, pois concorrem para o entendimento de dois aspectos sobre a *manifestação da vida cotidiana* e que podem, metodologicamente, direcionar o estudo da vida cotidiana, do cotidiano ou da cotidianidade, e influenciar a pesquisa sócio-espacial. O primeiro aspecto diz respeito às *práticas cotidianas* que, conforme a maioria dos autores,

geralmente estão articuladas à noção de *cotidiano*. Estas práticas podem se referir à dinâmicas, dados e fenômenos cotidianos, e podem estar relacionadas a contextos de trabalho, comércio, prestação de serviço, cuidados, transporte, habitação, uso e apropriação de espaços públicos e privados etc. O segundo aspecto se relaciona ao *processo de formação* do cotidiano ou da cotidianidade e que pode ser compreendido como a objetivação (HELLER, 2008; 2016), a rotineirização (D'EPINAY, 2008) ou a cotidianização (BÉGOUT, 2009; 2011). Os conceitos e estes aspectos relacionados à manifestação da vida cotidiana são retomados dentro dos quadros de análise que seguem neste capítulo.

3.2.2 Matriz de componentes essenciais da vida cotidiana

É igualmente importante traçar, mesmo que de forma geral, um conjunto significativo de características e categorias que definem a compreensão sobre a vida cotidiana e o movimento dialético da sua apreensão no campo geral dos seus estudos e que, conforme o ponto de vista abordado aqui, relacionam-se às exigências para o avanço das análises sócio-espaciais acerca do cotidiano. Identificam-se estas características como *determinações fundamentais ou qualidades* que delineiam uma *matriz de componentes essenciais da vida cotidiana*, colocadas em tensão desde a sua identificação como objeto de estudo até as formas como se percebe a experiência que constitui a cotidianidade, incluindo seus aspectos espaço-temporais e sócio-espaciais. Lefebvre (1991; 2001, p. 520, tradução nossa) discorre sobre a “dialética inerente à cotidianidade” como um dos pontos de partida sobre sua compreensão. Segundo o autor, se por um lado a cotidianidade é tomada como produto e resíduo de todas as atividades que buscam programar ou planificar, por outro, ela escapa à essas intenções, aspirando outros arranjos sociais de vida e deixando entreaberto o campo das possibilidades, das diferenças e, conseqüentemente, das abordagens e conceitos envolvidos no processo de sua apreensão.

Por outra parte, Lefebvre (1961) também aponta que estas categorias não devem ser tomadas com uma objetividade absoluta. Sob o pensamento dialético elas devem ser verificadas com base na reciprocidade dialética, cujo análise investiga “o contínuo partindo do descontínuo e do descontínuo partindo do contínuo”, o que quer dizer que conceitos e categorias “não coincidem com a realidade” mas a “edifica”, de modo que ao ilumina-la reflete-a aproximadamente (LEFEBVRE, 1961, p. 132,

tradução nossa). Isto também resulta que a aplicação a um conteúdo (a um conjunto de fenômenos ou fatos empiricamente verificáveis) de categorias envolve elementos de contingência, subjetividade e relativismo, ou melhor, que todos estes elementos da realidade são colocados em perspectiva, o que envolve a perspectiva em relação ao *outro*, e isto cria as condições de aprofundamento da objetividade (LEFEBVRE, 1961).

D'Epinay (2008) cunhou a expressão *matriz das dialéticas da vida cotidiana* para referir-se à problematização da noção de vida cotidiana em conceito (sua construção como ferramenta científica), e sobre as implicações do nível de ambiguidade com relação à sua compreensão. Por um lado, verifica-se na vida cotidiana o seu rico movimento de realização dos fatos e acontecimentos (o permanente devir), por outro, o discurso erudito a reduz ao rotineiro, repetitivo e ao cotidiano-banal-insignificante, contrapondo-a ao histórico-original-significante (D'EPINAY, 2008). Neste processo, o autor fundamenta tipos de dialéticas entre rotina e acontecimento, tomados como processos-tipo, para exemplificar o *corpus* de uma matriz dialética (rotina-acontecimento) que, dentre outras, qualifica a vida cotidiana como o lugar de múltiplas dialéticas vividas, de “condicionamento da existência pela construção sempre renovada da interface da natureza e da cultura” (D'EPINAY, 2008, p. 29). A matriz de componentes explorada aqui integra as possibilidades na qual diferentes processos dialéticos (de compreensão, observação, análise, intervenção) possam atuar na configuração do que seja a vida cotidiana e do que se passa na vida cotidiana, mantendo-se em aberto, à espera de qualificações que podem se dar por diferentes grades de categorias, conceitos, experiências etc., e que devem abarcar as contradições e recalcitrâncias da vida cotidiana.

De acordo com Lefebvre (1991), se antes a vida cotidiana não era passível de ser integrada às ciências como matéria de reflexão da sociedade, por posturas intransigentes das figuras do pesquisador e do especialista (filósofo, sociólogo, cientista, tecnocrata etc.) e da *episteme* dominante, hoje ela representa uma possibilidade de construção de objetivos e de fundamentos para compreensão-transformação dessa sociedade, onde o sujeito-pesquisador, técnicos e especialistas se veem inseridos no desenvolvimento dos seus sentidos e nas possibilidades de mudanças por meio da apreensão do cotidiano. O autor assim descreve este campo de estudo:

[...] um campo e uma renovação simultânea, uma etapa e um trampolim, um momento composto de outros momentos (necessidades, trabalho, diversão – produtos e obras – passividade e criatividade – meios e finalidade etc.) interação dialética da qual seria impossível não partir para realizar o possível (a totalidade dos possíveis). (LEFEBVRE, 1991, p. 20)

Se há algo que define a vida cotidiana é sua ambiguidade, suas contínuas transformações e as dificuldades em lhe delimitar, estudar e inclusive de lhe identificar, pelo menos em termos gerais. Lefebvre (1958; 1991), Aizpuru (2009) e Azanha (2011) ressaltam como esta dimensão da realidade ainda é pouco presente nas preocupações acadêmicas e nos objetivos da produção de conhecimento e das atividades técnicas em geral, mantendo-se como um campo parcamente explorado e que necessita de pesquisas mais aprofundadas, sistemáticas, com amplo alcance e diversidade de aplicação. Embora possam oferecer subsídios e pistas para investigações, a memória, as reminiscências pessoais, os registros artísticos e a Literatura³⁵, que já lidam com registros e marcas da vida cotidiana, nem sempre são suficientes para constituir um saber sistemático sobre este campo em geral.

Por um lado, permanece em algumas áreas de pesquisa a falta de interesse em observar os seus problemas à luz da documentação, análise e crítica da vida cotidiana, desde seus aspectos fundantes, ontológicos, específicos, singulares e das experiências gerais e comuns. Por outro lado, o uso e a invocação dos termos vida cotidiana, cotidiano e cotidianidade têm estado cada vez mais presente na orientação de reivindicações, atitudes e discursos (sejam acadêmicos e/ou vinculados à organizações civis e dos movimentos sociais) como aqueles relacionados ao direito à cidade, à moradia, à terra, à saúde, à cultura, por exemplo.

Elias (1998), Tedesco (1999), Wolf (2000), Lindón (2000), Maffesoli (2008), Bégout (2009), Netto e Carvalho (2012) e Herceg (2014a) resgatam estas condições para situarem os estudos da vida cotidiana num campo geral de ambivalências, contradições, complexidades e diversidades de compreensão, mantendo como questão comum o fato de que “a vida de todos os dias não pode ser recusada ou negada como fonte de conhecimento e prática social” (CARVALHO, 2012, p. 14). Nesta acepção, dentre várias questões, incluem críticas aos tradicionais sistemas

³⁵ Estas esferas do conhecimento são como chaves de entrada para o estudo e a observação da “irrupção do cotidiano”, sendo capazes de oferecer sua “entrada no pensamento e na consciência” (LEFEBVRE, 1991, p. 7)

racionalistas explicativos predominantes e suas fragilidades quanto à apreensão dos fenômenos sociais contemporâneos, à problematização dos sistemas de definição na construção dos objetos no campo dos estudos socioculturais e a transparência-opacidade destes objetos em relação às teorias do cotidiano; a busca por correções sobre a unilateralidade das observações objetivistas dos fenômenos socioculturais; o debate sobre a ausência-presença do cotidiano na percepção da historicidade dos conceitos e seus deslocamentos reflexivos entre níveis do sentido comum e níveis analíticos; a tentativa de destituir a separação entre a investigação das estruturas dos processos e convivência sociais da investigação da própria experiência e prática vividas e instituídas por indivíduos e grupos sociais em diversos aspectos desta convivência.

Tais desafios se estendem a várias áreas do conhecimento e das ciências parcelares, estruturando o próprio campo de estudos da vida cotidiana e constituindo um verdadeiro “ponto de convergência” (DIAS, 1998, p. 224) ou “ponto de encontro” (LEFEBVRE, 1991, p. 30) que revelam o lugar dos conflitos entre o racional e o irracional, o lugar em que se formulam os problemas concretos e que se cria as possibilidades de um empreendimento coletivo para avaliação e transformação dos modelos, perspectivas e paradigmas de compreensão sobre a realidade. Da mesma forma, estabelece-se também em “lugar estratégico para pensar a sociedade e sua complexa pluralidade de símbolos e interações” (REGUILLO, 2000, p. 77, tradução nossa).

O estudo da vida cotidiana [...] determina assim o lugar em que se formulam os problemas concretos da *produção* em sentido amplo: a maneira como é *produzida* a existência social dos seres humanos, com as transições da escassez para a abundância e do precioso para a depreciação. Essa análise crítica seria estudo das opressões, dos determinismos parciais. Ela visa a virar pelo avesso esse mundo em que determinismos e as opressões passam por racionais, ao passo que a razão sempre teve como sentido e fim o domínio dos determinismos. (LEFEBVRE, 1991, p. 30)

A ambiguidade, tomada como a “presença simultânea de valorações ou de atitudes contrastantes ou opostas” (ABBAGNANO, 2012, p. 37), ou, como a propriedade que permite a diversidade e a simultaneidade de significados, leituras, interpretações e situacionalidades, é um dos principais atributos da percepção e do reconhecimento da vida cotidiana e que caracteriza e tensiona sua dimensão dialética, ora revelando-a, ora ocultando-a. Esta condição intrínseca é abordada aqui por meio

de um conjunto de *fundamentos determinantes* que caracterizam uma matriz de componentes essenciais da vida cotidiana e que se articulam simultaneamente em torno do *pensamento teórico-conceitual*, da *dinâmica do concreto* e também das *relações ontológicas*. Estes fundamentos se entrecruzam e afetam-se diretamente, suas categorizações possuem objetivo didático e analítico. A identificação destes fundamentos não esgota as múltiplas possibilidades de formulação e compreensão de outras categorias, apenas são apresentados aqui por estarem presentes nas análises dos diferentes autores abordados.

É importante ressaltar o ponto de vista apresentado por Lefebvre (1961) sobre a ambiguidade enquanto categoria sociológica, compreendida por meio daquilo que é *ambíguo*, diferentemente daquilo que se desenvolve como *ambivalente*. Para o autor, “o reino da ambiguidade é também o reino da banalidade na vida cotidiana”, no sentido da experiência e vivência de uma realidade de “contradições sufocadas, contundentes e despercebidas como tal” (LEFEBVRE, 1961, p. 221-222, tradução nossa). A ambivalência estaria relacionada ao campo da psicologia no qual os problemas e conflitos se manifestam à consciência do indivíduo exigindo-o uma ação de escolha imediata sobre os seus dramas, enquanto na ambiguidade a situação na qual o indivíduo se encontra geralmente é tomada temporariamente por certa indiferença. Portanto, para o autor a “ambivalência inclui um conflito que se abre entre sentimentos, pessoas ou representações”, ao passo que a ambiguidade é uma “situação complexa, sem nitidez e que inclui várias polarizações virtuais” (LEFEBVRE, 1961, p. 222, tradução nossa).

No limite, o jogo da ambiguidade em relação à dimensão dialética da vida cotidiana e de suas componentes (até então verificadas) tem a ver, do ponto de vista metodológico e de acordo com Martins (2014, p. 16), com a “importância que o vivido passou a ter na historicidade da sociedade contemporânea, o primado do vivido e da dinâmica do repetitivo”, o que implica a necessidade de compreensão de um jogo que envolve ambiguidades e ambivalências, expressões do indivíduo e expressões da sociedade, forças e resistências produtivas e reprodutivas. Por isso, numa perspectiva crítico-dialética, a vida cotidiana se apresenta como objeto de difícil apreensão. O autor descreve como este processo, que ele denomina como *retorno à dialética*, se dá no caso brasileiro:

[...] no Brasil, em particular, com o desencontro entre o vivido de uma práxis pouco conhecida, que ganhou proliferação dos movimentos sociais, e o concebido que norteia e enquadra esses movimentos numa ideologia das urgências históricas em descompasso com o vivido. Aqui o descompasso do propriamente histórico domina os processos sociais. A questão de método se propõe no âmbito da questão do tempo, da nossa modernidade como costura do possível com o do aparentemente obsoleto. (MARTINS, 2014, p. 16)

Deste modo, neste jogo de ambiguidades e ambivalências se verificam fundamentos determinantes para a compreensão de aspectos teórico-conceituais que auxiliam na aproximação analítica e empírica do cotidiano e suas relações sócio-espaciais. A dimensão dialética da vida cotidiana é qualificada pela compreensão destas componentes, sem as quais não é possível descortinar as relações mais profundas que configuram a realidade cotidianamente vivida (aspectos ontológicos, culturais, socioeconômicos, ambientais, sócio-espaciais etc.). Em função desta grade (matriz) de componentes essenciais a vida cotidiana se torna um conceito operatório e crítico sobre a realidade social e a produção de conhecimento, colocando-se em condição de mediação (termo médio) pois sua extensão abrange múltiplas dimensões que carregam sentidos políticos, sociais e ontológicos da realização de grupos e indivíduos. A matriz destas componentes é um campo permanentemente aberto, propício a se afetar por qualquer situação que a vida cotidiana venha mediar (partes, forças e fenômenos de uma totalidade). Vários autores contribuem com a elucidação de um fundamento ou outro, a seguir apresenta-se apenas alguns termos mais recorrentes do quadro de categorias que estruturam o conhecimento e a observação sobre a vida cotidiana.

3.2.2.1 *Polissemia e não-trivialidade do cotidiano*

Lefebvre (1958, 1981, 1991), Pais (1986), Heller (2016), Elias (1998), Maffesoli (2008), Bégout (2009) e Azanha (2011) apontam para o *locus* privilegiado de análise do cotidiano – como categoria, dimensão e tema de investigação –, e para o seu caráter revelador e inseparável do social, embora nem sempre seja claro qual a distinção da sua estrutura em particular (se mais ou menos autônoma) e dos próprios elementos que constituem o seu campo de análise. Lefebvre (1981) e Carvalho (2012 [1987]) já apontavam a vida cotidiana como categoria central de atenção do Estado moderno e da produção capitalista de bens de consumo, o que indica que a ação

destas esferas já pressupunha direta e indiretamente um conhecimento sobre o cotidiano para, simultaneamente, o produzir e o gerar.

Elias (1998, p. 337, tradução nossa) aponta que “a estrutura do cotidiano não possui o caráter de uma estrutura particular mais ou menos autônoma”, é uma componente integral da estrutura social, às vezes indiscerníveis, ligada às estruturas globais de poder. Contudo, para o autor o crescente interesse e o desenvolvimento sobre a investigação do cotidiano sugerem que os usos do seu conceito começam a delinear propriedades autônomas e diferentes de outros âmbitos da vida social. Para Heller (2016, p. 85, tradução), diferentemente de Elias (1998), a vida cotidiana “não apresenta um valor autônomo”. A autora considera que a vida cotidiana, na sua qualidade de reprodução do indivíduo, se constitui por meio de aspectos e formas de atividades acumuladas casualmente e, por isso, não haveria de ter um sentido autônomo. “A cotidianidade cobra um sentido somente no contexto de *outro meio*, na história, no processo histórico como substância da sociedade” (HELLER, 2016, p. 85, tradução nossa).

Podemos dizer que é comum a Elias (1998) e Heller (2016) a compreensão sobre a indissociabilidade da vida cotidiana da sociedade e da própria História, e que divergem em relação à sua possível autonomia enquanto realidade social. Contudo, há duas questões a se considerar. Primeiro, discorda-se que a vida cotidiana ou o cotidiano sejam, de modo absoluto, acúmulos casuais de atividades como afirma Heller (2016). Lefebvre (1991) revela como o cotidiano é reduzido e programado para corresponder e estruturar as relações sócio-espaciais necessárias à realização do capital, construindo níveis de programação e modulação do cotidiano que estão articulados a objetivos e estratégias elaboradas por meio dos modelos socioeconômicos e da classe dominantes³⁶. Em segundo, Heller (2008, 2016) não se ocupa do uso do conceito de vida cotidiana, cotidiano ou cotidianidade. Por isso, verifica-se a análise de Elias (1998) sobre a relação que define o cotidiano quase sempre por meio de seu oposto conceitual, negativo ou pelo não-cotidiano (QUADRO 8, p. 132-133), onde o autor chama a atenção para a necessidade de um esforço de observar a unidade e a dialética por detrás das diferentes definições.

³⁶ Heller (2016, p. 99, tradução nossa) reconhece nestes aspectos apenas uma relação de *diferenciação*, dado o “aparecimento da divisão social (natural) do trabalho”, segundo “princípios ordenadores representados pela classe, o estrato, a comunidade, a camada etc.”.

QUADRO 7 – EXPRESSÕES DO CONCEITO CONTEMPORÂNEO DE COTIDIANO E SEUS OPOSTOS IMPLÍCITOS SEGUNDO NORBERT ELIAS

EXPRESSÕES DO CONCEITO DE COTIDIANO	EXPRESSÕES OPOSTAS
Cotidiano	Dia de Festa (dia festivo)
Cotidiano = rotina	Extraordinário, âmbito social não rotineiro
Cotidiano = dia de atividades, especialmente dos trabalhadores	Âmbitos vitais burgueses, quer dizer, de pessoas que vivem de rendas, em luxo, sem trabalhar
Cotidiano = a vida da maioria dos povos	A vida da classe alta e dos poderosos (reis, príncipes e princesas, presidentes, membros de governos, dirigentes de partidos, parlamentares, dirigentes econômicos) dos povos
Cotidiano = o âmbito dos sucessos da vida cotidiana	Tudo aquilo que a historiografia tradicional considera como o único relevante e o que compreende os “grandes” sucessos, na história das ações principais e do Estado
Cotidiano = vida privada (familiar, amor, filhos)	Vida pública ou profissional
Cotidiano = esfera das vivências e dos pensamentos naturais	Esfera das vivências e do pensamento reflexivos, artificiais, não espontâneos, especialmente também científicos
Cotidiano (consciência cotidiana) = materialização da experiência e do pensamento ideológicos, ingênuos, não reflexivos e falsos	Consciência correta, verdadeira. autêntica

FONTE: Elias (1998, tradução nossa).

Nesta breve relação de expressões opostas é possível perceber que os seus conteúdos não se bastam. De acordo com D’Epinay (2008), estas diversas definições não fogem ou resultam do exercício ideológico da dominação, entendendo o momento, as circunstâncias e o agente que anuncia o sentido das palavras. Neste caso, também de acordo Azanha (2011, p. 59), há que se considerar o problema histórico de que o conhecimento de uma época “não se esgota pelo conhecimento das ideias que a agitaram ou das leis e outras regulamentações que se fixaram”. Isto quer dizer que o cotidiano com suas repetições, rotinas, hábitos, pode, eventualmente, expressar um amplo conjunto de informações sobre as condições materiais, o estado das instituições, condicionamentos culturais, a relação das práticas e interações sócio-

espaciais de uma época³⁷, mas também está sujeito à conformação dos mecanismos de dominação sobre quem pode contar e narrar sua história, ou seja, “à hierarquização de valor e poder entre as pessoas do cotidiano-dominado e os fazedores de história-dominante” (D’EPINAY, 2008, p. 11, tradução nossa).

Por isso, este jogo ambíguo de oposições conceituais tende a estabelecer relações dialéticas, como ocorrem de modo geral com os fundamentos determinantes aqui explorados. Elias (1998) põe em evidência a polissemia da categoria de cotidiano ao listar os usos deste conceito, todavia, reconhece na variedade destes usos e sentidos a condição negativa dada a sua indeterminação conceitual, uma vez que, para o autor o termo é demasiadamente amplo, em que “poucas vezes é formulado de forma suficientemente clara e livre de ambiguidades” (ELIAS, 1998, p. 335). À esta posição se contrapõe a visão polissêmica de Lefebvre (1976; 1991) e Highmore (2002a), compreendida como condição determinante e característica da totalidade chamada vida cotidiana (onde todos os sentidos coexistem) em relação à totalidade mais ampla: o mundo moderno capitalista.

O cotidiano se define de múltiplas formas: resíduo de atividades especializadas, arcabouço do repetitivo cíclico, os dias e as noites, os meses e anos, com o repetitivo linear, como são uma série de gestos, um bater na mesma bigorna. Ou bem: os laços e as diferenças entre o trabalho, a vida privada, as diversões. Ou se quer, a terrível repetição da morte.

[...] é cotidiano também o solo, a base, a plataforma sobre a qual se erige o edifício do Estado e das instituições. (LEFEBVRE, 1976, p. 210)

Highmore (2002a) realiza uma introdução geral sobre a cotidianidade como *objeto de estudo*, revelando uma orientação de pesquisa (também presente em outros

³⁷ Aizpuru (2009, p. 22) discorre sobre a dupla tradição da História, do mundo clássico e do mundo imediato; sendo a primeira a definidora de uma tradição dominante que se realiza por meio dos relatos pitorescos e da história nacional ou universal, enquanto a segunda trata de temas tradicionais locais por meio da história própria, vivida e reconhecida como familiar. Para a autora, a separação entre estes mundos se deu no Renascimento com a instauração do ensino metódico; e será a Nova História a responsável por reconstituir não só os laços, mas alçar a vida dos sujeitos e indivíduos comuns ao primeiro plano da historiografia.

Segundo Azanha (2011, p. 59), a fundação dos *Annales d'histoire économique et sociale*, na França em 1929 por L. Febvre e M. Bloch, contribuiu com a renovação da história, das suas posturas metodológicas e com a mudança de perspectiva da historiografia, expondo as limitações das orientações vigentes que via na história apenas a sucessão de tratados e batalhas. O autor elenca, na mesma página citada, uma lista consistente de outros autores e obras contemporâneas fecundas e decisivas sobre as direções deste debate.

autores) em relação ao impasse identificado acima. Trata-se da não identificação de uma definição única do conceito de cotidiano, mas da *aproximação do cotidiano por meio do cotidiano*, passando pela superação destes opostos binários e integrando o jogo da ambiguidade como próprio da existência cotidiana, o que inclui os “opostos implícitos” denominados por Elias (1998, p. 341, tradução nossa). Para Highmore (2018, p. 114), o cotidiano deve ser pensado “como uma perspectiva sobre o mundo ao invés de uma categoria de coisas que existem no mundo”, isto quer dizer que:

[...] ao invés de pensar sobre como definir o cotidiano em termos de fenômenos que podem ser categorizados por coisas que acontecem todos os dias, coisas que acontecem frequentemente, seria uma perspectiva sobre todos os aspectos da vida, creio eu, incluindo morte, nascimento, assim como aquelas coisas mais rotineiras, como deslocamento até o trabalho ou lidar com e-mails e com esses tipos de coisas que se tornaram rotina. (HIGHMORE, 2018, p. 114-115)

Desse modo, destaca-se o potencial da visão mais ampla de Highmore (2002a; 2018), que cria uma síntese em que estes opostos se entrecruzam permanentemente, tornando o conceito de cotidiano algo dinâmico e polissêmico e que não se refere apenas às ações repetidas, percursos rotineiros, espaços habitados no dia-a-dia, mas também se dirige a um tipo de qualidade que se destaca por suas constantes e renovadas mudanças. “A cotidianidade é um processo contínuo de transformação e adaptação” (HIGHMORE, 2002a, p. 1, tradução nossa).

De outra parte, Lindón (2006) ressalta que esta pluralidade de sentidos observada sobre a vida cotidiana está relacionada com o caráter transversal a todos os campos de conhecimento em que sua observação, análise e crítica vem buscando. Neste sentido, se antes o uso do termo e a referência ao cotidiano podiam ser feitos de forma habitual, desprevenida, ingênua e sem a preocupação com o que o seu conceito representa e quais os sentidos (incluindo perspectivas e paradigmas) estabelece, hoje ele apresenta uma “conotação menos cotidiana, agora carregada com o peso de algumas reflexões teóricas” (ELIAS, 1998, p. 333, tradução nossa). Isto quer dizer que a visão tradicional que considera o cotidiano como trivial e insignificante (LEFEBVRE, 1958) – considerada no pensamento ocidental, pelo menos desde o iluminismo (GARDINER, 2000) – vem perdendo sua legitimidade. Como observa Aizpuru (2009), nem mesmo uma observação superficial sobre a

realidade pode rechaçar o campo da vida cotidiana à trivialidade e à insignificância para a história e a compreensão do mundo.

No primeiro tomo de *Critique de la vie quotidienne*, Lefebvre (1958) realiza o esforço de revelar o duplo movimento de integração do cotidiano à ordem do pensamento científico no pós Segunda Guerra Mundial – como riqueza (dada pelo pensamento e pela práxis) e como miséria (dada pela realidade concreta de uma cotidianidade). Com isso, o autor torna evidente a condição da vida cotidiana como objeto da filosofia e da ciência, precisamente na medida em que ela é não-filosófica e decisiva na reconstrução social das condições materiais, mas também das razões pelas quais se constroem perspectivas futuras e visões de mundo. A vida cotidiana, como observa Debord (2003), se coloca neste momento como desafio de toda a renovação revolucionária da cultura e da política. Para Lefebvre (1981, p. 20, tradução nossa), esta análise permite abrir o espaço ao “possível”, além do “real (econômico)” e do “factual (histórico)”.

Assim, como observa Highmore (2018, p. 116), “o cotidiano é sempre uma pergunta, um problema” – foi e é para todos os filósofos, antropólogos e sociólogos –, ele integra a tradição crítica como arena que emergem as questões, como o “teste da existência concreta”. Da mesma forma, Lefebvre (2001b) entende que o conhecimento profundo do cotidiano só é relevante e significativo ao querer transformá-lo. Desde os anos 1950 ocorre uma maior reverberação dos interesses sobre os estudos da vida cotidiana, buscando historicamente superar a visão sobre a aparente trivialidade e banalidade do cotidiano. O ponto de vista conservador aponta a vida cotidiana como a condição de banalidade da experiência humana, compreendida nestes termos como envolvida exclusivamente em relações superficiais e enganosas, “nos valores relativos ao interesse prático, na visão limitada de uma vida submetida às necessidades” (BÉGOUT, 2009, p. 11, tradução nossa).

Toda sua essência consistiria nesta falta de sentido, de integridade, de dignidade. É o mundo inferior das ideias aproximativas, das práticas confusas e carentes de interesse, dos afazeres sem atrativos; em suma, da rotina. (BÉGOUT, 2009, p. 11, tradução nossa)

Esta visão da *trivialidade e da banalidade do cotidiano* o representa como um domínio do insignificante, de modo que dele nada pudesse ser extraído, constituindo um dos primeiros enfrentamentos com relação à sua compreensão.

[...] a posição trivial que se tem veiculado, nomeadamente através do senso comum, é aquela que opõe o “quotidiano-banal-insignificante” ao “histórico-original-significativo”, quando parece evidente que – contrariamente ao que estas posições formulam, reduzindo o quotidiano é, antes de mais, o cruzamento de múltiplas dialécticas entre o “rotineiro” e o “acontecimento”. (D’EPINAY apud PAIS, 1986, p. 10)

Este engano – ou melhor, esta posição – sobre a insignificância e trivialidade do cotidiano corrobora, por exemplo, com um lugar comum dos *saberes*, dentre eles o urbanístico-tecnocrático-político-sociológico, do qual a expressão das cidades e da vida compartilhada por meio delas apenas possa ocorrer nas formas autoritárias e repressivas de planificação e ordenamento do território. Sob este ponto de vista, tem-se como única realidade as possibilidades arrançadas pelas normas, leis, planos, projetos, programas etc., como realizações fundamentais à boa orientação da sociedade e da ordem, o que evidentemente declina às diferentes relações de dominação. No entanto, embora essas relações definam um fragmento da realidade, se tomá-las como procedimentos absolutos pode-se chegar ao equívoco no seu formalismo. É como se postulasse que o quadro das ordenações legais e técnico-administrativas são as responsáveis por definir, com imposição lógica, o quadro real das relações pessoais na cotidianidade de indivíduos, grupos e comunidades (SOUZA, 2010).

A vida cotidiana não é tudo, embora esteja em osmose com as atividades especializadas a ponto de, sob certo aspecto, nunca ninguém estar fora da vida cotidiana. E, se recorrermos à conhecida representação espacial das atividades, a vida cotidiana terá de ser colocada no centro de tudo. Nela se inicia cada projeto, e cada realização a ela retorna em busca de uma verdadeira significação. A vida cotidiana é a medida de tudo: da realização – ou melhor, da não-realização – das relações humanas; da utilização do tempo vivido; da pesquisa na arte, da política revolucionária. (DEBORD, 2003, p. 145)

À vista disso – da ideia que a vida cotidiana constitua parâmetros e medidas para o reconhecimento do mundo e das transformações que nele ocorrem –, Bégout (2009, p. 11, tradução nossa) afirma que a dificuldade deste processo está, primeiramente, na “ausência de problematização da vida cotidiana”, o que cria toda a dificuldade de sua apreensão filosófica. Entende-se que este desdobramento também se estende a outras áreas incluindo o campo do planejamento urbano, o que implica a necessidade de elevar a vida cotidiana ao estatuto do conhecimento e da

experiência concreta, retirando-a do domínio da insignificância e da trivialidade. Para Bégout (2009, p. 10-11, tradução nossa), esta condição escamoteia algo ainda mais profundo, “o cotidiano representa o domínio, não da falsidade, mas da aparência pactuada”, ou seja, mantido sob o aspecto da banalidade servil dos gestos rotineiros, das repetições, da aparência modesta e humilde, ou sob a “evidência natural do mundo”, ele se mantém como uma “armadilha”. O autor chama a atenção:

[...] o cotidiano tem todo o interesse em aparecer modesto e humilde, como esse domínio sem atrativo das atividades práticas e das certezas superficiais, como esse lugar cinza, opaco e pobre. Sua banalidade aparente o livra de toda investigação profunda no que concerne à sua essência. É parte da estratégia da vida cotidiana fazer isso: minimizar-se com o fim de fazer esquecer o que ela mesma quer fazer esquecer. Vestida assim, com as imagens da rotina e da mediocridade, pode ela prosseguir seus fins *incógnito*, se dispersando à vista de todos. É a *conspiração a plena luz*, aquela que tem êxito precisamente porque dissimula na evidência de suas manifestações públicas. As evidências cotidianas implicam diretamente sua depreciação. (BÉGOUT, 2009, p. 12, tradução nossa)

Por isso, compreende-se que a dimensão da vida cotidiana, independentemente da abordagem e da área de conhecimento, se revela por meio desta astúcia, como algo que se apresenta natural. Faz-se necessário avançar sobre o alcance deste estado se se busca como objetivo descortinar os aspectos essenciais e autênticos do cotidiano. Com base nestas considerações, há que se ter uma inversão de perspectiva, da pura instrumentalidade do cotidiano para o reconhecimento do caráter fenomênico da vida cotidiana dentro do quadro mais amplo da produção-reprodução social da sociedade, assim como ocorre com a produção e organização sociais do espaço e do tempo, incluindo a relação intrínseca entre ambos.

Como já foi apontado, é preciso superar as evidências planas do cotidiano e sua presença ordinária e dócil, para tentar alcançar seus elementos fundamentais, os conflitos que lhe atravessam e o que lhe constitui propriamente. O primeiro exercício a ser realizado, sob esta ótica, é o de *desnaturalização*. Na obra seminal de Marqués (1982), *No es natural, para una sociología de la vida cotidiana*, o problema abordado pelo autor é a naturalização dos fenômenos sociais (incluindo a vida cotidiana), cujo mecanismo (consciente, inconsciente, cultural) de naturalizar cria impedimentos para se pensar socialmente e de penetrar nos seus enigmas e problemas. Neste sentido, um dos desafios é superar a racionalidade que atribui características naturais aos fenômenos sociais e que lhes descrevem como algo de uma natureza imutável. Isto

quer dizer que não se deve tomar um fenômeno como se não tivesse história (como se existisse desde sempre e da mesma maneira), pois aí ocorre a supressão do seu caráter social.

A insistência de Marqués (1982, p. 16, tradução nossa) na ideia de que “as coisas podiam ser – para bem e para mal – distintas”, sugere como iniciação aos estudos da vida cotidiana o desenvolvimento de uma consciência histórica e crítica sobre a transformação dos nossos modos de vida, costumes e gestos culturais. Isto se dá por meio de um processo de desnaturalização das coisas, que revela simultaneamente o problema e as suas possíveis saídas. Ao mesmo tempo, articula-se as demandas e necessidades por uma construção da *história da vida cotidiana* como importante atividade e prática de conhecimento sobre as sociedades (LEFEBVRE, 1991; AIZPURU, 2009).

O segundo passo rumo ao reconhecimento do aspecto fenomênico da vida cotidiana diz respeito ao descobrimento e à exploração das suas estruturas. Neste caso, uma pluralidade de estruturas sempre em aberto, podendo se referir a um aspecto ou outro da existência, ou mesmo, integrar um conjunto complexo de relações. É justamente neste sentido, do reconhecimento de uma estrutura da vida cotidiana, em que Heller (2008) identifica e caracteriza sua condição fenomênica. A autora nos elucida com uma estrutura fundada em categorias ontológicas pelas quais a vida cotidiana se apresenta. Outros autores como Giannini (2004) e Certeau (2014a; 2014b) apresentam, respectivamente, estudos que abordam a estrutura topológica e cronológica da experiência comum da vida cotidiana e a estrutura polemológica pela qual o homem ordinário realiza culturalmente suas operações e práticas cotidianas. Lefebvre (1978; 1991; 2001, 2004; 2006), por um lado, reconhece a estrutura da vida cotidiana como inseparável das estruturas de produção e reprodução sócio-espaciais pela qual a sociedade capitalista moderna se organiza, por outro, como uma dinâmica imprevisível que “oculta o misterioso e o admirável que escapam aos sistemas elaborados” (LEFEBVRE, 1991, p. 23).

Em conformidade com os anteriores, o terceiro aspecto passa pelo ponto de vista apresentado por Bégout (2009) sobre a *koinologia*³⁸, cuja noção não se organiza

³⁸ A *koinologia* expressa uma noção dialética da análise filosófica (*logos*) do que é comum e cotidiano, apreendidos no sentido de um *logos* da contradição, dos conflitos. “A *koinologia* representa um estudo

em torno da valoração pelo que é *ordinário*, e nem pela particularidade do fenômeno que atribuí às coisas a qualidade de presença ou de ocorrência *cotidianas*. Para o autor, “o caráter essencial do cotidiano não reside, sem dúvida, nesta fenomenalidade particular – o que se produz todos os dias – em vez disso, na gênese desta manifestação” (BÉGOUT, 2009, p. 12, tradução nossa).

Não se trata de fazer o inventário fenomenográfico de todo o que compõe o mundo cotidiano, mas sim de elucidar seu modo de manifestação e produção. Nesta perspectiva *compreensiva*, e não *extensiva*, a filosofia do cotidiano necessita, por conseguinte, uma aproximação arqueológica que se volta, regressivamente, da situação cotidiana ao que a tornou em tal. Se trata de retornar até as condições de possibilidade existenciais que, na origem, permitiram a emergência de uma relação cotidiana com o mundo circundante no uso das coisas e das palavras, nos comportamentos habituais. (BÉGOUT, 2009, p. 12-13, tradução nossa)

Este processo constitui uma necessidade das pesquisas sobre a vida cotidiana – “retirar a película de evidências sobre o cotidiano para alcançar a cotidianidade em si” – cujo “descobrimento (*découverte*) do cotidiano implica primeiro um trabalho de desencobrimento (*découvrement*)” (BÉGOUT, 2009, p. 13, tradução nossa). Portanto, desnaturalizar, explorar estruturas e desencobrir o cotidiano são chaves teórico-conceituais e metodológicas importantes no reconhecimento da vida cotidiana como um fenômeno social produzido e engendrado nos âmbitos da produção-reprodução da sociedade. Ao mesmo tempo, como pode-se observar, deve-se estar atento aos sentidos e às diversas definições de cotidiano, pois “**resultam do exercício ideológico da dominação**” e dependem de quem as formula e por meio de qual perspectiva e episteme estão sendo estruturadas.

3.2.2.2 *Universalidade, insuprimibilidade, historicidade e cotidianização da vida cotidiana*

Heller (2016, p. 25, tradução nossa) afirma que “em toda sociedade há uma vida cotidiana e todo homem, seja qual for seu lugar ocupado na divisão social do

fundamental sobre a essência da cotidianidade, sobre suas origens e suas finalidades, sobre sua prática e seus meios” (BÉGOUT, 2009, p. 12, tradução nossa). No prefácio da obra de Agnes Heller – *Sociología de la vida cotidiana* – György Lukács ressalta que os estudos sobre o que constitui a essência da vida cotidiana não possuem uma larga tradição, embora, haja um quadro respeitável.

trabalho, possui uma vida cotidiana”. Para Herceg (2014a, p. 177, tradução nossa), esta perspectiva levanta a questão de que “sociedade e vida cotidiana são realidades intimamente ligadas”, em que uma não existiria sem a outra. De acordo com Heller (2016), esta é uma razão dada por uma condição *sine qua non*, a vida cotidiana é um elemento essencial à reprodução social.

Herceg (2014a) problematiza esta afirmação ao propor um exercício de exploração e imaginação sobre a possibilidade de alguma sociedade que não possui vida cotidiana. Para o autor, existem sociedades sem cotidianidade, pelo menos por um período ou momento em que esta não tenha aparecido ou que tenha sido desmantelada. O autor exemplifica esta posição tomando o momento de fundação de uma sociedade (como a sociedade santiaguina em 1541) e os estados de exceção (como a sociedade alemã logo após a Segunda Guerra Mundial, ou a sociedade novaiorquina nos dias posteriores aos ataques de 11 de setembro). Herceg (2014a, p. 178, tradução nossa) contrapõe-se à Heller pelo que entende haver um silogismo simples na sua argumentação: “em toda sociedade há vida cotidiana, todos os homens vivem em sociedade, então, todos os homens possuem uma cotidianidade”. Para o autor, “nem todos os homens vivem em sociedade e nem por isso deixam de ter vida cotidiana”, o que resulta que a vida longe de uma sociedade não implica a ausência de cotidianidade, “pode haver cotidianidade sem sociedade” e, do mesmo modo, não se pode concluir que em toda sociedade haja uma cotidianidade (HERCEG, 2014a, p. 178). Para o autor, a cotidianidade não é uma condição *sine qua non* da humanidade e, por isso, não haveria de ser considerada como um dos seus aspectos universais.

Estas posições divergentes são recorrentes no campo de discussões sobre a vida cotidiana e elas enriquecem as formas como se pode entendê-la. Em linhas gerais, adota-se aqui a perspectiva que compreende a vida cotidiana em sua universalidade e seu caráter totalizante, embora não se deixe de observar as problematizações e convergências que os pontos de vistas antagônicos podem oferecer. Diferentemente do que interpreta Herceg (2014a), Heller (2016; 2008) não deixa de entender a cotidianidade do indivíduo que não compartilha de uma estrutura societal. A autora afirma que “a vida cotidiana é a vida de todo homem”, constituída em qualquer época do tempo, onde ninguém pode se furtar dela, nem mesmo os grandes acontecimentos e feitos do humano (HELLER, 2008, p. 32). Em relação aos exemplos de Herceg (2014a) sobre a ausência de uma cotidianidade, eles podem ser

compreendidos não como uma ausência absoluta ou como sociedades destituídas de cotidianidade, mas como momentos em que a cotidianidade se apresenta de forma descontínua, quebrada, interrompida ou até mesmo reconfigurada por meio da exigência e da emergência de situações particulares em que não é possível distinguir muito claramente qual o seu novo programa (se é que ele existe) e qual o novo *corpus* de operações cotidianas. D'Epinay (2008) oferece uma perspectiva ampla e sistemática a este respeito, entendendo o cotidiano não como uma somatória e uma sequência de ações repetitivas no tempo, mas como um conjunto dinâmico de múltiplas dialéticas vividas entre o *repetitivo* e o *acontecimento* do novo e do inesperado.

Ainda sobre o aspecto da universalidade, Arendt (2018, p. 27) também compartilha da argumentação a seu favor, apontando que a vida humana “empenhada em fazer algo, está sempre enraizada em um mundo de homens ou de coisas feitas pelos homens, um mundo que ela jamais abandona ou chega a transcender completamente”. Ainda assim, como lembra Azanha (2011), esta constatação de que todo gesto ou ação (mesmo que heroicos) estejam relacionados com uma cotidianidade de plano de fundo não permite distinguir a vida humana de outras formas de vida. Entretanto, o autor esclarece:

O ponto-chave para a distinção está no fato de que o cotidiano humano não se resume, como na vida animal ou vegetal, na sucessão diária de atos ou movimentos visando à simples sobrevivência física. [...] no caso humano, o cotidiano, até mesmo na sua mais rudimentar manifestação, extrapola os limites do físico e exhibe profundamente a marca do social e por isso do histórico. (AZANHA, 2011, p. 63)

Essa marca do social, como descreve Azanha (2001), é tomada por ele com base na posição de Arendt (2018) sobre o advento e ascensão da esfera social nos tempos modernos (destituição do caráter político da atividade social – pública), cujo estado se eleva ao sentido geral da condição humana fundamental, para chegar à uma mesma hipótese de Lefebvre:

[...] a função principal do processo de socialização é instalar o homem numa cotidianidade, podemos, pois, dizer que a *cotidianidade é a própria condição humana fundamental* porque tudo o que atinge o homem ao longo de sua existência nada mais é do que mudanças, deslocamentos, fugas etc. dessa condição fundamental”. (AZANHA, 2011, p. 65)

Se tomamos dialeticamente e em seu sentido pleno as palavras: *natureza humana*, podemos dizer que a crítica da vida cotidiana estuda concretamente a natureza humana. (LEFEBVRE, 1958, p. 109, tradução nossa)

A universalidade da vida cotidiana leva à compreensão por Heller (2016) e Netto (2012) de que a vida cotidiana seja *insuprimível*³⁹, isto é, de que não há sociedade sem cotidianidade e não há homem sem vida cotidiana. “Enquanto espaço-tempo de constituição, produção e reprodução do ser social, a vida cotidiana é ineliminável” (NETTO, 2012, p. 67). Este dado situa a vida cotidiana em relação à historicidade da realidade, não podendo se deslocar dela e constituindo-se em um dos seus níveis em que a reprodução social se realiza na reprodução dos indivíduos (HELLER, 2008; 2016; NETTO, 2012)

[...] se em *toda* sociedade existe e se põe a cotidianidade, em cada uma delas a *estrutura* da vida cotidiana é distinta quanto ao seu *âmbito*, aos seus *ritmos* e *regularidades* e aos *comportamentos diferenciados dos sujeitos coletivos* (grupos, classes etc.) *em face da cotidianidade*. (NETTO, 2012, p. 67)

Para Heller (2008, p. 12-13) “a história é a substância da sociedade”, ela não contém apenas o essencial mas também “a continuidade de toda a heterogênea estrutura social” (produção, relações de propriedade, estrutura política, vida cotidiana, moral, ciência, arte, religião etc.). Neste sentido, o *tempo histórico* representa a “irreversibilidade dos acontecimentos sociais”, de modo que o que se altera ao longo da história não é propriamente o tempo mas o “ritmo da alteração das estruturas sociais” que ocorre de maneira desigual entre elas (HELLER, 2008, p. 13-14). Segundo Heller (2008; 2016) este é o fundamento da *desigualdade do desenvolvimento* cuja centralidade determina a concepção marxista da história. A vida cotidiana explicita mais claramente este ritmo desigual das mudanças entre as estruturas sociais.

Esta orientação de que a vida cotidiana se apresenta de forma universal como condição fundamental, insuprimível e histórica da natureza e experiência humanas não quer dizer que ela seja um dado da sociedade absolutamente determinado como

³⁹ Esta noção de insuprimibilidade da vida cotidiana é baseada na posição de George Lukács sobre a pesquisa da ontologia do ser social, que tem em uma de suas linhas de investigação a cotidianidade como categoria histórico-sistemática (NETTO, 2012). Como bem observa Herceg (2014a, p. 176, tradução nossa), Heller avança sobre este dado criando “uma proposta ontológica que tematiza a vida cotidiana como lugar de reprodução da individualidade social”.

tal. É sobre este aspecto que, em muitos casos de unilateralidade das análises, estas categorias (universalidade, insuprimibilidade, historicidade) são colocadas em oposição ao que se reconhece como o *processo de cotidianização*, identificado aqui como um dos fundamentos determinantes da matriz das dialéticas da vida cotidiana e que designa o movimento da cultura humana “pela formação do mundo cotidiano que possui como objetivo principal atenuar o temor da transcendência própria da existência” (BÉGOUT, 2009, p. 15, tradução nossa).

É graças a este processo que o homem pode sair do estado de incerteza inicial, fonte de temores e de medos, de erros e de irritações, e começar a modelar pouco a pouco, mediante um conjunto de práticas diárias, de rituais profanos e habituais, um território, uma língua, ferramentas, representações correntes cuja primeira função é produzir uma certa forma de segurança no mundo. (BÉGOUT, 2009, p. 15, tradução nossa).

Para Bégout (2009; 2011) e Herceg (2014a, p. 178, tradução nossa) a cotidianização corresponde à cotidianidade – não como “algo, como um *factum*, um dado”, mas como “um gesto, uma ação, um verbo: um perpétuo e ininterrupto cotidianizar”. De outro modo, são práticas cotidianas que instituem um conjunto de relações que operam por trajetórias não previsíveis, estabelecendo efeitos que não podem ser medidos por códigos pré-determinados, mas avaliados na relação com estes códigos e sua capacidade de transfigurá-los ou contorná-los (CERTEAU, 2014a; 2014b).

De acordo com Bégout (2009, p. 15, tradução nossa), esta relação é essencialmente frágil, resulta da cultura material que em todo momento utiliza e mobiliza a vida cotidiana para perseguir um alcance maior que o interesse prático: “a reabsorção da contingência essencial da condição humana”. De outro parte, esta relação marca o aspecto diferencial da vida cotidiana, “sua ruptura renovada sem cessar, sua descontinuidade íntima, seu polimorfismo, seu relevo e sua mistura” (HERCEG, 2014a, p. 178, tradução nossa), o que implica em nunca haver uma cotidianidade vigente no sentido de se ter uma forma definitiva.

[...] se compreendermos a cotidianidade como uma relação vulnerável, como relação frágil, porque é uma construção a partir do indeterminado, penso que podemos ver as instituições humanas em nosso plano, não como o definitivamente dado, mas sim como uma autocriação permanente. (BÉGOUT, 2011, p. 234, tradução nossa)

Sob este ponto de vista, qualifica-se que a cotidianização seja o processo pelo qual se institui a “dimensão criadora das práxis cotidianas” (GREGORY apud HERCEG, 2014a, p. 179, tradução nossa). Este é um processo e um fenômeno que ocorre de forma persistente e mais ou menos invisível (pelo menos ao olhar da técnica e das racionalidades abstratas e produtivistas) por meio de uma cadeia de operações criativas e astuciosas, que vai determinar e qualificar a própria *invenção do cotidiano* – “o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada” (CERTEAU, 2014a, p. 38).

A *invenção do cotidiano* de que trata Certeau (2014a, 2014b) são as maneiras de fazer que escapam às operações programadas, é a fabricação possível dos usuários, e que são estruturantes da vida cotidiana e consequentemente da realidade sociocultural e material, em última análise corresponde ao processo de cotidianização. Por isso mesmo, vale destacar, que estas condições resultam num quadro de tensão epistemológica que vai atravessar a análise das culturas, das sociedades e da produção sócio-espacial como práticas, como artes de fazer. Diante disso, a posição técnica de Certeau (2014a; 2014b) é a de seguir os caminhos da cultura cotidiana, diferentemente de realizar um “inventário do espaço textual do mundo” (CHARTIER; HÉBRARD, 1998, p. 31).

Bégout (2009) também compartilha desta posição, apontando para o fato de que a cotidianização implica a produção de um mundo circundante atravessado por relações de segurança, familiaridade, regularidades naturais e artificiais mas também de insegurança, inquietude e imprevisibilidade. Na produção deste mundo de proximidades há, portanto, um trabalho de cotidianização do espaço, do tempo, do curso das coisas, do trabalho, da palavra, do corpo e das relações intersubjetivas (BÉGOUT, 2009).

O conjunto de determinações ou categorias observado aqui serve objetivamente para dar relevo à importância teórico-conceitual da vida cotidiana, seu valor prático e científico para o conhecimento da realidade social mas também estabelecer um ponto de partida sobre sua condição ontológica de realização dos indivíduos e da sociedade. Estes elementos fundamentam um estado dialético permanente de construção e reconstrução das estruturas que definem a vida cotidiana, pois nada obteria uma existência fora dela.

3.2.2.3 *Heterogeneidade, homogeneidade, normatividade, imediatividade e pragmaticidade da vida cotidiana*

Este conjunto de categorias são dados ontológicos e estruturais da vida cotidiana (HELLER, 2008; 2016; NETTO, 2012) que não se separam e estão imbricados nas suas formas de organização. Tanto Lefebvre (1958; 1961; 1991) quanto Heller (2016, p. 25, tradução nossa) compreendem a vida cotidiana como um fato social pelo qual todo ser vive, no entanto, isto “não quer dizer de nenhum modo que o conteúdo e a estrutura da vida cotidiana sejam *idênticos* em toda sociedade e para todas as pessoas”. Diferentes sociedades, grupos e pessoas pertencentes a mundos culturais diversos apresentam relatos distintos sobre a vida cotidiana quando comparados, salta à observação a heterogeneidade de cotidianidades, não somente pelas diferenças culturais mas também sociais (estratos sociais) e históricas (diferentes tempos) (HERCEG, 2014a).

Como observa Heller (2016, p. 85, tradução nossa), a vida cotidiana em si já integra um quadro heterogêneo das estruturas sociais, mas ela mesma é “heterogênea nos sentidos e aspectos mais diversos”, de modo que seu centro seja o *ser* no qual todas as esferas heterogêneas se articulam. Para a autora, há uma relação entre as práticas cotidianas e as habilidades, as aptidões, os tipos de percepção, os afetos e inclusive o pensamento que se desenvolve em torno da realidade cotidianamente vivida do indivíduo, que a experiencia e a constitui de maneiras diferentes pois é dotado de características particulares. Heller (2016) e Herceg (2014a) mostram que deste modo a convivência seria improvável se cada sujeito constituísse sua própria cotidianidade de modo independente da comunidade. Por isso, a vida cotidiana possui algum tipo de homogeneidade para que esta convivência seja possível, ela é de algum modo compartilhada, assimilada e normatizada entre membros de um grupo, habitantes de uma comunidade, de um bairro etc.

Heller (2008; 2016) aponta que este processo se organiza em torno da assimilação da manipulação das coisas que também é sinônimo de assimilação das relações sociais na cotidianidade. Bégout (2009; 2011) entende isto como a adaptação ao mundo ou como o processo de cotidianização, cujo caráter é essencialmente normativo. Para Heller (2016), Bégout (2009; 2011) e Herceg (2014a, p. 183, tradução nossa) “esta normatividade própria da cotidianidade é a que força a

existência de certas práticas homogêneas que fazem possível a convivência entre sujeitos”, de modo geral tratam-se de normas e regras de comportamento.

[...] o mundo em que nascemos nos apresenta inumeráveis regras de comportamento. A simples *observação* destas regras é uma prescrição que o meio social dirige a cada indivíduo. As regras de comportamento na vida cotidiana são concretas, prescrevem com relativa exatidão que se deve fazer ou não. [...] para reagir em certo ambiente, o indivíduo deve conhecer estas – heterogêneas – regras de comportamento e observá-las por um tempo médio. Neste caso o médio tem um duplo sentido. Em primeiro lugar, as regras devem ser observadas pela média dos homens, e também cada pessoas em particular deve observar as regras a fim de que estas sigam sendo válidas. Ao mesmo tempo, o homem, para ser considerado medianamente *respeitável* e *honrado* em seu ambiente, não deve fazer mais que adaptar-se (uma vez mais segundo a média) a estas regras. [...] o único que a vida cotidiana exige de cada um é que submeta às eventuais situações conflitivas, as aspirações particulares, às exigências dos costumes. (HELLER, 2016, p. 134-135, tradução nossa)

A este respeito Mayol (2014) apresenta um estudo em relação ao bairro identificando-o como um espaço cotidiano, ou melhor, uma espacialidade que permite o processo de cotidianização e vivência do indivíduo onde atuam espécies de repressões minúsculas e convenções tácitas, isto é, normatividades.

Um indivíduo que nasce ou se instala em um bairro é obrigado a levar em conta o seu meio social, inserir-se nele para poder viver aí. “Obrigado” não deve ser entendido só em sentido repressivo, mas também enquanto “isso o obriga”, lhe cria obrigações, etimologicamente *laços/vínculos*. A prática do bairro é uma convenção coletiva tácita, não escrita, mas legível por todos os usuários através dos códigos da linguagem e do comportamento. Toda submissão a esses códigos, bem como toda transgressão, constitui imediatamente objeto de comentários: existe uma norma, e ela é bastante pesada para realizar o jogo da exclusão social em face dos “excêntricos”, as pessoas que “não são/fazem como todos nós”. Inversamente, é ela a manifestação de um contrato que tem uma contrapartida positiva: possibilitar em um mesmo território a coexistência de parceiros, a priori “não ligados”. Um contrato, portanto, uma “coerção” que obriga cada um para que a vida do “coletivo público” – o bairro – seja possível para todos. (MAYOL, 2014, p. 45)

Mayol (2014) mostra que as atividades e práticas cotidianas aderem a um sistema de valores e comportamentos que forçam a construção de *conveniências*, que não é outra coisa senão um conjunto de normativas estabelecidas pelo processo de cotidianização das relações sócio-espaciais. De maneira muito parecida Heller (2016, p. 232, tradução nossa) discorre sobre as “normas elementais da convivência social”

ou as “normas dos usos elementais”, que são normativas que estão presentes nas relações cotidianas de qualquer grupo. As formas concretas destas normas diferenciam-se segundo o momento histórico, os estratos sociais e o espaço, são heterogêneas, diversificadas e articuladas em seus tipos mas apresentam uma mesma função: “regulam as formas gerais da convivência humana” (HELLER, 2016, p. 232, tradução nossa). A autora aponta que estas normatividades e usos (ela distingue usos elementais, usos particulares, usos condicionais, usos pessoais e hábitos) orientam os homens nas complexas estruturas de atividades, enquadrando e dando forma à vida cotidiana, embora estejam frequentemente em condições de serem transgredidos.

Para mover-se com êxito na esfera heterogênea da vida cotidiana, é necessária uma espécie de ordem ou de regulação, e as formas objetivadas de tal regulação estão constituídas precisamente pelos sistemas de usos sociais gerais ou particulares. Isto não só fixam determinadas formas de ação, mas também e em certa medida o *ritmo da vida*. (HELLER, 2016, p. 237, tradução nossa)

Heller (2008; 2016) ainda aponta dois aspectos significativos à heterogeneidade da vida cotidiana: seu conteúdo (partes orgânicas: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio de informações, a espacialização das atividades etc.) e a significação ou importância dos tipos de atividades – em muito heterogêneas: “a vista, o ouvir, o gosto, o olfato, o tato, e também a habilidade física, o espírito de observação, a memória, a sagacidade, a capacidade de responder, [...] afetos mais diversos” (HELLER, 2016, p. 85, tradução nossa). Para Heller (2016, p. 87, tradução nossa) a vida cotidiana requer “tipos de atividades claramente heterogêneas”, onde se desenvolvem habilidades, aptidões e sentimentos também heterogêneos. Neste sentido, a vida cotidiana mobiliza e ocupa ao mesmo tempo muitas capacidades do ser humano em várias direções para que realize suas atividades – “a vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade” (HELLER, 2008, p. 31). Para a autora, a capacidade de resposta aos problemas que se colocam no espaço-tempo cotidiano é dada pela mobilização de todas as potencialidades humanas, o que significa que a participação, vivência e experiência da vida cotidiana sensibiliza e movimenta a personalidade, os sentidos, as capacidades intelectuais e habilidades

manipulativas do homem. Isto representa a capacidade de operacionalizar com as coisas e a própria realidade sentimentos, paixões, ideias e ideologias (HELLER, 2008; 2016).

Entretanto, o fato de que em cada atividade se coloque em funcionamento todas as capacidades também determina, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se plenamente com toda sua intensidade, o pensamento cotidiano opera pela imediaticidade presente e a pragmaticidade necessária – “é possível falar de unidade *imediata* de pensamento e ação na cotidianidade” (HELLER, 2008, p. 49). Isto é especialmente importante pois leva a uma diferenciação das atividades cotidianas em relação à práxis cotidiana, segundo Heller (2008, 2016) a primeira pode-se elevar à segunda mas somente quando tornar-se uma atividade humano-genérica consciente.

[...] na unidade viva e muda de particularidade e genericidade, ou seja, na cotidianidade, a atividade individual não é mais do que uma parte da práxis, da ação total da humanidade que, construindo a partir do dado, produz algo novo, sem com isso transformar em novo o já dado. A unidade imediata de pensamento e ação implica na inexistência de diferença entre “correto” e “verdadeiro” na cotidianidade; o correto é também “verdadeiro”, Por conseguinte, a atitude da vida cotidiana é absolutamente pragmática. (HELLER, 2008, p. 49-50)

Segundo Heller (2008, p. 31) “o homem da cotidianidade é atuante e fruidor, ativo e receptivo, mas não tem tempo e nem possibilidade de se absorver inteiramente em nenhum desses aspectos”, ele precisa responder da maneira mais rápida possível aos problemas imediatos a fim de dar conta também de outros problemas que o cerca. Isso caracteriza a imediaticidade e a pragmaticidade da vida cotidiana. Na vivência e na experiência da vida cotidiana o ser se torna adulto e amadurece – ele se socializa e apreende regras, assimila o campo social e cultural no qual pode mover-se ou tende a mover-se, realiza a manipulação e operacionalização de coisas e situações a fim de continuar dando respostas (imediatas e pragmáticas) à sua existência –, isto significa que no grupo (em relação com o outro, com a marca do social, em sociedade) e por essas operações o indivíduo assimila as relações sociais e uma determinada forma de ser da cotidianidade (HELLER, 2008; 2016; BÉGOUT, 2009).

Além disso, a heterogeneidade das atividades cotidianas não se evidencia apenas por serem de formas diferentes ou por instigarem a aplicação de recursos e habilidades potenciais do ser humano com objetivos práticos, mas também por obterem distinta importância segundo cada circunstância. A significação da vida

cotidiana (tal como seu conteúdo), “não é apenas heterogênea, mas igualmente hierárquica”, e diferentemente da heterogeneidade a forma concreta da hierarquia “não é eterna e imutável, mas se modifica de modo específico em função das diferentes estruturas econômico-sociais” (HELLER, 2008, p. 32). Cada sociedade em determinado período apresenta uma atividade (conteúdo) preponderante sobre a organização da vida cotidiana, pela qual as demais atividades agrupam-se numa gradação hierárquica. Heller (2008; 2016) exemplifica este aspecto citando o lugar dominante que o trabalho ocupou nos tempos pré-históricos e, de maneira diferente, a centralidade exercida pela atividade social para a população livre da Ática do século V. Já Lefebvre (1958; 1961; 181; 1991) mostra que na sociedade contemporânea o consumo dirigido e toda forma da mercadoria exerce a maior influência sobre a organização hierárquica da vida cotidiana.

A heterogeneidade e a ordem hierárquica (que é condição de organicidade) da vida cotidiana coincidem no sentido de possibilitar uma explicitação “normal” da produção e da reprodução, não apenas no “campo da produção” em sentido estrito, mas também no que se refere às formas de intercâmbio. A heterogeneidade é imprescindível para conseguir essa “explicitação normal” da cotidianidade; e esse funcionamento rotineiro da hierarquia espontânea é igualmente necessário para que as esferas heterogêneas se mantenham em movimento simultâneo. (HELLER, 2008, p. 33)

Embora seja válida esta análise de que determinada forma orgânica e espontânea de hierarquia seja criada cotidianamente, também é igualmente válido que ela seja extremamente condicionada, levando-se em consideração a tensão construída a partir do modelo capitalista de produção contemporânea. Esta tensão é evidenciada pelo desajuste entre tempos e espaços, organizados e impostos por uma ordem distante e a capacidade/incapacidade das pessoas responderem aos problemas no plano cotidiano das urgências (LEFEBVRE, 2006; 2008; MARTINS, 2014; 2018). Esta incapacidade de resolução dos problemas está para além dos imperativos pessoais e se relaciona à constituição de um modo de vida programado e hierarquizado, sendo causa e motivo de parte do mal-estar contemporâneo. A cidade na sua materialidade é constitutiva desta ordem distante e modernizante e pouco tem se concretizado, efetivamente, das possibilidades e da imaginação de outras formas de organização do cotidiano nas quais o tempo-espaço quantitativo das trocas não seja o dominante na estruturação e significação das atividades sócio-espaciais, socioeconômicas e cotidianas.

Estas determinações ontológico-estruturais da vida cotidiana mostram o quão minuciosas são as relações sociais construída em seu âmbito. Nas análise abordadas aqui figura um encadeamento ou um entrelaçamento destas componentes que não podem passar despercebidos pois são, de acordo com Netto (2012, p. 68), de importância primária para o objetivo de se apreender a vida cotidiana, isto é, são impossíveis de serem ignorados, uma vez que impõe aos indivíduos “um padrão de comportamento que apresenta modos típicos de realização, assentados em características específicas que cristalizam uma modalidade de ser do ser social no cotidiano”. Por outro lado, este quadro é relevante para o debate acerca da aproximação daqueles de *fora* às relações sócio-espaciais que realizam aqueles de *dentro*.

3.3 PERSPECTIVAS DO COTIDIANO NA LEITURA DA CIDADE E DOS ESPAÇOS URBANOS

Nesta seção busca-se compreender e explorar os esquemas conceituais e as principais categorias aplicadas pelas teorias do cotidiano (aqui abordadas) na leitura e apreensão sócio-espacial da realidade urbana. Para isso, situa-se este objetivo no marco de duas questões colocadas por D'Epinay (2008) e que se aplicam neste exercício de pesquisa e que se relacionam às noções de vida cotidiana, cotidiano e cotidianidade. Primeiro, o desenvolvimento histórico de suas significações, evoluções e transformações, dado o fato de que a historicidade dos conceitos revela-se como produto social e traduz-se em relações sociais. E em segundo, a transformação destas noções em conceito, quer dizer, em construção de ferramentas científicas. Estas questões são interdependentes e dizem respeito à dilemas sociais, processos ideológicos de valorização e de desvalorização associados a diferentes aportes teóricos. Não caberia à esta pesquisa aprofundar-se igualmente em ambas as questões, não se pretende discorrer sobre a sócio-história destas noções, salvo algumas diferenciações muito gerais. O objetivo, como já exposto, é ocupar-se da segunda questão por meio do recorte já estabelecido: aportes da teorização da vida cotidiana que possibilitam a construção de ferramentas para a leitura sócio-espacial da realidade urbana.

3.3.1 Contribuições de Henri Lefebvre sobre o tempo e espaço da vida cotidiana

A crítica da vida cotidiana, a teoria da produção do espaço e a ritmanálise desenvolvidos por Lefebvre (1958; 1961; 1981; 1991; 2001; 2004; 2006; 2010) integram, em si e no seu conjunto, uma crítica multifacetada que abarca a realidade urbana, a cidade, o espaço, o tempo e a vida cotidiana num quadro geral de uma teoria social. Schmid (2012) aponta que as formulações de Lefebvre representam uma mudança paradigmática no conceito sociológico de espaço e de tempo, considerados em sua perspectiva como produtos sociais, fundamentalmente atados à realidade social. Para Schmid (2012, p. 91), “Lefebvre avança a partir de um conceito relacional de espaço e tempo”, enquanto o “espaço representa simultaneidade, a ordem sincrônica da realidade social”, o tempo por outro lado, diz respeito à “ordem diacrônica e, assim, o processo histórico da produção social”. Lefebvre (1981) sustenta a tese de que é na vida cotidiana em que se expressa e se pode apreender as formas manifestadas e as estruturas profundas da vida social que estão implícitas nos modos de produção das sociedades e nos seus aspectos espaciais e temporais. Espaço, tempo e vida cotidiana são níveis da realidade social, produzidos socialmente e que representam aspectos integrais da prática social.

Como observa Frehse (2016, p. 102), o trabalho de Lefebvre aprofunda questões anunciadas por Marx e Engels e que permanecem contemporâneas, como a necessidade de entender os meios pelos quais a sociedade vem se transformando pela mediação das práticas sociais e cotidianas que se “(re)produzem nos e através dos objetos e espaços mais ou menos tecnológicos que povoam o nosso dia a dia, em cidades impactadas pela possibilidade histórica da modernidade”. Schmid (2012, p. 95) esclarece a maneira como Lefebvre desenvolve uma dialética tridimensional desta realidade social, “como uma crítica radical de Hegel baseada na prática social de Marx e na arte de Nietzsche”. Este esquema tridimensional emerge de três momentos dialeticamente interconectados: a prática social material (Marx), ponto de partida da análise; a linguagem e pensamento (Hegel), entendidos como abstração e poder concreto; e o ato criativo, poético (Nietzsche), compreendido como forma de transcendência que auxilia o devir a prevalecer sobre a morte (SCHMID, 2012). Estes fundamentos epistêmicos não se encerram numa síntese como pressupunha Marx e Hegel em suas análises dialéticas, mas permanecem distintos entre si, com igual valor

e coexistentes, em permanente processo de interação, conflitantes ou em aliança (LEFEBVRE, 2010).

Este princípio geral de análise e método, estruturado como uma figura tridimensional da realidade social, foi aplicado por Lefebvre em diferentes campos do seu interesse de análise, buscando o reconhecimento de múltiplos sentidos, de horizontes de possibilidades e probabilidades, multiplicando-se as tríades que servem à investigação da realidade social em sua complexidade (SCHMID, 2012). Não só os termos triádicos, mas as próprias tríades em seus conjuntos, aparecem em constante interação ao longo da produção de Lefebvre. Pode-se dizer que o autor se ocupa principalmente do nível da vida cotidiana, em que se situa o problema sociológico fundamental da mudança social do ponto de vista das contradições da práxis no espaço e tempo urbanos. O autor marxista procura investigar como as mudanças sociais se insinuam na vida cotidiana e no espaço urbano contemporâneo e como estes elementos se imbricam na definição e disposição contraditória da realidade social, considerada de maneira relacional a partir da cultura ocidental e mais especificamente da cultura dos países centrais. Neste processo, uma unidade triádica fundamental emerge como determinante da análise sócio-espacial e da leitura sobre a vida cotidiana: “espaço-tempo-energia” (LEFEBVRE, 2010, p. 12-13).

De acordo com Lefebvre (1958; 1991), a realidade cotidianamente vivida é constituinte do processo histórico no qual sua forma e estrutura são definidas ricamente ou miseravelmente em relação às transformações e mudanças sociais e históricas que uma sociedade produz, o que quer dizer que a vida cotidiana é, assim como o espaço e o tempo, um produto histórico e social. As magnitudes históricas dos avanços técnicos e tecnológicos contrastam (negativamente) com a submissão da vida cotidiana ao domínio da técnica, da banalidade e do atraso cívico, como também do apagamento histórico da diversidade das formas de sociabilidades organicamente produzidas. Este quadro ganha novas proporções e contradições à medida que as sociedades caminharam globalmente para um mundo predominantemente urbano – o *fenômeno da urbanização planetária* –, cujo processo modifica substancialmente os modos de vida (LEFEBVRE, 2004; 2006). A produção social de espaços planejados, técnica e tecnologicamente elaborados, territorialmente segregados e possuídos de uma certa qualidade ambiental urbana que concentra e localiza os ativos financeiros na produção de cidades, revelam a discrepância e o contraste com espaços organicamente produzidos que não possuem acesso equitativo aos recursos

produzidos pela sociedade. Esta desigualdade sócio-espacial avança sobre diversos níveis dentre os quais o da vida cotidiana, que se revela problemática ao ser reproduzida de forma desigual neste quadro de disputa, onde a grande parcela da população é submetida à uma vida precária em detrimento da *boa vida* dos modelos construídos pela classe dominante.

Para Lefebvre (1958; 1961; 1976; 1981; 1991; 2010), assim como Highmore (2018) e outros autores, o interesse pela apreensão da vida cotidiana é essencialmente o interesse pela sua problemática, ou seja, como ela se define em problema de fato e o quão se constitui em contradição, desequilíbrio, desigualdade e miséria. Isto quer dizer, ao mesmo tempo, que o que motiva sua observação, crítica e análise é também o desejo por sua mudança e transformação, avaliando, observando, Tateando e auscultando todas as capacidades e potencialidades que possam lhe irromper. Segundo o autor, esta realidade imediata é negligenciada do ponto de vista do conhecimento sociológico, sendo uma realidade evidente e ao mesmo tempo difícil de se identificar, o que o faz apontar a necessidade de uma sociologia da vida cotidiana que retome o princípio marxista de que nela se realiza a observação concreta da alienação para depois superá-la (LEFEBVRE, 1958). A estrutura e o pensamento dialéticos (tridimensional) atravessam toda a perspectiva de Lefebvre ao insistir recorrentemente na necessidade de compreensão da realidade social como marcada por contradições que só podem ser entendidas por meio delas e de forma relacional ao crescimento capitalista e os modos de produção, à produção do espaço-tempo e à reprodução da vida cotidiana, este é o seu fio condutor.

Desse modo, a apreensão da vida cotidiana na perspectiva lefebvriana constituiu-se em um campo essencial de reflexão filosófica, política e de exploração sociológica que integram um “programa crítico” cuja fundamentação reside na crítica da alienação do capitalismo e nas possibilidades históricas de transformação desta realidade, considerando a predominância crescente dos mecanismos reprodutivos no cotidiano, dentre os quais o espaço, o tempo, a técnica, os desejos, as formas de sociabilidade etc. (LEFEBVRE, 1958, p. 68, tradução nossa). Como observa Claps (2015, não p., tradução nossa), isto permite “colocar em perspectiva a crítica da economia política do espaço e da cidade”, mantendo como rota “a crítica das estruturas e as práticas da vida cotidiana, entendidas como produto e produtoras desta economia política”. A inquietude de Lefebvre pela produção do espaço e tempo sociais compreende no urbano e na cidade o resultado de uma contradição entre a

mediação da vida cotidiana e a ordem social. Sua preocupação, portanto, não é a crítica da economia política em si, mas a crítica da economia política à luz do espaço e da crítica da vida cotidiana.

Nesta pesquisa já recorreu-se ao pensamento e trabalho de Lefebvre junto a outros autores para demonstrar as razões (sociológicas e filosóficas) pelas quais a relação indissociável entre realidade urbana e vida cotidiana é determinante na apreensão dos fenômenos sociais (especificamente o fenômeno urbano) e para o avanço da pesquisa sócio-espacial que, dentre outras coisas, possibilita um aprofundamento das formas e ferramentas de leitura sobre a vida cotidiana e o espaço urbano, elementos caros ao planejamento urbano. O objetivo de se recorrer novamente ao autor nesta seção é de trazer categorias e elementos do seu trabalho que orientam uma abordagem de análise e pesquisa sobre a vida cotidiana, procurando-se delinear um percurso que vai da apreensão à caracterização metodológica de ferramentas investigativas.

3.3.1.1 Vida cotidiana como nível da realidade sócio-espacial

Lefebvre (1961; 2004) utiliza a noção de *níveis e dimensões* para se referir à realidades com complexidades diferenciadas (a urbana e cotidiana por exemplo) e ainda estruturadas em um todo (uma totalidade). Esta noção auxilia na abordagem de aproximação a estes fenômenos, buscando de forma sistemática e consistente compreender os múltiplos aspectos destas realidades sem cair num puro objetivismo ou em modelos. Em essência, “a noção de nível, tomada em todo o seu significado, abrange o da diferença de nível” (LEFEBVRE, 1961, p. 123, tradução nossa). O autor revela que se pode momentaneamente focalizar um nível da realidade (o urbano, a vida cotidiana ou a formação socioeconômica) para então compreendê-lo melhor em seus vários aspectos. Entretanto, onde há a definição de um nível há vários outros níveis dos quais não podem ser dissociados completamente, mantendo uma unidade no todo. “Cada nível é o resultado de uma análise que identifica e esclarece o conteúdo dos outros níveis” (LEFEBVRE, 1961, p. 125, tradução nossa). Desta forma, a noção de nível é concebida como um processo amplo de interações de níveis.

Do ponto de vista do raciocínio lógico, a “transdução” é a operação que permite utilizar esta noção de nível de modo que o seu sentido seja mantido de acordo com a complexidade dos fenômenos, indo do real (concreto) ao possível, do presente

ao virtual, em uma prospecção incessante (LEFEBVRE, 1961, p. 121, tradução nossa). Lefebvre (1961; 2004) revela através da noção de nível, seja da vida cotidiana (LEFEBVRE, 1961) ou em relação ao fenômeno urbano (LEFEBVRE, 2004), que sua aplicação como operação metodológica de análise define como ponto de partida quadros particulares de referências. Cada nível circunscreve um horizonte de análise que, em dado momento e em certa circunstância, exigirá a integração com outros conceitos em um nível correspondente, o que significa que possuem mutuamente implicações sobre os fenômenos estudados. Isto também quer dizer que este ponto de partida não define o objeto, mas tende a compreendê-lo melhor no devir do processo de investigação, o que caracteriza a prospecção do método transdutivo.

Cada nível é “um resíduo e um produto”, “contém virtualmente outros”, é, portanto, “nível de níveis”, “cada nível envolve outros” podendo interferir de vários modos a depender dos encontros e circunstâncias de determinado momento e de certa conjuntura (LEFEBVRE, 1961, p. 126, tradução nossa). Por isso, um nível pode se tornar dominante e integrador de outros. A leitura crítica de Lefebvre (1961; 2004) sobre os níveis centra-se na sua hierarquia dominante, na qual os aspectos da formação econômica têm subjugado todos os outros níveis da realidade, como o urbano e a vida cotidiana. Ao mesmo tempo, utiliza desta noção para reinverter a lógica como se pensa e analisa estas realidades, resgatando a importância do nível histórico e do nível da vida cotidiana e das relações do habitar para a prospecção da realidade urbana e cotidiana.

O nível da vida cotidiana e o nível histórico interferem diretamente na disposição da realidade urbana (social), cada um é compatível com o devir e a mobilidade, o que significa que esta realidade emerge e consolida-se momentaneamente em algum nível que, via de regra, abarca a coexistência de múltiplas realidades que se envolvem reciprocamente de forma “imediata e mediada (imediato em termos de seu plano, mediado em relação a níveis maiores ou menores)” (LEFEBVRE, 1961, p. 127, tradução nossa). Os níveis possuem implicações no espaço-tempo e sobre o espaço-tempo, da mesma forma, sucessivamente em duas direções possíveis: “a mais larga (macro) e a mais estreita (micro)” (LEFEBVRE, 1961, p. 127, tradução nossa). Neste sentido, os níveis são sensíveis a existência de limiares e também de mobilidades. A distinção entre níveis da realidade, níveis da abstração e níveis de significado é pouco clara, contudo, uma regra bastaria para orientar-se neste amálgama: “o nível mais alto de abstração deve corresponder no nível mais

profundo da realidade, caso contrário, o objeto de conhecimento escurece” (LEFEBVRE, 1961, p. 127, tradução nossa). Lefebvre (1961; 2004) reivindica o nível da vida cotidiana como centralidade e ponto de partida para a o conhecimento, análise e crítica de outros níveis como o urbano, pois ela integra de forma mais geral a práxis e a sociedade.

A grade de níveis da vida cotidiana se integraria à grade de níveis do urbano de modo a criar definitivamente uma outra orientação para a leitura urbana (do fenômeno urbano e da sua dinâmica sócio-espacial), passando a evidenciar a interação destes níveis também em uma interação de escalas (global e local, micro e macro, próximo e distante, pequeno e grande, particular e geral). Em *A revolução urbana* Lefebvre (2004, p. 77-98) organiza três níveis fundamentais para a apreensão do fenômeno urbano: (i) o *nível global (nível G)*, identificado como o nível onde se exerce o poder de Estado, o “das relações mais gerais, portanto, as mais abstratas e, no entanto, essenciais: mercado de capitais, política do espaço”; (ii) o *nível misto (nível M)*, também denominado como intermediário ou mediador, refere-se ao nível da cidade; (iii) o *nível privado (nível P)*, considerado o nível do *habitar*.

QUADRO 8 – NÍVEIS DE ANÁLISE DO FENÔMENO URBANO

NÍVEIS	IDENTIFICAÇÃO	PROPRIEDADES / ABRANGÊNCIA	ESPAÇO
Nível global (G)	- onde se exerce o poder político de Estado e se observa as lógicas de classe - são as relações mais gerais, mais abstratas: mercado de capitais e política do espaço	- <i>projeção das relações sociais no solo</i> - domínio edificado: edifícios, monumentos, projetos urbanísticos de grande envergadura, cidades novas - domínio não edificado: estradas e autoestradas, organização geral do trânsito e dos transportes, do tecido urbano, preservação da natureza	- espaço institucional - espaço abstrato - espaço instrumental
Nível misto (M)	- é o nível da cidade, em sua forma relacionada com um sítio (o meio imediato) e com a situação (o meio distante, condições globais)	- <i>lugar e terreno onde as estratégias se confrontam</i> - domínio edificado: edifícios públicos como os das prefeituras, igrejas paroquiais, escolas etc.	- espaço urbano - espaço monumental

	- nível intermediário entre a sociedade, Estado, os poderes e saberes à escala global, as instituições e as ideologias, de um lado, e, de outro, o habitar - onde se percebem as funções (na cidade: funções urbanas relacionadas ao território circundante; da cidade: funções internas) e estruturas (dos serviços, dos comércios, dos transportes; vizinhanças: aldeias, bursos, cidades menores)	- domínio não edificado: ruas, praças, avenidas	
Nível privado (P)	- nível do habitar: das práticas sociais e cotidianas, ao mesmo tempo funcional, multifuncional, trans funcional - onde o homem dá significado à forma como habita, onde o habitat se reconfigura por meio da “casa”, “morada” e linguagem do homem	- <i>práticas urbanas diferenciais (não reduzidas às ideologias, instituições globais, planificação do espaço e nem às atividades particulares denominadas “urbanísticas”</i> - domínio edificado: imóveis (habitações: grandes prédios de apartamentos, casas, acampamentos, favelas)	- espaço do habitar - espaço vivido - espaço cotidiano - espaço diferencial

FONTE: O autor (2021); elaborado com base em Lefebvre (2004).

Ao identificar estes níveis Lefebvre (2004, p. 83-84) realiza a crítica à ideologia oriunda do “cartesianismo” e de um “pensamento degenerado” que estabelece o “predomínio do global, do lógico e do estratégico” sobre os demais níveis. Para o autor, esta postura metodológica ainda faz parte do “mundo invertido que é preciso reinverter”; uma ação renovada do pensamento urbanístico necessita decodificar a realidade urbana de forma inversa à habitual, “a partir do *habitar*”, cujo nível “não deve ser estudado como resíduo, como vestígio ou resultado dos níveis ditos superiores” (LEFEBVRE, 2004, p. 83-84), nem mais “considerado como efeito, ou resultado, ou acidente, em relação ao nível específico do urbano, menos ainda em relação ao global” (LEFEBVRE, 2004, p. 87). O habitar é considerado sob esta perspectiva como fonte, fundamento, funcionalidade e transfuncionalidade essencial à apreensão da realidade urbana e da vida cotidiana.

Para Lefebvre (2004) o nível global busca reger o local e de forma generalista pretende absorver as particularidades, apresentando-se simultaneamente como

social (política) e mental (lógica e estratégia), projetando-se sobre o domínio edificado e não-edificado do espaço urbano e constituindo-se como espaço institucional, abstrato e instrumental que age e reage sobre a dimensão prático-sensível e o plano imediato (cotidiano) da realidade urbana. Este nível é normalmente considerado como superior e a ele vinculam-se uma grande parte, talvez uma maioria tida como privilegiada, das abordagens e focos de pesquisas sobre o urbano. O planejamento urbano como atividade especializada, historicamente vinculada à vontade (estratégias políticas criadas por quem exerce o poder) e à representação (concepções políticas ideologicamente justificadas no espaço) por meio do Estado, das instituições e do mercado, relaciona-se diretamente ao estabelecimento das perspectivas que instituem o nível global como predominante na análise sócio-espacial do urbano (LEFEBVRE, 2004).

A reivindicação do nível do *habitar* como primeiro plano da análise urbana é uma proposta de inversão metodológica que considera que o essencial, o fundamento e o sentido estejam neste nível ou, que o urbano se defina pela unidade dos outros níveis (global e intermediário) com predomínio do *habitar*. Este não pressupõe uma oposição com os demais níveis, bem como às relações e escalas entre o microsocial e o macrosocial, também não se restringe ao lugar dos agentes menores (econômicos e sociológicos) como a família, grupos de vizinhos, pequenas comunidades, minorias e sujeitos (LEFEBVRE, 2004). Como já apontado sobre as características gerais da noção de níveis, o *nível P* ou do *habitar* é para Lefebvre (2004) aquele em que é possível verificar a simultaneidade e a interação de todos os níveis, de modo a evidenciar as contradições das práticas e lógicas sociais e as correspondências e equivalências das escalas, ao mesmo tempo em que é possível aprofundar-se em suas fissuras e nas relações que restituem ao *habitat* a qualidade e o diferencial construído por meio das formas de vida e de existência criadas por meio do *habitar*.

Em sua abordagem histórica, Lefebvre (2004, p. 87) descreve as *fases críticas* atravessadas pelo urbano: a primeira correspondente à subordinação do agrário à “realidade urbana inicialmente impulsionada e logo devastada pelo comércio e pela indústria”; a segunda fase ou inversão de sentido referente à subordinação da indústria à realidade urbana, do global ao urbano e do urbano ao *habitar*. Para o autor, esta segunda fase representa uma subversão fundamental: “o nível considerado

menor desde as origens, a saber, o *habitar*, tona-se o essencial” (LEFEBVRE, 2004, p. 87).

Na perspectiva aqui proposta, há a *primazia do urbano e prioridade do habitar*. Essa prioridade exige a liberdade de invenção e o estabelecimento de relações inéditas entre o urbanista e o arquiteto, ficando a última palavra com a arquitetura. Esta responde a uma *demand*a social confusa, que até o momento jamais pôde tornar-se *comande* [*encomenda*] explícita. Até os dias de hoje, a *comande* [*encomenda*] social provém do crescimento industrial, ou seja, das ideologias e instituições instaladas no nível G, o do Estado. (LEFEBVRE, 2004, p. 88)

Contemporaneamente este ponto de vista permanece atual. O urbano é frequentemente, senão permanentemente, afetado e configurado por meio das dinâmicas dos mercados de capitais, da incorporação imobiliária, dos processos de mercantilização e financeirização das transformações do espaço, sobretudo a sua crescente privatização, segregação e homogeneização. Entretanto, os desafios mais proeminentes que se colocam ao planejamento urbano são aqueles que nascem não do poder de abstração destes processos anteriores, mas das necessidades fundamentais de realização da vida cotidiana em função da concentração urbana e que permanecem numa esfera social e pública de extensão da urbanização geral e do tecido sócio-espacial. A prioridade do *habitar* como prioridade das práticas sociais engendradas no plano da vida cotidiana (como nível altamente complexo da realidade urbana) busca restituir um sentido ao urbano que não seja a liquidação de sua própria realidade, que não seja uma continuidade da alienação urbana onde se “perpetua todas as alienações”, onde o próprio espaço “torna-se raro: bem valioso, luxo e privilégio mantidos e conservados por uma prática (o ‘centro’) e estratégias” (LEFEBVRE, 2004, p. 89).

Esta crítica atribui à realidade urbana um nível de apreensão construído sob as relações do habitar e da vida cotidiana que é essencialmente uma crítica às ideologias do crescimento econômico, do neoliberalismo presente na política do espaço que via de regra possui estratégias que buscam alinhar todos os níveis pelo mais alto, da tecnocracia e do individualismo como processos de imposição de modelos culturais, de modulações da vida cotidiana por padrões pré-estabelecidos e de planificações autoritárias. Por outro lado, esta crítica reafirma o caráter e a dimensão dialética em que se desenvolve o processo urbano, identificado por Lefebvre (2004, p. 93) na natureza do espaço-tempo urbanos como um “vetor nulo” –

“espaço onde cada ponto, virtualmente, pode atrair para si *tudo* o que povoa as imediações: coisas, obras, pessoas”. Junto aos riscos da concentração urbana (da saturação, da desordem) caminham também as oportunidades de encontro de informações e de convergências (LEFEBVRE, 2004). Mais uma vez, a tônica do processo lógico transdutivo aparece nas formulações de Lefebvre (2004), neste processo de reinversão das prioridades o percurso proposto é delineado a partir do possível (concreto, também o plano da vida cotidiana) ao impossível (virtual, também a sociedade urbana), caracterizado como condição imanente do espaço-tempo urbano.

As possibilidade de análise do nível específico do *habitar* e da vida cotidiana, considerado a partir da realidade urbana e sua complexidade, são exploradas por Lefebvre (2010) em suas formulações sobre a proposição do projeto ritmanalítico e da ritmanálise, que identificam nesta inversão uma mudança de perspectiva sobre as *coisas* desde um ponto de vista subjetivo e dialético sobre os ritmos urbanos e da vida cotidiana. A análise, neste caso, considera as relações rítmicas que se estabelecem no espaço-tempo tendo como ponto de partida a experiência dos corpos. Estas questões serão exploradas a seguir, mas antes é de suma importância compreender as principais componentes estruturantes da vida cotidiana na perspectiva lefebvriana, pois estas estarão sempre presentes na totalidade de suas análises.

3.3.1.2 Componentes da vida cotidiana

Em *A vida cotidiana no mundo moderno (La vie quotidienne dans le monde moderne – 1968)* Lefebvre (1991) inicia seus estudos com uma incursão na literatura como quem deseja descobrir algo guardado num baú. Tomando a literatura como sua chave de entrada para o estudo do cotidiano encontra na narrativa de *Ulises*, obra de James Joyce, o símbolo da vida cotidiana passada em um dia na cidade de Dublin (19 de junho de 1904). Nela, as componentes emergem do centro da vida cotidiana e, de modo geral, a retira do anonimato revelando cada uma das suas principais facetas. Lefebvre (1991) vai insinuando através de sua incursão literária a presença e a emergência destas componentes: o *espaço*, o *tempo*, as *pluralidades de sentido*, o *simbólico* e as *práticas sociais*. Elas permitem não só uma aproximação à vida cotidiana mas a análise de sua formação, constituição, desenvolvimento, reprodução e suas dinâmicas.

O *espaço* e o *tempo* a que Lefebvre (1961, 1991, 2006) se refere é o espaço social (diferente do espaço geométrico, físico ou biológico, geográfico, econômico) e o tempo social (diferente dos tempos biológico, fisiológico, físico). Para o autor, espaço e tempo sociais permitem o encontro e a simultaneidade de todos os outros espaços e tempos, e evidenciam mais claramente o espaço e tempo cotidianos. O espaço cotidiano se difere (do espaço geométrico, por exemplo) por suas qualidades subjetivas e de orientação ontológica, nele o sujeito se desenvolve e apreende o mundo desde as suas dimensões mais básicas: direita, esquerda, alto, baixo, longe, perto (LEFEBVRE, 1961). Da mesma forma, o tempo cotidiano se articula em dimensões distintas daquelas definidas por matemáticos e físicos: “o realizado, o planejado, o incerto, o imprevisível (ou mesmo: o passado, o presente, o futuro de curto prazo e o futuro de longo prazo)” (LEFEBVRE, 1961, p. 233, tradução nossa).

O espaço social é uma parte integrante da vida cotidiana, constituída por um tecido mais ou menos denso de redes e setores que se comunicam. “Subjetivamente, o espaço social, é o ambiente de um grupo e de um indivíduo no grupo, é o horizonte dentro do qual eles estão localizados e onde eles vivem”; objetivamente, se relaciona com o durável, com este tecido de comunicações (LEFEBVRE, 1961, p. 233, tradução nossa). Este espaço considerado por Lefebvre (1991) traduz-se em um referencial, um lugar, um conjunto tópico (toponímico e topográfico). Na apreciação da cidade de Dublin, precisamente a área mais deteriorada da cidade, das cantinas e locais de apostas delimitadas por canais (LINDÓN, 2004), Lefebvre (1991) discorre sobre a natureza deste espaço:

[...] a Cidade, Dublin, com seu rio e sua baía, não apenas uma vista privilegiada, lugar de um momento, mas presença mítica, cidade concreta e imagem de cidade, Paraíso e Inferno, Ítaca, Atlântida, sonho e realidade numa transição perpétua onde a realidade nunca cessa de ser referência (e covil). Essa cidade é apropriada para os que a habitam; as pessoas de Dublin modelaram seu espaço e são talhadas por ele, O homem inseguro que parece vagar pela Cidade recolhe os fragmentos e aspectos dispersos dessa dupla adequação. (LEFEBVRE, 1991, p. 9)

Para Lefebvre (1981; 1991) o espaço transformou lentamente, mas profundamente o cotidiano. O espaço da vida cotidiana é o das práticas dos sujeitos, dos atores, do homem ordinário ou do usuário (CERTEAU, 2014a; 2014b), do homem simples (MARTINS, 2017). Está carregado de significados e traz consigo uma ideia de “limite” e de “delimitação” como formas de espacializar no solo os deslocamentos

e experiências cotidianas dos indivíduos, mas também as “dimensões de significação associadas a experiência que os atores possuem de diferentes porções do espaço” (LINDÓN, 2004, p. 41, tradução nossa). Como bem observa Lindón (2004, p. 42), esta forma de espacialidade da vida cotidiana é muito próxima ao que as geografias existencialistas e o humanismo geográfico estudam a partir do conceito de *lugar* e do conceito de *espaço de vida*⁴⁰.

O tempo social é para Lefebvre (1961; 1991; 2010) a permanente interação e simultaneidade dos tempos cíclicos e tempos lineares. Os primeiros têm a sua origem ou sua base na natureza, estão ligados aos ritmos cósmicos, naturais, vitais etc. Os segundos se relacionam ao desenvolvimento da razão, do conhecimento e da técnica, dizem respeito aos ritmos mecânicos, do crescimento econômico e tecnológico, dos processos de produção. A Interseccionalidade entre estes tempos e seus ritmos dá origem ou fundamenta a ritmanálise (LEFEBVRE, 2010), cuja abordagem sobre o tempo e o espaço introduz a complexidade com que os ritmos interagem, em várias escalas justapostas e superpostas que operam simultaneamente, onde os ciclos são percebidos dentro dos processos acumulativos lineares, apresentando continuidades e descontinuidades (LEFEBVRE, 1961). O complexo social de interações de tempos, cuja essência dá a luz à *teoria da multiplicidade dos tempos* (LEFEBVRE, 1961), atravessa ou mesmo constitui o tempo cotidiano, vivido, das práticas dos indivíduos. O tempo cotidiano representa a dinâmica cíclica das repetições, ao mesmo tempo imbricado em um tempo histórico e em um tempo cósmico (LEFEBVRE, 2010).

As pluralidades de sentidos⁴¹ integram a totalidade da vida cotidiana, coexistem em seu conjunto e são percebidas continuamente como polissemia, polirritmia, polivalência e polifonia. Para Lefebvre (1961; 1991; 2010), a vida cotidiana expressa estas pluralidades de sentidos sempre associadas a um ponto de vista e podendo de algum modo condensar-se em elementos e estruturas espaciais. Lefebvre (1961; 1991, 2006) também entende que a vida cotidiana é constituída e pode ser apreendida por meio do simbólico, mas não isoladamente e sim como agrupamentos

⁴⁰ Lindón (2004) se refere ao conceito de lugar como proposto por Yi-fu Tuan (*Space and place: the perspective of experience*, 1977) e ao conceito de espaço de vida elaborado por Guy Di Meo (*L'Homme, la société, l'espace*, 1991).

⁴¹ As pluralidades de sentidos podem ser “o literal, o próprio e o figurado, o analógico, o simbólico, o oculto, o metafísico, o mítico ou místico, sem contar o sentido último e indecifrável ligado talvez aos enigmas da divagação, da morte e da ausência, bem como as diferenças de níveis do discurso, o familiar, o histórico, o próximo e o longínquo etc.” (LEFEBVRE, 1991, p. 9)

e conjuntos simbólicos que se referenciam a conjuntos de coisas e objetos, a atos complexos e concepções de mundo e da vida, integrados à experiência e à percepção sobre os espaços e tempos.

O autor não concebe o simbólico como sistema simbólico, cujo conceito se relaciona às representações formalizadas, aos fragmentos da natureza e por consequência à representação do espaço – “ligada ao saber como poder, reserva um lugar mínimo aos espaços de representação, reduzidos às obras, às imagens, às lembranças, onde o conteúdo afastado (sensorial, sensual, sexual) aflora apenas o simbolismo” (LEFEBVRE, 2006, p. 81). Para Lefebvre (1961) a elaboração sistemática sobre o simbólico conduz a uma configuração simbólica de sistema e que afeta a vida cotidiana criando uma interpretação psicológica sobre ela, por exemplo a astrologia veiculada na imprensa diariamente, semanalmente ou mensalmente, que se sobrepõe a outros sistemas simbólicos mais antigos, ou as imagens que vendem estilos de vida a partir da evocação de espaços e de objetos/produtos como a casa, a propriedade, o carro etc. O simbólico se apresenta frequentemente por meio de temáticas, possui origens diversas e um “caráter inesgotável para a reflexão que se aplica a ele e sua eficácia emocional (afetiva) direta” (LEFEBVRE, 1961, p. 288, tradução nossa). Neste sentido, entende-se que o espaço é marcado tanto materialmente (animais utilizam odores, as sociedades humanas utilizam recursos visuais e auditivos) quanto de maneira abstrata (por meio de discursos, signos), e isto gera o seu valor simbólico. Portanto, o simbólico (conjunto de símbolos) também “implica um investimento afetivo, uma carga emotiva (temor, atração) depositada por assim dizer em um lugar e ‘representada’ para aqueles que se distanciam do lugar privilegiado” (LEFEBVRE, 2006, p. 201).

Esta concepção do simbólico o vincula diretamente à prática sócio-espacial na vida cotidiana, ambos se perdem quando separados tornando-se marcações abstratas. Lefebvre (2006) ainda ressalta que a produção do espaço pode se limitar durante algum tempo às marcas, signos e símbolos, mesmo que os corpos vivos estendam sua percepção e ocupação espaciais, sugerindo uma dinâmica em que a materialidade se transforma num ritmo muito menor do que suas vinculações simbólicas. De maneira geral, estas marcações simbólicas do espaço vão se individualizando à medida que o trabalho e a produção sócio-espaciais avançam tecnicamente sob determinações abstratas, excluindo ou apartando-se da diversidade dos tempos e espaços sociais e suas gênesis históricas (LEFEBVRE, 2006).

A última componente, as práticas sociais ou práxis, é para Lefebvre (1961; 1981) a categoria mais simples e mais difícil de elucidar, a mais abstrata e ao mesmo tempo a mais concreta, se aplica tanto à vida cotidiana como à globalidade social. O autor vê a dificuldade de apreensão das práticas sociais em função de duas condições: a compreensão das *maneiras de fazer* como uma redução da prática social à operações individuais do tipo artesanal; e o pragmatismo e empirismo que identificam a práxis com a produtividade, tecnicidade e sucesso. Para ele a noção de *fazer* é mais estreita, vaga e enganosa do que a noção de produção, que também não abarca completamente a ideia da práxis. O seu uso pode levar a abusos e valores ilusórios caso não sejam estipulados os limites e a dimensão ao que se refere.

A relação entre trabalho e vida fora do trabalho mudou o enredo no trabalho e ainda mais sob a automação. Não é mais "fazendo" que o indivíduo "se torna", mas em uma totalidade complexa da qual o "fazer" é apenas uma parte e um aspecto. Ao nível da sociedade, produção e as relações de produção são, no entanto, decisivas. Senão compartilhar, quando há "trabalho", por mais modesto que seja – e não "produzido" – a valorização do ato individual pelo "fazer" permanece válido (inclusive na forma caricaturada do "hobby" e "faça você mesmo"). (LEFEBVRE, 1961, p. 235, tradução nossa)

Esta discussão sobre a noção de *fazer* aparece em Lefebvre (1961) como diretamente articulada à produção no âmbito do trabalho em geral, percebida como uma técnica material que pouco contribui para a invenção na prática. Segundo o autor, por meio desta noção se enfatiza "a área de indeterminação (margem de liberdade) deixada ao agente pela técnica e pela matéria, por destacar neste contexto sua iniciativa e habilidade individual", o que não auxilia a compreensão e a representação clara dos problemas de liberdade dos indivíduos e o de grupos aos quais os indivíduos pertencem (LEFEBVRE, 1961, p. 235, tradução nossa)⁴². Já o pragmatismo e empirismo são noções que reiteram uma perspectiva limitada e simplificada sobre a *prática*, onde se considera apenas a ação prática individual e seu resultado, opondo-se ao *prático* o *espírito prático vulgar*, o que representa a eliminação tanto na vida

⁴² A crítica de Lefebvre (1961) sobre as *maneiras de fazer* é circunscrita a um exame do trabalho material no marco das relações de produção industrial e compreendia dentro de uma relativa simplificação ou vulgarização do sentido prático que ela atribui às ações cotidianas. Mais adiante nas análises apresenta-se a perspectiva de Certeau (2014a; 2014b) para quem esta noção possui uma maior complexidade e relevância para estrutura das ações cotidianas.

individual quanto na vida social do drama, da profundidade e dos problemas (LEFEBVRE, 1961).

O pragmatismo despreza tanto a lógica da decisão quanto a dialética da ação. Ele negligencia a teoria das escolhas, oportunidades e riscos. Elimina problemas concretos: conflitos, contradições, aberturas. Ele não pensa a práxis em sua complexidade de movimentos que esconde, mas de acordo com um conceito frio e nu, denso como pedra, do real. Projeto a-teórico da atividade humana vai com um conceito funcionalista do real. A partir daí passamos facilmente, com ênfase em apenas um dos formantes da atividade – a técnica – para um positivismo tecnocrático que se acredita amplo, profundo e claro "realista". (LEFEBVRE, 1961, p. 236, tradução nossa)

Segundo Lefebvre (1961, p. 236-237), o trabalho produtivo, identificado com a práxis, não se preocupa em conectar os fragmentos que o atravessam (o planejamento do trabalho produtivo, prática política, prática estatal ou partidária), favorecendo as confusões ideológicas e a “transferência para uma prática específica (política) da qualidade um tanto vaga atribuída à práxis em geral” – inclui a capacidade de completar uma ação com sucesso, o domínio de processos espontâneos ou cegos, tecnicismos, conhecimento. Com este processo ideológico se têm poderes (poder do Estado, poder de setores privados) que utilizam de suas ações especificamente políticas (aparato, propaganda, métodos de liderança e comando, técnicas de difusão e restrição) para conseguir a “penetração na vida cotidiana do global e do Estado até sua separação acentuada” (LEFEBVRE, 1961, p. 237, tradução nossa).

Lefebvre (1961, p. 237, tradução nossa) também vê no dogmatismo marxista as consequências deste processo que, ao seu ver, não cumpriu com a liberação total do homem e o desenvolvimento de sua liberdade dentro das estruturas que o impedem: “estatismo, demandas de acumulação primitiva, insatisfação, restrição de necessidades e prazeres”. Um dos elementos excluídos pela análise da realidade social neste contexto foi justamente a vida cotidiana, cuja restauração do seu papel para a construção do conhecimento permitiria reconstituir a noção de práxis em toda a sua extensão (LEFEBVRE, 1961; 2006).

A ação do homem social sobre a natureza (o mundo exterior) é apenas um aspecto da práxis, um aspecto já complexo, uma vez que sua análise conta com muitos elementos formantes: tecnicidade (ferramentas e conhecimento), forças naturais, recursos de matéria-prima, organização e divisão do trabalho (a divisão social do trabalho não coincide, principalmente na sociedade capitalista, com a divisão técnica), etc. Relações entre seres humanos – grupos e indivíduos – obviamente fazem parte da práxis. Ação na natureza (forças produtivas) implica relações sociais (relações de produção) e os explica, até certo ponto. Por outro lado, as relações sociais não são estabelecidas e não são concebidas além da ação sobre a natureza (forças produtivas). Os grupos sociais, especialmente de classe, são simultaneamente forças produtivas e forças sociais. No entanto, as relações sociais não coincidem com as relações de produção, e a práxis global não pode ser definido por uma soma ou por uma interação: “relações de forças produtivas de produção”. (LEFEBVRE, 1961, p. 237-238, tradução nossa)

Com isso Lefebvre (1961, p. 238, tradução nossa) reitera sua crítica ao aspecto ideológico do materialismo filosófico em atribuir à *produção* o *status* superior da organização da vida, levando à fetichização da economia e resultando em um produtivismo simplista que não leva em conta uma produção imaterial e criativa dos indivíduos em sua práxis cotidiana, o que ele denominou como “múltiplos serviços”.

[...] estes serviços se encaixam na estrutura das relações sociais, de produção e propriedade. Eles as tornam mais complexas. Eles representam as necessidades sociais e representam as necessidades sociais admitidas e controladas, realizam a articulação da produção e consumo na vida cotidiana (seja distribuição, transporte, higiene e remédios, educação e instrução, recreação, publicidade, obras propriamente culturais, etc.). Imediatamente e simplesmente dada na aparência, a vida cotidiana revela na análise a presença e eficácia de representações, símbolos, regulamentos, controles, modelos, padrões (ideologias e “superestruturas”). Nela, em seu imediatismo, intervêm as mediações. Por outro lado, essas mediações múltiplas levam uma existência imediata e, além disso, desigual. Mediações não intervêm a todos simultaneamente na vida cotidiana. Práxis revela extrema complexidade em muito variada: do nível biofisiológico, que inclui outras relações com a natureza dessa produção material adequada (na família, bem como na aldeia, cidade, nação), até o nível abstrato e formal de símbolos, cultura, representações, ideologias. (LEFEBVRE, 1961, p. 238, tradução nossa)

Lefebvre (1961, 2006) retoma com esta discussão não só uma orientação marxista mas, mais importante ainda, seu desenvolvimento com a distinção na práxis de um nível preponderante para a análise da realidade: o da vida cotidiana. A práxis, portanto, é tida como “ato, relação dialética entre a natureza e o homem, as coisas e a consciência” (LEFEBVRE apud FREHSE, 2016, p. 101), ela se revela como um todo

– “a noção de totalidade vem da práxis” – mesmo que apareça em fragmentos formados por níveis e contradições em diferentes níveis, “*totalidades parciais*” (LEFEBVRE, 1961, p. 238, tradução nossa). “Todo e qualquer ato humano na vida cotidiana carrega em si a possibilidade de que por sua mediação a vida social seja inovada historicamente, que não seja apenas mimetizada ou repetida” (LEFEBVRE apud FREHSE, 2016, p. 101). Neste sentido, a práxis engloba tanto a produção material quanto a produção imaterial, espiritual, a produção dos meios e a dos fins, a dos instrumentos, a dos bens e das necessidades, a dos espaços e dos tempos (LEFEBVRE, 1961; 2006).

Produzir e reproduzir não é apenas lançar em circulação, troca, consumo ou, ao contrário, investimento e o acúmulo de um certo número de objetos produzidos (instrumentos de produção ou bens de consumo). É também para produzir e reproduzir as múltiplas relações sociais que permitem a produção e também a apropriação de bens (e que os limitam ou os impedem). [...] desconectar forças produtivas e ação na natureza material geralmente separam certas categorias da práxis, favorecendo que sejam consideradas separadamente e a fetichização de certos objetos (entre os quais mercadoria e dinheiro), [...] assim, é descoberta a base de todo pensamento crítico, incluindo a crítica da religião, a crítica da filosofia, a crítica da vida cotidiana. (LEFEBVRE, 1961, p. 239-240, tradução nossa)

A componente da prática social ou da práxis aparece com especial relevo nas análises de Lefebvre (1961; 1981; 1991; 2006; 2010) pois permite que todas as outras componentes sejam verificadas no campo mais amplo das relações sociais, mediadas pela vida cotidiana. Lefebvre (1961) parte da multiplicidade, das diferenças, dos níveis e das totalidades para apreender a prática global existente e a dialética que suas expressões parciais e fragmentadas possuem. O autor distingue pelo menos sete níveis das práticas: (a) a *práxis revolucionária total*, presente na crítica marxista cuja ação modificaria a realidade de cima para baixo, buscando a eliminação da alienação mediante um ato histórico, aparece hoje como utópica e sua noção não é outra do que a ideia de revolução em que se mantém também seus aspecto realista por tratar-se de uma transformação da vida cotidiana; (b) a *práxis revolucionária parcial*, são fragmentos da práxis revolucionária total como o desenvolvimento econômico e o crescimento geral da produção mas que se difere de uma práxis reformista; (c) o *conhecimento como prática ou a prática como intervenção e a integração do conhecimento*, é antes de tudo uma crítica à separação entre conhecimento (teoria, técnicas, ferramental material e formal) e prática (forças sociais de produção, de

organização da vida cotidiana, de divisão do trabalho, políticas etc.), é a identificação da *social* e das *relações sociais* como a base e o conteúdo da objetividade científica (dizer que a ciência faz parte da práxis); (d) a *prática política*, se estabelece ao nível da sociedade global sendo apenas um estágio em que se verifica, principalmente, as ideologias e a verdade social que elas abrigam; (e) a *prática repetitiva*, que desempenha um papel importante em todos os níveis, sustenta o mundo humano e contribui para sua reprodução lhe conferindo estabilidade e diversidade (diferentes tipos de repetições: mecânica, periódica, cíclica, rítmica etc.), é irreduzível (impossível de remover) e redutível (pode ser reduzido indefinidamente) da vida cotidiana; (f) a *prática inventiva*, emerge da prática repetitiva instaurando atos criativos que perturbam a práxis e transformam a vida cotidiana, inclui a prática criativa de obras materializadas e a prática criativa da prática, isto é, sobre as mudanças nas relações humanas; (g) as *práticas específicas, desiguais em tecnicidade e penetração no setor não dominado, as de ofícios e profissões agindo sobre um material natural ou humano*, envolve as atividades técnicas de profissionais (artistas, médicos, camponeses, advogados, arquitetos, planejadores urbanos, engenheiros etc.), a prática social de pequenos grupos (vizinhanças, coletivos, associações etc.); (h) a própria *análise da vida cotidiana*, leva o conhecimento não só das formas repetitivas e criativas mas também as práticas utilitaristas e fetichistas (a consciência empírica que adota os meios como fins e consagra o fetichismo nos níveis da realidade, da positividade imediata, das necessidades, representações e simbolismos) (LEFEBVRE, 1961, p. 240-245)

Para Lefebvre (1961; 2006), por meio deste conjunto de práticas é possível verificar (descobrir) transições e mediações entre o repetitivo e o criativo, o que torna equivocada a análise que pretende definir o cotidiano apenas pelo repetitivo. Como já ressaltado, a práxis social não se limita a manter e reproduzir, “não se limita à cotidianidade, nem a um novo começo mecânico e ilimitado dos mesmos gestos e operações” sem contradições e conflitos (LEFEBVRE, 1961, p. 241, tradução nossa). O autor indica como percurso ou rota de análise a apreensão destas práticas fragmentadas, levando em consideração o que se passa entre o prático e a especulação, de modo que se evidencie a crítica sobre o que mantém a realidade e que a faz parecer densa (a eficácia das representações e dos símbolos). As práticas sociais são, portanto, veículos de análise que estruturam e modificam a vida cotidiana, anunciando as possibilidades de sua metamorfose (LEFEBVRE, 1961). De outra

maneira, a vida cotidiana constitui-se no espaço da práxis realizada pela grande maioria dos agentes sociais.

3.3.1.3 *Ritmanálise e seu significado geral na obra de Henri Lefebvre*

O objetivo aqui é apresentar de forma breve sobre o que trata a ritmanálise e como o seu sentido é articulado na obra lefebvriana com relação à apreensão da vida cotidiana⁴³. O conjunto de textos presentes em *Ritmo-análisis: espacio, tiempo y vida cotidiana* (*Éléments de rythmanalyse*, 1992) reúne os trabalhos mais significativos em que Lefebvre (2010) se aprofunda sobre a ritmanálise. Também revelam mais explicitamente como o autor busca mesclar todo tipo de conhecimento em uma teoria unificada de compreensão sobre a interrelação e o papel do espaço e do tempo nos ritmos da vida cotidiana, entendidos em seu conjunto e não mais separadamente.

Revol (2011, p. 125, tradução nossa) aponta que “a ritmanálise não é apenas um arremate da *Critique de la vie quotidienne*, mas também uma maneira de contribuir com a construção de uma via diferente para pensar o tempo e o espaço”. Da mesma maneira, Frehse (2016) destaca a ritmanálise na obra de Lefebvre como uma via de apreensão empírica de indícios e evidências da mudança social possível na vida cotidiana e no espaço urbano. Já Lefebvre (2010, p. 8, tradução nossa), caracteriza a ritmanálise como uma “ciência, um novo campo de conhecimento: a análise dos ritmos, com consequências práticas”. O autor faz a observação de que a ritmanálise é a via de continuidade crítico-analítica da produção social do espaço por meio da apreensão dos ritmos (LEFEBVRE, 2006). Para ele, no limite, o que se vive são os ritmos experimentados subjetivamente, e nisto “o ‘vivido’ e o ‘concebido’ se aproximam” – as leis da natureza (relacionadas ao corpo) coexistem e se reúnem às leis da realidade compreendida como social (LEFEBVRE, 2006, p. 282-283). Neste

⁴³ Não há intenção de se realizar uma genealogia deste conceito mas explorar o seu sentido posto pelo autor. Em Frehse (2016) encontra-se uma boa síntese sobre a presença deste conceito ao longo da obra lefebvriana. A origem e o desenvolvimento conceitual da ritmanálise ainda permanece um tanto obscuros, em *Nietzsche, precursor da Ritmanálise? A recepção luso-brasileira do pensamento nietzschiano pelo Filósofo fantasma Lúcio Pinheiro dos Santos* o autor Geraldo Dias revela uma pesquisa extensa sobre esta problemática, revelando alguns equívocos sobre a designação primeira da autoria sobre o conceito de ritmanálise e situações de apropriação que se deram posteriormente sem a devida observância do seu desenvolvimento contemporâneo, das quais Lefebvre estaria envolvido.

sentido, os ritmos (objeto da ritmanálise) seriam uma espécie de matéria que dá forma à vida cotidiana, que atravessam este nível da realidade humana (social) de modo a defini-lo ao mesmo tempo em que se modificam por meio dele.

A ritmanálise, enquanto tal, se coloca primeiramente como um projeto – o projeto ritmanalítico (LEFEBVRE, 2010) –, visto como um processo de formação e formulação. Há pelo menos três sentidos para a ideia de *processo*: (i) a noção de “procedimento, maneira de operar ou de agir”, em que é possível indicar um ou vários métodos postos dialeticamente em relação ao conhecimento de causas e efeitos; (ii) como “devir ou desenvolvimento”, entendidos por exemplo como dinâmica própria da formação do mundo; (iii) por último, como a “concatenação qualquer de eventos”, ou seja, a imbricação, o encadeamento, a ligação, o nexos entre fatos, coisas, ideias, espaço e tempo na constituição dos fenômenos e da própria realidade (ABBAGNANO, 2012, p. 935-936). Pode-se dizer que a ritmanálise, enquanto projeto ritmanalítico, integra todos estes sentidos buscando construir um modo (método) de perceber e ler o mundo, a realidade (social e cotidianamente produzida e reproduzida) e seus movimentos (dinâmicas, incluindo continuidades e descontinuidades) por meio dos ritmos. Estes expressam o conjunto de todos os fatores (cósmicos, naturais, biológicos, psicológicos, culturais, sociais) que determinam a realidade cotidianamente vivida e seus aspectos espaço-temporal e sócio-espacial.

Como observa Frehse (2016), o fio condutor e de equilíbrio da ritmanálise é a noção de vida cotidiana, compreendida como um nível da realidade social. A ritmanálise desenvolveria “a análise concreta e talvez o uso (a apropriação) dos ritmos” (LEFEBVRE, 2006, p. 282), propondo como centralidade da pesquisa a instituição do corpo e sua experiência cotidiana. Lefebvre (2010, p. 45, tradução nossa) afirma que “em nenhum momento a análise dos ritmos e o projeto ritmanalítico perde de vista o corpo, não o corpo anatômico ou funcional, mas o corpo como polirrítmico e eurrítmico”. A hipótese que estrutura o projeto ritmanalítico é de que o corpo “consiste em um conjunto de ritmos” (LEFEBVRE, 2010, p. 51, tradução nossa). O corpo vivo (polirrítmico) possui em cada parte e em cada função do seu organismo uma cadeia de interações contínuas em equilíbrio *metaestável*, ao mesmo tempo em que interage mutuamente com seu entorno (físico-social), definindo o modelo complexo de inter-relação, produção e simultaneidade dos ritmos (de cada corpo, tanto vivos como não-vivos), e possibilitando compreender a realidade

urbana, a paisagem urbana, o habitat, as cidades, os edifícios, as casas e o habitar num dado espaço-tempo, num dado lugar e em seus *devires* (LEFEBVRE, 2010).

Assim, com base na perspectiva de Lefebvre (2006; 2010), pode-se entender que a noção de ritmo recoloca a centralidade do corpo para a apreensão dos processos de socialização, objetivação, subjetivação, produção, reprodução, rotineirização e cotidianização das espacialidades e temporalidades concebidas e principalmente vividas. A ritmanálise é essencialmente um aprofundamento das questões do tempo e da experiência, mais especificamente a organização e produção social do tempo e como ele é vivido, concebido e percebido. Como bem ressalta Elden (2010, p. 3, tradução nossa), Lefebvre “mostra como uma concepção não linear do tempo e da história equilibra sua famosa reavaliação da questão do espaço”.

Para Lefebvre (2010), o ritmo é inseparável da compreensão do tempo e se encontra na organização e desenvolvimento dos povos e cidades, na vida urbana e através do espaço, na relação das escalas dos tempos biológico-naturais e sociais, nos ritmos do corpo e da sociedade, e ainda mais especificamente o aspecto rítmico do tempo cotidiano. Por isso, a noção de ritmo oferece uma visão privilegiada e estratégica sobre a compreensão da vida cotidiana com um foco sobre as relações que impregnam e envolvem o corpo humano, como o tempo e o espaço sociais (LEFEBVRE, 2006). O autor investiga uma série de questões (a vida no meio urbano e rural, os meios de comunicação, a disciplina política, a domesticação, música, literatura, o corpo sob o capitalismo) para situar e qualificar a noção de ritmo e, ao mesmo tempo, retomar os questionamentos sobre o papel que o espaço desempenha nas sociedades e na vida cotidiana do homem. A abordagem analítico-conceitual de Lefebvre (2006) sobre a produção do espaço social – a tríade espacial: práticas espaciais, representações do espaço e espaços de representação – e a sua abordagem histórica – o espaço abstrato, o absoluto e o concreto – ganham correspondência e aprofundamento com as mesmas operações lógicas empregadas sobre o tempo, agora também fundamentadas por meio das noções de ritmo, ritmanálise e projeto ritmanalítico.

Por outro parte, como observa Revol (2011), há um paralelismo entre a construção da ritmanálise e o desenvolvimento da crítica da vida cotidiana realizada por Lefebvre (1958; 1961; 1981; 1991; 2010). Para o autor, a ritmanálise acompanha a evolução dos momentos desta crítica. A seguir se buscará esquematizar estas relações e marcações teóricas dos momentos da crítica da vida cotidiana, tomando

como referência a própria síntese de Lefebvre (1991) mas também a interpretação e síntese de Lindón (2004) que são estruturadas pelo duplo movimento pelo qual a autora entende que Lefebvre analisa a vida cotidiana: sua miséria e sua riqueza. Com base nisto, Lindón (2004) esclarece a forma como a vida cotidiana se apresenta nos diferentes momentos desta crítica, os discursos sociais acerca dela, a visão acadêmica e a própria posição de Lefebvre.

QUADRO 9 – EVOLUÇÃO DOS MOMENTOS DA CRÍTICA DA VIDA COTIDIANA EM LEFEBVRE

MOMENTOS	1º Momento (1945)	2º Momento (1961)	3º Momento (1981)
COMO A VIDA COTIDIANA SE APRESENTA	- relativo otimismo acerca da riqueza profunda latente no cotidiano (que ainda mantinha um conteúdo lúdico) - miséria aparente (trabalhos enfadonhos, vida das mulheres em que pese a cotidianidade; reino dos números e das relações elementares com o dinheiro e com as necessidades; domínio da escassez, penúria, abstinência, privação)	- miserável: redução da riqueza latente à generalização da miséria que antes era aparente, expansão da passividade e da sua manipulação - miséria: a cotidianidade e o cotidiano dominados e controlados em suas capacidades libertadoras	- a cotidianidade fragmentada - a vida cotidiana “funcional”, “estruturada” - a vida privatizada - o imaginário construído de forma exterior ao indivíduo
DISCURSOS SOCIAIS SOBRE O COTIDIANO	- a cotidianidade miserável	- a sociedade do espetáculo, do ócio, da abundância e do consumo	- a crise como estado permanente
VISÃO ACADÊMICA	- a vida cotidiana faz parte do domínio de insignificâncias, banalidades e trivialidades, sendo incompatível com o conhecimento científico	- a hipercrítica busca desvelar as formas e mecanismos de controle do cotidiano	- a crítica fracassou, a ênfase no vivido levou por um lado a perda de interesse pela crítica, o interesse do conhecimento se fixou no vivido pelo vivido - pensamento acrítico sobre o cotidiano
A CRÍTICA DE LEFEBVRE	CRÍTICA - É na vida cotidiana que se situa o núcleo	HIPERCRÍTICA - A instauração do cotidiano e a cotidianidade como	CRÍTICA E CRÍTICA DA CRÍTICA - O objetivo da sociedade burocrática de consumo dirigido

	racional, o centro real da práxis (LEFEBVRE, 1991, p. 33-45) - A vida cotidiana contém uma riqueza oculta dentro de uma pobreza aparente - A crítica consistia em conceitualizar o cotidiano, o vivido, isto consistia a revolução do pensamento, a vida cotidiana devia ser integrada ao conhecimento científico (LINDÓN, 2004, p. 47-49, 58) - O conceito de vida cotidiana é desenvolvido para reunir fragmentos de atividades e unificá-los em um conceito que permite a compreensão da totalidade. - O objetivo é revelar o que está escondido e dissimulado na aparente claridade da vida cotidiana (REVOL, 2011, p. 129)	reinos controlados; introdução do neocapitalismo; desvio da capacidade criadora; liquidação da historicidade; perda sistemática de autonomia - Sociedade burocrática de consumo dirigido (LEFEBVRE, 1991, p. 45-72) - Na sociedade burocrática de consumo dirigido, o cotidiano deixou de ser rico em subjetividade (sentidos e significados) para ser objeto de organização externa - a hipercrítica busca desvelar as formas e mecanismos de controle do cotidiano (LINDÓN, 2004, p. 49-58) - Propõe-se a transcender esta vida cotidiana (REVOL, 2011, p. 129)	está para além da organização do cotidiano, reside em sua programação, como forma de cibernetização da sociedade - Uma cotidianidade programada num ambiente urbano adaptado para este fim - Generalização da racionalidade da empresa como modelo de organização e gestão; a subordinação da vida social à sua lógica (LEFEBVRE, 1991, p. 72-76) - Deve-se integrar a cotidianidade fragmentada a partir de suas contradições e aceitação/compreensão da crise para superá-la - A crise permanente pode tomar um papel crítico; o conhecimento científico tem novamente o desafio de restaurar a riqueza do cotidiano - Necessidade de uma dupla crítica: crítica das realidades estudadas; crítica aos conhecimentos adquiridos e também aos instrumentos conceituais desenvolvidos e utilizados (LINDÓN, 2004, p. 57-58) - É necessária a metamorfose da vida cotidiana (REVOL, 2011, p. 129)

FONTE: O autor (2021); adaptado de Lindón (2004); elaborado com base em Lefebvre (1991), Lindón (2004) e Revol (2011).

A realidade cotidianamente vivida configura uma parte significativa, senão predominante, da existência humana. Isto é o pressuposto básico para que sirva à história da humanidade e da humanização do homem, portanto, das transformações históricas deste, nas quais os diversos ritmos e a estrutura da vida cotidiana se apresentam indissociáveis (AIZPURU, 2009; LEFEBVRE, 2010; FREHSE, 2016). O princípio que torna os ritmos e a vida cotidiana interligados em seus processos evolutivos é dialético: os ritmos são cadenciados conforme as transformações da vida cotidiana, ao mesmo tempo em que esta se modifica por meio das alterações rítmicas que conformam sua estrutura. A crítica da vida cotidiana corrobora com análises em escala de conjunto social, a ritmanálise não é diferente, ambas ligam-se às mesmas

variáveis estratégicas: “a uma estratégia do conhecimento e da ação” (LEFEBVRE, 1991, p. 34). No plano geral, a crítica da vida cotidiana e a ritmanálise remetem à noções como *processo, transformação e história*, em que é possível avançar sobre as relações dialéticas entre as dimensões corporal, econômica, social, espacial e temporal da existência e experiência humana, bem como a própria história da humanidade (FREHSE, 2016).

O programa crítico esboçado por Lefebvre (1958; 1961; 1981; 1991; 2010) acerca da crítica da vida cotidiana, e que de alguma maneira leva à intersecção dos ritmos, possui estreita relação com a história de tal modo que não pode ser compreendido na escala aparente do cotidiano (o micro) mas em sua totalidade, quer dizer, à luz da historicidade. Esta articulação implica o enfrentamento das microanálises mas sem o seu isolamento, esta é a forma de “dignificar a vida cotidiana”, que passa a ser entendida como “múltiplas expressões particulares da construção da história por parte das sociedades em diferentes situações e momentos” (LINDÓN, 2004, p. 45, tradução nossa). Os ritmos, por assim dizer, se integram e ao mesmo tempo aglutinam estas relações evidenciando-as em um conjunto complexo de interações, canalizando-as em uma abordagem metodológica de investigação do campo da vida cotidiana em suas espacialidades e temporalidades.

3.3.1.4 *Expressões do tempo e o ritmo como modo de análise sócio-espacial da vida cotidiana*

Lefebvre (1958; 1961; 1969; 1972; 1976; 1978; 1981; 1991; 2001; 2006; 2010) revela ao longo de sua produção uma preocupação central: o contraste entre o sistema capitalista e a vida cotidiana do indivíduo. Com base nesta última, o autor desenvolve, introduz e formula uma crítica que, talvez, como afirma Elden (2010, p. 7, tradução nossa), seja “sua contribuição mais importante ao marxismo”. Este processo foi construído sob múltiplas facetas e culmina na ritmanálise que pretende abrir novos caminhos para a pesquisa sobre o tempo e o espaço.

Segundo Lefebvre (2010), há ainda um longo trabalho a ser realizado de compreensão e estudo sobre os ritmos, desde a observação até uma definição, ainda mais, sobre a captação de um ritmo até a apreensão da simultaneidade e do entrelaçamento de vários ritmos. A consciência sobre os ritmos ainda não é totalmente clara por parte do homem, ela começa a se revelar quando este sofre alguma

irregularidade. O autor mostra como a vida cotidiana modificou-se drasticamente no mundo moderno com a introdução do ritmo mecanicista, produtivista e acumulativo do capitalismo, da mesma forma como este se apossou do espaço e tempo da humanidade. Este processo estabeleceu-se ideologicamente por meio de representações abstratas e conceitos que instituíram a vida do homem como uma vida reservada apenas ao trabalho (sob condenação do não-trabalho) e, por outro lado, a criação de barreiras que buscaram a divisão e a fragmentação da sociedade e a expropriação de uma grande parte dela em relação ao espaço e tempo cotidianos, vividos.

Neste sentido, a ritmanálise e o projeto ritmanalítico também referem-se às possibilidades de reconquista do tempo e do espaço, especialmente da “temporalidade”, compreendida como “as formas de organização e percepção subjetiva do tempo” (KHEL, 2009, p. 122). Cândido apud Khel (2009, p. 110) observa: *“O capitalismo é o senhor do tempo. Mas tempo não é dinheiro. Isso é uma monstruosidade. O tempo é o tecido da nossa vida”*. Para Lefebvre (2010), assim como Khel (2009, p. 111), “o tempo é uma construção social” e toda ordem social é marcada, ao seu modo, pelo controle do tempo: “essa talvez seja a face mais invisível e mais onipresente do poder”. Para a autora, assim como no dizer de Cândido – *o tempo é o tecido da nossa vida* –, o tempo configura a condição ontológica do psiquismo. Lefebvre (2006; 2010) e Carlos (2017; 2018, p. 1) também apresentam argumentos a este favor, por meio da avaliação da realidade urbana e da vida cotidiana (entendida e revelada como “prática sócio-espaço-temporal”) e suas mudanças com o consequente “estreitamento do tempo nas transformações das formas urbanas que se realiza destruindo a história impressa na cidade pelo processo civilizatório construído no decurso do tempo lento”, que diz respeito à acumulação das ações humanas e à própria história da humanidade.

As representações do tempo são componentes essenciais da consciência social, cuja estrutura reflete os ritmos e as cadências que marcam a evolução da sociedade e da cultura. O modo de percepção e de apercepção do tempo revela inúmeras tendências fundamentais da sociedade e das classes, grupos e indivíduos que as compõem. O tempo ocupa um lugar de primeira plana no “modelo do mundo” que caracteriza esta ou aquela cultura, tanto quanto outros componentes desse “modelo” como o espaço, a causa, a mudança, o número, a relação entre o mundo sensível e o mundo supra-sensível, a relação do particular ao geral e da parte ao todo, o destino, a liberdade etc. (GOUREVITCH, 1975, p. 263)

Para Gourevitch (1975), estas categorias, que incluem o tempo e o espaço, determinam e refletem a prática social e as práticas cotidianas, moldando-as também em formas mais fixadas por meio dos modelos de mundo existentes. Tanto Lefebvre (2010) quanto Gourevitch (1975), compreendem o tempo também como um problema histórico e sociocultural, pois, diferentemente de como ele é tratado nas ciências naturais, biológicas e na matemática, configura uma variável que se apresenta de acordo com as épocas, as civilizações, a atitude diante dele e a maneira como é apreendido e vivido. Segundo Gourevitch (1975, p. 264), “o homem contemporâneo vive *sub specie temporis*”, o que significa dizer que ele manipula, planeja, elabora e especializa o tempo, estendendo estas faculdades também ao espaço. O homem prevê e predetermina com antecedência o desenvolvimento da ciência, das técnicas, da produção, da sociedade, das cidades, do espaço urbano e rural. Neste processo, o tempo e o espaço ganham papel de destaque pois são “pensados como as abstrações que permitem formar a imagem de um cosmo unificado, conceber a ideia de um universo único e coerente” (GOUREVITCH, 1975, p. 264).

Contudo, como mostra Lefebvre (2006; 2010) e Gourevitch (1975), tempo e espaço foram adquirindo em meio a estes processos um caráter autônomo, sendo pensados separadamente. O tempo ganha níveis de abstração que o faz ser confundido com os instrumentos que permitem medi-lo (o tempo do relógio, o tempo do calendário). Da mesma maneira, o espaço se confunde com a forma predominante de sua divisão: a propriedade privada. Para Lefebvre (2006; 2010) o tempo não é uma progressão linear, calculável e absolutizado pelo tempo do relógio, mas sim um tempo cíclico, não calculável, vivido e resistente à generalização abstrata, do mesmo modo como ocorre com a crítica da forma predominante de compreender o espaço. Se a geometria cartesiana é uma forma redutiva de entender o espaço, a medida do tempo por meio do relógio também é uma redução da compreensão sobre o tempo.

Uma vez senhor do tempo, quer dizer, tendo aprendido a medi-lo e a dosá-lo com grande precisão, a economizá-lo e a gastá-lo, o homem se deixou também subjugar por ele. Efetivamente, a idéia do tempo, de sua fuga e irreversibilidade está continuamente presente na consciência do homem “apressado” de nossos dias. A civilização contemporânea viu crescer incomensuravelmente o valor e a importância da velocidade, viu se transformar de maneira radical o ritmo da própria vida. Esse ritmo parece aos habitantes dos países industrializados habitual e inevitável. O tempo irreversível, vectorial e divisível em segmentos de igual grandeza e de valor equivalente, esse tempo de nossos cronômetros, relógios e calendários, o tempo pensado como forma de existência da matéria, como “duração pura”, faz parte integrante da imagem científica do mundo tal como se formou durante os últimos séculos e atualmente está se modificando (mas no quadro desse mesmo pensamento científico). (GOUREVITCH, 1975, p. 264)

Desde a Revolução Industrial o tempo abstrato, homogêneo, dessacralizado, quantitativo e cronometrado foi introduzido por meio do relógio na prática social, fornecendo a “medida do tempo de trabalho” (LEFEBVRE, 2010, p. 47, tradução nossa). Para Lefebvre (1991; 2010), este quadro refere-se à conversão e emergência do tempo em *tempo da cotidianidade*, que quer dizer:

[...] a subordinação da organização do trabalho no espaço a outros aspectos da vida cotidiana: as horas de sono e vigília, tempos de comidas e as horas da vida privada, as relações dos adultos com seus filhos, o entretenimento e os passatempos, as relações no lugar de habitar. (LEFEBVRE, 2010, p. 47, tradução nossa)

Considerando a conexão destes argumentos com as perspectivas da ritmanálise (LEFEBVRE, 2010) compreende-se um fato determinante: “o tempo é vivido da mesma maneira que o espaço” (GOUREVITCH, 1975, p. 266). Pode-se também dizer que *o espaço é vivido da mesma maneira que o tempo*. Estas categorias se imbricam de forma indissociável e mutuamente instituem seus fenômenos: por um lado, há uma espacialização do tempo que reflete suas temporalidades, por outro, há uma temporalização do espaço que reflete suas espacialidades. Como mostra Carlos (2018, p. 1), “o tempo se realiza através do uso do espaço para realização/reprodução da vida enquanto o espaço se realiza através da duração da ação que transforma a natureza em um mundo social”. Neste sentido, a consciência e análise sobre os ritmos possibilitam, dentre outras coisas, compreender e descortinar estes fenômenos: *a espacialização do tempo e a temporalização do espaço*.

[...] o tempo não é uma duração abstrata “vazia”. Ele é a vida dos homens e se modifica qualitativamente com ela. O tempo é a solidariedade das gerações humanas que sucedem e retornam, se repetem como as estações. O tempo é tão real e material quanto o resto do mundo, Essa concepção do tempo reflete o sentimento de plenitude do ser que caracteriza o homem antigo. O ser não é dividido pelo espírito de análise em categorias distintas, destituídas de seu conteúdo concreto. O tempo e o espaço são dados não fora da experiência ou antes dela, mas unicamente na experiência concreta, formando os elementos que a constituem e que é impossível separar do tecido vital. Por isso o tempo é menos apreendido pela consciência do que vivido imediatamente. (GOUREVITCH, 1975, p. 267)

Contemporaneamente estas mudanças apresentam continuidades e descontinuidades. Os ritmos cósmicos, vitais e biológicos são indestrutíveis e seguem cruzando e redefinindo a vida cotidiana, mas se mantém em interação permanente com os processos repetitivos relacionados ao tempo abstrato, num quadro de maior acirramento e disputa diante da consciência sobre o experiência cotidianamente vivida. Retomando as noções de que o tempo e o espaço são produtos sociais e simultaneamente produzem a sociedade, como também a compreensão de que a produção/reprodução da vida cotidiana se realiza produzindo/reproduzindo o tempo e o espaço (LEFEBVRE, 2006; 2010; CARLOS, 2014; 2018), entende-se que o valor fundamental da noção de ritmo para a pesquisa sócio-espacial está no fato de que ele traz consigo a possibilidade de compreensão de um tempo e espaço diferenciados, uma temporalização e espacialização qualificadas. Segundo Lefebvre (2010), sob esta ótica a relação espaço-tempo é equivalente ao ritmo de cada nível, de cada dimensão que constituem o corpo humano (o biológico, o fisiológico, o cósmico, o social, etc.).

Os ritmos implicam em questões de interação, câmbio e repetição, de identidade e diferença, contraste e continuidade, comparações entre ritmos naturais, corporais e mecanicistas – por exemplo a repetição mecânica dos ciclos da produção capitalista que se impõe aos ritmos circadianos do homem, o que representa sua ênfase sobre o corpo. A porta de entrada proposta por Lefebvre (2006; 2010) para a compreensão dos ritmos passa pelo corpo e situa-se nos aspectos rítmicos do tempo e espaço cotidianos, nas diferenças entre o cíclico e o linear, entre tempos rítmicos e tempos de repetições. O autor possui como foco a análise dos aspectos rítmicos do tempo cotidiano, cuja questão fundamental se baseia na compreensão de que o cotidiano se coloca como o lugar em que está em jogo, em conflito e contradição as

relações entre os grandes ritmos indestrutíveis (cíclico, cósmico, biológico) e os processos impostos pelo ritmo da organização socioeconômica da produção, do consumo, da circulação e do habitat. Para o autor, a interação destes ritmos no estudo e análise da vida cotidiana permite mais claramente compreender como e porque o tempo e espaço são produtos sociais e, assim como todos os produtos, realizam-se no valor de uso por um lado e fragmentam-se no valor de troca por outro – “por um lado se vende e por outro é vivido” (LEFEBVRE, 2010, p. 47, tradução nossa).

À vista disso, há alguns aspectos importantes que devem ser considerados em relação ao tempo e às temporalidades para, então, reconsiderar os ritmos. Ao contrário do que a modernidade ocidental, o capitalismo e o processo de globalização quiseram construir (um tempo homogêneo e plano para toda a humanidade), a vida cotidiana se realiza por meio de uma “*multiplicidade de tempos coexistentes* na mesma conjuntura histórica, na qual discernem durações simultâneas e reconstituem a imbricação de temporalidades plurais” (DIAS, 1998, p. 227). Portanto, na análise dos ritmos deve-se considerar a pluralidade de eixos de temporalizações assimétricas, contrapondo-se à abordagem de um tempo absoluto, globalizante, sincrônico, linear e de aceleração vertiginosa, buscando a legitimidade de outros ritmos da vida que não os dominantes, de modo a perceber as suas razões de ser e existir. Isto quer dizer reconhecer durações diferentemente vividas, uma vez que o tempo é experienciado de forma desigual e percebido de maneira diferente (DIAS, 1998). Desse modo, a questão do tempo, por si só, torna a questão dos ritmos também um problema de história cultural (GOUREVITCH, 1975).

O tempo social não só difere entre as diversas culturas e sociedades, mas também se diferencia em cada sistema sociocultural e sócio-espacial em função de sua estrutura interna. Conforme Gourevitch (1975, p. 277), “sempre existe na sociedade não um tempo qualquer, único e monolítico, mas uma gama de ritmos sociais condicionados pelas leis dos diversos processos e pela natureza dos diversos grupos humanos”. A pluralidade dos tempos pode ser apreendida de duas formas: uma que se relaciona à *diversidade de experiências humanas*, incluindo aquelas que não são tangíveis à racionalidade moderna; e outra que a compreende como *problema*. Seja no reconhecimento dos “*desencontros dos tempos históricos*” (MARTINS, 2017, p. 25) ou das “*heterocronias*” (SALOMON, 2018, p. 21) e suas camadas e estratos de tempo e história, essa problemática do tempo se desdobra em método de análise, fundamentalmente interpretativo, que se volta para as marcações

da realidade, das relações sociais, das mentalidades, das utopias e da apreensão do tempo-espaço.

[...] é preciso reconhecer e pontuar, [...] o tempo longo, geográfico, que se fixa na imobilidade e deixa assim de ser histórico, e a do acontecimento demasiado curto que não tem o tempo de se tornar histórico, todo um espectro de durações, de lâminas temporais e sobretudo uma dialética que articulasse essas durações entre si. (SALOMON, 2018, p. 27)

Esse espectro de durações e de lâminas temporais correspondem ao tempo cotidiano, pouco compreendido dentro da hierarquia do tempo social. Tal como ocorre em diversos fenômenos sociais, “as instituições e os mecanismos em ação na sociedade se encontram em relação mútua e se agrupam num sistema global em que predomina um certo tipo de determinismo dos ritmos sociais” (GOUREVITCH, 1975, p. 277). Por isso, a hierarquização do tempo mantém o tempo social da classe dominante como o tempo preponderante na sociedade, até quando esta não perder o controle real da vida cotidiana, mantendo-se, portanto, como força ideológica determinante sobre a apreensão espaço-temporal e sócio-espacial. Neste sentido, evidências que indicam a mudança da estrutura do tempo social, como experiências construídas em torno de outras cosmovisões ou de comunidades que buscam verdadeira autonomia em seus processos de autogestão sócio-espacial, revelam os sinais da perda de controle do tempo social por parte da classe dominante (GOUREVITCH, 1975).

Desse modo, de acordo com Lefebvre (2010), pode-se entender pelo menos três pontos de partida para a ritmanálise em relação à problemática do tempo: (i) *o tempo cotidiano é medido de duas maneiras, ou melhor, ao mesmo tempo se mede e é medido* – por um lado, os ritmos e ciclos fundamentais se mantêm firmes, e por outro, o tempo quantificado dos relógios e cronômetros impõem repetições monótonas; (ii) *há uma luta contraditória que rodeia o tempo e o uso do tempo* – os ritmos naturais transformam-se por múltiplas razões: tecnológica, socioeconômica, ambiental etc., de uma maneira que requer uma investigação detalhada; (iii) *o tempo quantificado se submete à uma lei geral da sociedade moderna: se transforma em uniforme e monótono, enquanto se rompe e se torna fragmentado* – assim como o espaço que se divide em lotes, propriedades, redes fragmentadas e descontínuas (transporte, equipamentos), e se especializa em formas de atividades (de trabalho, de

lazer, de ócio e entretenimento), cada *fazer* também tem seu tempo, tanto fragmentado quanto especializado. Fragmentos de tempo e espaço formam hierarquias, o espaço-tempo do trabalho segue sendo a *medida essencial* de realização do quadro de vida do cotidiano sob a determinação do sistema socioeconômico capitalista.

Segundo Lefebvre (2010, p. 48, tradução nossa), com base nestes elementos é possível evidenciar a divisão do tempo, mais especificamente a divisão social do tempo que, produzida nestes marcos, dissimula uma impressão de espontaneidade da organização social quando na verdade revela-se em automatismo – “resultado de uma restrição externa a uma necessidade essencial”. Para o autor, nisto ocorre uma interação entre o repetitivo e o rítmico que de algum modo se revela em *desposseção do corpo*, como por exemplo a necessidade de dormir que mantém uma pessoa ao levantar-se às seis horas da manhã porque está definido (ritmado) por seu trabalho.

A organização rítmica do cotidiano é em certo sentido o que é mais pessoal, mais interior. E é também o que é mais exterior [...]. Não se refere nem à uma ideologia, nem à realidade. Os ritmos adquiridos são internos e sociais. Em um dia no mundo moderno, todo o mundo faz mais ou menos o mesmo, mais ou menos à mesma hora, porém, cada pessoa está realmente só fazendo-o. (LEFEBVRE, 2010, p. 48, tradução nossa)

A cidade representa a estrutura que em suas particularidades permitiu a entrada sistemática e mais generalizada das formas de controle e de medição do tempo. De outra parte, também representa a necessidade da classe dominante de conhecer o tempo com exatidão, de obter controle sobre ele, instaurando o tempo urbano e mudando radicalmente a percepção do mundo que caracterizava a sociedade agrária tradicional (GOUREVITCH, 1975). Neste processo, os instrumentos de medição e controle do tempo foram sendo inseridos na vida cotidiana como forma de cadência (ritmo) da experiência de reprodução social, gerando “condições necessárias à elaboração de uma nova atitude diante do tempo, considerado como um fluxo uniforme e não diferenciado, que pode ser dividido em unidades iguais e não qualitativas” (GOUREVITCH, 1975, p. 281). Neste sentido, não só a organização social do tempo mas também a planificação das cidades servem à finalidades práticas – para instituir o isolamento do tempo como forma pura, como categoria autônoma, também separado do espaço, exterior à vida cotidiana e desconectado dos sujeitos que o vivem (GOUREVITCH, 1975; LEFEBVRE, 2010).

[...] com o triunfo do tempo linear, essas diferenças se tornaram muito precisas, e o tempo ficou “comprimido” e chegou a ser apenas um ponto continuamente fugidio sobre a linha que vai do passado ao futuro e que transforma o futuro em passado. O tempo presente se tornou efêmero, irreversível e inapreensível. Pela primeira vez, o homem verificou que o tempo, cujo fluir ele descobria apenas através dos eventos, não para, mesmo quando não há eventos. [...] A contagem mecânica do tempo se faz sem a intervenção direta do homem, que é obrigado a reconhecer que o tempo não depende dele. Dissemos que a cidade se havia tornado senhora do seu próprio tempo [...]. Mas também é verdade que precisamente na cidade o homem deixa de ser senhor do tempo, pois esse, tendo futuramente a possibilidade de fluir independentemente dos homens e dos eventos, estabelece sua tirania, à qual os homens estão obrigados a se sujeitar. O tempo lhes impõe seu ritmo, obrigando-os a agir mais depressa, a se apressar, a não deixar escapar o momento. (GOUREVITCH, 1975, p. 282)

A percepção e a apercepção do tempo são relativas à vida cotidiana e cultural dos indivíduos, influenciadas pelo sistema de produção vigente e o modelo de marcação da realidade social através do seu próprio modelo de tempo. Contudo, como mostra Gourevitch (1975), Lefebvre (1991; 2006; 2010) e Martins (2017), o processo histórico possui também elementos mais estáticos que outros, caracterizados por alterações muito lentas, a estagnação da vida social e cotidiana e mesmo da produção. A vida cotidiana, ligada à formação subjetiva do indivíduo e sua capacidade de reprodução, representa um setor atrasado no processo de industrialização-urbanização-modernização das sociedades, embora tenha presenciado alterações muito significativas do ponto de vista da técnica e da tecnologia aplicadas ao sistema de produção-consumo e que modificou os ritmos da experiência vivida. Por isso, a concepção de um tempo não linear mas cíclico (determinante à análise dos ritmos) permite compreender, no processo histórico, as relações específicas entre os elementos dinâmicos e os elementos estáticos. A análise dos ritmos representa, para além da concepção do tempo, a investigação das cadências da vida cotidiana e da evolução/involução social.

O cíclico e o linear correspondem à categorias do tempo e dos ritmos. O cíclico se origina no cosmos, no mundo, na natureza, enquanto o linear vem da prática social, da atividade humana, revelando-se em grande parte monótono, esgotador e intolerável. Para Lefebvre (2010, p. 49, tradução nossa) “há entre eles uma unidade antagônica”, em que “se penetram mutuamente, porém em uma luta interminável”; “existe entre eles uma unidade insolúvel: o tic-tac do relógio mede o ciclo de horas e

dias, e vice-versa”. As relações entre o cíclico e o linear apontam para *interações, interferências, dominação e resistência*.

Tempo e espaço, cíclico e linear, exercem uma ação recíproca: se medem entre si, cada um se faz e se faz uma medição da medida, tudo é repetição cíclica através de repetições lineares. Uma relação dialética (a unidade na oposição), o que adquire sentido e alcance, quer dizer, a generalidade. Se chega por uma via como por outras, as profundidades da dialética. (LEFEBVRE, 2010, p. 11, tradução nossa)

Entre o tempo cíclico e linear constitui-se o *tempo apropriado* que corresponde ao momento em que o tempo é esquecido, durante o qual o tempo já não conta (e já não se conta). Está relacionado à atividades (banais, sutis, espontâneas ou sofisticadas) que trazem plenitude, que possuem características de autocriação – “é no tempo: se trata de um tempo, porém não reflete nele” (LEFEBVRE, 2010, p. 49, tradução nossa).

Tomando como base estes argumentos Lefebvre (2010) aponta a utilidade do ritmo como um modo e uma ferramenta de análise e não apenas como objeto em si mesmo. Para o autor, a pluralidade dos tempos e seu aspecto cíclico se desdobram em diversidade e coexistência de ritmos, em que o corpo marca o centro de conexão entre eles, seja sob o constrangimento dos ritmos biológicos pelo ambiente social e a vida laboral, seja pelas situações em que ele se constitui em harmonia com o espaço e as práticas cotidianas. A ritmanálise não se limita a analisar o corpo como um sujeito, mas procura entendê-lo como seu primeiro ponto de análise, como a ferramenta para as investigações, funcionando como um metrônomo, considerando que “em todas as partes onde há uma interação entre um lugar, um tempo e uso de energia, aí está o ritmo” (ELDEN, 2010, p. 7, tradução nossa).

Não é preciso demonstrar a capacidade inventiva do corpo: ele a mostra, ele a manifesta [desenvolve] no espaço. Os ritmos, múltiplos, se interpenetram. No corpo e em torno dele, como à superfície de uma água, como na massa de um fluido, os ritmos se cruzam e se entrecruzam, se superpõem, ligados ao espaço. Eles não deixam fora deles [de fora] nem as impulsões elementares, nem as energias, que elas se repartam no interior do corpo ou à sua superfície, que sejam “normais” ou excessivas, réplica a uma ação exterior ou explosivas. Esses ritmos têm relação com as necessidades, dispersas em tendências ou concentradas em desejo. Como as enumerar [enunciar]? Algumas se constata imediatamente: a respiração, o coração, a sede e a fome, o sono. Outras se dissimulam, aquelas do sexo, da fecundidade, da vida social, do pensamento. Umas ficam na superfície, outras surgem das profundezas escondidas. (LEFEBVRE, 2006, p. 282)

Segundo Lefebvre (2010, p. 11, tradução nossa) o ritmo constitui-se em medida do tempo embora isso seja um paradoxo: os ritmos parecem naturais e espontâneos, aparecem como um “tempo regulamentado, regido por leis racionais” e aspectos quantitativos, mas que se colocam em contato com o que é racional e qualitativo para o ser humano (a vida, o carnal, o corpo, o desejo, a vontade), tendo o fato que “onde há ritmos não há medida” pois eles também escapam. Nesta dialética que se estabelece a operação analítica dos ritmos. O ritmo como medida do tempo desafia os conjuntos de pares dialéticos (repetição e diferença, mecânico e orgânico, cíclico e linear, contínuo e descontínuo, quantitativo e qualitativo), compreendidos como categorias de apreensão, análise e conhecimento, buscando um ponto de referência – *uma escala* – e suas medidas específicas: “velocidade, frequência e consistência” (LEFEBVRE, 2010, p. 12, tradução nossa). Por outro lado, cada indivíduo também tem as suas preferências e referências que, não menos importantes, podem ser medidas conforme a frequência. Com isso, Lefebvre (2010, p. 12, tradução nossa) situa a importância dos ritmos e da ritmanálise desde um ponto de vista teórico e político-filosófico: “os ritmos escapam à lógica e, sem dúvida, contém cálculo lógico e possível de números e relações numéricas”, mas se encontra na “relação do lógico (lógica) e o dialético (dialética), quer dizer, do idêntico e o contraditório”.

Como método e procedimento intelectual a ritmanálise toma como ponto de partida estas oposições e dualidades para superá-las em suas relações dialéticas. Para Lefebvre (2010) a *análise triádica* representa este método e confere a complexidade ao enfoque analítico, justamente por se tratar de *realidades complexas*. Por meio desta perspectiva, a concepção dos ritmos atribui ao termo espaço-tempo

um outro: *espaço-tempo-energia*. A análise triádica se distingue da análise dual tanto quanto da análise banal: “não conduz a uma *síntese*, de acordo com o esquema hegeliano, [...] a tríade ‘tempo-espaço-energia’ une três termos que se mantêm diferentes, sem fundi-los em uma *síntese* (que seria o terceiro termo)” (LEFEBVRE, 2010, p. 13, tradução nossa).

Segundo Lefebvre (2010), os ritmos se caracterizam, dentre outras coisas, por três características principais: (i) o *linear*, a *repetição* (dos movimentos, gestos, ações, situações, das diferenças); (ii) as *interferências dos processos lineares e os processos cíclicos*; (iii) o *cíclico* (nascimento, crescimentos, apogeu, decadência, fim). Para o autor este esquema triádico configura o marco da análise dos ritmos em relação às situações concretas, cotidianamente vividas, e acrescenta que a noção de ritmo também traz consigo outro conjunto triádico implícito que se refere à sua apreensão teórica a partir do vivido: *polirritmia*; *eurritmia*; *arritmia*. Ao considerar o corpo entende-se a *polirritmia* como a maneira com que a vida cotidiana se revela diante deste, ritmicamente complexa e plural. A *eurritmia* é expressão da cotidianidade em que se unem ritmos diferentes em condições normalizadas, em estado aparente de equilíbrio. A *arritmia* representa o estado patológico de quando esta união de ritmos se faz discordante, levando organizações previamente eurrítmicas à desordem. Desse modo, a operação ritmanalítica revela ao mesmo tempo a multiplicidade de ritmos e a singularidade dos ritmos em particular, reunindo práticas muito diversas e muito diferentes (LEFEBVRE, 2006; 2010)

Como já ressaltado, para Lefebvre (2006; 2010) a relação entre os ritmos e a vida cotidiana é mediada e instituída pela experiência do corpo e com o corpo. Esta relação constitui-se por meio do espaço animado, quer dizer, por extensão dos corpos, realizando-se em modalidades concretas de tempo, espaço e energia que conferem complexidade às contradições da realidade e da prática sociais. Isto representa a integração do estudo ritmanalítico às apreensões sócio-espacial e espaço-temporal da vida cotidiana. Os ritmos são tão constitutivos da realidade como o são o tempo e o espaço. Eles envolvem os lugares, os objetos, o espaço, o tempo, mas não é nenhuma dessas coisas, embora elas definam suas leis. Um ritmo é o conjunto de interações complexas, simultâneas e coexistentes e que refletem a própria existência do indivíduo em sua corporeidade e da sociedade em sua organização espaço-temporal (LEFEBVRE, 2010; REVOL, 2011; FREHSE, 2016).

Neste sentido, a ritmanálise se coloca como possibilidade de mudança da perspectiva sobre os entornos construídos, edificados, naturais, sobre o habitat, sobre o habitar, recolocando o *sensível* em primeiro plano, onde nada permanece inerte. Para transformar a vida cotidiana, um grupo social, uma classe, uma comunidade, devem intervir para imprimir novos ou outros ritmos que apresentem outras cadências das relações entre natureza, produção, reprodução, consumo, organização sócio-espacial, qualidade ambiental e sustentabilidade, desenvolvimento sociocultural.

Diante deste amplo panorama e do complexo jogo de interações e simultaneidades de ritmos, três questões são fundamentais para a sua análise, observação ou aproximação: a *repetição*, a *diferença* e a sua *medida*. Lefebvre (2010, p. 9, tradução nossa) descreve que “não há ritmo sem repetição no tempo e no espaço, sem que repita, sem voltas, enfim, sem medida [mesure]”, qualificando a característica talvez mais atacada sobre a vida cotidiana, aquela em que tudo se torna monótono, se torna rotina. Todavia, Lefebvre (1991; 2010) argumenta a favor do movimento constante do cotidiano entre as tendências à repetição e à sua capacidade de transformação social (inovação), estes termos também são entendidos como expressões da riqueza e da miséria, da reprodução e invenção do cotidiano (LEFEBVRE, 1991). A riqueza do cotidiano não é apenas a identificação de sua complexidade, mas também a capacidade latente de produzir mudanças sociais. Da repetição e da reprodução podem surgir forças inovadoras que, por sua vez, estabilizam-se ou sedimentam-se de volta aos processos de reprodução e repetição e, novamente, podem voltar a surgir o novo sob outros ângulos em um movimento dialético constante entre ambos os extremos (LEFEBVRE, 1991; LINDÓN, 2004).

Como afirma Lefebvre (2010, p. 9, tradução nossa), “não há repetição absoluta, idêntica, de maneira indefinida”, “as diferenças aparecem de imediato, produção dos diferentes pelo idêntico (repetição)”. Esta dinâmica em que o cotidiano se constitui implica em ritmos simultâneos e imbricados, nos quais “as diferenças são induzidas ou produzidas por repetição” (LEFEBVRE, 2010, p. 10, tradução nossa). Para o autor, a *instauração do cotidiano* (LEFEBVRE, 1991), como “criação de demanda horária e todo tipo de sistema para organização e planificação” da vida cotidiana, contribuiu com as representações que ocultam a produção de tempo e ritmos repetitivos no e através do espaço (LEFEBVRE, 2010, p. 10, tradução nossa). Neste sentido, a ritmanálise se coloca como necessária para perceber, descobrir, localizar e descortinar “as bases da repetição e o diferencial” (LEFEBVRE, 2010, p. 9,

tradução nossa). Por meio das experiências vividas de um indivíduo ou de um grupo (corpos), os conjuntos repetição e diferença, interação e composição cíclico-linear, servem como esquemas à medida dos ritmos, e ambos são indissociáveis das relações sócio-espaciais e espaço-temporais.

3.3.1.5 *Observação e postura metodológica na ritmanálise*

O conjunto de reflexões expostas até aqui sobre a ritmanálise e sua relação com as expressões do tempo e os ritmos do espaço e tempo cotidianos indicam pelo menos dois processos metodológicos estruturados por Lefebvre (2010) com o objetivo de estudar os ritmos na vida cotidiana: (i) o primeiro integra características e recorrências particulares dos ritmos numa teoria geral, estabelecendo comparações, contrastes e assimetrias; (ii) o segundo parte de uma consciência do abstrato para chegar ao concreto – contrariando, aparentemente, as indicações anteriores sobre o percurso transdutivo que vai do real (concreto) ao possível, do presente ao virtual. O autor indica a adoção do segundo processo para a continuidade de suas análises.

O terceiro capítulo de *Ritmo-análisis: espacio, tempo y vida cotidiana*, intitulado *Visto desde la Ventana*, constitui o único momento em que Lefebvre (2010) descreve uma experiência concreta de análise dos ritmos. Segundo Revol (2011), na introdução francesa desta obra o autor René Loureau aponta que Lefebvre renuncia parcialmente sua metodologia anterior (da consciência do abstrato para chegar ao concreto), deixando-se levar por uma visão mais fenomenológica dos ritmos, permitindo-se sentir os ritmos antes de chegar a uma consciência plena e abstrata sobre eles. Contrariamente, Revol (2011) argumenta que o método estabelecido por Lefebvre (2010) para a apreensão dos ritmos não exclui a observação e nem o ponto de vista fenomenológico (enquanto experiência). Este paradoxo estaria, segundo Revol (2011), associado à compreensão do conceito abstrato de ritmo.

O conceito de ritmo é difícil de entender, e não podemos estar seguros de chegar a defini-lo adequadamente porque está, e há estado sempre, envolvido na percepção e na experiência do corpo: forma parte da linguagem, pois a dicção integra invariavelmente o ritmo, porém não é certo que possa expressar-se com a linguagem. Uma plena consciência abstrata do ritmo é, pois, impossível de conseguir sem a experiência. (REVOL, 2011, p. 126-127, tradução nossa)

Neste sentido, no capítulo já mencionado, Lefebvre (2010) procura uma possibilidade de apropriar-se do *método do observador* para apreender os ritmos, colocando-se a própria experiência como parte significativa da análise, onde ele não pensa em *coisas* mas pensa em *ritmos*. Isto pressupõe como ponto de partida a superação da figura do pesquisador, cientista ou técnico neutro, estes sujeitos estariam implicados diretamente com uma realidade sócio-espacial específica. Para Lefebvre (2010), o *ritmanalista* constitui aquele que se dedica à apreensão dos ritmos, sua observação ou experiência são compreendidas como parte da *análise dialética dos ritmos*, uma vez que eles não podem ser percebidos senão através do corpo e em relação à sua escala. Como afirma Revol (2011, p. 127, tradução nossa), “para chegar ao conhecimento dos ritmos, falta pensar com o corpo em uma temporalidade vivida”, “o ritmanalista parte da observação de seus próprios ritmos e conclui a necessidade de percebê-los nos demais”.

Para Lefebvre (2010, p. 18, tradução nossa), o ritmanalista empenha todos os seus sentidos e faculdades na análise dos ritmos, cuja dimensão sensível “não é nem o aparente, nem o fenomênico, mas sim o presente”; ele “observa e retém os odores como as pegadas que marcam os ritmos, [...] se veste a si mesmo deste tecido do vivido, do cotidiano” e “chega ao concreto através da experiência”. Neste sentido, pode-se dizer que a operação metodológica que vai do abstrato ao concreto diz respeito a um segundo momento da ritmanálise – de reflexões e generalizações, ou melhor, de percepções compartilhadas e territorialmente situadas –, que já foram antecedidas por um processo (transdutivo) de experiência concreta dos ritmos, vivenciados e compreendidos num fluxo (mesmo que parcial) que vai do material às transformações possíveis da realidade (social) cotidianamente vivida. Há, portanto, um enfoque interdisciplinar que não omite o espaço, nem os lugares, e que se faz mais sensível ao tempo e às temporalidades, como quem escuta à uma casa, uma rua, a cidade, um relato ou uma experiência vivida. Talvez a intersecção desses processos metodológicos seja ainda pouco clara nas exposições de Lefebvre (2010).

À vista disso, questiona-se sobre o que consiste esta observação dialética. Afinal, qual é a diferença da observação do ritmanalista e outras formas de observação como são feitas nas ciências sociais e em abordagens fenomenológicas, por exemplo? Para Revol (2011), a perspectiva de Lefebvre implica que a experiência da observação não se dê apenas por um conjunto de estímulos sensoriais, mas que a percepção seja ao mesmo tempo um processo mental que designa certo tipo de

epistemologia. Isto quer dizer que o processo de observação pode ser exercitado de distintas maneiras e que há um objetivo crítico de transformação (metamorfose) da maneira como se observa os ritmos e a vida cotidiana⁴⁴. Em consequência, “vincula-se a observação com a maneira com que o ritmanalista vê a si mesmo; um aspecto não pode separar-se do outro” (REVOL, 2011, p. 127, tradução nossa). Trata-se, pois, do encontro do observador (ritmanalista) com a alteridade, com os demais e seus ritmos em uma proposta de exploração do mundo e sobretudo aquilo que os rodeiam.

De acordo com Lefebvre (2010), esta proposta se difere de outras abordagens como a fenomenologia, pois não se ocupa das coisas mas sim dos ritmos, que, da mesma forma, não pode ser considerado como coisa para ser interpretado. A análise dialética (crítica) dos ritmos é o fator de distinção da observação na ritmanálise em relação às demais. O autor nega a integrar sua proposta a uma perspectiva puramente fenomenológica. Se considerar superficialmente que a fenomenologia utiliza de todos os sentidos corporais para apreender e dar um sentido ao que está presente, poderia dizer que, de certa forma, a ritmanálise seria um tipo de fenomenologia. Mas, segundo Lefebvre (2010) nem todas as observações são fenomenológicas, e estas, por sua vez não integrariam os ritmos.

[...] fenomenologia (um termo técnico um pouco pesado) vagamente existencial (o mesmo), [...] passa por cima do que corretamente conecta o espaço, o tempo e as energias que se mobilizam aqui e ali, quer dizer, os ritmos. Não seria mais que uma ferramenta mais ou menos bem utilizada. Em outras palavras, um discurso que ordena estes horizontes como a existência, o ser. Agora o estudo dos ritmos cobre uma área imensa: desde o mais *natural* (fisiológicos, biológicos) até os mais sofisticados. A análise consiste na compreensão do que vem da *natureza* e do que é adquirido, convencionais, inclusive sofisticados, tratando de separar os ritmos particulares. É um tipo de análise, uma das quais é possivelmente *ética* [...]. Em outras palavras, o conhecimento do vivido se modifica, metamorfoseia, se vive sem sabe-lo. Aqui encontramos, focado de uma maneira diferente, porém sendo o mesmo, a ideia de metamorfose. (LEFEBVRE, 2010, p. 16, tradução nossa)

Para Revol (2011, p. 128, tradução nossa), esta proposta de Lefebvre quanto à observação ritmanalítica é claramente uma integração do seu projeto e metodologia

⁴⁴ Gardiner (2000; 2012) oferece um conjunto extenso de estudos a este respeito, identificando os objetivos da análise, observação e crítica da vida cotidiana em diversos autores e suas preocupações epistemológicas, principalmente as abordagens etnometodológicas e fenomenológicas, mas também as de orientação marxista.

à uma crítica do processo moderno de reificação, justamente por não considerar os ritmos como coisa, de tal modo que a meta seja a de *qualificar os ritmos*, evitando-se “dizer que *há* ritmos, que *existem* ritmos, e, ao contrário, analisa-los e encontrar o que revelam sobre aquilo com o que supostamente estão vinculados: o tempo, o espaço, e a energia”. Assim, a análise dos ritmos pode ser tanto descritiva como crítica, a proposta de Lefebvre (2010) é fundamentalmente crítica, embora não exclua a descrição pois esta é parte do processo de compreensão e apreensão da experiência. Em linhas gerais o *método da observação* na ritmanálise vai da *observação dialética dos ritmos à sua crítica*, tomando como referência a experiência do corpo. A crítica, portanto, “não é só conceitual mas também se estende ao campo da experiência, já que mescla o *sentido* e o *pensado*” (REVOL, 2011, p. 129, tradução nossa).

Esta observação constitui uma “espécie de meditação” (LEFEBVRE, 2010, p. 23, tradução nossa) pois exige tempo, aliás, muito mais tempo do que se imagina. É uma meditação que se desenvolve durante um longo processo de pesquisa e apreensão dos ritmos, sobre tempos lentos e tempos largos, o que permite considerar o vínculo entre a vida cotidiana e a história através das repetições e das diferenças, das continuidades e descontinuidades (REVOL, 2011). A orientação de Lefebvre (2010) é a de descobrir e revelar a ordem e a razão pelas quais determinada realidade sócio-espacial é constituída e vivenciada, isto implica perceber a influência que pode obter o Estado na permanência dos ritmos, já que a vida cotidiana segue vinculada à determinadas estruturas mesmo em situações em que elas pareçam residuais, mas também das práticas sociais locais e de vizinhança que guardam relativa autonomia. Para Lefebvre (2006; 2004; 2010), assim como Gottdiener (2016), as mudanças nas formas de governo mudam os elementos mais íntimos e visíveis da vida cotidiana, por consequência mudam também os ritmos. Na relação entre uma ordem próxima (vizinhança) e uma ordem distante (Estado), está última se faz presente desde a visão da janela de um apartamento, mesmo que não imediatamente percebida (LEFEBVRE, 2006; 2010). Por este motivo, a crítica da vida cotidiana deve-se integrar à ritmanálise (à análise do imediato e a experiência) desde um ponto de vista histórico (LEFEBVRE, 1981; REVOL, 2011).

Revol (2011) se propõe a discutir o papel da observação ritmanalítica com o objetivo de comparar a sua observação nos dias de hoje àquela realizada por Lefebvre (2010) desde a sacada de seu apartamento sobre a Rua Rambuteau no Centro da cidade de Paris e com vista para o Centro Georges Pompidou, que está descrita no

terceiro capítulo da obra já mencionada. Neste exercício, desde um ponto de vista histórico, Revol (2011) constata aquilo que Lefebvre (1981; 1991) já apontava: a vida cotidiana permanece como elemento de *continuidade* da história, entre a modernidade e o que chama de modernismo. “A vida cotidiana é como uma marca do social que sustenta a realidade presente, a realidade e o presente dissimulam a mudança por debaixo da rotina da vida cotidiana” (REVOL, 2011, p. 133, tradução nossa).

Para compreender as descontinuidades Revol (2011) questiona se neste momento – quando a economia neoliberal baseada na informação e financeirização do espaço e das atividades culturais já está muito mais assentada do que no início dos anos 1980 quando data a análise de Lefebvre (2010) – seria possível notar os impactos das mudanças globais e econômicas nos ritmos do espaço e tempo cotidianos da rua Rambuteau, já que o Centro Georges Pompidou se vê integrado como um lugar central do turismo internacional e da rede de espaços globais que se prestam aos esquemas socioeconômicos de espetacularização e financeirização dos espaços e da vida urbana. O autor então recorre ao entendimento que Lefebvre (1981) apresenta sobre a noção de *crise*⁴⁵ para concluir que estes impactos não são totalmente percebidos a médio prazo, uma vez que a crise se constituiu como “a maneira de funcionar da sociedade contemporânea, há pelo menos trinta anos” (REVOL, 2011, p. 134, tradução nossa). Revol (2011) então levanta algumas hipóteses e retoma outras sobre a continuidade e o vínculo entre os ritmos da vida cotidiana e os momentos históricos, presente e passado, com base na leitura da terceira crítica da vida cotidiana de Lefebvre (1981): (i) a continuidade fica preservada graças à vida cotidiana, apesar das crises; (ii) a adição paulatina de pequenas mudanças pode terminar provocando descontinuidades em uma perspectiva histórica; (iii) os ciclos laborais da sociedade permanecem, interferindo na percepção do espaço e que denota uma preocupação com a corporeidade (o corpo e as sensações); (iv) as

⁴⁵ Para Lefebvre (1981), historicamente a noção de crise foi considerada como um fator de descontinuidade ou de mudança, entretanto, ela se modifica pois a crise chega a ser um estado permanente, ainda que existam fases e momentos que são percebidos diferentemente. A descontinuidade introduzida por uma crise é substituída por uma crise contínua, tornando o termo crise inadequado. De acordo com o autor, na contemporaneidade uma leitura que insista que a crise não seja algo permanente, que se espera o crescimento pós-crise, na verdade está a contribuir ou a dissimular a ordem e a razão que está por detrás da formação desta sociedade. A crise passou a ser uma forma de existência para as sociedades modernas em escala global, e a vida cotidiana é um fator imprescindível e responsável por dissimular esta natureza porque em sua recalcitrância permite a continuidade de determinados padrões, principalmente àqueles da razão dominante (LEFEBVRE, 1981, p. 41-46).

diferenças são relativamente apagadas, de modo que as mudanças no espaço e tempo são lentas, embora profundas; (v) o capitalismo avança sobre seus objetivos produzindo espaço, tornando o tempo reversível porque a vida cotidiana introduz uma continuidade, uma sensação de que o tempo sempre se repetirá; (vi) para Lefebvre a dimensão trágica inerente à vida cotidiana e à história tinha se esvaído, a morte e o ritmos cíclicos (vida e morte, dias e noites, estações do ano) tinham desaparecidos, esmagados pelos ritmos lineares dos processos produtivos, no entanto, os problemas ambientais fizeram ressurgir o trágico na vida cotidiana mediante um conjunto de problemáticas e a própria noção da impossibilidade de vida no planeta; (vii) o futuro aparece como algo imprevisível ou suscetível de mudanças repentinas, com rupturas intercaladas (REVOL, 2011, p. 134, tradução nossa). Em síntese, a análise de Revol (2011) sustenta que o que se entende por uma continuidade (principalmente por meio da vida cotidiana) é, na verdade, uma descontinuidade a nível histórico, pois se trata de um momento particular na sociedade. Desse modo, a ritmanálise “informa o presente e recebe a ajuda do passado, mas sobretudo há de dar uma ideia do futuro, de suas possibilidades” (REVOL, 2011, p. 134, tradução nossa).

Os estudos de Revol (2011) mostram as dificuldades da ritmanálise em observar os ritmos e compreendê-los para além da descrição, de forma crítica, uma vez que aparentemente não se produziram mudanças radicais no lugar observado. Por outro lado, também reforça o caráter espacial dos ritmos que se desenvolve por meio de um vínculo indissociável com o tempo vivido e histórico. Este caráter se destaca na forma do lugar de maneira substantiva, e se relaciona a identidades definidas e que possuem uma tradição. O problema de escala também é latente, uma visão pela escala humana, do corpo, não é totalmente clara e objetiva, varia de proporção e está ligado ao corte do tempo, entre passado, presente e futuro, bem como à condensação de relações no espaço que podem advir de várias ordens. Assim, pode-se dizer que o sujeito que olha, observa ou analisa os ritmos e sua interação complexa nos espaços e tempos da vida cotidiana o faz na experiência vivida, o que exige a construção de um processo que leva tempo e se organiza por meio da integralidade do conhecimento, a partir de um lugar e suas imbricações com um espaço mais amplo, com interesse por escalas e proporções que são espaciais e temporais.

Além destas implicações gerais em relação à proposta de método por Lefebvre (2010) e a interlocução realizada por Revol (2011), identificam-se outras

questões mais específicas presentes na metodologia e que são pertinentes ao debate desta pesquisa. Lefebvre (2010) estabelece dois pontos de referência em relação ao espaço para sua observação dos ritmos: a sacada de seu apartamento, que é um ponto relativamente estático; e a própria Rua Rambuteau, que é o ponto dinâmico da análise. Ele vê a sua sacada como o ponto em que se está dentro e fora do sítio que é a rua, um ponto em que se toma certa distância mas que deve posteriormente dar lugar à imersão direta nos fluxos e movimentos dinâmicos da rua, ao chão, de modo que os ritmos possam ser apreendidos com toda a intensidade dos sentidos do corpo, orientando-se à compreensão pelo que revelam. O autor ainda chama a atenção para o fato de que a localização e orientação de uma sacada ou de uma janela define muito particularmente a análise sobre a interação e intersecção dos ritmos como ocorre, por exemplo, com uma janela que se volta para um pátio ou jardim interno, ou o miolo de uma quadra, cujas dinâmicas e práticas sociais relacionadas a estes espaços serão outras e que, talvez, os ritmos naturais sejam percebidos de maneira mais evidente que os ritmos lineares produzidos na rua. Há uma intenção de que a ritmanálise se estabeleça do ponto estático (fixo) em direção ao ponto dinâmico (em movimento).

Com relação à este esquema, destaca-se aqui uma questão que atravessa o campo dos estudos urbanos e da vida cotidiana e que está relacionado à experiência e representação do sujeito na cidade moderna e contemporânea. Os escritos de Walter Benjamin e Georg Simmel⁴⁶ representam até hoje um marco da antropologia e da sociologia urbanas sendo fundamentais à percepção sobre a formação do indivíduo e sua mentalidade na vida cotidiana dos grandes centros urbanos no final do século XIX e início do século XX. Estes autores instituíram figuras – o *flâneur* (*errante*) de Benjamin (baseado nos escritos do poeta Charles Baudelaire), o *homem blasé* de Simmel – tipicamente masculinas dotadas de liberdades e capazes de explorar indefinidamente o espaço público da metrópole. Já nos anos de 1950, no contexto do pós-guerra e da crítica generalizada ao pensamento e racionalidade do urbanismo moderno, a Internacional Situacionista (2002) por meio do texto *Teoria da deriva* de Debord (2003a), com clara semelhança ao *flâneur* de Walter Benjamin e Charles Baudelaire, expõe o seu entendimento sobre a psicogeografia instituindo a figura do

⁴⁶ Apontam-se os textos: *Passagens* [1927-1940], *Rua de mão única* [1928], *Infância em Berlim por volta de 1900* [1932-1934] e *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo* [1937-1938] por Walter Benjamin; *As grandes cidades e a vida do espírito* [1903]; *Sociologia: investigações nas formas de socialização* [1908] por Georg Simmel.

homem à deriva como reconhecimento de um comportamento lúdico-construtivo em que o homem dá relevo, desambienta-se e ao mesmo tempo familiariza-se com porções territoriais da cidade.

Sem entrar no grande mérito destas representações e dos desdobramentos com base em estratégias e ferramentas para a leitura sócio-espacial das cidades, embora estes autores não trabalhem sob os mesmos pontos de vistas e não atribuam o mesmo sentido às suas figuras (KAPP, 2011b), ambas contribuem com a imagem deste homem que se afasta dos seus lugares mais familiares e cotidianos (tanto de forma voluntária quanto obrigatória) para, invariavelmente, se deslocar sobre a cidade de modo à desbravar, experienciar e utilizar ou acessar seus espaços. Este nível da experiência, em grande parte “errática” da cidade (JACQUES, 2003; 2012a; 2012b), abrange uma forte identificação do homem com o espaço público em contraposição ao espaço doméstico filiado às mulheres, em que pese os aspectos mais reiterativos da cotidianidade sobre cada uma e sobre o conjunto delas (LEFEBVRE, 1978).

Nestas representações o ponto de referência para uma observação dialética dos ritmos é sempre um ponto dinâmico, em movimento. Este esquema muda substancialmente na perspectiva de Jacobs (2011), cuja observação direta sobre a vida cotidiana na rua ocorre a partir de um ponto fixo (estático), a janela de seu apartamento. Não só o ponto de referência para a observação muda, como a perspectiva se constitui por meio da experiência e das necessidades levantadas por uma mulher. Jacobs (2011) torna explícito o fato de que a experiência urbana na vida cotidiana é menos dotada de liberdades e muito mais fragmentada e condicionada para mulheres, crianças e idosos, estando relacionada à parâmetros de uso, segurança, diversidade, escala e concentração da dinâmica urbana. Em grande parte de suas análises Jacobs (2011) está dialogando com uma espécie de espaço doméstico e cotidiano que se estende da casa à calçada, à rua e ao bairro, e, portanto, se preocupa com lugares que são familiares à experiência urbana cotidiana numa relação de proximidade direta, embora também reflita sobre a interação destes lugares com escalas e porções maiores da cidade.

À vista disso, pode-se dizer que a perspectiva de Lefebvre (2010) sobre a ritmanálise representa uma evolução na compreensão destes pontos de referência (espacial e temporal) para uma observação dialética dos ritmos na vida cotidiana. O seu esquema é claro quanto à passagem e à interação entre um ponto fixo e um ponto em movimento neste processo de análise. Sua proposta crítica abarca tanto a

experiência fragmentada pela instauração do cotidiano e a adaptação de um espaço-tempo urbano à sua reprodução desigual, como a possibilidade de experiências espontâneas, emancipatórias e subversivas com rupturas e descontinuidades dos processos e práticas sociais cotidianos. Este é um ponto fundamental, pois implica na combinação de estratégias e ferramentas possíveis para a apreensão sócio-espacial dos ritmos cotidianos, de modo que se possa superar a fragmentação e a redução da vida cotidiana nas cidades (especialmente as grandes cidades e as metrópoles) a espaços-tempos muito definidos e limitados para a experiência urbana e a capacidade de formação do homem (CARLOS, 2017).

3.3.2 Contribuições de Michel de Certeau sobre o esquema polemológico das práticas cotidianas

Michel de Certeau não estava inicialmente ligado aos profissionais e estudiosos do urbano e tampouco mantinha um foco sobre a questão urbana, embora, como mostra Dosse (2013), tivesse estreita relação de amizade com Françoise Choay. Era mais conhecido no campo da História mas manteve uma sólida e variada formação que também incluiu filosofia, letras clássicas e teologia. As pesquisas sobre as práticas culturais e suas expressões cotidianas levaram-no a se interessar pelos estudos urbanos. Em entrevista à Dosse (2013), Françoise Choay relata a paixão que Certeau manteve pelas questões de espaço, inclusive estabelecendo com ela vários momentos de parceria e troca em relação ao campo e à produção das pesquisas urbanas.

Segundo Certeau (2014a), a transformação do *fato urbano* em *conceito de cidade* fez com que esta última, antes mesmo de se referenciar à uma figura da história, se conectasse ao tratamento e à representação do fato urbano como dependente de uma unidade que estivesse instituída por uma *racionalidade urbanística*. Para o autor, em função disso a “cidade” torna-se um conceito operatório sob a organização “especulativa e desclassificatória” dos lugares, em que se combinam gestão e eliminação: de um lado estabelece-se uma diferenciação e uma redistribuição “funcional” da cidade (por inversões, deslocamentos, acúmulos, centralizações, dispersões), de outro lado rejeita-se tudo que não é “tratável” pela administração e planificação racionalista, funcionalista, burocrática e estratégica – o

que constitui-se em resíduo (anormalidade, desvio, doença, precariedade, subdesenvolvimento) (CERTEAU, 2014a, p. 160)⁴⁷.

Para Certeau (2014a), esta operatividade do conceito de cidade e que se estende ao urbano atualiza (recorrentemente) a racionalização, a organização funcionalista e o sistema de lucro sobre o espaço urbano (com suas perdas) toda vez que o discurso urbanístico e o discurso utópico instauram um modelo ou uma representação de “cidade” que se baseie em:

[...] (1) a produção de um espaço *próprio*: a organização racional deve, portanto, recalcar todas as poluições físicas, mentais ou políticas que a comprometeriam; (2) [...] um *não-tempo* ou um sistema sincrônico, para substituir as resistências inapreensíveis e teimosas das tradições: estratégias científicas unívocas, possibilitadas pela redução niveladora de todos os dados, devem substituir as táticas dos usuários que astuciosamente jogam com as “ocasiões” e que, por esses acontecimentos-armadilha, lapsos de visibilidade, reintroduzem por toda a parte as opacidades da história; (3) [...] a criação de um *sujeito universal* e anônimo que é a própria cidade: como seu modelo político, o Estado de Hobbes, pode-se atribuir-lhe pouco a pouco todas as funções e predicados até então disseminados e atribuídos a múltiplos sujeitos reais, grupos, associações, indivíduos. “A cidade”, à maneira de um nome próprio, oferece assim a capacidade de conceber e construir o espaço a partir de um número finito de propriedades estáveis, isoláveis e articuladas uma sobre a outra. (CERTEAU, 2014a, p. 160)

Esta noção da *Cidade-conceito*, como aborda Certeau (2014a, p. 161), define-se como o “lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenções”, e que possui como atributo ser, ao mesmo tempo, “a maquinaria e o herói da modernidade”. Por meio desta expressão de um discurso e de um conjunto de ações (produção estratégica) a “linguagem do poder se urbaniza” e a cidade se vê entre movimentos contraditórios; se por um lado a cidade serve de “baliza ou marco totalizador e quase mítico” para as estratégias socioeconômicas e políticas, por outro lado, a vida cotidiana urbana deixa sempre em relevo aquilo que o *projeto urbanístico* exclui (CERTEAU, 2014a, p. 161). Neste sentido, a aliança entre *cidade* e *conceito*, longe de explicitar a real história e a racionalidade urbanística, joga com sua progressiva simbiose: “planejar a cidade é ao mesmo tempo pensar a *própria pluralidade* do real

⁴⁷ Segundo Dosse (2013), esta orientação analítica de Certeau é proveniente de sua aproximação com Françoise Choay e baseada nos seus trabalhos.

e dar *efetividade* a este pensamento do plural: é saber e poder articular” (CERTEAU, 2014a, p. 160).

Certeau (2014a) via a deterioração da cidade como um acontecimento simultâneo à degradação da vida cotidiana e à deterioração dos procedimentos e do pensamento que as organizaram e, por isso, uma reconfiguração sobre a observação e a análise das relações sócio-espaciais faz-se necessária sempre que estas dinâmicas tomam os seus cursos. O autor aponta que ao invés de permanecer no terreno dos discursos estratégicos devia-se enveredar por outro caminho: a análise das práticas cotidianas, dos espaços urbanos e os modos de sociabilidades ativas. Esta orientação metodológica busca construir uma *virada do olhar analítico* para a observação destes elementos que recorrentemente lhes escapa. Ao voltarem a atenção para estas questões, Certeau (2014a; 2014b), Giard (2014b) e Mayol (2014) restituem o espaço vivido (visto, a princípio, como resíduo do espaço abstrato e geométrico) e a inquietante familiaridade da cidade, evidenciando o modo como as práticas cotidianas e urbanas transbordam as representações conceituais e a imposição dos sistemas, insinuando-se em meio a espaços e procedimentos disciplinarizadores e normatizados.

Esta perspectiva sobre a cidade e o urbano se estende ao debate sobre utopias urbanas. Certeau (2014a), assim como Choay (1985), entendia que não se devia seguir modelos fixos e sim liberar o curso à criatividade a partir de um certo número de princípios. Mas divergiam quanto à ideia de uma perda irreversível das *artes de fazer* em relação à modernização urbana. Segundo Dosse (2013, p. 87), Françoise Choay compartilha da reflexão de que há uma “perda antropológica fundamental que representa o desaparecimento das artes de fazer tradicionais”, em função dos processos de urbanização, mundialização e globalização, diferentemente e contrariamente à compreensão de Certeau que “pensava e insistia no fato que as pessoas que perderam estas artes de fazer contornam as dificuldades e encontram estratégias e práticas que lhes permitem afirmar-se e impor sua identidade”. A declaração de Giard (2014b) explicita esta orientação de Certeau:

Onde a filosofia só via consumismo passivo de produtos industrializados, volumes de compras que deviam crescer ou partes do mercado a deslocar-se de uma marca para a outra, onde o vocabulário marxista falava em termos de exploração, de comportamentos e produtos impostos, de massificação e uniformização, Michel de Certeau propunha como primeiro postulado a atividade criadora dos praticantes do ordinário, encarregando-se, para a pesquisa em curso, de pôr em evidência “as maneiras de fazer” e de lhes elaborar uma primeira formalização teórica, coisa a que ele dava o nome de “formalidade” das práticas. (GIARD, 2014b, p. 17-18)

Como mostra Dosse (2013), Certeau não foi bem quisto de imediato pelo meio acadêmico, mas foi se engajando e formando um pensamento socialmente crítico sobre a questão urbana, explorando as convergências de análises da história, da psicanálise, da fenomenologia, depois da geografia e do urbanismo em relação à cidade e a experiência urbana cotidianamente vivida e produzida, dando relevo à importância do espaço habitado. Interessou-se pelo debate sobre o processo criativo de destruição das cidades, a política do patrimônio e os desdobramentos do sentido da conservação do patrimônio histórico como fenômeno, a despossessão de grupos históricos frente à mercantilização e espetacularização das áreas centrais e tradicionais da cidade, o equilíbrio precário entre a pressão das lembranças (memórias) no presente e sua exclusão ilusória por meio do espaço urbano, e a relação entre espaço, lugar e cotidiano (DOSSEL, 2013).

A intervenção de Certeau no campo da reflexão sobre o urbano surgiu como um meteoro entre os urbanistas. Ele não era citado pelas revistas sobre urbanismo como *Annales de la recherche urbaine* [Anais da pesquisa urbana], *Espaces et sociétés*, *Diagonales* [Espaços e sociedades, Diagonais]: *É um pouco o homem invisível segundo o diretor da revista Urbanisme [Urbanismo], Thierry Paquot*. Ele apareceu para os especialistas da cidade como um Ovni e sua reflexão neste ponto apresentava-se isolada, não estabelecendo nenhuma relação com o meio dos pesquisadores ligados às práticas do urbanismo. Thierry Paquot admite uma outra razão para explicar esta ausência de recepção, que dever-se-ia ao fato que Certeau não se interessar pela arquitetura, em si mesma, dos grandes conjuntos habitacionais ou pela arquitetura difusa das pequenas casas residenciais, mas concentrava sua atenção no que se chama, na minha opinião, erroneamente, espaços públicos: as calçadas, as esplanadas, as praças, onde há trânsito e densidade. Em 1980, o encontro com urbanistas e arquitetos foi infrutífero, visto que aqueles que pareciam ser inovadores, como os fundadores da revista *Espaces et Sociétés* [Espaços e Sociedades], Paul Chemetov e Pierre Rigoulet, estavam ligados ao marxismo e procuravam, nesta perspectiva, uma reflexão renovada sobre a cidade. (DOSSEL, 2013, p. 89)

De acordo com Dosse (2013), embora não se possa atestar, ao refletir sobre a cidade Certeau tomava como sua maior referência as discussões promovidas por Henri Lefebvre⁴⁸ e o seu posicionamento precursor no debate sobre o urbanismo, a urbanização completa da sociedade, as mudanças dos modos de vida e consequentemente a reavaliação da noção de cidade segundo o esquema de oposição campo/cidade àquela do urbano. A noção lefebvriana sobre o *urbano* (sociedade urbana) como lugar de expressão dos conflitos, lugar dos desejos e das necessidades – “definido não como uma realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora” (LEFEBVRE, 2004, p. 28) –, também se faz presente na orientação teórica do pensamento de Certeau (2014a; 2014b) acerca das cidades e do processo urbano. Assim como Lefebvre (2004; 2006), Certeau (2014a; 2014b) compreende o urbano como o *possível*, ele vê na realidade urbana a forma de existência praticável para a realização da sociedade e, como tal, é necessário contornar, romper e superar os obstáculos que tornam esta realidade *impossível*.

Pode-se dizer que a teoria geral sobre a vida cotidiana e o espaço toma em Lefebvre (1958; 1961; 1978; 1981; 1991; 2001; 2004; 2006; 2010) uma generalidade maior que em Certeau (2014a; 2014b) que, por sua vez, estabelece um *zoom* sobre o eixo condutor das práticas cotidianas como a estratégia da sua crítica e do acesso analítico a todos os outros elementos transversais a estas categorias. Portanto, o ponto de vista abordado aqui é que as discussões sobre o urbano realizadas por Certeau (2014a; 2014b) possuem como mediação direta as relações sócio-espaciais construídas no âmbito da vida cotidiana com claro enfoque sobre as práticas ou práxis cotidianas e sob o objetivo de apreender o *possível* no *impossível*, resgatando a criatividade das práticas cotidianas dos homens comuns. Certeau (2014a; 2014b) ocupa-se da pesquisa do cotidiano (em suas minúcias, detalhes, operações microbianas) dando relevo e espessura ao espaço praticado, habitado, vivido.

Em *A invenção do cotidiano*⁴⁹ Certeau (2014a, p. 55) dedica seu estudo ao “homem ordinário, herói comum, personagem disseminada, caminhante inumerável”.

⁴⁸ Segundo Dosse (2013), Certeau dispõe de pouquíssimas notas em referência a Henri Lefebvre nos seus trabalhos, mencionando-o apenas a respeito da vida cotidiana.

⁴⁹ Esta obra é o principal objeto de estudo trazido para a análise das contribuições de Michel de Certeau no que tange aos objetivos desta pesquisa. Está organizada em dois tomos e surgiu de um programa

O autor toma como referência os processos de sociologização e de antropologização das práticas sociais, privilegiando o “anônimo e o cotidiano” em seus detalhes, buscando chegar na “identificação do *número* que caracteriza a multidão das cidades” (quer dizer, o homem ordinário em sua cotidianidade), procurando iluminar o tempo moderno e explorar a “sociedade de formigas” – as massas, grupos e quadros técnicos submetidos ao enquadramento das “racionalidades niveladoras” (CERTEAU, 2014a, p. 57).

Para isso, Certeau (2014a) define um lugar comum do qual se permite analisar o cotidiano, mais especificamente as práticas cotidianas (operações dos usuários): a linguagem ordinária. Estas práticas são expressas pelos “modos de operação ou esquemas de ação” dos homens, visando uma “lógica operatória” (CERTEAU, 2014a, p. 37). Como linguagem ordinária, estas práticas pressupõem a não passividade e a não disciplina dos praticantes, usuários, operadores e consumidores diante das racionalidades niveladoras, embora constantemente representados com seus estatutos de dominados. A perspectiva de análise de Certeau (2014a; 2014b) possui o foco e o interesse sobre o exercício de um *não poder*, buscando explorar as formas e práticas subterrâneas (cotidianas) de conviver, criar e produzir com sistemas, políticas, normas e estruturas impostas. Isto configura, talvez, a mais importante inversão de perspectiva da obra de Certeau – “o deslocamento da atenção do consumo supostamente passivo dos produtos recebidos para a criação anônima, nascida da prática do desvio no uso desses produtos” (GIARD, 2014a, p. 12).

Para Chartier e Hébrard (1998) a obra de Michel de Certeau proporciona um duplo deslocamento e que se refere a dois perfis acadêmicos e profissionais. Aos historiadores dá o alerta que “não se pode ler diretamente a alteridade cultural na especificidade profusa dos objetos a ela destinados”; e aos “arqueólogos do poder, lembra a irredutível reserva de estratégias dos homens, ‘mesmo dos disciplinados’” (CHARTIER; HÉBRARD, 1998, p. 30). Sendo assim, para os autores a crítica aguda às ciências sociais sempre aparece como plano de fundo e/ou eixo norteador do

de pesquisa que teve seu projeto realizado entre 1974 e 1979, a pedido do Serviço de Estudos e Pesquisas da Secretaria de Estado da Cultura do governo francês em vigor nesta época. Fundamentalmente, a sua empreitada teórica busca compreender o que é o consumo cultural e o que são as operações dos seus usuários na construção ou invenção do cotidiano. Michel de Certeau é o principal responsável pela estruturação e desenvolvimento da pesquisa, bem como o núcleo central e a orientação das proposições teóricas. Mas também obteve a contribuição de Luce Giard e Pierre Mayol que são corresponsáveis pela autoria do segundo tomo da obra, com base na integração de suas pesquisas ao tema, ao problema e objetivos de Certeau.

trabalho de Certeau. O cotidiano, por sua vez, representa a dimensão dialética em que se revela e se produz uma série de operações comuns e ao mesmo tempo definida por meio delas, fortalecendo-se a ação tática de atentado ao poder mediante brechas e interstícios em suas programações e previsibilidades. O cotidiano tem para Certeau (2014b) um peso concreto, vivido, produzido em sua experiência, ao mesmo tempo em que é povoado, senão constituído, por imensa carga simbólica e subjetiva que escapam aos sistemas elaborados.

O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma pressão do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou outra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio-caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada. Não se deve esquecer este “mundo memória”, segundo a expressão de Péguy. É um mundo que amamos profundamente, memória olfativa, memória dos lugares da infância, memória do corpo, dos gestos da infância, dos prazeres. Talvez seja inútil sublinhar a importância do domínio desta história “irracional”, ou desta “não-história”, como diz ainda A. Dupront. (LEUILLIOT apud CERTEAU, 2014b, p. 31)

O cotidiano, portanto, também representa a possibilidade do exercício de formação e reprodução do indivíduo, tomado por um lado em sua aparente naturalidade e em sua conotação de banalidade e por outro como uma dimensão profundamente enraizada no desenvolvimento sócio-espacial e intersubjetivo do homem e da sua evolução histórica e cultural. Dialeticamente, o cotidiano coloca sob o peso da história e da realidade urbana toda a dificuldade e sofrimento da sua presença – do presente em sua concretude –, ao mesmo tempo que se abre às possibilidades inventivas e à outras marcações do tempo, espaço, memória, desejos etc. (CERTEAU, 2014b).

Segundo Certeau e Giard (2014b), se conhece pouco e se conhece mal os tipos de operações e relações que se revelam no cotidiano, uma vez que os instrumentos de análise, de modelização e de formalização foram historicamente construídos para outros objetos e com outros objetivos, estabelecendo hábitos do pensamento e uma racionalidade científica voltados ao conhecimento geral, à abstração feita do circunstancial e do accidental. Contrariamente a este quadro paradigmático, os autores compreendem como essencial para o trabalho da análise e crítica da realidade sociocultural que este seja inscrito na “análise combinatória sutil,

de tipos de operações e registros, que coloca em cena e em ação um fazer-com, aqui e agora, que é um ato singular ligado a uma situação, circunstâncias e atores particulares” (CERTEAU e GIARD, 2014b, p. 341). Esta orientação metodológica é alimentada pelo campo da cultura ordinária e que se constitui, como aponta os autores, em uma *ciência prática do singular*.

[...] a cultura ordinária elabora então o processo do nosso arsenal de procedimentos científicos e de nossas categorias epistêmicas, pois não cessa de rearticular saber a singular, de remeter um e outro a uma situação concreta particularizante e de selecionar seus próprios instrumentos de pensamento e suas técnicas de uso em função desses critérios. Nossas categorias de saber são muito rústicas e nossos modelos de análise por demais elaborados para permitir-nos imaginar a incrível abundância inventiva das práticas cotidianas. (CERTEAU e GIARD, 2014b, p. 341-342)

Dessa forma, Certeau e Giard (2014a, 2014b) e Mayol (2014) circunscrevem seus trabalhos no *espaço social e cultural*, onde se situam as práticas cotidianas e seus funcionamentos que se mantêm fundamentais à sociabilidade humana, à cultura urbana e moderna, mesmo que tratadas de forma negligente pelos discursos acadêmicos ou negadas por ideologias vinculadas à produção e às técnicas especializadas, às representações oficiais ou à política econômica. Certeau e Giard (2014b) sintetizam os três elementos norteadores e aglutinadores da análise e da invenção (produção criativa) do cotidiano: *a oralidade (tradição oral)*, *a operatividade (criatividade prática)* e *o ordinário (atos da vida cotidiana)*. Em última instância, para os autores se trata de uma reconquista destes elementos, visto o diagnóstico desfavorável do qual a cultura oral tenha se tornado “alvo de uma escrita que pretende educá-la ou informá-la”, os praticantes transformados em “supostos consumidores passivos” e a vida cotidiana transformada num “vasto território colocado à disposição da colonização da mídia” (CERTEAU e GIARD, 2014b, p. 335-336).

De acordo com Certeau e Giard (2014b, p. 336) a *oralidade* constitui um espaço essencial da comunidade e de grupos sociais, possui um papel fundador do oral na relação com o outro e estabelece uma “*arqueologia de vozes*” que “codifica e torna possível a interpretação das relações, a partir do reconhecimento das vozes”. Em sua dinâmica a oralidade possibilita o intercâmbio ou a comunicação social em que se empregam a presença e a correlação de gestos, de corpos, de vozes, de informações e mensagens, estabelecendo formas profundas e enraizadas dos modos de sociabilidade, comunicabilidade e habitabilidade. Para os autores, este elemento

coloca em sintonia a relação visceral entre o *som*, o *sentido* e o *corpo*, conservando um papel primordial nas sociedades contemporâneas por estar em toda parte – “porque a *conversação* se insinua em todo lugar” –, por organizar instituições (família, por exemplo) e espaços (a rua, o bairro, o espaço de trabalho etc.) e, além disso, por colocar em relevo a atuação e a escuta dentro do quadro amplo da diversidade e das diferenças (CERTEAU e GIARD, 2014b, p. 336-337).

Certeau e Giard (2014b) chamam a atenção para a necessidade de se creditar inteligência e complexidade às astúcias desta prática tão comum, de modo que sem a suas travessias as informações e comunicações tornam-se frágeis, suscetíveis ao esquecimento e à deformação. A prioridade aos processos da oralidade não diz respeito, neste caso, à especificidade da palavra nem da frase, mas à singularidade e à identidade dos locutores, à circunstância, ao contexto, à materialidade que figuram as palavras, à inventividade dos jogos de linguagem (CERTEAU e GIARD, 2014b).

Outro elemento substancial é a *operatividade*, cuja noção reconfigura a ideia de cultura, não mais percebida pelo filtro da posse dos produtos mas por meio das operações e fabricações que se realizam a partir deles. Para Certeau (2014a; 2014b), Giard (2014a; 2014b) e Mayol (2014) todo homem, à sua maneira cotidiana de viver, pode tornar-se produtor de uma pequena indústria cultural, formando uma rede de trocas e organizando novas formas de convivialidade nos seus círculos familiares e próximos. A cultura, portanto, é definida pelo conjunto de operações que o homem cotidiano realiza em função dos seus objetivos, interesses e relações sociais, e não um monólito de informações modeladas.

Para Certeau e Giard (2014b, p. 339-340) as operações cotidianas (práticas cotidianas) possuem três aspectos que as constituem: (i) o primeiro aspecto é *estético* – “uma prática cotidiana abre um espaço próprio numa ordem imposta” –; (ii) o segundo aspecto é *polêmico* – “a prática cotidiana é relativa às relações de força que estruturam o campo social e o campo do saber” –; (iii) e o terceiro aspecto é *ético* – “a prática cotidiana restaura com paciência e tenacidade um espaço de jogo, um intervalo de liberdade, uma resistência à imposição (de um modelo, de um sistema ou de uma ordem)”. Com base nesta caracterização é possível dizer que as práticas cotidianas são uma via em que se pode verificar e defender a autonomia de sujeitos e grupos históricos, bastando-lhes espaço para suas experiências locais e para abrir um campo de ação à operatividade dos praticantes.

O último elemento é o *ordinário* e trata daquilo que é produzido, praticado, usado e apropriado cotidianamente – aspectos que representam a essência da cultura ordinária. Para Certeau e Giard (2014b), assim como para outros autores já citados aqui, o ordinário (na qualidade do que é comum e cotidiano) se apresenta de forma evidente mas não é percebido profundamente, ele guarda sob sua aparência complexidades que, uma vez entendidas e incorporadas ao desenvolvimento social do homem, qualificariam o campo de ação em todos os âmbitos da realidade, da produção de conhecimento e da produção técnica.

De modo geral, percebe-se um esforço de Certeau (2014a; 2014b) e dos outros autores envolvidos em sua obra em explorar a dimensão criativa (produtiva) da vida cotidiana dando ênfase às práticas ou operações cotidianas, cujas dinâmicas deslocam e instauram lugares, espaços, temporalidades e atos *outros* que não aqueles impostos por racionalidades hegemônicas. A apreensão das práticas cotidianas, como abordada pelos autores, é indissociável da presença dos corpos e suas relações de intersubjetividade nos espaços e tempos das suas experiências vividas.

3.3.2.1 *Produção e consumo do homem ordinário*

Os conceitos de produção e consumo são centrais na pesquisa de Certeau (2014a) e vão caracterizar a leitura que o autor faz das práticas cotidianas e do homem ordinário, compreendido como *consumidor cultural*. Este consumidor não é passivo, ele é também um produtor, ele *fabrica* algo a partir das representações e produtos que consome. Para Certeau e Giard (2014b, p. 341), isto caracteriza a *cultura ordinária* – “um consumo que trata o léxico dos produtos em função de códigos particulares, muitas vezes obras dos praticantes e em vista de seus interesses próprios”⁵⁰. A cultura ordinária oculta uma diversidade fundamental de situações, sociabilidades, interesses, contextos, temporalidades e espacialidades sob a repetição aparente dos objetos e relações sociais de que serve. Segundo Certeau e Giard (2014b), os usos e

⁵⁰ Para Certeau e Giard (2014b), a cultura ordinária e a cultura de massa não são equivalentes. Esta última remete à “uma produção em massa que simplifica os modelos propostos para ampliar sua difusão”, tende à homogeneização e articula-se por meio da produção e difusão em grande escala, escamoteando esta tendência e alimentando-se com as ficções do “novos produtos” (CERTEAU e GIARD, 2014b, p. 341).

apropriações cotidianas constituem a *pluralização* deste universo, são as reservas infinitas de multiplicidades das diferenças.

Neste sentido, a proposta de pesquisa de Certeau (2014a; 2014b) transborda os estudos que privilegiam apenas representações ou análises de comportamento, mantem-se interessado na manipulação e no uso que caracterizam as práticas cotidianas e no que o homem ordinário faz com os produtos culturais, ou melhor, o que ele produz a partir do uso deles.

A presença e a circulação de uma representação (ensinada como o código da promoção socioeconômica por pregadores, por educadores ou por vulgarizadores) não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários. É ainda necessário analisar a sua manipulação pelos praticantes que não a fabricam. Só então é que se pode apreciar a diferença ou a semelhança entre a produção da imagem e a produção secundária que se esconde nos processos de sua utilização. (CERTEAU, 2014a, p. 39)

Para Certeau (2014a, p. 38-39) há duas formas de produção, uma “produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular”, onde se encaixam as áreas definidas e ocupadas pelos sistemas da produção, como a produção industrial, urbanística, alimentar, televisiva, comercial etc.; e uma *outra* produção “qualificada de consumo: esta é astuciosa, é dispersa”, “não se faz notar com produtos próprios, mas nas suas *maneiras de empregar* os produtos impostos”. A partir do campo desta segunda forma de produção – o consumo compreendido no transbordamento das suas margens, que se relaciona ao uso, à apropriação e à fabricação dos consumidores a partir dos produtos culturais – que Certeau (2014a, 2014b) vai constituir sua análise das práticas cotidianas. Os produtos culturais são tudo aquilo produzido no âmbito da sociedade e que a constitui como tal, neste caso, são em grande parte hegemonicamente definidos pela classe e grupos dominantes.

Como observa Duran (2007), a racionalidade técnica que pretende organizar as pessoas e suas atividades acaba por atribuir-lhes lugares, papéis e produtos para serem consumidos. Em contrapartida, a *invenção do cotidiano* como trata Certeau (2014a, 2014b) revela a via em que os códigos e objetos são sutilmente e taticamente alterados por meio de uma produção qualificada (consumo não passivo), em que se estabelece as condições para a (re)apropriação do espaço, tempo e uso que cada um constrói em sua vida cotidiana.

Portanto, o consumo é para Certeau (2014a; 2014b) algo a mais que uma prática ou um fenômeno puramente determinado e alienado da experiência humana, ele diz respeito à recepção e à transformação de toda informação, comunicação, estímulos e objetos em algo qualitativamente diferente, configurando um momento pouco compreendido da produção e reprodução criativa do homem. Essencialmente, este processo ocorre através do uso e da apropriação destes elementos, desenvolvendo-se em práticas que se fundam e ao mesmo tempo constituem o cotidiano.

3.3.2.2 *Performance versus competência: o ato enunciativo e a linguagem ordinária*

Uma das áreas mais significativas e que é reiteradamente associada e apropriada por Certeau (2014a, 2014b) para o estudo das práticas cotidianas é a Linguística⁵¹. Este vasto campo de estudo da linguagem é a porta de entrada do autor e isto se dá por pelo menos três motivos: (i) a possibilidade de estabelecer um lugar comum – a linguagem ordinária – para as análises das práticas cotidianas; (ii) o amplo repertório de investigações das operações e combinações linguísticas em relação ao seus usos configura um arcabouço de relações operacionais para serem verificadas nas diferentes práticas cotidianas; (iii) o desenvolvimento da linguística e a complexidade da linguagem humana representam uma das áreas do conhecimento que caracteriza grande parte da cultura contemporânea e que é muito cara ao meio acadêmico. Em função disso o autor situa a sua pesquisa na diferença ou no distanciamento dos dois tipos de produção, tomando como orientação teórico-crítica a “construção de frases próprias com um vocabulário e uma sintaxe recebidos” (CERTEAU, 2014a, p. 39).

⁵¹ Michel de Certeau apresenta uma trajetória analítica que, dentre várias áreas do conhecimento, abrange a Linguística, a Filosofia da Linguagem e a Filosofia, sem fazer distinção destes campos uma vez que é próprio da sua orientação teórica e metodológica o transbordamento das fronteiras entre áreas do conhecimento, divididas pela racionalidade pura do cientificismo. Embora haja divergências nas áreas das ciências sobre a própria validação da Linguística como campo científico ou da dificuldade e inconsistência das suas fronteiras em relação à Filosofia da Linguagem e à Filosofia (o que é próprio da operação de divisão do conhecimento), a tendência mais comum é reconhecer os estudos destas áreas e as suas “zonas de contato, de convergência e de intercâmbio, motivadas e definidas pela necessidade comum de compreender a linguagem”; e entender que ambas as áreas podem ter interesses diferentes que justificam as suas atenções à linguagem (ABBAGNANO, 2012, p. 719-721).

Desta forma, com base na Linguística o autor busca discernir a *performance* da *competência*, o que implica dizer, por exemplo, que “o ato de falar não pode ser reduzido ao conhecimento da língua” (CERTEAU, 2014a, p. 39), ou seja, o *ato enunciativo de falar* só pode ser avaliado pelo uso que se faz da linguagem. Esta interpretação se estende de modo geral à todas as práticas cotidianas e em todos os seus aspectos (espaciais, temporais, culturais, econômicos etc.), elas só podem ser compreendidas no seu contexto de operação, fabricação, manipulação e de jogos de linguagem. As práticas cotidianas e a linguagem definem a historicidade do homem, impossibilitando que algum discurso saia delas e coloque-se à distância para observá-las e dizer sobre os seus sentidos (DURAN, 2007; CERTEAU, 2014a).

Na perspectiva de Certeau (2014a, 2014b), ao que se refere à *enunciação* (conceito apreendido da Linguística) – como *performance* – o homem ordinário é consumidor e usuário, e opera por meio de quatro traços ou qualidades compreendidas pelo/no *ato enunciativo*. O encadeamento destas qualidades fundamenta a lógica das operações cotidianas – a lógica da *bricolagem* – e a própria relação conceitual entre os valores de consumo e de uso. Para destacar estas qualidades o autor toma como referência o ato de falar:

[...] este *opera* no campo de um sistema linguístico; coloca em jogo uma *apropriação*, ou uma reapropriação da língua por locutores; instaura um *presente* relativo a um momento e a um lugar; e estabelece um *contrato com o outro* (o interlocutor) numa rede de lugares e de relações. (CERTEAU, 2014a, p. 40)

Para Certeau (2014a) a cidade estaria estruturada como uma linguagem, não de acordo com o paradigma estruturalista dominante, mas como expressão de um tempo cotidiano que se realiza num espaço praticado que é encarnado (do ponto de vista urbano) na experiência do caminhar de seus habitantes. Com base na diferença entre *performance* e *competência* e nestas qualidades pode-se realizar inúmeros exercícios de análise ao considerar outros atos, como aqueles mais diretamente relacionados à apreensão da realidade urbana (ato de habitar, de morar, de circular, de permanecer, de concentrar, de colaborar, de cuidar, de ensinar, de aprender, de comer, de trabalhar, de construir, de destruir, de urbanizar etc.). Neles se percebem um conjunto de sistemas pelos quais operam, como o sistema urbano, o sistema ambiental, o sistema de comunicações, o sistema econômico, o sistema social, o

sistema de saúde, o sistema de educação etc. Podem ser verificados a partir da interação mútua e contínua entre si e os diferentes atos. Por meio de todas as ações é possível entender a vida cotidiana, o espaço e o tempo como eixos comuns das práticas que lhes sucedem, de modo que são estas as dimensões pelas quais se colocam em jogo a apropriação ou a reapropriação pelo habitante que, neste caso, produzirá espacialidades e temporalidades cotidianas diferentes e, muitas vezes, em oposição às que recebe buscando qualificar e dar sentido à sua realidade cotidiana. Na mesma linha da abordagem crítica sobre a vida cotidiana, estas relações não podem se dar sem a constituição de um lugar, de uma situação ou de um contexto, além das relações interpessoais e das formas de sociabilidade, elementos estes incontornáveis de um pensamento socialmente crítico sobre a realidade urbana.

Portanto, na qualidade de usuário o homem em seu cotidiano articula “*maneiras de fazer*” como sendo as práticas pelas quais se reapropria do “espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural” (CERTEAU, 2014a, p. 40-41), em toda a sua rede de lugares, territórios e sociabilidades. Sob este ponto de vista, questiona-se o desenvolvimento das políticas (espacial, urbana, social, ambiental, econômica etc.) com suas “inconsistências e contradições entre aquilo que autoridades *articulam* e aquilo que delas é *aceito*, entre a comunicação que *permitem* e a *legitimidade* que pressupõem, entre aquilo que elas tornam possível e aquilo que as torna críveis” (CERTEAU apud DURAN, 2007, p. 127). Na criatividade cotidiana se realizam os modos de proceder – *bricolagens* – que se caracterizam por seus “procedimentos técnicos minúsculos” e “populares”, por seus detalhes, pelas operações “microbianas”, verdadeiras “astúcias de consumidores”, responsáveis por definir o nível de identificação dos indivíduos com os sistemas impostos e também de irromperem suas ordens (CERTEAU, 2014a, p. 40-41).

De modo geral, estas *maneiras de fazer* se formulam essencialmente em *artes de fazer*, o que implica consumos combinatórios e utilitários, “uma maneira de pensar investida numa maneira de agir, uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar” (CERTEAU, 2014a, p. 41). No limite, as *artes de fazer* compõem o que Certeua (2014a) denominou como a *rede de uma antidisdisciplina*⁵² que, “diferentemente

⁵² A *Invenção do Cotidiano* é um exemplar sobre a antidisdisciplina. Certeau (2014a) sugere que uma sociedade não pode ser reduzida à vigilância que a gera e à programação que pretende submetê-la, como queria Michel Foucault. A antidisdisciplina é fonte e forma de resistência, disseminada em práticas

do esquema foucautiano do panóptico que permite tudo ver e tudo controlar, recoloca em seu lugar as ilusões do olhar do homem que pretendia tomar o lugar de Deus”, uma vez que o conhecimento panorâmico não pode oferecer mais do que um “simulacro do saber ignorante das práticas” (DOSSE, 2013, p. 86).

Para Certeau (2014a; 2014b), por meio desta rede de antidisciplinas é possível observar a matéria viva do que representa o núcleo central da reprodução e lógica do cotidiano: as práticas cotidianas / a linguagem ordinária / as operações de usuários-consumidores. Estes elementos, portanto, transbordam a forma e o conteúdo a que se referem. A *performance* das práticas (desenvolvimento e qualidade de uso, de manipulação, de apropriação e reapropriação), da linguagem e das operações cotidianas supera o conhecimento e a noção do cotidiano, e não podem ser reduzidas à sua forma conceitual. Por isso, a maneira de Certeau (2014) lidar com o estudo das práticas cotidianas assenta-se sobre uma operação dinâmica de pesquisa que coloca e recoloca em jogo conjuntos de hipóteses de modo a serem testadas, com as quais se deve “lealmente procurar tratar materiais, a fim de trazer à tona as diferenças”, pois “não se satisfazem com a partilha estabelecida entre as disciplinas do saber” (GIARD, 2014b, p. 18).

3.3.2.3 A análise polemológica das práticas cotidianas

Duran (2007, p. 118) identifica três posições teórico-metodológicas que atravessam as análises de Certeau (2014a; 2014b): (i) a capacidade de observar, atentar-se, maravilhar-se e confiar na inteligência e na inventividade do mais fraco, em face de uma orientação ética e política alimentadas por uma sensibilidade estética; (ii) o rigor conceitual e a crítica, oriundos da reflexão histórica, bem como sobre a história e sua relação com a formação filosófica e as orientações epistemológicas, o que lhe permitiu deslocar o lugar de sua análise para a pluralidade em que se coloca o cotidiano; (iii) o compromisso em dar relevo ao cotidiano narrando as prática

e subterfúgios de um cotidiano improvisado que possibilita, por meio de operações de desvio, a reapropriação pelo homem do seu espaço-tempo. “Em oposição à alienação do homem na cultura de massa e à vigilância do poder estudada por Foucault, escolheu como objeto de estudo, justamente, a resistência à ação disciplinadora e massificadora dos meios de comunicação da massa” (DIAS, 1998, p. 228). Para Certeau (2014a), o esquema foucautiano do panóptico é uma duplicação da ilusão moderna da tábua rasa, da página em branco, da escrita esvaziado dos traços da experiência.

cotidianas e comuns, as artes de fazer dos praticantes, as operações astuciosas e clandestinas.

Há sob estas posições uma leitura de base que compreende a realidade sócio-espacial estando distribuída e estratificada em dois níveis: de um lado, “um espaço socioeconômico, organizado pela luta imemorial entre poderosos e pobres”, que se constitui em rede de conflitos e, portanto, em *espaço polemológico*⁵³; por outro lado, um *espaço utópico*, onde se afirma um possível, revelando-se sobre a denúncia de injustiças – “não só a dos poderes estabelecidos mas, de modo mais profundo, a da história” –, em que se reconhece uma “ordem das coisas, em que nada autoriza a esperar a mudança” (CERTEAU, 2014a, p. 72).

Para Certeau (2014a; 2014b) um *uso popular* deve desfazer a fatalidade das ordens estabelecidas, deve modificar o funcionamento interno das estruturas e dos sistemas, deve recodificar a linguagem recebida em resistência. Sob este ângulo, os diferentes tipos de linguagem (escrita, verbal, imagética, espacial, temporal etc.) são apreendidas como um conjunto de práticas cotidianas em que um pesquisador ou um usuário ou um consumidor se veem mutuamente implicados com a realidade cotidiana. Estas práticas, de modo geral, constituem-se em *maneiras de utilizar* os sistemas impostos, constituindo-se em resistência à lei histórica de um estado de fatos e as suas legitimações dogmáticas (CERTEAU, 2014a; 2014b). Sobre as maneiras de utilizar o autor descreve:

Uma prática da ordem construída por outros redistribui-lhe o espaço. Ali ela cria ao menos um jogo, por manobras entre forças desiguais e por referências utópicas. Aí se manifestaria a opacidade da cultura “popular” – *a pedra negra* que se opõe à assimilação. O que aí se chama sabedoria, define-se como *trampolinagem*, palavra que um jogo de palavras associa à acrobacia do saltimbanco e à sua arte de saltar no trampolim, e como *trapaçaria*, astúcia e esperteza no modo de utilizar ou de driblar os termos dos contratos sociais. (CERTEAU, 2014a, p. 74)

Certeau (2014a, 2014b) entende que as práticas cotidianas – essencialmente multiformes e fragmentárias – como modo de usar obedecem à regras, ou melhor, que existe alguma lógica para essas práticas. Para o autor esta lógica se dá com base no

⁵³ Polemológico é um adjetivo relativo à polemologia, que significa “estudo da guerra como fenômeno social autônomo” (POLEMOLOGIA. In: DICIONÁRIO Aurélio da Língua Portuguesa. Disponível em: Aplicativo Aurélio Digital. Acesso em: 14 ago. 2020). Para Certeau (2014a) a análise polemológica da cultura, do cotidiano e do espaço passa pela guerra (disputa, tensão) entre estratégias e táticas.

princípio fundante das *artes* ou *maneiras de fazer*: “consumos combinatórios e utilitários”, uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar (CERTEAU, 2014a, p. 41). Em função disso as práticas cotidianas podem ser apreendidas em suas formalidades⁵⁴, Certeau (2014a) sugere para isso duas abordagens metodológicas relacionadas à realização de enquetes⁵⁵: (i) a primeira de cunho descritivo com ênfase nas maneiras de fazer selecionadas segundo algum interesse das estratégias de análise, buscando-se descobrir e ampliar as variantes diferenciadas; (ii) a segunda diz respeito ao emprego de literatura científica suscetível de fornecer hipóteses sobre a lógica das práticas cotidianas⁵⁶. O autor chama a atenção para o fato de que a pesquisa das formalidades e a análise polemológica das práticas cotidianas precisam ser compreendidas em sua complexidade (extensão, linguagem de cada campo, formas de operação) e em relação a um dado contexto (situado no tempo e no espaço, ligado à situações sociais e à relações de forças) pois constantemente as pesquisas são suplantadas por novas lógicas que estas práticas apresentam, desconfigurando aquelas internas de cada observação e investigação. Portanto, para a apreensão das práticas cotidianas a *historicidade social* (em seus aspectos sócio-espaciais) é fator determinante, no qual os “sistemas de representações ou os procedimentos de

⁵⁴ A pesquisa da formalidade das práticas cotidianas, embora tenha uma relação complementar, é essencialmente uma crítica sobre as pesquisas estatísticas destas práticas. Para Certeau (2014a) a sondagem estatística só encontra o que é homogêneo, só consegue apreender o material dessas práticas e a nomeação de objetos que à elas se relacionam. A estatística não seria capaz de apreender as formas, ou melhor, a pluralidade e heterogeneidade de manipulações, discursividades combinadas, inventividades artesanais e de bricolagens. Por princípio, a estatística mantém a sua força calculista em função da capacidade de dividir, de fragmentar a análise, perdendo aquilo que julga procurar ou representar (CERTEAU, 2014a).

⁵⁵ A noção de enquête para Certeau (2014a) parece sugerir algo a mais que só um método de pesquisa utilizado para coletar dados, depoimentos e opiniões de um grupo predefinido de entrevistados para obter informações sobre um ou vários tópicos específicos de interesse. O autor aponta o exercício monográfico (descritivo) construído por meio da enquête como forma de recompor o emprego das práticas cotidianas ao espaço e tempo vividos.

⁵⁶ Certeau (2014a, p. 42) sugere três conjuntos de campos de interesse particular para o estudo das formalidades das práticas cotidianas: (i) trabalhos sociológicos, antropológicos e históricos sobre o desenvolvimento de teorias dessas práticas – entre ritos e bricolagens, manipulações de espaços e operações em rede – (de E. Goffman a P. Bourdieu, de Mauss a M. Detienne, de J. Boissevain a E. O. Laumann); (ii) pesquisas etnometodológicas e sociolinguísticas que se ocuparam em destacar os processos de interações cotidianas relativas à estruturas de expectativa, negociação e improvisação (de H. Garfinkel, W. Labov, H. Sacks, E.A. Schegloff); (iii) semióticas e filosofias da “convenção” (O. Ducrot a D. Lewis), as lógicas pesadas formalizadas e sua extensão à filosofia analítica nos domínios da ação (G. H. von Wright, A. C. Danto e R. J. Bernstein), do tempo ((A. N. Prior, N. Rescher e J. Urquhart) ou da modalização (G. E. Hughes e M. J. Cresswell e A. R. White).

fabricação não aparecem mais só como quadros normativos, mas como *instrumentos manipuláveis por usuários*” (CERTEAU, 2014a, p. 78).

Para Certeau (2014a, p. 43), estes princípios, abordagens e todas as áreas de reflexão com seus interesses possibilitam um tipo de “travessia do campo cultural” que é realizada por meio de problemáticas e hipóteses a serem verificadas por “sondagens localizadas”, dado a diversidade e pluralidade de questões que atravessam as práticas cotidianas. Este exercício não pode se separar das relações e condições de força que constituem as sociabilidades de um território, de um lugar e dos espaços.

O inconveniente do método, condição do seu sucesso, é extrair os documentos de seu *contexto histórico* e eliminar as *operações* dos locutores em circunstâncias particulares de tempo, de lugar e competição. É necessário que se apaguem as práticas linguísticas (e o espaço de suas táticas), para que as práticas científicas sejam exercidas no seu campo próprio. (CERTEAU, 2014a, p. 76)

Há um sentido claro nesta investigação das práticas cotidianas em apreender os tipos de operações que caracterizam o consumo na rede de uma economia e “reconhecer nessas práticas de apropriação indicadores da criatividade que pulula justamente onde desaparece o poder de se dar uma linguagem própria” (CERTEAU, 2014a, p. 43). Segundo Certeau (2014a, p. 82), estas práticas se fazem na *urgência e ressurgência* das práticas populares, situadas no “coração das praças-fortes da economia contemporânea”, no âmbito das cidades e dos espaços urbanos, por caminhos que podem indicar uma transformação do objeto de estudo e do lugar de onde se estuda. É a diferença e a tensão entre estas operações cotidianas e o campo de forças em que se situam que determina a noção de uma *análise polemológica da cultura, do cotidiano e do espaço*. Esta análise torna evidente a necessidade de entender e diferenciar os tipos de operações (ações) no interior das redes de consumidores pelo sistema de produtos e também estabelecer “distinções entre as margens de manobra permitidas aos usuários pelas conjunturas nas quais exercem a sua arte” (CERTEAU, 2014a, p. 43-44).

Na *análise polemológica* considera-se que a figura de uma marginalidade não corresponde mais a pequenos grupos, mas se trata de uma marginalidade de massas, universalizada, de uma maioria silenciosa. A marginalidade de massas é a “atividade cultural dos não produtores de cultura, uma atividade não assinada, não legível, mas

simbolizada, e que é a única possível a todos aqueles que no entanto pagam, comprando-os, os produtos espetáculos onde se soletra uma economia produtivista” (CERTEAU, 2014a, p. 43). Se tratando da compartimentalização e da fragmentação dos tempos e espaços – que se institui como “lógica disjuntiva da especialização pelo e para o trabalho” –, as massas não lhes conferem correspondência em seus “rituais conjuntivos de comunicação” (CERTEAU, 2014a, p. 83-84). No limite, as práticas cotidianas das massas configuram-se em “práticas do *desvio*” ou da “*dissimulação econômica*”, como “retorno de uma ética sociopolítica a um sistema econômico” (CERTEAU, 2014a, p. 84). Por isso, o cotidiano e suas determinações sociais e políticas ganham especial interesse na medida em que a sua instauração (invenção-produção) expande suas fronteiras por meio de uma vontade totalizante, em que se percebe os efeitos da degradação sociocultural mas também dos artifícios de subversões. As *táticas de consumo* (produção) articulam as “engenhosidades do mais fraco para tirar partido do forte”, isto leva então a uma *politização das práticas cotidianas* (CERTEAU, 2014a, p. 44).

Sob este ponto de vista, a *Cultura* é uma espécie de modelo que articula conflitos e desloca ou controla a razão do mais forte, desenvolvendo-se por meio de tensões, violências e *estratégias* que determinam e fornecem “equilíbrios simbólicos, contratos de compatibilidade e compromissos mais ou menos temporários” (CERTEAU, 2014a, p. 44). Segundo Perrot (1998), a relevância política das práticas cotidianas e do sujeito emerge da problemática da atomização do tecido social, donde Certeau (2014a) recusa todo individualismo metodológico para reivindicar as conquistas da história social e cultural – a compreensão de que cada individualidade é também o lugar em que se movimenta uma pluralidade incoerente por meio de um amplo conjunto de determinações relacionais. Desse modo, a perspectiva de Certeau (2014a, 2014b) sobre a problemática da cultura, no que se refere à dimensão do cotidiano, é situada entre dois polos que opõem as “lógicas do fazer à lógica dos fatos, a arte das táticas às ciências dos ordenamentos estratégicos, as astúcias da ação aos enquadramentos operatórios dos espaços sociais ou simbólicos” (CHARTIER; HÉBRARD, 1998, p. 30).

Neste enquadramento, outra questão fundamental é o fato de que os fazeres comuns da vida cotidiana, entendidos também como táticas de consumo, não podem ser restituídos no espaço racional e abstrato da cultura erudita. Na análise polemológica busca-se iluminar estes polos de operações dando ênfase às táticas de

consumo (operações e práticas cotidianas) e estabelecendo o contraste com a pragmática das temporalidades e a classificação ordenada dos espaços. Estas proposições possuem implicações diretas sobre a abordagem das pesquisas sócio-espaciais sobre a vida cotidiana e na interpretação das experiências e dos aspectos espaço-temporais que as operações e práticas cotidianas assumem. Do ponto de vista da crítica às ciências sociais ainda se pode destacar:

[...] que por sua construção, as ciências sociais estabelecem como cognoscível, e portanto, como pensável, o que permanece: os saberes, os hábitos, as regras, as estratégias, os dispositivos, as instituições. Aqui, ao contrário, trata-se de fornecer os meios de reconhecimento do efêmero, da ocasião aproveitada ou perdida, desse fazer que não capitaliza seus efeitos em um lugar definido, breve, de como “se” praticam comumente, isto é, no dia a dia, de maneira indefinidamente recorrente e nunca idêntica, os espaços ordenados que não “se” construiu nem se quis, mas dos quais “se” é simplesmente usuário. (CHARTIER; HÉBRARD, 1998, p. 31)

Sob a ótica polemológica as práticas cotidianas agem sob um espírito mais ou menos invisível (pelo menos ao olhar da técnica e das racionalidades abstratas e produtivistas) e persistente numa cadeia de operações criativas e astuciosas em que elas determinam e qualificam a invenção do cotidiano. Esta invenção de que trata Certeau (2014a, 2014b) são as maneiras de fazer que escapam às operações programadas, é a fabricação e produção possível dos usuários, e que são estruturantes da vida cotidiana e conseqüentemente da realidade sociocultural e sócio-espacial. Antes de serem um dado as práticas cotidianas são um conjunto de relações que operam por trajetórias não previsíveis, estabelecendo efeitos que não podem ser medidos por códigos pré-determinados, mas avaliados na relação com estes códigos e sua capacidade de transfigurá-los ou contorná-los. Por isso mesmo, vale destacar, que estas condições resultam sempre num quadro de tensão epistemológica que vai atravessar a análise sócio-espacial e da cultura como práticas, como artes de fazer. Diante disso, a posição técnica de Certeau (2014a; 2014b) é a de seguir os caminhos da cultura cotidiana, diferentemente de realizar um “inventário do espaço textual do mundo” (CHARTIER; HÉBRARD, 1998, p. 31).

Com base nas duas abordagens descritas anteriormente para a apreensão das práticas cotidianas, Certeau (2014a) desenvolve a análise polemológica das práticas cotidianas segundo três modos que são constituídos em seu conjunto:

[...] pesquisa das problemáticas suscetíveis de articular o material coletado; descrição de algumas práticas (ler, falar, caminhar, habitar, cozinhar, etc.), consideradas significativas; extensão da análise dessas operações cotidianas a setores científicos aparentemente regidos por outro tipo de lógica. (CERTEAU, 2014a, p. 44)

Há nestas proposições o estabelecimento de uma dialética entre os polos da tática e da estratégia, entendendo que suas operações se intercambiam, onde a primeira irrompe a segunda. A organização científica do trabalho, por exemplo, culmina na dupla racionalização do espaço e do tempo e é um fator constante de limitação das margens de manobra. No entanto, as astúcias dos usuários insinuam-se no próprio centro do sistema. Certeau (2014a, 2014b) vai realizar várias análises em diferentes temas para exemplificar o sentido dialético destes polos. Para ele, a cidade é o campo privilegiado por excelência das práticas ordinárias e operações táticas, muito mais que os espaços cerrados como são os locais de trabalho ou como são as fábricas⁵⁷. Mesmo assim, o autor convida a todos a penetrar nestes espaços cerrados, racionalizados, com suas arquiteturas panópticas, mas de outra forma, com o olhar atento às astúcias e às operações de desvios, mostrando um amplo repertório de práticas e situações capazes de modificar o sentido que se dá sobre o valor dos indivíduos, suas inteligências e as possibilidades de transformar o espaço e o tempo das relações sociais. Assim ele define estratégia e tática:

⁵⁷ Perrot (1998) oferece um levantamento sistemático das análises das operações táticas realizadas por operários fabris na França e suas variantes nos séculos XIX e XX. A autora se apoia em vários outros estudiosos franceses, onde todos mantêm linhas investigativas próximas ou diretamente influenciadas pelas abordagens de Michel de Certeau. A pesquisa da autora reafirma a posição de que “a formação da mão-de-obra industrial e da classe operaria é fruto historicamente, de processos longos e difíceis, a serem perpetuamente refeitos, nunca verdadeiramente acabados” (PERROT, 1998, p. 60).

Chamo de “estratégia” o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ambiente. Ele postula um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio* e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico. Denomino, ao contrário, “tática” um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. O “próprio” é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não lugar, a tática depende do tempo, vigiando para “captar no voo” possibilidades de ganho. (CERTEAU, 2014a, p. 45)

Estratégia e tática estruturam o esquema polemológico de leitura da cultura e do cotidiano. A estratégia é organizada pelo postulado de um poder e a tática é determinada pela ausência de poder. As estratégias, em função do lugar de poder (propriedade de um próprio), “elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes) capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem”, privilegiando dessa forma as relações espaciais; as táticas, por outro lado, são procedimentos (operações) que se valem das circunstâncias e criam situações favoráveis por meio de suas intervenções, dando, portanto, relevância ao tempo – “à rapidez de movimentos que mudam a organização do espaço, às relações entre momentos sucessivos de um ‘golpe’, aos cruzamentos possíveis de durações e ritmos heterogêneos” (CERTEAU, 2014a, p. 96).

[...] as estratégias apontam para a resistência que o *estabelecimento de um lugar* oferece ao gasto do tempo; as táticas apontam para uma hábil *utilização do tempo*, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder. Ainda que os métodos praticados pela arte da guerra cotidiana jamais se apresentem sob uma forma tão nítida, nem por isso é menos certo que apostas feitas no lugar ou no tempo distinguem as maneiras de agir. (CERTEAU, 2014b, p. 96-97)

Segundo Certeau (2014a), muitas maneiras de fazer e muitas práticas cotidianas (habitar, circular, falar, ler, fazer compras, cozinhar, conversar, brincar etc.) são do tipo táticas e apresentam continuidades e discontinuidades. Trata-se de práticas que “produzem sem capitalizar, isto é, sem dominar o tempo” e que colocam em contraste “a disparidade entre os espetáculos das estratégias globais e a opaca realidade de táticas locais” (CERTEAU, 2014a, p. 47-50). Do ponto de vista do

conhecimento, o autor chama a atenção que esta orientação sobre a análise das práticas cotidianas e seus espaços de ação leva ao questionamento das estruturas clivadas (fragmentadas e divididas) que ainda os veem à margem ou totalmente ausentes das epistemologias da ciência. Mas as consequências não dizem respeito apenas à produção do conhecimento mas ao próprio *estatuto do sujeito* nos sistemas técnicos e atividades especializadas, uma vez que “o investimento do sujeito diminui à medida de sua expansão tecnocrática” (CERTEAU, 2014a, p. 50).

Cada vez mais coagido e sempre menos envolvido por esses amplos enquadramentos, o indivíduo se destaca deles sem poder escapar-lhes, e só lhe resta a astúcia no relacionamento com eles, “dar golpes”, encontrar na megalópole eletrotecnizada e informatizada a “arte” dos caçadores ou dos rurícolas antigos. A atomização do tecido social dá hoje uma pertinência política à questão do sujeito. (CERTEAU, 2014a, p. 50-51)

Estas maneiras e criações de se reapropriar dos sistemas e códigos produzidos utilizam de recursos e técnicas de reemprego onde se pode reconhecer procedimentos, novas estruturas e funções, outras espacialidades e temporalidades das práticas cotidianas. Certeau (2014a) ressalta determinadas lógicas que devem atravessar e estruturar o campo de análise destas práticas como os *jogos, contos, artes de dizer e relatos*. Todas estas lógicas se deslocam momentaneamente do cotidiano para a ele retornar ou modificar, criam operações disjuntivas (produtoras de acontecimentos diferenciadores), repertórios de esquemas de ação, representam sucessões de manipulações e combinações espaciais com regras, dados, práticas, funções, formas, estruturas e conflitos. Em suma, estas lógicas-ferramentas possibilitam uma aprendizagem e uma análise sob a “arte de viver no campo do outro” (CERTEAU, 2014a, p. 81).

Para Certeau (2014a, p. 81) é fundamental que neste processo de investigação se reconheça as diferenças (sociais, econômicas, históricas, espaciais) entre os praticantes (habitantes, usuários, consumidores) e os analistas (técnicos, especialistas) sem que “nenhum espaço, nem legendário ou ritual, possa instalar-se na certeza da neutralidade”, sob a consequência de que:

[...] a ruptura ou o corte entre o tempo das solidariedades (o da docilidade e da gratidão do pesquisador para com seus anfitriões) e o tempo da redação que põe à mostra as alianças institucionais (científicas, sociais) e o lucro (intelectual, profissional, financeiro etc.) tenha objetivamente nessa hospitalidade o seu meio. (CERTEAU, 2014a, p. 81-82)

A noção de uma análise polemológica da cultura, do cotidiano e do espaço se estende, portanto, do espaço polemológico (tensão entre o espaço socioeconômico / campo das estratégias e o espaço utópico / campo das táticas) ao espaço e às artes dos saberes (à tensão entre praticantes e técnicos, entre conhecimento científico e senso comum). Para Certeau (2014a; 2014b) as práticas cotidianas, enquanto táticas populares, instituem uma ordem que é representada por uma *arte*, estabelecendo estilos de invenções técnicas, de trocas sociais e de resistência moral, que podem ser resumidas em três aspectos: “uma economia do ‘dom’ (de generosidades como revanche), uma estética de ‘golpes’ (de operações de artistas) e uma ética da *tenacidade* (mil maneiras de negar à ordem estabelecida o estatuto de lei, de sentido ou de fatalidade)” (CERTEAU, 2014a, p. 83).

Sob este esquema polemológico, Certeau (2014a, 2014b) oferece uma atualização da generalização e da expansão da racionalidade tecnocrática (na escala da história contemporânea) que, ainda, consegue entre as malhas dos sistemas dispersar, fragmentar e às vezes destruir as práticas cotidianas do tipo tático, desalojando-as das unidades locais e das comunidades e grupos tradicionais, tirando-as de órbita e deixando-as vagar sobre um espaço (cotidiano e urbano) que se homogeneíza e se amplia. A contribuição de Certeau (2014a; 2014b) é mais que relevante, é estratégica para um pensamento urbano socialmente crítico, pois sugere que se apreenda o cotidiano através das práticas cotidianas dos habitantes (consumidores, praticantes, usuários), tendo como ponto de partida aquelas que são do tipo tático. Esta orientação teórico-metodológica busca recolocar o espaço sob o prisma da apropriação do tempo.

3.3.2.4 Práticas de espaço

Para Certeau (2014a), na modernidade ocidental a produção do espaço expandiu suas fronteiras entre a produção vernacular e industrial, entre o desenvolvimento orientado pelas relações táticas de apropriação e as estratégias de planificação espacial, tornando-se um dos paradigmas da economia capitalista. Por

isso, o espaço e tempo cotidianos não podem ser isolados destas determinações históricas e nem elevados ao estatuto de categorias gerais, no sentido de uma universalidade imposta. Pensar todas as sociedades apenas por meio das relações econômico-espaciais modernas é conceber de forma errônea a *disjunção tática-estratégia e espaço-tempo como invariantes transculturais*⁵⁸, ou seja, apenas como elementos de irradiação da cultura hegemônica através de regras estáveis, niveladoras e unificadas.

Segundo Certeau (2014a), pode-se considerar que o desenvolvimento das *táticas espaciais* e do *usuário tático dos espaços* (habitante, praticante consumidor) está ligado a uma dupla condição: de um lado, a progressiva industrialização e mercantilização da produção do espaço, definidos pela banalização do mercado; de outro lado, a disjunção entre as redes de agentes e promotores técnicos do espaço e a pluralidade dos habitantes. O autor chama a atenção sobre o fato de que para cada novo dispositivo estratégico criado surgem (quer dizer, produz-se e fabrica-se) novas artes táticas de fazer, o que não é diferente em relação às práticas espaciais, que necessitam apenas de tempo para serem inventadas no cotidiano. De outro modo, “as práticas do espaço tecem com efeito as condições determinantes da vida social”, são constituintes e estruturantes da realidade sócio-espacial (CERTEAU, 2014a, p. 163).

Entende-se que à medida que progridem as práticas espaciais no corpo social ocorre o avanço das estratégias de individuação que permite o consumo fora do espaço público. No momento em que o sujeito puramente político, econômico ou científico desaparece das estratégias espaciais, no momento em que o espaço social no qual se instala a existência cotidiana está totalmente ou parcialmente desimpedido, parece então elevar-se o sujeito (talvez temporariamente) de uma produção privada ligada à construção de espaços locais constituídos pelo privado e pelo íntimo. O homem cotidiano, dedicado às reviravoltas repetidas das culturas em suas esferas públicas, se dota de um espaço limitado mas irredutivelmente seu, que se torna a sua possibilidade de manipulação e desenvolvimento (CERTEAU, 2014a; 2014b).

Nas perspectivas de Certeau (201a; 2014b), Giard (2014a; 2014b) e Mayol (2014) o desenvolvimento das práticas espaciais é central para a construção da

⁵⁸ Esta análise é realizada por Chatier e Hébrard (1998) quanto à disjunção oral-escrita como a invariante transcultural. Aqui retoma-se os pressupostos desta análise de forma análoga às disjunções tática-estratégia e espaço-tempo.

realidade social e, portanto, para a análise polemológica das práticas cotidianas e também de qualquer processo de apreensão da vida cotidiana no âmbito das cidades – com vistas à formação do homem cotidiano e à apreensão da realidade urbana. Este desenvolvimento ocorre essencialmente sob a forma da experiência do pedestre, prolongado pelo ato de caminhar – este ato “está para o sistema urbano como a enunciação (*o speech act*) está para a língua ou para os enunciados proferidos”; a cidade, entendida como a língua e como um campo de possíveis, é atualizada e reinventada pelas *enunciações dos pedestres* (CERTEAU, 2014a, p. 164). Para Dosse (2013, p. 90), esta analogia entre a cidade e língua, caminhar e falar, permite “valorizar os processos de apropriação da topografia urbana pelos seus atores que se desenvolveriam a partir das relações possíveis entre os polos diferenciados” – práticas espaciais do tipo tática e do tipo estratégia.

Há uma implicação direta destes argumentos sobre o engajamento e a maneira como técnicos, urbanistas e planejadores urbanos estabelecem suas leituras sobre a cidade e suas relações sócio-espaciais. Assim como Lefebvre (2006), Certeau (2014a) vê a cidade como lugar de desejo, de diferenças e de pluralidade e, por isso, entende a produção do espaço vivido e praticado (cotidiano) como indissociável do caminhar de seus habitantes que, em última análise, define um ponto de vista sobre a cidade e um tipo de experiência do espaço. Certeau (2014a) diferencia a figura do *pedestre* (caminhante, praticante) da figura do *voyeur* (normalmente os técnicos) para definir dois tipos da experiência urbana e dois tipos de representação da cidade.

Os *voyeurs* se colocam à distância das relações sócio-espaciais, seus corpos não se afetam pelas ruas, pelas tensões, conflitos e toda espécie de estímulos que elas proporcionam. Buscam instituir uma “visão de conjunto”, uma “visão do alto da cidade” passível de estabelecer um domínio sobre a cidade, definindo um processo de representação que se dá por meio de uma “cidade-panorama”, entendida como um simulacro teórico e visual em que se desconhece toda a sorte das práticas espaciais e cotidianas (CERTEAU, 2014a, p. 158-159). Para Certeau (2014a), esta posição do *voyeur* se estabeleceu historicamente onde a vontade de ver a cidade precedeu os meios de satisfazê-la, impondo-se como único ou predominante ponto de vista, o que configura uma grande ficção do saber e do processo de compreensão da realidade urbana.

Os pedestres, por sua vez, caracterizam os praticantes ordinários da cidade, seus corpos estão diretamente envolvidos com as relações sócio-espaciais,

atravessam as formas cheias e vazias do espaço urbano sem exatamente compreendê-lo em seu todo, estabelecendo uma rede de múltiplos itinerários e de histórias múltiplas por meio de representações cotidianas que permanecem indefinidas mas que dizem respeito à uma “cidade-habitada” que se percebe ao rés do chão e sob o olhar de baixo (CERTEAU, 2014a, p. 159).

Escapando às totalizações do olhar, existe uma estranheza do cotidiano que não vem à superfície, ou cuja superfície é somente um limite avançado, um limite que se destaca sobre o visível. Neste conjunto, eu gostaria de destacar práticas estranhas ao espaço “geométrico” ou “geográfico” das construções visuais, panópticas ou teóricas. Essas práticas do espaço remetem a uma forma específica de “operações” (“maneiras de fazer”), a “uma outra espacialidade” (uma experiência “antropológica”, poética e mítica do espaço) e a uma mobilidade *opaca e cega* da cidade. Uma cidade *transumante*, ou metafórica, insinua-se assim no texto claro da cidade planejada e visível. (CERTEAU, 2014a, p. 159)

Segundo Certeau (2014a, p. 163-164), o ato de caminhar configura práticas que são multiformes, resistentes, astuciosas, que não se localizam mas que espacializam-se, estabelecendo-se e definindo-se como “*espaço de enunciação*”, dada a sua “tripla função enunciativa”: (i) possibilitar um processo de *apropriação* do sistema topográfico pelo pedestre (“assim como o locutor se apropria e assume a língua”); (ii) criar as condições de *realização espacial do lugar* (“assim como o ato de falar é uma realização sonora da língua”); (iii) constituir *relações* entre posições diferenciadas como “contratos pragmáticos sob a forma de movimentos” (“assim como a enunciação verbal é alocação, coloca o outro em face de locutor e põe em jogo contratos entre colocutores”). Sob a mesma ótica, Certeau (2014a) caracteriza a enunciação pedestre (ato de caminhar) com base em três características comuns ao ato de escrever: o *presente*, o *descontínuo* e o *fático*. Para o autor, o caminhante, em seu presente, inventa, atualiza e desloca o conjunto de possibilidades, proibições e significantes que uma ordem espacial possa estabelecer, inclusive deixando de lado elementos espaciais. Ele cria desse modo algo descontínuo por meio do uso que faz do espaço urbano. Também se coloca em relação ao outro de modo fático (em contato), por meio de “uma organicidade móvel do ambiente, uma sucessão de *topoi* fáticos” (CERTEAU, 2014a, p. 165).

No quadro da enunciação, o caminhante constitui, com relação à sua posição, um próximo e um distante, um *cá* e um *lá*. Pelo fato de os advérbios *cá* e *lá* serem precisamente, na comunicação verbal, os indicadores da instância locutora – coincidência que reforça o paralelismo entre a enunciação linguística e a enunciação pedestre – deve-se acrescentar que essa localização (*cá-lá*) necessariamente implicada pelo ato de andar e indicativa de uma apropriação presente do espaço por um “eu” te igualmente por função implantar o outro relativo a esse “eu” e instaurar assim uma articulação conjuntiva e disjuntiva de lugares. (CERTEAU, 2014a, p. 165)

Contrariamente, o processo de caminhar pode reportar-se em *mapas urbanos* (de modo a traduzir-se em traços) e em *trajetórias*, onde os destaques de percursos geram perdas de informações: “o próprio ato de passar a operação de ir, vagar ou olhar as vitrines” (atividades dos passantes) é transposto em “pontos que compõem sobre o plano uma linha totalizante e reversível” (CERTEAU, 2014a, p. 163). Neste processo se capta apenas o resíduo colocado sobre um *não-tempo* de uma superfície de projeção, ou seja, o *traço* substitui o lugar da *prática*. Portanto, a perspectiva de Certeau (2014a), a qual se adota aqui, a prática de espaço e a enunciação pedestre devem ser destacadas de suas representações no papel e apreendidas quanto às modalidades, isto é, os tipos de relação sócio-espacial que mantêm com os percursos ou enunciados. Quanto a isso, Certeau (2014a) sugere a atribuição de valores ao campo das modalidades como processo metodológico de análise:

[...] um valor de verdade (modalidade “aléticas” do necessário, do impossível, do possível ou do contingente), um valor cognitivo (modalidades “epistêmicas” do certo, do excluído, do plausível ou do contestável), ou enfim um valor concernente a um dever-fazer (modalidades “deonticas” do obrigatório, do proibido, do permitido ou do facultativo). (CERTEAU, 2014a, p. 166)

Em síntese, as práticas do espaço, caracterizadas e reconhecidas por meio da prática ou ato do caminhar, corresponde à manipulações e produções sobre elementos de base de uma ordem construída, estabelecendo-se como desvios relativos representados pelo sistema urbano. Em analogia às figuras de linguagem, Certeau (2014a, p. 167) vê o espaço geométrico dos urbanistas e planejadores urbanos valer-se como o “sentido próprio construído pelos gramáticos e pelos linguistas” que visam estabelecer um nível normal ou um quadro normativo, aos quais se podem referir “os desvios e variações do sentido figurado”. As práticas de espaço e o ato de caminhar jogam com as organizações espaciais, não lhes são estranhos

(não se passam alhures) e nem os são conforme (não recebem delas a sua identidade) (CERTEAU, 2014a).

3.3.2.5 *Relatos de espaço*

Certeau (2014a) toma como mais uma ferramenta de leitura das práticas cotidianas os *relatos de espaço* – entendidos como uma “arte moderna da expressão cotidiana” que atravessa e organiza os lugares (AUGOYARD apud CERTEAU, 2014a, p. 167). Certeau e Giard (2014b) apontam as redes de *gestos* e *relatos* como fundamentais para uma democratização da experiência e da estética urbanas. Para os autores, estes elementos se caracterizam como *operações* realizadas sobre e com o léxico das coisas e do espaço, manipulam e deslocam situações e objetos modificando-lhes as estruturas e os empregos (usos). Os gestos e relatos também são compreendidos como *arquivos da cidade* que reempregam o passado sob os *usos* e *apropriações* do presente, são “artes de fazer com” e são “usos polissêmicos dos lugares e das coisas”, possibilitando o refazimento diário da paisagem urbana (CERTEAU e GIARD, 2014b, p. 200-201).

Para Certeau e Giard (2014b, p. 200) os gestos e relatos são instrumentos poderosos que dão acesso ao que a cidade é: “mítica”; eles “acrescentam à cidade visível as cidades invisíveis de que fala Calvino”, “tornam a cidade confiável, atribuindo-lhe uma profundidade ignorada”. Neste sentido, os autores compreendem a cidade como um teatro de uma guerra de relatos – entre os grandes relatos (da televisão, publicidade, poder político) e os pequenos relatos (de rua, bairro, vizinhança) – de modo que os pequenos relatos devam ser resgatados e incorporados às atividades de planejamento, construção e restauração das cidades. Segundo os autores, “habitar é narrativizar” – pelas histórias e relatos os espaços se tornam habitáveis e, por isso, são disputados exigindo das sociedades uma “gestão democrática da credibilidade urbana” –, de tal maneira que os relatos configuram os “fantasmas” que assolam o desenvolvimento urbano e reclamam o lugar destas dimensões (do habitar e da mítica) no quadro da realidade urbana cotidianamente vivida (CERTEAU e GIARD, 2014b, p. 201-202).

Com base nisso, procura-se entender o papel dos relatos de espaço neste processo de identificação e de formação da realidade urbana. Inicialmente apresenta-se a distinção que Certeau (2014a) faz entre *espaços* e *lugares*.

Um *lugar* é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha portanto excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do “próprio”: os elementos considerados se acham uns *ao lado* dos outros, cada um situado num lugar “próprio” e distinto que define. Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade.

Existe *espaço* sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. O espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada, isto é, quando é percebida na ambiguidade de uma efetuação, mudada em um termo que depende de múltiplas convenções, colocada como o ato de um presente (ou de um tempo), e modificado pelas transformações devidas a proximidades sucessivas. Diversamente do lugar, não tem portanto nem a univocidade nem a estabilidade de um “próprio”. (CERTEAU, 2014a, p. 184)

O “*espaço é um lugar praticado*” (CERTEAU, 2014a, p. 184). A rua, a praça ou um parque são geometricamente definidos por urbanistas e planejadores urbanos, mas são transformados em espaço à medida que as práticas dos pedestres, caminhantes, usuários e/ou habitantes se desenvolvem. Certeau (2014a, p. 184-185) baseia-se na diferenciação que Merleau-Ponty estabeleceu entre “um *espaço geométrico* (‘espacialidade homogênea e isotrópica’, análoga do nosso ‘lugar’)” e outra espacialidade reconhecida como “*espaço antropológico*”. Esta diferenciação, que também se assemelha ao debate promovido por Lefebvre (2006), evidencia a separação existente entre a forma unívoca da geometria dos espaços e a experiência de um *fora*, na qual “*o espaço é existencial e a existência é espacial*” (PONTY apud CERTEAU, 2014a, p. 185). Esta experiência é fundamentalmente a relação que os indivíduos estabelecem com o mundo, trata-se da sua individualidade e sociabilidade situadas em relação a um meio – “um ser situado por um desejo, indissociável de uma ‘direção da existência’ e plantado no espaço de uma paisagem” (CERTEAU, 2014a, p. 185).

Esta experiência fundamental do *ser* por meio do espaço é expressa mediante suas práticas cotidianas. Segundo Certeau (2014a, p. 185), no exame dessas práticas, sobretudo através dos relatos de espaço, se verifica a oposição entre *lugar* e *espaço* de acordo com duas determinações: uma, por objetos “reduzíveis ao *estar-aí* de um morto, lei de um lugar” (corpo inerte que funda um lugar); e outra, por

operações que, “atribuídas a uma pedra, a uma árvore ou a um ser humano, especificam ‘espaços’ pelas ações de *sujeitos* históricos” (o movimento parece sempre condicionar a produção de um espaço que se associa à uma história). Neste sentido, pode-se entender que os relatos de espaço ao revelar as práticas cotidianas e de espaço trazem como possibilidade e operação a transformação de *lugares em espaços* ou *espaços em lugares*. Desse modo, seria possível compreender um conjunto de tipologias destes relatos em termos de identificação de lugares e da efetuação e prática de espaços.

Ao retomar o centro operativo destas práticas (o ato de caminhar ou a enunciação de pedestre) e o papel que os relatos de espaços podem desempenhar no processo de apreensão da realidade cotidianamente vivida, Certeau (2014a) expõe o argumento sobre a existência de uma retórica destas práticas, uma retórica das caminhadas, que implica a combinação de *estilos* e *usos*. O estilo conota um singular, especifica uma estrutura que manifesta no plano simbólico os modos de vida fundamentais do homem ordinário; o uso remete-se à uma norma e define o fenômeno social (cotidianização, espacialização das relações sociais) pelo qual um sistema de comunicação se manifesta. Ambos visam uma maneira de fazer (caminhar, falar, habitar, circular etc.), o primeiro sob um tratamento do simbólico e o segundo como elemento de um código (CERTEAU, 2014a). Os praticantes apresentam uma série de desvios assimiláveis às maneiras ou às figuras de estilo, destacando-se duas figuras de estilo em especial: a *sinédoque* e o *assíndeto*.

A *sinédoque* consiste em “empregar a palavra num sentido que é uma parte de outro sentido da mesma palavra”, essencialmente, ela designa uma parte no lugar do todo que a integra. Assim, “cabeça” é usada no lugar de “homem”, na expressão: “Ignoro o paradeiro de uma cabeça tão querida”. Da mesma forma, a cabana de alvenaria ou a pequena elevação de terreno é tomada como o parque na narrativa de uma trajetória. O *assíndeto* é supressão dos termos de ligação, conjunções e advérbios, numa frase ou entre frases. Do mesmo modo, na caminhada, seleciona e fragmenta o espaço percorrido; ela salta suas ligações e partes inteiras que omite. Deste ponto de vista, toda caminhada continua saltando, saltitando, como a criança, “num pé só”. Prática a elipse de lugares conjuntivos.

Estas figuras de estilo, também entendidas como *figuras deambulatórias*, implicam-se dialeticamente. Enquanto uma toma um elemento espacial para expandi-lo e fazer-se representar por um papel de “mais” (totalidade), a outra cria um “menos”, abrindo ausências no “*continuum espacial*” e retendo apenas fragmentos, restos;

enquanto uma substitui as totalidades por fragmentos (“um menos em lugar de um mais”), a outra os desata, “suprimindo o conjuntivo e o consecutivo” (“um nada em vez de alguma coisa”); enquanto uma “densifica” – “amplifica o detalhe e miniaturiza o conjunto” –, a outra “corta” – “desfaz a continuidade e desrealiza a sua verossimilhança” (CERTEAU, 2014a, p. 168). O espaço assim tratado e modificado pelas práticas cotidianas se transforma em “singularidades aumentadas e em ilhotas separadas”, fazendo dos relatos de espaço ou do trabalho retórico um “fraseado espacial de tipo antológico (composto de citações justapostas) e elíptico (faz buracos, lapsos e alusões)” (CERTEAU, 2014a, p. 168). Sob este aspecto da retórica, as figuras representam os gestos que se dá a “metamorfose estilística do espaço”, onde são introduzidos percursos, itinerários e representações que possuem uma “estrutura de mito”⁵⁹ (CERTEAU, 2014a, p. 169).

A aproximação da prática de espaço e do ato de caminhar com as formações linguísticas pode ser rebatida para o plano das figurações oníricas, ou ao menos “descobrir nesta outra face aquilo que numa prática do espaço é indissociável do lugar sonhado” (CERTEAU, 2014a, p. 170). Isto quer dizer que caminhar é também ter a falta de lugar, é um processo de estar ausente de um próprio, a *errância* pela cidade faz do caminhar uma experiência social da privação de lugar, de um espaço imediatamente cotidiano, criam-se deslocamentos e redes que configuram o tecido urbano. No nível simbólico as relações que dão sentido às práticas de espaço estão determinadas sob duas espécies de movimentos: “um de exterioridade (caminhar é sair); o outro, interior (uma mobilidade sob a estabilidade do significante)” (CERTEAU, 2014a, p. 171). De acordo com Certeau (2014a, p. 172), neste processo o espaço torna-se liberado, ocupável, indeterminado, com a função de “articular uma geografia segunda, poética, sobre a geografia do sentido literal, proibido ou permitido”. Portanto, insinuam-se outras possibilidades e viagens que não as de ordem funcionalista e histórica da circulação.

Segundo Certeau (2014a, p. 172), esta dinâmica como um todo constitui um processo de pertencimento e de *práticas significantes* que tornam o espaço habitável e que, com relação às *práticas espaciais*, sugere três funcionamentos: o *crível*

⁵⁹ O mito é entendido como um discurso relativo ao “lugar/não lugar (ou origem) da existência concreta, um relato bricolado com elementos tirados de lugares-comuns, uma história alusiva e fragmentária cujos buracos se encaixam nas práticas sociais que simboliza” (CERTEAU, 2014a, p. 168).

(legenda, apropriação), o *memorável* (lembança) e o *primitivo* (sonho). Para o autor estes três dispositivos simbólicos organizam os discursos sobre a cidade de uma maneira que também escapa à sistematicidade urbanística. A dimensão simbólica é vista por Certeau (2014a) como indissociável dos relatos de espaços e representa uma esfera da realidade urbana que vem sendo destruída em função das lógicas tecnocrática e mercantil do espaço, anulando os espaços de habitabilidade e praticados. Essencialmente, as práticas significantes que restituem a dimensão simbólica do espaço são “*práticas inventoras de espaço*” (CERTEAU, 2014a, p. 174).

As estruturas narrativas possuem valor de *sintaxes espaciais*, elas “regulam as mudanças de espaço (ou circulações) efetuadas pelos relatos sob a forma de lugares em séries lineares ou entrelaçadas” (CERTEAU, 2014a, p. 182). Entre um lugar e outro pode-se atribuir modalidades de passagem: (i) *modalidade epistêmica*, referente ao conhecimento (por exemplo, não é certo que aqui seja o mercado central); *modalidade alética*, referente à existência (por exemplo, a Terra dos Gigantes é um termo improvável); *modalidade deôntica*, referente aos deveres (por exemplo, deste ponto você tem que virar à direita e seguir reto) (CERTEAU, 2014a). Estas modalidades são apenas um esboço dentre as muitas possibilidades e a sutil complexidade com que os relatos (literários, espaciais ou cotidianos) comunicam à sociedade suas viagens, seus transportes coletivos – uma prática de espaço. Há, portanto, uma intenção de análise das operações espacializadoras e não os sistemas espaciais⁶⁰, trata-se de uma abordagem que passa do exame dos códigos às taxinomias da ordem espacial, que passa das estruturas às ações.

Segundo Certeau (2014a, p. 186), estas ações são espaciais e narrativas e, por isso, representam um *corpus*, cuja análise das descrições e dos relatos implica em duas formas elementares das práticas organizadoras de espaço: o “*mapa (map)*” e o “*percurso (tour)*”. O mapa configura-se pelo *ver* (visualizar), é um conhecimento da ordem dos lugares, representa ou desenha um *quadro* com o sentido de localizar posições, por exemplo quando se diz: “*Ao lado da praça fica o Mercado Municipal*”. O percurso designa um *ir*, uma ação espacializante que organiza *movimentos*, um

⁶⁰ Certeau (2014a, p. 183) reúne uma série de estudos que fornecem métodos e categorias à este respeito: a semântica do espaço (John Lyons); psicolinguística da percepção (Miller e Johnson-Laird); sociolinguística das descrições dos lugares (William Labov); fenomenologia dos comportamentos organizadores de territórios (Albert E. Schefflen e Norman Aschcraft); etnometodologia dos índices de localização na conversa (Emanuel A. Schegloff); semiótica que estuda a cultura como uma metalinguagem espacial (Y. M. Lotman e B. A. Ouspenski).

caminho para percorre-lo, por exemplo: “*Você segue reto até o parque, vira à direita e entra no segundo posto de atendimento*”. Estes elementos estão presentes em todas as escalas da percepção e da experiência com o espaço, desde a vivência dos espaços de moradia, da rua, do bairro, da cidade até a região. Para Certeau (2014a), nas descrições e relatos de espaço estes termos se constituem em *operações cotidianas* de como acessar, atravessar, percorrer, localizar, apontar, direcionar, orientar e caminhar pelos espaços.

A propósito do *percurso* ou *circuito*, como também é chamado, Certeau (2014a) o compreende como um *ato de enunciação* (*speech act*), capaz de fornecer uma série de caminhos pelos quais se acessa um determinado espaço; o *caminho* (*path*), por sua vez, configura uma série de unidades que têm a forma de *vetores estáticos* (à direita, à esquerda, logo à frente etc.) e de *vetores móveis* (se você virar à esquerda então...). Os relatos de espaço oscilam entre mapas e percursos, podendo em determinada situação ou de acordo com a experiência de cada habitante apresentar-se predominantemente através de uma ou outra forma. Ainda se pode precisar melhor as relações que ocorrem entre *indicadores de percursos* e *indicadores de mapas* e como eles afetam a experiência urbana.

Para além das questões de interação e de convenções sociais, estes elementos do tecido narrativo implicam numa questão fundamental da pesquisa sócio-espacial e da apreensão do cotidiano (dada a atividade técnica de urbanistas e planejadores urbanos): *a relação entre um percurso (itinerário, caminho, circuito) – que aqui se trata de uma série discursiva de operações e ações que se espacializam – e o mapa (imagem do lugar) – que é uma descrição minimamente redutora e totalizante das observações*. Estas duas formas de percepção são linguagens simbólicas e antropológicas do espaço que se constituem em dois *polos da experiência urbana e cotidiana*, de modo que tanto a cultura ordinária quanto o discurso científico passam de uma forma à outra. Elas são indispensáveis à estrutura dos relatos de espaço e cotidianos como parte de uma análise sócio-espacial, em que se pode comparar a combinação de percursos e mapas nos relatos com a maneira como são ao longo de uma série histórica, ou de um momento de inflexão das transformações urbanas, ou lentamente quando dissociados nas representações literárias e científicas do espaço.

Para Certeau (2014a) estas categorias são especialmente importantes porque desde o nascimento o discurso científico moderno foi-se separando aos poucos dos

percursos e, por outro lado, os mapas foram ganhando autonomia e destaque mas representados sem as inscrições das ações dos habitantes e praticantes. Eles foram colonizando o espaço, eliminando aos poucos as figurações pictóricas das práticas que os reproduziam.

O desenho articula práticas espacializantes, como os planos de itinerários urbanos, artes de gestos e relatos de passos, que servem para os japoneses como “caderninhos de endereços”, ou como o admirável mapa asteca (século XV) que descreve o êxodo dos Totomihuacas em um traçado que não segue o relevo de uma “estrada” (ainda não havia), mas um “diário de marcha” – traçado escalonado por marcas de passos com distâncias regulares entre eles e pelas figuras de acontecimentos sucessivos no decorrer da viagem (refeições, combates, travessias de rios ou montanhas etc.): não “mapa geográfico”, mas “livro de história”. [...] a proliferação das figuras “narrativas” que o povoam durante muito tempo (navios, animais e personagens de todo tipo) tem ainda por função indicar as operações – de viagem, guerreiras, construtoras, políticas ou comerciais – que possibilitam a fabricação de um plano geográfico. [...] essas figurações, como fragmentos de relatos, assinalam no mapa as operações históricas de que resulta. (CERTEAU, 2014a, p. 188)

Os mapas foram transformados pela geometria euclidiana e mais tarde descritiva, transformando-se em um conjunto formal de lugares abstratos em que o sistema de projeção das informações tensiona os *dados recebidos* por uma tradição mas os dá relevo, e apaga ou obscurece os *dados produzidos* pelos praticantes ou por uma observação, deixando de evidenciar a heterogeneidade e pluralidade de lugares. “O mapa se tornou só”, “as descrições dos percursos desapareceram”, “a organização reconhecível nos relatos de espaço da cultura cotidiana se acha portanto invertida pelo trabalho que isolou um sistema de lugares específicos” (CERTEAU, 2014a, p. 189). A questão central colocada por Certeau (2014a, p. 189) não é sobre a presença ou ausência das práticas nestas descrições (mapa e percurso), pois elas estão sempre atuando, mas o fato de que os mapas quando “constituídos em lugares próprios para *expor os produtos* do saber” formam os quadros de “resultados *legíveis*”. Os relatos de espaço e cotidianos, por outro lado, exibem e narram as formas diversas de uma ordem imposta e, apesar de tudo, o que se pode aí fabricar, produzir e fazer, “são feitura de espaço” (CERTEAU, 2014a, p. 189).

Os relatos de espaço apresentam outra característica igualmente importante, exercem o papel de *demarcação*, realizado por meio de “*operações de demarcação*” que tomam os fragmentos da história e da realidade cotidianamente vivida para

realizar bricolagens num todo, fundando e articulando espaços (CERTEAU, 2014a, p. 191). Segundo Certeau (2014a, p. 191), esta noção possibilita um campo muito rico à análise das espacialidades, passando por questões como “*dimensão* (extensionalidade), *orientação* (vetorialidade), *afinidade* (homografia)”, mas apresenta uma questão fundamental: “a distribuição do espaço que as estrutura”.

Desde a distinção que separa de sua exterioridade um sujeito até aos cortes que localizam os objetos, desde o habitat (que se constitui a partir da parede) até a viagem (que se constrói em cima do estabelecimento de um “alhures” geográfico ou de um “além” cosmológico), e no funcionamento da rede urbana como no da paisagem rural, *não existe espacialidade que não organize a determinação de fronteiras*. (CERTEAU, 2014a, p. 191)

Desse modo, Certeau (2014a) mostra a relevância que o *relato* possui na organização do espaço e destas fronteiras, considerando que toda descrição é mais do que uma operação de fixação mas um ato culturalmente criador. Neste sentido, os relatos de espaço (como relatos cotidianos) autorizam, superam e criam deslocamentos e limites (jogam constantemente com este processo de estabelecer e ultrapassar os limites). Trata-se de um processo de percepção e análise sócio-espacial que cria um *mapeamento altamente dinâmico do espaço*. “Onde o mapa demarca, o relato faz uma travessia”, ele instaura “uma caminhada (‘guia’) e passa através (‘transgride’); seu espaços de operações são feitos de movimentos: “é *topológico*, relativo às deformações de figuras, e não *tópico*, definidor de lugares”; o limite aí “só circunscreve a modo de ambivalência” (CERTEAU, 2014a, p. 191). Portanto, esta orientação analítica de Certeau (2014a) incorpora a língua *falada*, ou melhor, um sistema linguístico distributivo de lugares ao mesmo tempo *articulado* por atos que o pratica, que estabelece uma experiência do espaço e tempo cotidianos (praticados, habitados, vividos).

3.3.2.6 Maneiras de morar

No *Tomo II* de *A invenção do cotidiano* Mayol (2014) oferece um estudo concreto sobre as práticas cotidianas visando a descrição e a análise dos processos de apropriação do espaço urbano do bairro Croix-Roussse na cidade de Lyon, com base nas maneiras de morar e nas trajetórias que uma família realiza no bairro. Como ponto de partida o autor estabelece a apropriação crítica da união de dois processos

nos quais a pesquisa se fundamenta: a *sociologia urbana do bairro*, que normalmente privilegia dados quantitativos em relação ao espaço e à arquitetura⁶¹, e a *análise socioetnográfica da vida cotidiana* que diz respeito às pesquisas folcloristas e dos historiadores da chamada cultura popular, bem como painéis poéticos e míticos⁶². Para não cair nas fragilidades e equívocos que uma linha ou outra possa obter Mayol (2014, p. 36) estabelece o seguinte eixo norteador: “trabalhar a matéria objetiva do bairro (imposições externas, disposições etc.) apenas até o ponto onde ele é a terra eleita de uma encenação da vida cotidiana”, indicando, desse modo, que a vida cotidiana será trabalhada não como um objeto recortado do campo social (o bairro, a vida cotidiana) mas em sua relação com objetos e o espaço onde se desenvolve, espaço este que relaciona o público e o privado e coloca em evidência os processos de apropriação por parte dos usuários. Para o autor, esta é uma das condições de “possibilidade da vida cotidiana no espaço urbano” e que molda a noção de *bairro* (MAYOL, 2014, p. 36).

Mayol (2014, p. 39) retoma uma proposição de Henri Lefebvre para quem “o bairro é uma porta de entrada e de saída entre espaços qualificados e o espaço quantificado”, buscando indicações das dimensões que definem o bairro. Com base nos trabalhos do sociólogo francês, Mayol (2014, p. 39) compreende o bairro como um “domínio onde a relação espaço/tempo é a mais favorável para um usuário que deseja deslocar-se por ele *a pé saindo de sua casa*”. Para o autor, o bairro é um *pedaço de cidade* resultante do ato de caminhar que pouco a pouco vai constituindo

⁶¹ São descritas informações e análises sobre contexto histórico, as transformações e intervenções do espaço urbano ao longo do tempo, a implantação de equipamentos e marcos urbanos, a divisão espacial segundo os usuários, ocupações dos espaços abandonados, a relação formal dos espaços de moradia com as atividades produtivas e operárias, as características técnico-construtivas dos espaços de moradia e públicos em função dos interesses dos empreendimentos para ocupação do bairro, a configuração do desenho urbano e do sistema de circulação e acessos em relação à topografia urbana, os ritmos e trajetórias no espaço do bairro e em espaços domésticos, condições bioclimáticas dos espaços, dados demográficos da população etc.

⁶² São descritas informações e análises sobre tradições culturais, trocas intergeracionais, vivência dos ciclos da vida como nascimentos, fase adulta e envelhecimento, usos dos espaços públicos e domésticos, relações de sociabilidades e de convivência nestes espaços, dramas familiares e socioeconômicos da guerra, formações familiares, perfis socioetnográficos e socioeconômicos da população, dinâmicas de migrações populacionais, mudanças dos usos e funções dos estabelecimentos comerciais, análises de comportamentos sociais, a relação das práticas cotidianas com os objetos e as tecnologias, os impactos dos processos de comunicação e produção de imagens, as relações familiares nos espaços domésticos em função dos ciclos circadianos, as relações de parcerias entre vizinhos e comerciantes, o papel de determinados sujeitos nos laços sociais estabelecidos na vizinhança etc.

significado por meio do vínculo orgânico com a residência, o que define o limite que distingue o espaço privado do público (MAYOL, 2014).

Diante do conjunto da cidade, atravancado por códigos que o usuário não domina, mas que deve aí, em face de uma configuração dos lugares impostos pelo urbanismo, diante dos níveis sociais internos ao espaço urbano, itinerários para o seu uso ou sem prazer, que são as marcas que ele soube, por si mesmo, impor ao espaço urbano. O bairro é uma noção dinâmica que necessita de uma progressiva aprendizagem, que vai progredindo mediante a repetição do engajamento do corpo do usuário no espaço público até exercer aí uma apropriação. A trivialidade cotidiana desse processo, partilhado por todos os cidadãos, torna inaparente a sua complexidade enquanto prática cultural e a sua urgência para satisfazer o desejo “urbano” dos usuários da cidade. (MAYOL, 2014, p. 39-40)

Considerando o uso habitual do bairro, Mayol (2014) sustenta a noção de um espaço que se desenvolve com a privatização progressiva do espaço público, configurando-se em um *dispositivo prático* que de alguma forma assegura a continuidade entre o mais íntimo (o espaço privado da residência, *um dentro*) e o que é mais desconhecido (o conjunto da cidade, o espaço urbano, *um fora*). Para o autor, o bairro constitui o “termo médio de uma dialética entre o dentro e o fora”, que vai aos poucos tornando-se prolongamento de um dentro e efetuando-se por meio da apropriação do espaço urbano – “ampliação do habitáculo”, soma das trajetórias inauguradas a partir do local de habitação (MAYOL, 2014, p. 40).

Neste sentido, pode-se dizer que a vida cotidiana apreendida por meio deste dispositivo prático retoma o caráter da apropriação em função das práticas dos sujeitos, o que implica em ações que vão recompondo o espaço proposto por determinada realidade sócio-espacial. Esta perspectiva destaca a autonomia e a espontaneidade das práticas culturais (cotidianas) como necessidade para a viabilidade da vida na cidade. Ao mesmo tempo, “a prática do bairro introduz um pouco de gratuidade no lugar da necessidade”, favorecendo a utilização do espaço urbano não acabado pelo seu uso somente funcional (MAYOL, 2014, p. 42). O bairro, então, constitui-se em objeto de consumo do qual se apropria o usuário no modo da privatização do espaço público, ou, de outro modo, configura-se como um dispositivo social e cultural pelo qual “o espaço urbano se torna não somente o objeto de um conhecimento, mas o *lugar de um reconhecimento*” (MAYOL, 2014, p. 43). No limite, as práticas culturais no quadro da vida cotidiana do bairro e suas relações de

proximidade visam conceder “o máximo de tempo a um mínimo de espaço para liberar as possibilidades de deambulação” (MAYOL, 2014, p. 42).

Com base neste painel teórico e empírico sobre o quadro da vida cotidiana mediada pelas relações sócio-espaciais do bairro, Mayol (2014) aponta duas formas de registro sobre a organização da vida cotidiana: uma que se relaciona aos *comportamentos*, que são visíveis no espaço social da rua através do uso de objetos, de códigos de cortesia e do ritmo do andar; e a outra que se refere aos *benefícios simbólicos* que se espera obter pela maneira de se portar no espaço do bairro. Para o autor esta última análise traz maior complexidade por não depender tanto da descrição, mas sobretudo da interpretação, pois não se apresenta claramente aos praticantes e se conforma entre muitos fragmentos da realidade e das tradições culturais. Estes registros são especialmente importantes pois empregam sentido aos discursos e levam o autor a compreender o bairro como “o lugar onde se manifesta um engajamento social”, onde se manifesta “uma arte de conviver com parceiros (vizinhos, comerciantes) que estão ligados a você pelo fato concreto, mas essencial, da proximidade e da repetição” (MAYOL, 2014, p. 37).

Segundo Mayol (2014, p. 37), estes dois sistemas são regulados de alguma forma, dentre as quais a *conveniência* explica a maneira que cada indivíduo renuncia suas pulsões para contribuir com uma vida coletiva, de saber comportar-se, de tornar-se “parceiro de um contrato social que ele se obriga a respeitar para que seja possível a vida cotidiana”. Neste sentido, o *possível* é tomado como a forma de não tornar a vida impossível por uma quebra ou ruptura abusiva do contrato implícito que orienta a coexistência do bairro. No outro lado oposto a este espectro situa-se a ação em que o usuário ou praticante torna-se reconhecido em fundar em seu benefício próprio uma relação de forças de acordo com as diversas trajetórias que percorre. São estes fundamentos da convivialidade no espaço do bairro que levam Mayol (2014) a compreender melhor o conceito de prática cultural:

[...] esta é a combinação mais ou menos coerente, mais ou menos fluida, de elementos cotidianos concretos (*menu* gastronômico) ou ideológicos (religiosos, políticos), ao mesmo tempo passados por uma tradição (de uma família, de uma grupo social) e realizados dia a dia através dos comportamentos que traduzem em uma visibilidade social fragmentos desse dispositivo cultural, da mesma maneira que a enunciação traduz na palavra fragmentos de discurso. (MAYOL, 2014, p. 37)

Desta maneira, a noção de *prática* torna-se indissociável de uma *identidade* do habitante ou de um grupo, na medida que estas lhes permitem assumirem seus lugares na rede de relações sociais inscritas no espaço. Portanto, as relações sócio-espaciais tornam o *bairro* não só um elemento da cidade e do urbano (categoria morfológica, sociológica) mas um *domínio do espaço social*, constituindo-se para o usuário uma “parcela conhecida do espaço urbano na qual, positiva ou negativamente, ele se sente reconhecido” (MAYOL, 2014, p. 38).

Pode-se portanto apreender o bairro como esta porção do espaço público em geral (anônimo, de todo o mundo) em que se insinua pouco a pouco um *espaço privado particularizado* pelo fato do uso quase cotidiano desse espaço. A fixidez do habitat dos usuários, o costume recíproco do fato da vizinhança, os processos de reconhecimento – de identificação – que se estabelecem graças à proximidade, graças à coexistência concreta em um mesmo território urbano, todos esses elementos “práticos” se nos oferecem como imensos campos de exploração em vista de compreender um pouco melhor esta grande desconhecida que é a vida cotidiana. (MAYOL, 2014, p. 38)

Estão presentes nesta análise três questões gerais sobre o bairro e que o retratam como esse espaço apropriado pelo usuário. Em primeiro lugar, a “elucidação de uma analogia entre o bairro e a moradia”, onde cada um possui seus limites próprios mas que são também parecidos em relação à forma como o espaço recebe do usuário um controle, seja de um espaço interior ou de trajetórias percorridas no espaço urbano (MAYOL, 2014, p. 40). Estes dois atos de controle são compreendidos pelo autor como atos fundadores (no mesmo grau) da vida cotidiana em meio ao espaço urbano, sendo uma pedra fundamental do limite público/privado que instaura a estrutura do bairro para a prática dos usuários, não como elemento de desagregação mas como uma separação que une. A segunda questão diz respeito ao bairro como um “espaço de uma relação com o outro como ser social, exigindo um tratamento especial” cuja situação funda atos culturais (sair de casa, caminhar pela rua) em que o habitante é inserido numa rede de preexistências sociais (os vizinhos, a organização dos lugares, os costumes etc.) (MAYOL, 2014, p. 40-41). Este espaço se coloca como fundamental ao processo de cotidianização das relações sócio-espaciais dos sujeitos. Por último, reconhece-se o bairro como um “lugar de uma passagem pelo outro, intocável porque distante, e no entanto passível de reconhecimento por sua relativa estabilidade”, não é íntimo e nem anônimo mas “*vizinho*”, o que implica que a prática

cotidiana do bairro seja desde a infância uma “técnica de reconhecimento do espaço enquanto social” (MAYOL, 2014, p. 41).

Sob esta ótica pode-se dizer que a problematização da noção de bairro – não como um limite administrativo mas nos termos descritos aqui de uma porção da cidade eleita pelo usuário como seu campo de operações cotidianas e de estreita relação de pertencimento – possibilita aos estudos urbanos e consequentemente ao planejamento urbano uma abertura ao campo das práticas cotidianas, traduzidas em suas relações sócio-espaciais. Em última análise o bairro configura-se em um dispositivo prático que contribui com a delimitação de uma escala qualitativa de análise da realidade urbana. Contudo, é importante salientar que estes processos de análise realizados por Mayol (2014), bem como toda a construção analítica de Certeau (2014a, 2014b), se deram num momento (anos de 1970) em que as sociedades, embora já em ritmo de muitas mudanças (culturais e socioeconômicas), ainda preservava algum sentido de estabilidade ou mesmo de prosperidade.

Uma pesquisa análoga nos dias atuais teria que levar em consideração outras realidades além de vários fenômenos e acontecimentos como a desestruturação do tecido social e das antigas redes de convivialidade e pertencimento, a expansão e fragmentação dos tecidos urbanos, possíveis lacunas na comunicação entre gerações, a incorporação de recursos tecnológicos e o avanço da internet e das mídias sob todas as esferas de comportamento, a atomização de realidades profundamente desiguais e violentas etc. As mudanças no ritmo de alternâncias entre trabalho e lazer, trabalho e casa, a mobilidade entre espaços, o acesso às atividades e recursos culturais, os novos comportamentos de consumo, as tecnologias de informação, criam hoje novas configurações e possibilidades de surgimento de inúmeras outras práticas transformadoras dos produtos culturais disponibilizados para os consumidores, incluindo o espaço. Isto reafirma e justifica a importância do trabalho destes autores para a compreensão das formas contemporâneas de organização da vida cotidiana e da realidade sócio-espacial, entretanto, com o devido cuidado em relação às transformações sociais em curso.

Portanto, há duas questões que prefiguram a condição urbana da noção de bairro como tem-se tratado aqui: (i) a sua realização no nível global da produção cultural e da produção social do espaço, o que lhe confere um padrão fragmentado dentro do espaço urbano e por consequência o relativo esvaziamento da vida de bairro; (ii) e o âmbito imediato do cotidiano, as relações e necessidades de

sobrevivência que reiteram frequentemente o sentido da vida de bairro, principalmente se tratando de territórios populares. A tensão entre estas questões pode, por meio do cotidiano, revelar o resíduo dos processos da produção global e hegemônica na vida de bairro, dando margem a diferentes modos de apropriação do espaço e organização coletiva da vida. Isto quer dizer que a noção de bairro compreendida por meio da apreensão das práticas cotidianas e do espaço urbano está relacionada à sua dupla condição: a sua fragmentação e a sua indissociabilidade da constituição de um lugar, de um espaço vivido, praticado.

3.3.3 Contribuições de Humberto Giannini sobre o esquema topográfico e cronológico da vida cotidiana

Humberto Giannini⁶³ ficou reconhecido como o filósofo do cotidiano, esteve ligado à duas tendências da filosofia contemporânea, a existencialista e a fenomenológica⁶⁴, voltando-se para o conhecimento da experiência vivida⁶⁵ (ACEVEDO, 1988b; 2016). Giannini realizou uma ampla pesquisa em torno de aspectos da vida cotidiana, organizada em uma trilogia de livros: *La “reflexión” cotidiana: hacia una arqueología de la experiencia* (1965), *La experiencia moral* (1992), *Del bien que se espera y del bien que se debe* (1997). A primeira obra é a base do seu trabalho e recorrentemente é identificada como a mais importante de sua produção intelectual (HERCEG, 2014a; 2014b; RICOUER, 2014; ACEVEDO, 2016). Esta obra é o principal objeto de exploração nesta seção.

⁶³ Humberto Giannini (1927-2014) era chileno, foi filósofo, professor titular da Universidade do Chile, onde também desempenhou os cargos de diretor de dois departamentos de Filosofia e da Biblioteca Central e integrante da Comissão Superior de Avaliação Acadêmica. Também foi Doutor *honoris causa* pela Universidade de Paris, obteve o Prêmio Municipal de Literatura de Santiago por sua obra *Desde las palabras* em 1984 e também o Prêmio Nacional de Humanidades e Ciências Sociais em 1999. Foi Titular da primeira Cátedra de Filosofia criada pela Organização da Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no planeta, integrante do Comitê de Honra do Colégio Internacional de Filosofia com sede em Paris e membro da Academia Chilena de Língua do Instituto do Chile (ACEVEDO, 2016)

⁶⁴ Acevedo (2016) e o próprio Giannini (2004) veem seu trabalho como um novo aporte que avança a partir da analítica existencial do homem desenvolvida por Martin Heidegger.

⁶⁵ Segundo Acevedo (1988a, p. 203, tradução nossa), Giannini está situado em uma corrente dentro da Filosofia contemporânea (do “passo atrás”) que em vez de avançar sobre os temas grandiosos e espetaculares, “retrocede – em primeira instância – até a realidade que nos é mais próxima, até o imediato, pensando o final da vida desde uma meditação das proximidades”.

O interesse pelo trabalho de Giannini (2004) identificado nesta pesquisa se dá pelo seu ponto de vista particular sobre os elementos de apreensão e análise da vida cotidiana, entendidos desde uma abordagem sócio-espacial: primeiro porque coloca em relevo a experiência comum e social da vida cotidiana, segundo porque esta experiência é apreendida a partir da construção espacial e temporal da cotidianidade, cuja realidade é fundamentalmente urbana. Giannini (2004) apresenta uma abordagem filosófica de pesquisa sobre a existência humana que considera como ponto de partida o modo de ser imediato e regular, isto é, o modo de ser cotidiano (ACEVEDO, 2016). Esta orientação marca a razão fundamental que o conduziu a desenvolver suas reflexões, pois trata-se de observar e analisar as condições (espaciais, temporais, sociais e psicológicas) que estabelecem um ponto de partida e um ponto de chegada de todas as condutas comuns e diferenciadas da existência humana, cotidianamente vivida.

Giannini (2004) introduz o *Prólogo* de *La “reflexión” cotidiana: hacia una arqueología de la experiencia* da seguinte maneira:

Quando se diz que a filosofia tem um aspecto essencialmente autobiográfico – ou inclusive, diarístico – se está dizendo de outro modo que a filosofia, quer conservar sua seriedade vital, suas referências concretas, não deve banir completamente de suas considerações o modo em que o filósofo vem a encontra-se implicado e complicado naquilo que explica. Pode-se ir mais longe todavia e fixar a análise justamente no *nexo*, quer dizer, no modo mais universal, menos privado, pelo qual as coisas, o Universo, a vida mesma, entram em estado de problematização filosófica. (GIANNINI, 2004, p.17, tradução nossa)

O autor deixa expresso que o tema da vida cotidiana pode ser abordado de forma direta e sistematizada, mas além disso ele revela o *diário de vida* (vivência, experiência, convivência, observação da vida cotidiana) como método de investigação filosófica, uma vez que ela inscreve um movimento reflexivo sobre a existência humana. Isto implica uma postura metodológica e político-filosófica do autor na qual sua filosofia se assenta – sobre o tempo em que vive, se não fosse desta maneira consideraria uma filosofia morta (GIANNINI, 2004). Ele deixa claro que para um método de aproximação à vida cotidiana é necessário que se volte à experiência do

próprio tempo⁶⁶. Esta posição vai de encontro com a grande maioria dos autores que aqui foram abordados, mostrando mais uma vez que a construção de um pensamento socialmente crítico (seja em qualquer área do conhecimento) passa pela integração deste com a realidade cotidianamente vivida.

A abundante produção intelectual de Humberto Giannini pode localizar-se dentro do âmbito da “filosofia da existência”, entendendo esta expressão em sentido amplo. Neste caso significa preocupação primordial pelo homem em sua integridade; portanto, em seus vínculos com os outros homens, com o mundo e com Deus. Não é, pois, o pensamento em si mesmo, ou a linguagem separada de suas relações com a totalidade da existência, ou a arte abstratamente tomada ao que interessa a este autor. Seu tema é, mas bem, a vida humana em seu conjunto, desde seus níveis mais elementares e triviais até os mais sublimes e transcendentos. (ACEVEDO, 1988b, p. 23, tradução nossa)

Acevedo (2016) aponta para a síntese bem construída no título e subtítulo propostos por Giannini (2004) atribuindo-lhe a capacidade ímpar de apresentar o núcleo de sua obra. Como é de fato, a palavra “*reflexão*” aparece entre aspas para evidenciar este aspecto pouco concedido à realidade cotidiana, geralmente compreendida como o reino da não-reflexão, do pensamento pragmático e dos impulsos imediatos. Mas esta palavra em destaque também diferencia a proposta de Giannini (2014) sobre o *circuito da vida cotidiana* cuja condição espacial e temporal lhe constitui um carácter *reflexivo*. Giannini (2004) propõe um esquema conceitual e empírico pelo qual se instaura a reflexividade da existência cotidiana, abordando-o fenomenologicamente com uma descrição topográfica e cronológica da vida cotidiana, ao mesmo tempo em que caracteriza seus aspectos rotineiros e transgressores.

No subtítulo da obra, a palavra *arqueologia* aponta diretamente para o método que Giannini (2004) lança em jogo. Para Acevedo (2016), além das condições específicas e estruturantes deste método, sua caracterização revela a capacidade filosófica e o talento verbal e poético de Giannini (2004) em reconduzir o pensamento crítico à importância dos princípios e da formação do homem quanto ao seu modo de ser (viver). Por isso, sua condução leva à uma *arqueologia da experiência*, esta última

⁶⁶ Echeverría (2015) descreve alguns acontecimentos históricos de vida que marcaram e influenciaram o tempo pelo qual Giannini se viu implicado na sua reflexão intelectual.

compreendida como *vivência*⁶⁷. O termo *hacia* é uma “preposição aberta ao futuro, resume a agitação do instante, é mudança e transcurso” (VÁSQUEZ apud ACEVEDO, 2016, p. 72, tradução nossa). Neste sentido, aparentemente sem importância, este termo alude a um movimento que se efetua no tempo, em tensão a respeito de uma meta, do surgimento de renovações criadoras (ACEVEDO, 2016). Isto quer dizer que Giannini (2014) não dá por finalizada a investigação acerca da *experiência*, mas dá a entender que está a caminho do encontro com ela.

Uma chave importante do pensamento de Giannini (2004) passa pela compreensão que esta *experiência* seja *comum* – uma noção que foi incorporada a partir da obra do filósofo italiano existencialista Enrico Castelli, recorrendo, concretamente, à “revalorização gnosiológica e ética que faz sua obra da experiência comum” (GIANNINI, 2004, p. 26, tradução nossa). Como bem observa Acevedo (2016), o que move decisivamente Giannini é esta indagação ética, que passa pela busca de uma experiência comum que converta as temporalidades desagregadas da existência (fragmentadas e realizadas sob o mundo dessacralizado das técnicas modernas) – o que significa a busca de “um tempo realmente comum” (GIANNINI, 2004, p. 19, tradução nossa). O princípio gnosiológico que move seu pensamento compreende a experiência comum como “um critério absoluto de verdade” (CASTELLI apud GIANNINI, 2004, p. 26, tradução nossa).

Como se pode ver, as finalidades de Giannini (2004) passam por questões éticas, sociais, políticas e também religiosas, e seu foco de interesse, que constitui a tarefa central de sua produção, é iluminar e restaurar realmente a *experiência comum da vida cotidiana*, que se revela em dois sentidos: primeiro, a própria vida cotidiana como fato (fenômeno) cotidiano, em que todos de alguma forma compartilham; segundo, na vida cotidiana é possível observar estruturas comuns e básicas

⁶⁷ Esta palavra foi introduzida por Ortega e Gasset para traduzir o termo *Erlebnis*, como mostra a passagem: “Esta palavra, *Erlebnis*, foi introduzida, segundo acredito, por Dilthey. [...] se trata do seguinte: em frases como ‘viver a vida’, ‘viver as coisas’, adquire o verbo viver um curioso sentido. Sem deixar seu valor de depoente toma uma forma transitiva significando aquele gênero de relação imediata em que entra ou pode entrar o sujeito com certas objetividades. Pois bem, como chamar cada atualização desta relação? Eu não encontro outra palavra que ‘vivência’. Tudo aquilo que chega a mim com tal imediatez que se torna parte disso é uma vivência” (ORTEGA e GASSET apud ACEVEDO, 2016, p. 71, tradução nossa). Acevedo (2016) ressalta que a palavra *Erlebnis* foi traduzida para o francês como *expérience* e experiência vivida (*expérience vecue*), o mesmo com o inglês (*experience*; *lived experience*) e o italiano (*esperienza visuta*).

(fundamentalmente espacial e temporal), pelas quais a forma de existência se organiza cotidianamente.

Conforme destacou Echeverría (2015), a orientação prática do pensamento de Giannini se evidencia justamente nesta busca pelo que ele denomina *experiência comum*, sobretudo pelo fato de que ela funda a *convivência humana*. Para Giannini (2004), a convivência humana encontra-se em crise pela falta de um critério *comum* que restitua a confiança entre as pessoas. Esta perda da experiência comum que, segundo Giannini (2004), traz como consequência um sentimento de desolação, solidão e tédio do sujeito contemporâneo, se deve a diversos fatores dentre os quais se observam alguns diretamente ligados à realidade urbana – modelos e discursos hegemônicos pelos quais as cidades se tornam niveladas e planificadas, degradação e emudecimento do espaço público em benefício do espaço privado e a crise das democracias (ECHEVERRÍA, 2015).

Desta maneira, vê-se as reflexões de Giannini (2004) como estratégicas para se pensar nesta reconquista de uma experiência comum que restitua a centralidade da vida cotidiana pela qual as atividades técnicas e as pesquisas científicas devem estabelecer suas bases, uma vez que esta fornece condições suficientes de integrar sob o mesmo prisma as estruturas espaciais, temporais e psicológicas da existência humana em um todo social. Acevedo (1988a) recorda que Giannini está em busca de uma medida comum que faça realmente *com-mensurável* as experiências. Giannini apud Acevedo (1988a, tradução nossa) por sua vez declara que “com-mensurável é o que tem uma medida comum com outra coisa; o que pertence ao mesmo universo da compreensão”. Neste sentido, a reflexão sobre a vida cotidiana se coloca como mecanismo de liberação da experiência que é cotidiana mas fundamentalmente urbana nas sociedades contemporâneas.

3.3.3.1 *Arqueologia da experiência*

A *arqueologia* representa o método (caminho) pelo qual Giannini (2004) se acerca da realidade. O autor também toma como referência o termo *arché*⁶⁸ para

⁶⁸ A expressão grega *arché* é um termo fundamental e reconhecido na linguagem dos filósofos, representa um marco nas discussões sobre as travessias entre o pensamento mítico e o pensamento racional. Foi introduzido pelos filósofos pré-socráticos para designar o “ponto de partida” e o

designar seu processo de investigação que busca alcançar os princípios fundantes de forma análoga à profundidade na qual o arqueólogo opera em seu trabalho: “o subsolo da realidade” (GIANNINI, 2004, p. 23, tradução nossa). Ele então estabelece uma perspectiva de pesquisa que se organiza em torno de dois sentidos relacionados à noção de *arqueologia*: um é etimológico – “método que dá razão aos fundamentos, aos princípios” –; o outro é simbólico-histórico – uma via ou um caminho que “conduz a coisas soterradas no tempo, invisíveis” (GIANNINI, 2004, p. 23, tradução nossa).

Desta maneira, Giannini (2004) propõe o exercício de *escavar arqueologicamente a vida cotidiana* tomando como objeto ou fenômeno a *experiência comum da vida cotidiana*. Para o autor, o banal e o insignificante possui um fundo significativo: a “sedimentação de experiências” (GIANNINI, 2004, p. 51, tradução nossa). Por princípio, este objeto não se trata da experiência pessoal de cada sujeito mas, sobretudo, de um hipotético subsolo de princípios submergidos nessa experiência individual – “submergidos e que, sem dúvida, fincam suas raízes até sua parte mais profunda, condicionando-a ao ponto de construí-la, [...] se move, enfim, até o subsolo de uma experiência comum” (GIANNINI, 2004, p. 23, tradução nossa).

A *arqueologia da experiência comum*, tal como Giannini (2004, p. 51, tradução nossa) propõe, deve abrir “caminhos para o sentido de alguns aspectos banais da vida cotidiana”. Mas antes de se chegar à caracterização e análise desta experiência comum da vida cotidiana destacam-se algumas preocupações de Giannini (2004) acerca desta compreensão e que iluminam seu processo de investigação de modo que torna-se claro aos seus leitores o ponto de partida, alguns pontos de parada e até onde chegou.

A primeira questão diz respeito sobre como identificar se o que se fala, nomeia e entende por *comum* não é algo próprio ou pessoal da experiência individual. Entendendo que se trata de uma questão delicada e que não está limitada apenas à

“fundamento” de qualquer processo da existência das coisas no mundo (ABBAGNANO, 2012, p. 928). Segundo Abbagnano (2012, p. 928) foi Aristóteles quem primeiro enumerou todos os significados deste termo: “1º, ponto de partida de um movimento, por exemplo, de uma linha ou de um caminho; 2º, o *melhor* ponto de partida, como por exemplo o que facilita apreender uma coisa; 3º, ponto de partida efetivo de uma produção, como a quilha de um navio ou os alicerces de uma casa; 4º, causa externa de um processo ou movimento, como um insulto que provoca uma briga; 5º, o que, com sua decisão, determina movimentos ou mudanças, como o governo ou as magistraturas de uma cidade; 6º, aquilo de que parte um processo de conhecimento, como por exemplo as premissas de uma demonstração”. Todos estes significados estão patentes na abordagem de Giannini (2004) sobre a experiência comum da vida cotidiana que, com base nestes sentidos, pode ser entendida como um ponto de partida (princípio) do ser, do devir ou do conhecer.

filosofia mas a um “sentido comum que restitua a credibilidade do discurso humano” (evidentemente incluídos os discursos científico e técnico), o autor aporta-se na categoria da *convivência* cujo desenvolvimento apresenta um “território relativamente sólido, relativamente confiável, em que se pode abordar sistematicamente esta questão ambígua por muitos aspectos da experiência comum” (GIANNINI, 2004, p. 24, tradução nossa).

Com base na convivência, Giannini (2004) compreende que historicamente se interpretou e utilizou-se do fato ou pressuposto objetivo de que a experiência comum da vida cotidiana tenha sido transferida de modo decisivo pela comunicação oral. Neste processo os sujeitos são marcados pela experiência histórica e social de modo que se pode rastrear pelos relatos e pelas palavras aquilo que representam como as coisas e como esta experiência comum. No entanto, o autor ressalta que por muito tempo e por meio deste processo se tomou o discurso no lugar das coisas, adotando-se critérios exclusivamente etimológicos e linguísticos, o que torna o desenvolvimento, o método e a técnica de conhecimento muito limitados.

Vendo este quadro como uma problemática, Giannini (2004) centra-se na busca por uma outra via de acesso à experiência comum da vida cotidiana, mantendo-se ainda ligado ao campo de discussões sobre a convivência mas baseando-se nas incursões realizadas por Martin Heidegger que, para ele, coloca em perspectiva pelo menos três direções sobre o assunto e pertinentes ao seu projeto de pesquisa: a sociológica (com aportes de Erving Goffman, Harold Garfinkel, Gail Jefferson, Mauro Wolf e Norbert Lechner); a histórica (a pesquisa histórica que põe em evidência os acontecimentos cotidianos em contraposição à grande História dos grandes gestos, conquistas e personalidades, como as contribuições de Eileen Power e Jerônimo Carcopino); e a filosófica, precursora das anteriores. Esta outra via de acesso é construída com base na concepção do cotidiano de Heidegger⁶⁹, onde ele valoriza (sem distinção) principalmente o “território e o tempo cotidianos”, além da identidade entre “ser cotidiano” (incontornável) e o “pertencimento a um mundo” (degradado em geral, rotineiro, inautêntico) (GIANNINI, 2004, p. 25, tradução nossa)⁷⁰.

⁶⁹ As reflexões de Giannini (2004) referem-se à principal obra de Martin Heidegger: *Ser e tempo* (publicado originalmente em alemão, em 1927).

⁷⁰ Giannini (2004) também leva em consideração as diferentes reações de outros autores à perspectiva de Heidegger como Emmanuel Levinas (*Totalidade e infinito*, 1961), Gaston Bachelard (*A poética do espaço*, 1957) e, principalmente, Enrico Castelli (*L'Indagine cotidiana*, 1954).

Mesmo assim, de acordo com Giannini (2004), efetivamente Heidegger não descreve e analisa topologicamente e cronologicamente o território e tempo cotidianos, o que lhe gera a necessidade de delimitar teoricamente o território próprio desta experiência (não só delimitar, mas descrever, interpretar e recorrer a ele). Este território é a vida cotidiana, mas especificamente a *experiência comum da vida cotidiana* – “vida que desde a insignificante aparência de sua superfície há de abrir o acesso, [...] a uma reflexão sobre os aspectos essenciais da existência humana” –, que está concretamente e imediatamente em meio às coisas, instituindo um *mundo comum*, ou melhor, uma *experiência comum* que permite também conhecer o mundo (GIANNINI, 2004, p. 26, tradução nossa). Deste modo, os aspectos essenciais da existência humana que a vida cotidiana permite acessar e pelos quais Giannini (2004) se ocupa são a *estrutura espacial* do cotidiano (*topografia*) e a *estrutura temporal* (*cronologia*) correspondente, com a ressalva de que não se trata de revelar uma realidade mais verdadeira ou à margem do próprio cotidiano.

Em verdade, o caminho por percorrer não leva a nenhum tipo de realidade mais profunda, a qual, descoberta a aparência e “inautenticidade” do nosso viver cotidiano, nos convidaria a substituí-lo. Isto não pode ocorrer porque a cotidianidade é uma “categoria”, um modo de ser de um ser que, vivendo, se reitera silenciosamente e dia a dia aprofunda em si mesmo. A investigação recairá, pois, sobre a estrutura e sentido deste modo insubstituível de ser. (GIANNINI, 2004, p. 25-26, tradução nossa)

A partir disso, Giannini (2004) descreve três momentos ou três passos que pautam sua investigação. O primeiro refere-se a um sobrevoo geral, uma “vista do fenômeno cotidiano na planície de uma primeira visão”, constituindo uma “metodologia de acesso extensional” – observação extensional da *topografia* e logo da *cronologia* (totalidade do fenômeno) – onde os *fatos cotidianos* são apreendidos ou assumidos como se apresentam (de modo insignificante) e onde aos poucos os signos e as marcas sociais vão dando peso e direcionando o passo seguinte (GIANNINI, 2004, p. 27-28, tradução nossa). O segundo refere-se à *arqueologia* propriamente dita que, com base num esquema espaço-temporal, deve sugerir “pontos estratégicos adequados para acessar a uma exploração mais profunda” ou que sejam em algum sentido privilegiados para se chegar até os princípios ou um hipotético subsolo comum da experiência (GIANNINI, 2004, p. 28, tradução nossa). E o terceiro trata-se da “restauração real” desta experiência, guiada por um “interesse emancipatório,

segundo a linguagem de Jurgen Habermas: tarefa política, social, urbanística” (GIANNINI, 2004, p. 31, tradução nossa).

De modo mais geral, com base nesta metodologia Giannini (2004) primeiro busca um *ponto de acesso provisório* na cotidianidade – uma brecha teórica – perguntando-se sobre como os fatos cotidianos (fatos básicos e radicais) aparecem na vida e como se percebe neste lugar a experiência cotidiana. Numa aproximação com Heidegger, Giannini (2004, p. 28, tradução nossa) compreende o cotidiano como “*o que passa* todos os dias”. Esta modalidade de *passar* ou *do que passa* representa sua apreciação fundamental para o desenvolvimento do seu esquema espaço-temporal. Ele vai buscar elementos simbólicos adequados e apropriados que expressem esta modalidade. Estes elementos elegidos por Giannini (2004) fazem parte da estrutura das cidades e do tecido urbano, eles representam o ponto provisório de acesso da sua metodologia. A rua é o elemento eleito por excelência – é o “*topos* privilegiado do passar, do acontecer cidadão” (GIANNINI, 2004, p. 28, tradução nossa) – para designar esta modalidade pode-se ter a praça, um bar ou qualquer estabelecimento ou equipamento urbano que propicia a convivência e um movimento qualitativo de interações.

Desde esta perspectiva, cotidiano é justamente o que passa quando não passa nada. Nada novo, havia de agregar. A partir desta simples constatação: ‘o que passa quando não passa nada’, se começa a suspeitar que não vai ser fácil caracterizar um fenômeno tão anódino como este. Começar a investigar a rua: que passa com esta vida que flui, ou se detém nela [...], oferece o inconveniente próprio da invisibilidade das coisas mais próximas e familiares, que pelo fato de contar com elas, de ‘tê-las a mão’, nem sequer as avistamos. O cotidiano é algo assim: e então aparece – e então se nos desaparece – como o antimistério por excelência, como a mais tosca e insossa rotina. (GIANNINI, 2004, p. 29, tradução nossa)

Como observa Ricoeur (2004, p. XI, tradução nossa), uma das qualidades ímpares que Giannini (2004) desenvolve em seu trabalho é reconhecer (diferentemente de Heidegger) que esta modalidade de *passar* do cotidiano constitui “o primeiro esboço da repetição da qual emergirá a reflexão”. Giannini (2004, p. 29, tradução nossa), por sua vez, reconhece nesta modalidade a aproximação ao cotidiano sem deixar de evidenciar sua ambiguidade: por um lado, “*passa* o que repentinamente se instala no meio da vida, o que irrompe nela como novidade”; por

outro lado, significa “o fluir, o que em sua transitoriedade, não deixa marcas, ao menos visíveis”.

Pode-se dizer que por meio deste esquema metodológico e desta primeira aproximação ao cotidiano Giannini (2004) já evidencia o papel relevante do conhecimento sobre a realidade cotidiana, integrando-se ao rol dos outros autores abordados aqui que também explicitaram a vida cotidiana como categoria fundamental da existência humana, e dando uma amostra de haver uma espessura ao espaço-tempo cotidianos que qualifica uma abordagem de conhecimento do mundo. Adiante se verá como se organiza seu esquema conceitual do espaço-tempo da vida cotidiana e quais suas reflexões à respeito da apreensão sócio-espacial da experiência comum da vida cotidiana.

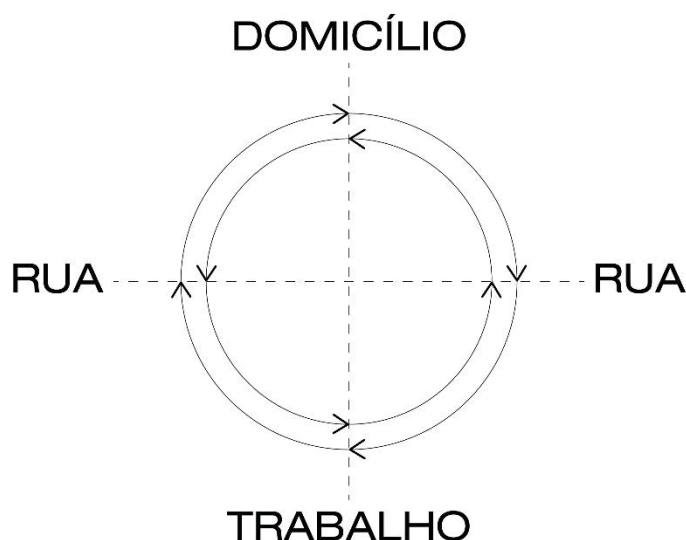
3.3.3.2 *Topografia da vida cotidiana*

O primeiro momento da investigação proposta por Giannini (2004) reconhece a rua como um ponto de acesso privilegiado à análise da experiência comum da vida cotidiana. A rua representa o elemento comunicativo mais acessível e comum pelo qual se observa aquela modalidade do que *passa* – “a rua pela qual costumamos passar rumo a nossos assuntos rotineiros, ou voltar deles” – e que ao longo da história das cidades foi sendo criada de algum modo para “comunicar dois pontos chaves ou extremos do ir e vir da circulação cotidiana” (GIANNINI, 2004, p. 30, tradução nossa).

A rua também representa um termo médio (espaço-tempo) na rotina cotidiana. Para Giannini (2004, p. 30, tradução nossa) o significado de *rotina* não é coincidente com a noção de *cotidianidade*, “provém de *rota*”: “movimento circulatório que regressa sempre a seu ponto de origem”. A partir desta noção de rotina Giannini (2004) estabelece seu caráter cíclico – além de determinar um espaço, a rotina marca o tempo e o tempo que traz o mesmo de volta (tempo solar, fases lunares, estações, hábitos etc.). Neste sentido, a ideia de rotina permite a reflexão sobre o tema da *repetição*, que se torna aos poucos indispensável à apreensão da experiência comum da vida cotidiana. Em relação à topografia cotidiana (estrutura espacial) falta entender os pontos pelos quais e entre os quais o indivíduo se desloca no breve ciclo da rota (rotina) cotidiana. Giannini (2004, p. 30, tradução nossa) define que o ponto de início e de retorno (que define a rotina cotidiana e os ciclos habituais) está topograficamente

individualizado pelo ponto em que ele se encerra: “o regresso à habitação”⁷¹. Nas sociedades moderna e contemporânea têm-se que o trajeto cotidiano é realizado a partir do domicílio em direção à um outro extremo das tarefas e ocupações cotidianas, o *trabalho*, e depois regressa-se ao domicílio. Para acessar estes pontos se *passa pela rua*. Domicílio/rua/trabalho/rua/domicílio representa o “*trajeto rotatório global*” e a *topografia* (estrutura espacial) da vida cotidiana, cujo caráter é essencialmente “circular e reiterativo” (GIANNINI, 2004, p. 30, tradução nossa).

FIGURA 3 – ESQUEMA DO TRAJETO ROTATÓRIO GLOBAL / TOPOGRAFIA DA VIDA COTIDIANA



FONTE: O autor (2021), elaborado com base em Giannini (2014).

Domicílio, trabalho e rua são categorias fundamentais desta topografia descrita por Giannini (2004). O autor define o *domicílio* como “eixo de todo o processo”, entorno do qual a rotina cotidiana (rota, rotação) se configura e sempre

⁷¹ Na sequência de sua pesquisa Giannini (2004) opta por utilizar o termo *domicílio* ao invés de *habitação*, acreditando evitar a conotação afetiva ou valorativa que o segundo termo e outros (moradia, casa, residência) possam ter, em princípio dissociando-o das imagens de convivência familiar, tradições e afetos. Com base nesta escolha terminológica o autor pretende ampliar o quadro do que se entende por domicílios e seres domiciliados: mendigos sob a ocupação de qualquer abrigo, nômades e suas barracas ambulantes, universitários vivendo em pensões, uma pessoa exilada, uma prostituta vivendo num prostíbulo, um jovem alistado vivendo num quartel etc. (GIANNINI, 2004)

retorna e, fundamentalmente, por meio do qual se caracteriza um modo de *ser* comum nas sociedades: o *ser domiciliado*⁷² (GIANNINI, 2004, p. 31, tradução nossa).

[...] domicílio representa muitíssimo mais que um espaço cerrado no qual o animal ou o homem se resguardam das inclemências do tempo ou da cobiça de seus inimigos. ‘A casa, mais ainda que a paisagem, é um estado da alma’: quando atravesso a porta, o biombo, ou a cortina que me separa do mundo público; quando me descalço e vou me despindo de imposições e máscaras, abandonando-me à intimidade do amor, do sonho ou da fantasia, então, cumprio o ato mais simples e real de um regresso a mim mesmo; o mais profundo todavia: de um *regressus ad uterum* – quer dizer, à uma separação protegida da dispersão da rua – o mundo de todos e de nada –, ou da alienação do trabalho. (GIANNINI, 2004, p. 32, tradução nossa)

Nesta trajetória rotatória global o domicílio representa uma espécie de *recolhimento cotidiano* e onde se conformam espaços, tempos e coisas familiares que estão *disponíveis* aos sujeitos (GIANNINI, 2004). Trata-se de um lugar que é ou torna-se familiar para o regresso do sujeito ao final do dia de modo a constituir sua identidade e permitir-lhe o repouso e a renovação do ciclo na manhã seguinte. Este fato cotidiano do despertar pela manhã revela a evidência (do ciclo rotatório que passou e do novo ciclo que se inicia) da concretude que a vida cotidiana tem. De outra maneira, o domicílio “é o contorno imediato e familiar que construo mediante ‘a reflexão’ domiciliária, o que permite reintegrar-me à realidade, reencontra-la e contar cada dia” (GIANNINI, 2004, p. 33, tradução nossa).

Esta *reflexão* que trata Giannini (2004) e que dá nome ao título de sua obra é exatamente este regresso *a si mesmo* como se faz com o domicílio, movimento este que define a vida cotidiana e um modelo reflexivo de sua existência. Ao contrário de perspectivas que possam contrapor um lugar de reflexão (ciência, disciplinas, profissões) ao cotidiano (um lugar de não reflexão), Giannini (2004) revela que todos os dias por meio desta estrutura espacial da experiência comum cotidiana o sujeito pode num movimento de regresso ocupar-se da reflexão cotidiana e do que se *passa* em sua existência. Neste sentido, o domicílio também constitui a causa de uma função reflexiva da vida cotidiana e isto é uma chave fundamental das análises construídas

⁷² Pode-se imaginar as vidas de um vendedor viajante ou de um fugitivo nas quais a rotina cotidiana não se faz presente, sugerindo a incompatibilidade das reflexões de Giannini (2014) sobre a própria noção do cotidiano, entretanto, o autor ressalta que estas existências são radicalmente opostas a um viver cotidiano e suas experiências divergem da grande maioria (seres domiciliados).

por Giannini (2004). Para o autor esta fundamentação se distingue da abordagem de Heidegger, para quem o centro da reflexão passa pelo “meu ser no mundo”, e não pelo “meu eu domiciliado” (GIANNINI, 2004, p. 33, tradução nossa). O domicílio é o indício e o símbolo da “singularidade humana, assim como a rua é o símbolo de sua universalidade, de sua sociabilidade” (GIANNINI, 2004, p. 34).

O trabalho é o outro ponto em torno do qual gira o ciclo cotidiano, uma razão cotidiana pela qual se abandona o domicílio, um lugar ou lugares do *ser no mundo* pelo qual o homem vem historicamente se apropriando (*homo faber, homo economicus*) e pelo qual uma sociedade é definida – uma sociedade que o trabalho é vendido ou trocado como mercadoria, ou uma sociedade em que ele é essencialmente e concretamente um *ser para os outros* (GIANNINI, 2004). Enquanto o domicílio representa “um imediato estar disponível para si”, o trabalho representa “o lugar da minha disponibilidade para o outro”; enquanto o domicílio instaura um tempo festivo, domiciliário ou um tempo para si, o trabalho instaura um tempo laboral, alienado e um tempo para os outros (GIANNINI, 2004, p. 35, tradução nossa).

Para Giannini (2004) esta diferenciação de entre domicílio e trabalho com base nos modos de ser também determina modos de comunicação intersubjetiva: (i) comunicação vertical, funcionalmente hierarquizada; (ii) comunicação mais horizontal e competitiva; (iii) comunicação informativa, operacional.

[...] é a partir da estrutura própria do trabalho, qual a comunicação operacional, hierárquica e competitiva ou qual modo de mediatização, de exclusão e antagonismo, que podíamos sustentar que ainda em uma sociedade na qual o tempo alienado – o tempo para os outros, porém em vista de mim mesmo – se converte em um tempo democrático (um tempo comum), ainda assim, a realidade do trabalho viria a marcar sempre uma distância a respeito do tempo que surge fora dela; que surge em outro extremo do trajeto: na separação protegida do domicílio. Ou, por último, no espaço aberto da rua. (GIANNINI, 2004, p. 36, tradução nossa)

A rua é o meio primário e elementar da circulação cotidiana, é o meio pelo qual o sujeito consegue regressar todos os dias ao seu domicílio, cumpre uma função cotidiana de “comunicar estes extremos: o lugar do ser para si (domicílio) com o lugar do ser para os outros (trabalho)” (GIANNINI, 2004, p. 37, tradução nossa). É essencialmente um *espaço comunicativo e aberto* que permite as mais diferentes manifestações culturais e da opinião pública, também é um *espaço ocasional* em que as coisas e pessoas se fazem presentes e eventualmente interessadas por produtos

do trabalho e do comércio oferecidos por propagandas que invadem o espaço (GIANNINI, 2004). Ela também é comunicativa no sentido de ser um “lugar de encontro ocasionais entre os que vão por seus próprios assuntos e que neste ir e vir pré-ocupado conformam a humanidade patente, visível do próximo” (GIANNINI, 2004, p. 38, tradução nossa).

Este encontro eventual com o *outro* ou com a *humanidade* desconhecida (mas não abstrata) é a condição essencial que define o *espaço aberto da rua* e que constitui em certo sentido a nascente democracia e a convergência cidadã (consciência cidadã) (GIANNINI, 2004). Para Giannini (2004), ao longo da história a liberdade de deslocamento, expressão pública e de encontro foram conquistadas não somente *na rua* mas também, e essencialmente, *para a rua*. De modo geral, seu caráter de *aberta* significa poder “levar a muitos lugares diversos dos extremos que conformam o trajeto conhecido, fixo, da rotina”, o que quer dizer que, além de meio, a rua também é “um limite do cotidiano” (GIANNINI, 2004, p. 38, tradução nossa).

Giannini (2004) traça três características simbólicas deste caráter aberto da rua, cujas condições são fundamentais à leitura sobre a experiência cotidiana no espaço urbano. Em primeiro lugar, a rua possui uma profundidade desconhecida e inquietante onde se estabelece a permanente tensão de romper com normas e itinerários programados, a possibilidade de encontrar com o outro numa condição de *desvio*.

E assim como para o poeta a palavra é meio de comunicação, mas ao mesmo tempo, coisa, problema, resistência, tentação; assim, a rua é, por uma parte, meio livre desobstruído de comunicação espacial; por outra, território aberto no qual o transeunte, indo pelo seu interesse, no qual qualquer momento pode deter-se, distrair-se, desviar-se, extraviar-se, seguir, deixar-se seguir, oferecer, oferecer-se. Cabe afirmar, a este respeito, ue a rua se converta assim logo como uma linguagem que se diz a si mesmo, enquanto não leva necessariamente mais além – a um referente, a um término – senão que, em um de seus jogos, pode mergulhar-nos em seu próprio significado, aberto para dentro. (GIANNINI, 2004, p. 39, tradução nossa)

Em segundo lugar, a rua também é um lugar do anonimato, lugar onde pode-se esconder entre os outros, o que determina um outro sentido do aberto: “como espaço público, franco à manifestação anônima, ela representa, em verdade, o lugar de todos e de nada” (GIANNINI, 2004, p. 39, tradução nossa). Para Giannini (2004) esta característica se dá pelo fato de que na rua o sujeito se desprende da

responsabilidade, do cuidado, de estar disponível para si como ocorre no domicílio e do personagem em vista de si mesmo como o é no trabalho. Este desprender implica em *deixar-se* levar pelo encanto das coisas, por um caminhar sem rumo e sem pontos para alcançar, aberto aos azares dos encontros que a rua dispõe. Neste sentido, se por um lado a rua surge de alguma forma com uma certa abertura niveladora, hierarquizada e programada para conectar espaços, por outro lado ela devolve a dimensão de uma “*humanidade imprevisível*” por meio da relação com os outros e exposta aos outros por meio da “*transitoriedade*” em que os sujeitos se encontram (GIANNINI, 20004, p. 40, tradução nossa).

Desta forma, para além de sua importância enquanto elemento comunicativo da estrutura espacial (topografia) e rotatória do cotidiano, a rua corresponde a uma construção simbólica da individualidade que ao longo da história foi sendo modularizada pela divisão e especialização do trabalho e dos espaços, e, consequentemente, pela separação com o domicílio.

Por último, segundo Giannini (2004) a rua estaria regida por uma normatividade negativa, invisível, tácita (o que não se deve fazer a fim de conservar o anonimato e chegar ao seu destino); diferentemente das atividades domiciliárias e laborais que são regidas por uma normatividade positiva (o que se tem que fazer para habitar e conviver com os outros). Para o autor, por este motivo a rua novamente se define como *limite* – um limite da viabilidade dos projetos de cada um e da normalidade de seus percursos.

Desta forma, a análise da rua como meio e limite da circulação cotidiana daria as possibilidades de arqueologicamente investigar o subsolo do cotidiano. No limite, a noção de caráter *aberto* da rua refere-se ao que pode *passar* a cada um em qualquer momento e romper com o círculo do “*presente contínuo da rotina*” – descobrimento da vida dos outros, a possibilidade de um encontro ou de um desencontro, a possibilidade do desvio, de dispersão, da evasão, de acidente, da morte etc. (GIANNINI, 2004, p. 41, tradução nossa). De outra maneira, pode-se dizer que o caminhar pela rua abre-se ao *acontecimento*.

Assim, Giannini (2004) oferece um *esquema tópico* capaz de orientar uma investigação acerca da experiência comum da vida cotidiana, uma experiência fundamentalmente urbana da sociedade, sob um plano que é visível, aparente e extensivo. Por meio deste esquema o autor revela as condições de uma *reflexão cotidiana*, isto é, sua circularidade, todavia, a vida cotidiana instaura circularidades

mais amplas e mais profundas que o *presente contínuo* da rotina, e que podem ser percebidas com o aprofundamento das questões sobre o tempo. De modo geral, é estratégica a proposta metodológica de Giannini (2004) pois constrói-se a partir de uma visão panorâmica do fenômeno, identificando elementos básicos e recorrentes da estrutura espacial (da cidade e da vida cotidiana), para então escavar com profundidade o mundo cotidiano. O autor fornece um exercício facilmente adaptado a partir de uma estrutura básica.

3.3.3.3 *Cronologia da vida cotidiana*

Antes de mais nada, Giannini (2004) propõe reconstituir os *atos cotidianos* (tidos como banais) a partir da esfera própria da temporalidade cotidiana, definindo algumas *coordenadas temporais* que lhes são próprias, como o tempo do trabalho e o tempo do repouso. Para o autor, as sociedades criaram o *tempo civil* como meio de regular e programar suas atividades (negócios, ócio), através de um longo processo de ajustes que se ocuparam, por um lado, de acordar as formas de divisão e medição do tempo e, por outro, em fazer “com-mensurável este tempo civil com a temporalidade cósmica total” (GIANNINI, 2004, p. 53, tradução nossa).

[...] se tem buscado *acordar* esta temporalidade que flui e se destrói – a temporalidade linear e dispersiva da história humana – com aquela outra – a cósmica –, que ‘avança’ continuamente até o princípio, e que progressando-regressando sustenta diante de nossa vista a figura sensível do ‘mesmo’ e do eterno”. (GIANNINI, 2004, p. 53, tradução nossa)

Para Giannini (2004) este processo de conformação do tempo civil ocorreu por interesses práticos como ‘ganhar tempo’ ou ‘não perder tempo’ e que, uma vez tomando o *progresso* sem *regresso* viria a representar uma perda – filosoficamente a irracionalidade. Contudo, o autor aponta que esta perda é relativa e que preocupações filosóficas (reconhecidas como *litúrgicas*) ligadas à estrutura dos mitos se fizeram presentes de alguma maneira neste processo de conformação. A “desmitologização” que preconizava os tempos modernos reduzia-se à “fazer transitável o caminho desde o tempo desértico da nossa rotina até uma transcendência que ‘o conta’ *sensatamente* (que o com-mensura)” (GIANNINI, 2004, p. 54, tradução nossa). Mesmo assim, o processo de ajuste do tempo civil não pode escapar do *progresso-regresso*

(movimento cíclico e rítmico) próprio da natureza⁷³, cujo caráter está numa passagem aristotélica apresentada pelo autor: “o tempo é número do movimento e do repouso, segundo o anterior e o posterior” (GIANNINI, 2004, p. 54, tradução nossa).

De acordo com Giannini (2004) a questão relevante deste quadro para o processo de investigação da experiência comum da vida cotidiana é compreender como fazer comensurável o tempo humano que não perde de vista o movimento circular e reflexivo próprio da existência, considerando sobremaneira o processo histórico, de maneira que se entenda também como a vida cotidiana e suas estruturas míticas possam restaurar um modo comensurável de *contar* o tempo. Como afirma o autor: “é preciso ‘contar’ também esta pequena história de todos os dias, coloca-la a salvo daquela temporalidade genérica ou deste tempo vazio e homogêneo da temporalidade pura (a dos relógios)” (GIANNINI, 2004, p. 55, tradução nossa).

O tempo civil, recolocado sob esta perspectiva de Giannini (2004), possibilita, uma vez mais, compreender o movimento *reflexivo* inscrito na história do homem, movimento este que impede que se perda na dimensão externa do mundo e na linha dispersiva de um tempo linear e dessacralizado. Deste modo, Giannini (2004) compreende que à circulação (movimento) polarizada da topografia (estrutura espacial) corresponde uma circularidade cronológica (estrutura temporal) que permite, igualmente, constituir um modo de orientação essencial e remontar este movimento reflexivo fundamental da existência cotidiana – a pausa de recolhimento e a reintegração a si.

Giannini (2004) compara o domingo com a função que o domicílio desempenha na topografia cotidiana (ponto topográfico reflexivo), transferindo a sua descrição simbólica ao *círculo temporal da semana* e identificando-o como o ponto temporal igualmente reflexivo. O tempo dos dias de trabalho ou tempo laboral faz parecer que a vida cotidiana em sua totalidade seja uma representação reduzida dos seus modos de marcação do tempo. Mas isto não é em absoluto uma definição. Giannini (2004, p. 58-59) ressalta que a vida cotidiana se manifesta como “tramitação”, quer dizer, um conjunto de atos, medidas, prescrições, desenvolvimentos e processos que articulam a rotina cotidiana e, mesmo que de forma opaca ou indeterminada, as

⁷³ Giannini (2004, p. 57, tradução nossa) remonta historicamente a divisão septiforme do tempo civil em relação aos ciclos naturais para evidenciar este fato, mostrando que a vida cotidiana no Ocidente estabeleceu “um itinerário septiforme de expansão e recolhimento; de trabalho e de repouso domiciliário”.

relações entre tempo de trabalho e tempo domiciliário. O domicílio, assim como tempo que se desenrola por meio dele, representa sempre o *regresso*, a possibilidade de reencontro consigo mesmo.

[...] na visão topográfica do fato cotidiano, percebíamos que nessa frouxa articulação de reiterações que é a rotina, 'minha' disponibilidade para os outros [...] está mediatizada por, e dirigida a, uma disponibilidade para Si mesmo, 'em outro lugar'. Disponibilidade totalmente indeterminada, que se cumpria simbolicamente na vida domiciliária. Porém, a rotina também pode ser percorrida em unidade de tempo laboral: segunda-feira, segunda-feira, etc. Tempo que, analogamente, é via, trajeto até um ser para Si meramente projetado: 'em outro tempo'. (GIANNINI, 2004, p. 59-60, tradução nossa).

O ponto reflexivo temporal por excelência é o *dia festivo*, cujo tempo (tempo festivo) possibilita o “reencontro com a natureza encontrada à distância por inoportuna, durante o tempo da tramitação”; é o tempo da “observação larga e profunda, do puro sair para ver as coisas: a gente, o parque, a praça, o espetáculo público” (GIANNINI, 2004, p. 60, tradução nossa). Para Giannini (2004), o tempo festivo enfraquece a efetividade do mundo, suas urgências e postergações, e por isso mesmo a anulação de sua essência tramitadora. O tempo festivo representa a transgressão ao tempo laboral e ao tempo econômico. Desta forma, a circularidade cronológica também apresenta seus desvios como condição insuprimível da vida cotidiana.

3.3.3.4 Rotina e transgressão da vida cotidiana

Inicialmente, deve-se ressaltar que Giannini (2004) não compreende como iguais ou coincidentes os significados de *rotina* e *cotidianidade*, embora expressem uma ideia próxima. Como já apontado, para Giannini (2004) rotina está ligada à noção de *rota*: especificamente um caminho que se repete cotidianamente por meio de um movimento rotatório (sentido de rotação) que regressa sempre ao mesmo ponto de origem. Este caminho é construído sobre uma “trama de normas, externas e interiorizadas, visíveis e invisíveis, que asseguram a chegada normal e regular a nosso destino”, cujo sentido é impedir o acesso ao imprevisível ou, ao que pode “truncar a pacífica continuidade de nosso trajeto” (GIANNINI, 2004, p. 42, tradução nossa). A cotidianidade, portanto, é maior que a rotina, ela também incorpora a espontaneidade e a imprevisibilidade de acontecimentos. A rotina representa sempre

o regresso ao que é conhecido, buscando continuamente assegurar as normas e a legalidade das coisas, ela não esgota a cotidianidade (HERCEG, 2014a)⁷⁴.

A socialização da vida, sob a rotina ou sob a cotidianidade, se inscreve num “tecido de normas e técnicas de caráter preventivo cada vez mais complexo e para dizer paradoxalmente, imprevisível em suas consequências específicas e globais” (GIANNINI, 2004, p. 42, tradução nossa).

[...] a rotina consiste em uma sorte de absorção da transcendência do futuro; absorção na normalidade de um presente contínuo e idêntico a si. [...] uma existência rotineira é tal enquanto não se abisma nos abismos do tempo, enquanto nivela todas as suas dimensões e simplesmente é o que vem de ser (onde passar e passado se confundem), e espera ser o que projeta em um futuro sem distância; como dizíamos: em um tempo contínuo, vinculado à atualidade e movido pela norma. Tempo quieto, intranscendente. (GIANNINI, 2004, p. 43, tradução nossa)

Isto não significa que sob a rotina não se estabeleça planos de longo prazo (especialmente importantes na atividade de planejamento urbano), eles são feitos, no entanto, geralmente asseguram os mesmos sentidos do presente, o que leva a um estado sem fissuras temporais, isto é, um futuro sem transcendência do presente. Neste sentido, como aborda Giannini (2004), sob a rotina pode-se manter inerte sem ir de encontro ao que se espera do futuro, por medo de sair de seus trajetos. A rotina oferece uma observação provisória na investigação da vida cotidiana, pois ela caracteriza apenas um aspecto (inseparável) do cotidiano, não caracteriza em absoluto a sua estrutura e integridade. Sob este aspecto que se diferencia o “*presente contínuo*” e a “*temporalidade plana e desértica*” da rotina de outros aspectos que surgem na trama essencial da vida cotidiana como a *transgressão* (GIANNINI, 2004, p. 44, tradução nossa). “O previsto, o esperado, próprio da rotina – que constitui, sem dúvida, o cotidiano – é interrompido, cortado, sempre dentro do marco da cotidianidade, pela irrupção do inesperado, o excepcional, o acidente, a transgressão” (HERCEG, 2014a, p. 188, tradução nossa)

⁷⁴ Esta confusão entre *rotina* e *cotidianidade* ocorre, como já apontado aqui, em função de uma “oposição trivial” como nomeia D’Epinay (2008, p. 10), a que contrapõe de forma irreduzível dois polos: por uma parte o “cotidiano-banal-insignificante” e, por outra, o “histórico-original-significante”. Como observa o autor, estes polos se intercambiam na vida cotidiana tornando-a o lugar das múltiplas dialéticas vividas do rotineiro e do acontecimento, este último perturba a rotina, os rituais e suas etiquetas.

A ideia de *transgressão* da vida cotidiana é construída com referência ao “tempo *inconclusivamente contínuo* da rotina e das normas que possibilitam seu movimento circular” (GIANNINI, 2014, p. 45, tradução nossa). Giannini (2004) aponta três características que constituem a transgressão e que estão relacionadas à sua compreensão como o um *fato cotidiano*: (i) parece ser atos e gestos banais e insignificantes, todavia, é capaz de deslocar marcos pré-definidos para ocasiões sociais e funções habituais; (ii) tende à reintegrar-se à estrutura total a que pertence, podendo tornar-se norma, hábito e rotina; (iii) se compreende a partir de um projeto individual de *ser* – de uma conquista – que vem a violar as normas de uma comunidade ou de um grupo e os direitos de seus integrantes.

Na apreensão da realidade cotidianamente vivida, considerando-se o primeiro aspecto, nota-se a exigência de um trabalho cuidadoso de investigação, de descoberta e de abertura para as práticas cotidianas que podem ser minúsculas, aparentemente insignificantes, mas que podem revelar usos e apropriações sutis. Quanto ao segundo aspecto, ele revela o movimento dialético entre repetição e inovação, o retorno das práticas ao cotidiano como forma relativa de estabilidade. O terceiro aspecto sustenta uma possibilidade fundamental: o exame dos modos de transgressão, que tratam de uma espécie de “*resgate do tempo*” – “resgate de um tempo que valoriza o que se repete, de um tempo íntegro; resgate ontológico do que está submerso na objetividade; resgate, enfim, de uma experiência fragmentada, dispersa no tempo das tarefas”⁷⁵ (GIANNINI, 2004, p. 46, tradução nossa). Neste sentido, a transgressão cotidiana é essencialmente o resgate, a reconfiguração e criação de tempo, ou melhor, de temporalidades.

3.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

As discussões e abordagens trazidas aqui sobre a apreensão da vida cotidiana deslocam o pensamento e a prática do e sobre o espaço urbano para o

⁷⁵ No tempo festivo, por exemplo, quebra-se “o tempo que é contínua perda de si no indeterminado (o tempo de projeção), a fim de resgatar outro, digno de rememorar-se”; o resgate ontológico realizado pelo artista é igualmente transgressão, “dignificando as coisas, as palavras, os instrumentos, resgatando-os da escravidão de um tempo e espaço funcionais”; a conversação é essencialmente e profundamente uma forma de transgressão, por meio dela ocorre “um tempo de todo original na existência humana: tempo mediante o qual a vida diária se recolhe de sua dispersão, se expressa e se exhibe livremente como *restauração* dessa experiência comum que em definitivo nos permite ser uma comunidade” (GIANNINI, 2004, p. 47, tradução nossa)

tempo que o constitui em espaço habitado, praticado e vivido. Como tal, os teóricos se mostram preocupados com uma série de fenômenos interligados que geralmente foram marginalizados dentro das teorias social e urbana do século XX, ainda que ventiladas em alguns lugares. Suas aproximações são multidimensionais. Questões como afeto, emoções, pertencimento, experiência corporal, espacial e cotidiana, experiência comum, práticas cotidianas, práticas espaciais, relatos de espaço, relatos cotidianos, imaginário urbano, imaginário coletivo, senso comum, recolocam a centralidade do tempo e espaço vividos na constituição da experiência social e urbana, da linguagem, da intersubjetividade e da ética interpessoal.

Há, notavelmente, a preocupação em elevar a vida cotidiana (e a experiência vivida que ela implica) ao status de um conceito crítico, não apenas para descrever situações (mesmo que seja uma parte importante do seu processo de apreensão), mas sobretudo para modificá-las⁷⁶. No *Capítulo 1* deste trabalho apontou-se a tarefa fundamental do pensamento em conhecer, valorizar e reconstruir a vida cotidiana. Nada obstante, os autores abordados nesta pesquisa estão incluídos neste desafio de modo que se pode dizer que venceram as primeiras dificuldades deste desafio como descritas por Milla apud Echeverría (2015, não p., tradução nossa): “a indiferença, a desconfiança e até a hostilidade da maioria dos homens para o pensamento destinado a melhorar suas vidas”.

As perspectivas examinadas encontram-se entre fronteiras e limiares muito ambíguos e difusos mas ao mesmo tempo localizados. Passam da fenomenologia, da antropologia e da sociologia (que já compreendem a vida cotidiana como um aspecto integral da investigação da realidade humana) à análises de desenvolvimentos sociais, históricos, espaciais e temporais mais amplos, por meio de um processo de travessias e deslocamentos do campo cultural como um todo e motivados em última instância por uma perspectiva emancipatória e socialmente crítica. A declaração de Ortega e Gasset apud Guerra (2016) explicita bem os movimentos por detrás deste quadro:

⁷⁶ “A crítica do cotidiano, esse processo de desalienação, é na verdade uma crítica da prática pessoal, dos valores internos do agente, mas também necessariamente uma crítica da estrutura, porque, [...], criticar o cotidiano é criticar o que lhe é externo” (MONTE-MÓR, 2006, não p.).

[...] segundo certo viés, o progresso da cultura se nos parece como um progresso desde o distante até o próximo. [...] todos os avanços têm consistido em algum espírito que [...] lograva transferir a séria atenção humana das coisas que eram reconhecidas como interessantes a outras em que nada se havia *fixado*. [...] o progresso coincide sempre com uma ampliação de nossa seriedade a coisas antes desapercibidas ou tachadas de pouco sérias. (GASSET E ORTEGA apud GUERRA, 2016, p. 70, tradução nossa)

Seja sob a inspiração da filosofia, da sociologia, da fenomenologia ou do materialismo dialético, os diferentes autores buscam métodos para apreensão da realidade social que não resultem de complicadas ou sofisticadas abstrações, mas que estejam enraizados nos detalhes empíricos e no próprio sentido da vida cotidiana. Além disso, como bem observa Gardiner (2000), a abordagem crítica da teorização da vida cotidiana se esforça em superar a dicotomia generalizada nas ciências sociais entre o objetivismo das abordagens estruturalistas e as tendências subjetivistas das teorias interpretativas (descritivas) mais convencionais.

De outra parte, é possível perceber que o campo de estudos da vida cotidiana procura insistentemente reinventar ou recriar metodologias. Highmore (2018) levanta a hipótese de que isto ocorra por se tratar da necessidade de ajustar histórias que são desiguais. Por outro lado, o autor aponta que a construção de metodologias é um espaço comum da produção de conhecimento juntamente às epistemologias e ao senso de como se conhece o mundo, seja em relação à verossimilhança de sua experiência ou sobre as questões que incidem sobre as estruturas sociais. De modo geral, as abordagens adquirem certo aspecto criativo, partindo-se dos problemas e fenômenos para considerar e avaliar que metodologias são apropriadas ou quais podem ser geradas, ao invés de vê-las como algo científico que pode ser aplicado indistintamente. Como bem observa Highmore (2018, p. 118), há um escopo de métodos que podem ser usados para o estudo da vida cotidiana, mas não há um método apropriado – “[...] por que haveria? Por que haveria algo que se equiparasse à vida que estamos olhando? Um método é uma forma de abordar alguma coisa, mas essa coisa é sempre singular e específica”.

Em todas as perspectivas analisadas, em qualquer de suas metodologias, o pesquisador ou o técnico envolvidos na apreensão da realidade cotidiana fazem parte do campo das experiências estudadas, vividas, percebidas, evitando-se as representações hegemônicas distanciadas da realidade que se observa e participa. A

pluralidade de pensadores e pensamentos combinam flexibilidade e rigor, mostram como especialidade e trabalho técnico-científico misturam-se ao trivial e como tornam possível os deslocamentos e a reorganização dos lugares de onde se produz discurso, mantendo como norte o compromisso de trazer à tona as diferenças. Em se tratando dos estudos urbanos, a observação aérea ou “icariana”, como denomina Lindón (2017, p. 120, tradução nossa), deixa de ter predominância quando se integra a perspectiva da vida cotidiana, onde os sujeitos são vistos de fato habitando os espaços urbanos, relacionando-se e construindo movimentos vitalistas em meio ao fluir do cotidiano (LINDÓN, 2017).

Henri Lefebvre, Michel de Certeau e Humberto Giannini trazem diferentes programas políticos de pesquisa mas que convergem para vários objetivos comuns, dentre os quais a ação de propor novas ou outras bases para a compreensão das organizações subjetivas e objetivas da vida cotidiana dentro da configuração cultural e sócio-espacial instituídas pela sociedade capitalista de consumo. Cada um à sua maneira parte do princípio que uma situação ou uma realidade imposta ou controlada não toma e nem paralisa por completo a criatividade humana⁷⁷, todos buscam de alguma forma rastrear nas práticas cotidianas dos homens comuns um ágil movimento para as transformações dos quadros de vida, entendendo o valor que possui o espaço e o tempo para este objetivo.

Como se pode observar ao longo desta seção o quadro plural de teorizações sobre a vida cotidiana com diferentes linhas epistemológicas não é incompatível com as linhas gerais de fundamentação da teoria crítica urbana. A obra de Henri Lefebvre trata a vida cotidiana na globalidade e extensão de um conjunto amplo de assuntos como uma espécie de grande *roteiro*, ao passo que os outros autores apresentam *detalhes* que, não menos importantes, são capazes de dar profundidade e de requalificar *cenas* deste roteiro. Entende-se que as discussões sobre a vida cotidiana foram historicamente constituídas dentro do campo dos estudos culturais (HIGHMORE 2002a; 2002b), onde cada área foi se apropriando de um aspecto ou outro para aglutinar suas reflexões do tema com base nas suas disciplinas de origem.

⁷⁷ Os autores reconhecem os aspectos homogêneos do cotidiano, mas também compartilham da mesma posição de Heller (2016), que compreende a cotidianidade como uma relação heterogênea e hierárquica, constituída de partes orgânicas como a organização do trabalho e da vida privada, o ócio e o descanso, a atividade social e os intercâmbios sistematizados, ao mesmo tempo que apresenta-se carregada de alternativas e escolhas.

No entanto, hoje este quadro é menos claro, a própria natureza do assunto toma um caráter de integralidade do conhecimento, da vida e todas as suas estruturas materiais e imateriais que, como bem lembra Santos (20017), se observa e ressignifica tudo ao mesmo tempo – espaço, tempo, técnica, o meio, o ambiente, sociabilidades, relações sociais, simetrias, assimetrias, desigualdades, arte, invenção, criação, repetição, ritmo, cadências, recalcitrâncias, memórias, relatos, narração etc.

Isto mostra que a teoria crítica urbana, no que tange à dimensão da vida cotidiana, ainda possui muita margem de desenvolvimento, principalmente em relação ao conjunto de reflexões que pululam no campo da cultura. Por isso, deve permanecer num estado permanente de abertura visto que, a exemplo da pluralidade das teorizações da vida cotidiana, compreender a realidade cotidianamente vivida é caminhar por um universo de possibilidades, é um encontrar e desencontrar de muitas orientações mas que no limite expressam-se significativamente na maneira de viver (ser no e pelo espaço, no e pelo tempo) dos indivíduos e grupos sociais e históricos.

Avaliando este panorama, vale ressaltar que nos estudos urbanos, e evidentemente no planejamento urbano, a categoria do *espaço* possui uma centralidade inquestionável, é o objeto por excelência das pesquisas e da comunicação destas áreas. Para Lefebvre (2006) é impossível pensar a sociedade fora do espaço. Segundo o autor, assim como Heller (2016), a questão do espaço nas sociedades não se trata apenas de uma projeção e/ou representação, trata-se de uma relação ontológica, fundante, e que também está imbricada com a própria constituição da vida cotidiana. Santos (2014b, p. 34) lembra que “nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos” como o espaço. A casa, a rua, o lugar de trabalho, a praça, o parque, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos são igualmente elementos que condicionam a atividade dos homens e determinam a prática social. “A *práxis*, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado socioeconômico, mas é também tributária dos imperativos espaciais.” (SANTOS, 2014b, p. 34). De acordo com essas perspectivas a sociedade e todos os processos sociais são espaciais, isto é, geram formas espaciais.

Todavia, é igualmente importante explicitar que na perspectiva da produção cultural e social do espaço a categoria do *tempo* é incontornável para uma verdadeira integração dos aspectos da vida cotidiana à qualificação e transformação dos espaços, bem como à emancipação da suas formas de produção e reprodução.

Lefebvre (2006; 2010) apontou que o desenvolvimento social do espaço também é uma questão própria do tempo, considerando um tempo qualificado do desenvolvimento pleno do ser humano, da natureza e da sociedade que se apresenta (concretamente e virtualmente) como urbana. Da mesma maneira, Santos (2014b, p. 63) destaca que “seria impossível pensar em evolução do espaço se o tempo não tivesse existência como tempo histórico”, e que a “sociedade evolui no tempo e no espaço”. Espaço e tempo possuem movimentos que são, ao mesmo tempo, contínuos, descontínuos e irreversíveis (LEFEBVRE, 1961; 1981; 2006; SANTOS, 2014b). A este respeito, pode-se dizer em linhas gerais que o planejamento urbano ainda tem muito o que avançar na compreensão do tempo, mas também na qualificação das intervenções sobre as unidades de tempo. Em última instância, o espaço urbano e as cidades servem e deverão sempre servir como marcadores do tempo histórico e social e vice-versa. Tomados isoladamente, o tempo seria “sucessão” e o espaço seria “acumulação” (apenas acumulação de tempos) (SANTOS, 2014b, p. 63)

Lefebvre possui uma abordagem sociológica “que se ocupa da vida cotidiana como realidade social” (HERCEG, 2014, p. 176, tradução nossa), identificando-a como uma “força criadora e reprodutora do social” (RIQUELME, 2018, p. 9, tradução nossa), e pela qual a técnica deve se voltar para o verdadeiro cumprimento de suas funções. Para o autor, a vida cotidiana consolida-se como a base ou o solo em que todas as outras relações e estruturas (espaciais, temporais, sociais, econômicas) se assentam. Especialmente estratégica à modernidade capitalista a vida cotidiana vai sendo colonizada como principal lugar de realização das mercadorias e produtos de consumo. Para isso, ela encontra um espaço adaptado para este fim, reforçando sua simbiose com o desenvolvimento das cidades e o processo de urbanização. Entretanto, segundo Lefebvre (2004; 2006; 2010), no plano do lugar e da vida cotidiana se realizam as dimensões do habitar e do vivido, potencializando o uso dos espaços e a presença concreta do corpo ritmado. Do lugar que se habita constitui-se o tecido sócio-espacial e a teia de relações sociais qualitativas que permitem ao indivíduo relacionar-se com o mundo, mediante a dialética entre espaços privados e públicos com seus referenciais simbólicos. O habitar do cotidiano – o uso, a apropriação, o corpo em ato e movimento – cria e conecta um conjunto de ações e movimentos em níveis e escalas espaço-temporais diferentes. Neste sentido, o autor recoloca a centralidade do corpo para a constituição e apreensão dos ritmos da vida

cotidiana, num duplo processo de reconhecimento: a temporalização da espacialidades e a espacialização das temporalidades.

QUADRO 10 – PROPOSIÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS GERAIS COM BASE NA TEORIZAÇÃO DA VIDA COTIDIANA DE HENRI LEFEBVRE

SÍNTESES PROPOSITIVAS GERAIS	
1	A vida cotidiana constitui um nível da realidade social, onde desempenha um papel fundamental no qual se aglutinam e se explicitam todos os outros níveis – situa o cotidiano no global, no Estado, na técnica, na cultura, no urbano etc. –, e onde se percebe a integração de forma mais geral da práxis e a sociedade e das relações sócio-espaciais no plano do vivido.
2	A vida cotidiana se estrutura por meio de componentes (o espaço, o tempo, a polissemia, o simbólico, as práticas) que, embora se apresentem fragmentadas, quando submetidas à luz do conhecimento e da análise críticos e dialéticos representam a possibilidade de restituir a compreensão da totalidade sócio-espacial, possibilitando aos estudos urbanos uma visão panorâmica e aprofundada sobre determinada realidade social.
3	O conjunto de variáveis e componentes da vida cotidiana pode ser apreendido por meio da <i>ritmanálise</i> , na qual integram-se as informações e relações sócio-espaciais, socioeconômicas, socioculturais e socioambientais em situações de interação permanente com a realidade corpórea, entendida em sua centralidade para o conhecimento das temporalidades e espacialidades da vida cotidiana e da experiência urbana, bem como das dinâmicas socioeconômicas. Os ritmos da vida cotidiana prestam-se à análise das continuidades e descontinuidades de processos sócio-espaciais, econômicos e históricos mais amplos, potencializando as leituras possíveis para prognósticos acerca da realidade social e urbana.
4	A ritmanálise e a análise sócio-espacial da vida cotidiana demandam tempo – tempo de experiência, tempo de vivência, tempo de encontro, tempo de estranhamento. Este processo não pode estar sujeito ao tempo rápido das prestações de serviços como cobradas pelo mercado, de acordo com planilhas de cronogramas (físico-financeiros) nos quais estes tempos são atropelados ou mesmo descartados. O conhecimento ritmanalítico necessita de planejamento a médio e longo prazo.
5	A observação ritmanalítica institui um esquema dinâmico de interação entre um ponto fixo e um ponto em movimento da experiência cotidiana e urbana.

FONTE: Lefebvre (1958; 1961; 1981; 1991; 2010), organizado pelo autor (2021).

Os trabalhos de Certeau (2014a; 2014b), Giard (2014b) e Mayol (2014) trazem contribuições que acumulam-se como um tipo de expertise que está o tempo todo auscultando as possibilidades produzidas e fabricadas na experiência cotidianamente vivida nas cidades e centros urbanos. Possuem como proposta uma “descrição da vida cotidiana como campo cultural, onde a maioria silenciosa se expressa – contra a ordem dominante – mediante suas próprias artes de fazer” (HERCEG, 2014, p. 176, tradução nossa). Os autores esboçam uma espécie de programa de pesquisa com um compromisso inarredável de pôr em evidência as práticas cotidianas e as

modificações pelas quais passa a vida cotidiana, quer na apropriação do espaço privado quer no uso dos espaços públicos. O consumo cultural é visto sob o prisma da criatividade, da astúcia dos praticantes, pelas maneiras de utilizar uma ordem imposta. Tratam-se de orientações que podem iluminar o conjunto de mazelas e fenômenos que atingem a realidade sociocultural e as saídas à desestruturação do tecido sócio-espacial e das situacionalidades de pertencimento e à realidade contemporânea atomizada com os processos de inserção social cada vez mais fragmentados onde o trabalho não é mais a via predominante de inclusão e mobilidade. Os autores introduzem um conjunto de reflexões e análises que incidem sobre como o uso e apropriação realizados e fabricados por meio das práticas cotidianas afetam e modificam com astúcia a reprodução e a produção das relações sociais e dos modos de vida no interior de um espaço social, cultural, habitado, praticado e/ou vivido.

A *arte inventiva* do cotidiano (práticas cotidianas, maneiras de fazer, táticas dos praticantes) como é abordada por Certeau (2014a, 2014b) se diferencia dos modelos teóricos que criam espaços (representados por diferentes disciplinas científicas e atividades técnico-profissionais) isolados das circunstâncias concretas da cotidianidade. Deste modo, coloca-se em perspectiva crítica o objeto de estudo em relação ao campo mais amplo de complexidades (a vida cotidiana em seus aspectos sócio-espaciais e atravessada pela campo da cultura), e também o lugar do pesquisador/técnico no contexto da divisão que se estabeleceu nas sociedades técnicas entre as “discursividades reguladoras da especialização”, que mantém uma *razão* social por fragmentos estanques de operatividade, e as “narratividades do intercâmbio massificado” que multiplicam as astúcias e práticas que permitem ou obstaculizam uma circulação dentro das redes de poderes (CERTEAU, 2014a, p. 65). Neste sentido, é especialmente importante entender que “o que torna a cidade habitável não é tanto sua transparência utilitária e tecnocrática, mas antes a opaca ambivalência de suas estranhezas” (CERTEAU e GIARD, 2014b, p. 19).

QUADRO 11 – PROPOSIÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS GERAIS COM BASE NA TEORIZAÇÃO DA VIDA COTIDIANA DE MICHEL DE CERTEAU

SÍNTESES GERAIS	
1	Dentre as componentes da vida cotidiana, as práticas cotidianas oferecem a porta de entrada para a investigação de todos os elementos que atravessam as relações sócio-espaciais no cotidiano; elas constituem a própria linguagem da vida cotidiana.
2	O consumo de produtos culturais (incluindo-se o espaço como um destes produtos) por meio das práticas cotidianas não é passivo e abrange uma forma de produção sociocultural criativa, manipulativa, polemológica e antidisciplinar, o que implica em dizer que o seu consumo revela-se também em uso e apropriação criativos, definindo situações além daquelas programadas. O <i>ordinário</i> , portanto, constitui a essência da cultura e é produzido, praticado, usado e apropriado cotidianamente.
3	A <i>oralidade</i> é fundamental para a pesquisa sócio-espacial e do cotidiano pois possibilita o intercâmbio ou a comunicação social em que se empregam a presença e a correlação de gestos, de corpos, de vozes, de informações e mensagens, estabelecendo formas profundas e enraizadas dos modos de sociabilidade, comunicabilidade e habitabilidade. Este fator deve ser reelaborado no planejamento urbano, especialmente na no diagnóstico urbano onde se poderá estruturar um conjunto de lógicas que possam atravessar este campo de análise como os jogos, os contos, as artes de dizer, os relatos de espaço, as enquetes e entrevistas que prezem pela autonomia dos sujeitos e os seus lugares epistêmicos de enunciação.
4	As <i>operações</i> do homem cotidiano (<i>artes de fazer</i>) devem servir de base para a produção de informações acerca da realidade urbana e cotidiana em vez de modelagens que se baseiam em <i>corpus</i> de informações monolíticos e pré-determinados. Estas operações devem orientar a produção de conhecimento com base em três aspectos: estético, polemológico e ético; voltando-se à inteligência do mais fraco – do homem ordinário, cotidiano. Na qualidade de usuário o homem em seu cotidiano articula <i>maneiras de fazer</i> como sendo as práticas pelas quais se reapropria do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural.
5	A diferença e a tensão entre as <i>operações cotidianas</i> e o <i>campo de forças</i> em que se situam determina a noção de uma <i>análise polemológica da cultura; do cotidiano</i> (tensão entre estratégia – organizada pelo postulado de um poder, onde se elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes) capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem, privilegiando dessa forma as relações espaciais – e tática – determinada pela ausência de poder, onde se privilegiam os procedimentos (operações) que se valem das circunstâncias e criam situações favoráveis por meio de suas intervenções, dando, portanto, relevância ao tempo); <i>do espaço</i> (tensão entre o espaço socioeconômico / campo das estratégias e o espaço utópico / campo das táticas); e das <i>artes dos saberes</i> (tensão entre praticantes e técnicos, entre conhecimento científico e senso comum). Estas diferenças e tensões também marcam a noção de uma <i>politização das práticas cotidianas</i> , onde se percebe a necessidade de estabelecer distinções entre as margens de manobra permitidas aos usuários pelas conjunturas nas quais exercem a sua arte.

FONTE: Certeau (2014a; 214b), organizado pelo autor (2021).

Giannini (2004), por sua vez, constrói uma leitura prática que toma partido dos aspectos mais banais e fenomênicos que a experiência cotidiana pode apresentar até achar pontos estratégicos que permitirão traçar um plano comum desta experiência. Em alguma medida, ele propõe um esquema interpretativo que viabiliza a reconstituição de uma quadro de vida sobre a cidade, tanto topograficamente quanto

cronologicamente, e marcado por unidades de movimento e vias de comunicação. Se se pode considerar a experiência cotidiana como experiência urbana então compreender (espacializar e temporalizar, por exemplo) sua dinâmica permitirá traçar e redesenhar um outro plano sobre a cidade pelo qual as temporalidades definirão o relevo e a topografia espaciais, e não mais as representações planas e hegemônicas de modelos pré-estabelecidos. Ao propor uma territorialidade da vida cotidiana, Giannini (2004) retoma o tempo do espaço e o espaço do tempo, colocando em perspectiva, quase que em imagem holográfica, o movimento pelo qual o homem cotidiano estrutura sua existência. Esta territorialidade leva o homem a dois processos simultâneos: constituir seu espaço-tempo de vida e nele colocar-se em relação ao outro e à natureza de modo a voltar-se para si. Tempo e espaço ganham sob esta perspectiva uma importância fundamental na formação do indivíduo e sua maturidade psicológica.

QUADRO 12 – PROPOSIÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS GERAIS COM BASE NA TEORIZAÇÃO DA VIDA COTIDIANA DE HUMBERTO GIANNINI

SÍNTESES GERAIS	
1	O território, espaço e tempo cotidianos representam a via de acesso à experiência comum da vida cotidiana, identificando-se nas trajetórias pessoais e de vida dos indivíduos e grupos sociais.
2	A experiência comum da vida cotidiana é reiterativa de um esquema (estrutural e circular) espacial (topográfico) e temporal (cronológico), atado à realidade urbana, e que lhe confere o caráter reflexivo (regresso a si) da existência humana a partir de um plano visível, aparente e extensivo (topografia e cronologia da cotidianidade). Este esquema rotatório e circular é facilmente apreendido e adaptado às necessidades de análise e investigação acerca da realidade sócio-espacial da vida cotidiana, podendo se dirigir a um aspecto em específico ou a um grupo ou sujeito históricos e à extensão de suas experiências cotidianas e urbanas.
3	A apreensão da vida cotidiana pode ser realizada com base no seguinte processo metodológico: (1) acesso extensional ao cotidiano – panorama topográfico (estrutura espacial); (2) arqueologia da experiência comum – pontos estratégicos para acessar uma exploração mais profunda, relevância da estrutura temporal; (3) restauração real desta experiência – tarefa política, social e urbanística.
4	A habitação deve ser compreendida como um bem comum e/ou lugar comum pelos quais a vida cotidiana é estruturada e pelos quais tem a sua existência reflexiva, constituindo-se em símbolo da singularidade humana, assim como a rua constitui-se no símbolo de sua universalidade, de sua sociabilidade.
5	A rotina oferece uma observação provisória na investigação da vida cotidiana, caracterizando apenas um aspecto do cotidiano (o <i>presente contínuo</i> e a <i>temporalidade plana e desértica</i> da rotina) e não toda a sua estrutura e integridade (a trama essencial da vida cotidiana como a <i>transgressão</i>). A transgressão cotidiana é essencialmente o resgate, a reconfiguração e a criação de tempo, ou melhor, de temporalidades.

FONTE: Giannini (2004), organizado pelo autor (2021).

No conjunto de análises destes autores alguns elementos da cidade empenham um papel fundamental na organização da vida cotidiana, material e simbolicamente. Estes elementos, via de regra, estão sob ataques reiterados pelos processos dinâmicos da produção capitalista dos espaços das cidades. A rua é um elemento ordenador e aglutinador da cidade moderna, por isso, talvez, seja a estrutura mais evocada em suas análises. É o elemento que, por excelência, comunica, liga, vincula e territorializa as práticas cotidianas. A praça, representa aquele ponto de origem, assim como o domicílio no esquema tópico de Giannini (2004), pelo qual a comunidade regressa para reconstruir, reflexivamente, as bases das novas formas de sociabilidade e de emprego das relações sociais, será sempre um ponto simbólico e reflexivo da trama urbana. O bairro remete à “estrutura fervilhante da rua” (CERTEAU, 2014b, p. 32), que em essência é ritmada por espaços, sociabilidades e temporalidades. É uma estrutura negligenciada na forma de constituição dos espaços e tempos cotidianos, uma vez que sua condição sócio-espacial foi fortemente fragmentada pelos processos mais amplos da produção capitalista dos espaços. Em alguma medida os autores apontam a necessidade de se reinterpretar os elementos constitutivos da paisagem urbana levando-se em consideração as estruturas espaciais, temporais e simbólicas do cotidiano.

A vida cotidiana permite o curso das táticas e estratégias, sem que os homens saibam, pois estão todos misturados com o objeto, “ao mesmo tempo objeto da ação e sujeito, nunca nesta ambiguidade é elucidado completamente”; ela guarda o trágico e o não trágico, os resíduos despojados, o lugar vazio do destino, preenchido com uma mistura informe de necessidade, acaso, liberdade, perigos, segurança e riscos (LEFEBVRE, 1961, p. 141, tradução nossa). Sob esse prisma, a vida cotidiana é, por um lado, uma modalidade da organização social, espacial, temporal e empírica da vida humana e, por outro lado, um agrupamento de representações que mascaram esta organização, sua contingência e seus riscos (LEFEBVRE; 1961; 1991; GIANNINI, 2004; CERTEAU, 2014a; 2014b).

QUADRO 13 – PROPOSIÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS COMUNS À TEORIZAÇÃO DA VIDA COTIDIANA DE HENRI LEFEBVRE, MICHEL DE CERTEAU E HUMBERTO GIANNINI

SÍNTESES PROPOSITIVAS	
1	A vida cotidiana é a esfera de realidade para um sujeito e/ou grupo social – realidade significativa, realidade como sentido, realidade do discurso e dos gestos, realidade simbólica – que ocorre dentro de toda sociedade. Ela passa pelo conjunto de vivências que acontecem entre os indivíduos com desejos, vontades, capacidades, sentimentos, possibilidades, emoções, conflitos.
2	A vida cotidiana é constituída de fatos e processos dinâmicos sob a influência de aspectos que provém de condições externas ao indivíduo como: fatores sociais, econômicos, políticos e culturais em geral, criados em espaços e tempos determinados e com uma pluralidade de sentidos e simbolismos.
3	A cotidianidade se realiza com base em necessidades, na experiência, no conhecimento e na visão do presente e futuro como processos históricos, sociais, culturais que levam aos indivíduos a construir sua própria realidade individual e coletiva.
4	Na vida cotidiana se explicita o movimento da sociedade, orientado pelas motivações e interesses dos sujeitos. Nesta reprodução social cotidiana observa-se como as subjetividades se socializam e também como a sociedade se subjetiviza como normalidade e objetividade. Nela definem-se discursos e relatos, onde a subjetividade se integra a processos ideológicos, respondendo ao que escuta como deveres e possibilidades.
5	A vida cotidiana se constitui mediante relações sociais compartilhadas, experimentadas e interpretadas de acordo com a subjetividade e os movimentos históricos. Ela representa a própria centralidade da história, sua essência como substância ou conteúdo social.
6	Na vida cotidiana se interrelacionam a subjetividade, a objetividade, a identidade, a realidade social, os ritmos, as espacialidades e temporalidades.
7	A vida cotidiana permanece como fonte de sedimentação das experiências urbanas e de mundo. Ela dá relevo ao que os modelos e projetos urbanísticos excluem. Os processos de ajustes espaciais e temporais que culminaram no modo de vida moderno não eliminaram os movimentos cíclicos e rítmicos que irrompem o tempo desértico da rotina e recaptura o tempo mítico da existência, das operações e práticas cotidianas.
8	As perspectivas teórico-conceituais da vida cotidiana deslocam o lugar das análises socioespaciais para as análises sócio-espaciais em que se dão a pluralidade do cotidiano (polissemia, polifonia, polirritmia, polivalência, polimorfismo).
9	As práticas cotidianas evidenciam o conjunto de relações plurais em que os homens operam por trajetórias não previsíveis, estabelecendo efeitos que não podem ser medidos por códigos pré-determinados, mas avaliados na relação com estes códigos e sua capacidade de transfigurá-los ou contorná-los. A vida cotidiana não se define propriamente por sua recorrência. Embora se aproxime do conceito de rotina e repetição, é um contínuo/descontínuo das relações humanas.
10	O acontecimento urbano segue o acontecimento da vida cotidiana e vice-versa, e os procedimentos e pensamentos que os organizaram. A deterioração da cidade segue como um acontecimento simultâneo à degradação da vida cotidiana.
11	A cidade se estrutura ao modo de uma linguagem, sendo a expressão de um tempo cotidiano que se realiza num espaço habitado, praticado e vivido, essencialmente encarnado na experiência urbana.

12	O espaço urbano oferece à vida cotidiana dispositivos práticos (o bairro, a rua, o parque) pelos quais os sujeitos constituem suas práticas culturais e cotidianas e recompõem os espaços propostos por determinada realidade sócio-espacial. As relações sócio-espaciais podem transformar estes dispositivos práticos para além de elementos da cidade e do urbano (categorias morfológica, sociológica) mas em <i>domínio do espaço social</i> , constituindo-se para o usuário uma parcela conhecida do território no qual, positivo ou negativamente, ele se sente reconhecido. A prática cotidiana relacionada a estes dispositivos define-se como técnica de reconhecimento do espaço enquanto social.
13	Seja a estruturação em níveis e componentes da vida cotidiana de Henri Lefebvre, ou o esquema polemológico de Michel de Certeau, ou o esquema topográfico e cronológico da vida cotidiana de Humberto Giannini, todos oferece uma atualização da generalização e da expansão da racionalidade hegemônica, burocrática, capitalista e tecnocrática (na escala da história contemporânea) que, ainda, consegue entre as malhas dos sistemas dispersar e fragmentar as práticas cotidianas, desalojando-as das unidades locais e das comunidades e grupos tradicionais, tirando-as de órbita e deixando-as vagar sobre um espaço (cotidiano e urbano) que se homogeneiza e se amplia.
14	É relevante e estratégico para um pensamento urbano socialmente crítico que se apreenda a vida cotidiana por meio das práticas cotidianas dos habitantes (consumidores, praticantes, usuários, homem ordinário, homem comum). Esta orientação teórico-metodológica busca recolocar o espaço sob o prisma da apropriação do tempo. Para o pensamento socialmente crítico de cada momento histórico, na cotidianidade convergem diversas possibilidades de compreensão das circunstâncias humanas.
15	A leitura sócio-espacial da vida cotidiana por parte de planejadores urbanos e quaisquer outros profissionais implica em não neutralidade dos seus métodos e abordagens, exigindo deles um engajamento da própria experiência do corpo no espaço (de onde se parte) passando à observação dialética dos ritmos e à sua crítica em relação ao demais (alteridade).
16	A leitura da vida cotidiana é possível de ser realizada com poucos recursos materiais, ela demanda mais capacidade de observação e análise (presença consciente do corpo) do que de instrumentos tecnológicos por exemplo. Por outro lado, a pesquisa sócio-espacial acerca da vida cotidiana deve agregar todo tipo de recurso capaz de potencializar estas análises, como todo o conjunto de dados e ferramentas que o planejamento urbano já utiliza, considerando a integralidade do conhecimento.

FONTE: O autor (2021).

Em última instância, sob a perspectiva crítica da análise da vida cotidiana, o conjunto dos autores oferecem um campo fértil para o conhecimento das relações de produção e reprodução do espaço e tempo e a economia política, questionando-se a atividade de técnicos, planejadores urbanos e urbanistas em suas ‘funções’ de conceber o espaço. Neste sentido, em se tratando da integração da vida cotidiana com o planejamento urbano, este último deveria pautar simultaneamente a pluralidade do real e dar efetividade ao pensamento plural (saber e poder articular), justamente por situar sua prática e sua leitura de mundo na dimensão cotidiana da existência. Por fim, encerra-se este capítulo com uma passagem de O’Neill (apud Gardiner, 2000) em que mostra a importância da perspectiva crítica da vida cotidiana e do papel potencialmente inovador que pode desempenhar na reorientação e revigoração do

projeto social emancipatório, na ocasião observando a atuação do sociólogo mas que aqui se aplica aos planejadores urbanos que negligenciam as reivindicações da vida cotidiana:

[...] promove o reino da crise. Esquecido do apego à vida cotidiana, ele ou ela fala em "descobrir" a realidade social. Essa forma de falar, no entanto, ignora o fato maciço do já conhecido mundo cotidiano. A alternativa para essa atenção ao lugar-comum é tratar as pessoas como coisas, o que é aliar a sociologia às forças que já buscam dominá-las ou provocar sua submissão submissa. Muito da "cientificidade" do estudo dos humanos já está a serviço desse projeto de controle político. A defesa da vida cotidiana, do conhecimento e dos valores do senso comum constitui a tarefa radical da sociologia interpretativa. Requer que os sociólogos estejam preparados para deixar de lado seu narcisismo a fim de trabalhar como sub-trabalhadores no mundo da vida cotidiana, com o qual, em todos os outros aspectos, mantêm parentesco. (O'NEILL apud GARDINER, 2000, p. 25-26, tradução nossa)

4 INTRODUÇÃO AO OBJETO EMPÍRICO: SÓCIO-ESPACIALIDADE DO COTIDIANO URBANO

Existe uma lacuna, um vácuo, entre os objetivos das ações, táticas e vontades ativas e os resultados dos eventos provocados pelas estratégias culturais, sociais, espaciais, econômicas etc. (LEFEBVRE, 1961; CERTEAU, 2014a). Sob este aspecto, ao longo do capítulo anterior pôde-se perceber que a vida cotidiana constitui-se como uma dimensão ou nível importante da realidade urbana, configurando-se também em um elemento de diferenciação e de desigualdade do desenvolvimento sócio-espacial e histórico das cidades. Ela se apresenta como o lugar onde se aglutinam espaço, tempo, técnica, vontades, desejos e objetos, todos como ponto de aplicação do conhecimento justamente porque se revelam na prática diária (LEFEBVRE, 1961; SANTOS, 2014a; 2017). Mas também se apresenta como a expressão espacial e fragmentada da divisão do trabalho e, por isso, não pode ser pensada como oposto ao estrutural, ao histórico e ao significativo, sobretudo quando se trata do processo de transformação das estruturas sócio-espaciais e da maneira em que os homens contribuem tanto para sua reprodução quanto para sua transformação (ELIAS, 1998; D'EPINAY, 2008).

O cotidiano como uma realidade a ser metamorfoseada, questionável e contestada por sua crítica, é observado ao nível de táticas, forças e suas relações, truques e desconfiança. [...] não afetamos estaticamente um nível para a vida cotidiana e seu estudo. Este iria transbordar ou para baixo e o trivial, ou para cima e o evento [...]. Buscaremos, portanto, como cada grupo considerado responde aos “estímulos” (desafios, propostas e provocações, ameaças, demandas e ofensivas) deste ou daquele outro grupo, e como ele resolve problemas táticos. Passando para o nível de estratégia, vamos ver como os grupos tendem a minimizar as chances de ganhos máximos de parceiros ou oponentes – ou, ao contrário, de maximizar seu próprio ganho mínimo. (LEFEBVRE, 1961, p. 139, tradução nossa)

Este quadro panorâmico já evidencia que a vida cotidiana abarca um universo amplo de relações que transborda qualquer delimitação disciplinar, tendendo a uma sobreposição de conteúdos e ferramentas para seu conhecimento a partir de um campo de relações de forças sociais. Neste sentido, se buscará adiante elencar e introduzir em linhas gerais questões-chaves e apontar aspectos pertinentes à necessária integração da dimensão da vida cotidiana ao planejamento urbano, principalmente em se tratando do processo de apreensão da realidade urbana e seus

aspectos sócio-espaciais, com base nas discussões e análises levantadas anteriormente. Pretende-se também situar os desafios e limites referentes à escala da análise sócio-espacial do cotidiano urbano, refletir sobre o papel da vida cotidiana na delimitação temática, metodológica e de categorias das pesquisas contemporâneas sobre a leitura das cidades, dos processos e do espaço urbanos.

4.1 UNIVERSOS DE ANÁLISE: VIDA COTIDIANA E CIDADE

Considera-se importante tomar como ponto de partida alguns elementos diagnósticos preliminares⁷⁸ de como a vida cotidiana na cidade se apresenta hoje, para que se articule dentro do planejamento urbano seu potencial como *categoria teórica e política*:

- (1) A organização e reprodução da vida cotidiana nas cidades contemporâneas ocorre de maneira desigual, em pelo menos dois aspectos: primeiro, em relação às estruturas e à gestão sócio-espaciais e socioeconômicas de elementos comuns de alcance coletivo (em se tratando de organização, estruturação, acesso e disponibilidade), como os quadros de serviços urbanos ligados às condições de habitabilidade e serviços de cidadania, a continuidade/disponibilidade de equipamentos de saúde, educação e socioculturais pelo tecido urbano, acesso e disponibilidade à terra e moradia, condições de mobilidade e circulação pelo espaço urbano etc.; segundo, em relação à desigualdade (sob determinados aspectos se trata de impedimento e violência) das experiências cotidianas em função das diferenças de corpos e identidades⁷⁹ – a apropriação do espaço urbano, em diversas escalas,

⁷⁸ Estes elementos são tratados aqui de forma especulativa como uma primeira aproximação das problemáticas mais gerais que se observa sobre a vida cotidiana nas cidades.

⁷⁹ “O estudo crítico da vida diária revelará as táticas e estratégias de grupos parciais (mulheres, jovens, intelectuais, etc.) na sociedade como um todo. Ele saberá como detectá-los, por meio de ambiguidades, na medida em que se revelam e se significam, que eles se revelam e se ocultam, mas ainda assim se expressam. O estudo da vida cotidiana captará os relatos dos grupos que torná-los opacos em seus contatos ou torná-los acessíveis uns aos outros, apesar dos mal-entendidos, das manobras táticas, disfarces, aberturas e aventuras estratégicas. Quando os grupos se isolam, eles se degeneram; eles deixam de existir ‘em ação’. Manter-se já implica ação e luta, portanto, relação” (LEFEBVRE, 1961, p. 138, tradução nossa).

não ocorre em condições favoráveis às mulheres, crianças, jovens, idosos, negros, LGBTQIA+, favelados, periféricos, ocupantes, criando-se grupos de vulnerabilidade social, econômica, ambiental e sócio-espacial etc.

- (2) A omissão/ausência da vida cotidiana nos debates, princípios, pesquisas e indicadores relacionados ao planejamento das cidades refere-se à desvalorização do tema por um lado e, por outro, às possibilidades de manter inalteráveis os privilégios da ordem vigente das coisas. A vida cotidiana ainda é mantida numa zona de penumbra discreta, como uma expressão desprovida de significação, inclusive de significação espacial e temporal.
- (3) Existe uma hierarquização⁸⁰ de assuntos e problemas urbanos que compreende que a política econômica dos espaços seja a categoria de primeiro plano sobre todas as demais, afetando e limitando sobremaneira a apreensão da vida cotidiana no planejamento urbano, falta uma integração destas categorias num esquema global de compreensão da realidade.
- (4) O espaço-tempo da vida cotidiana nas cidades tende à uma forma homogênea, sua organização foi historicamente construída por adaptações ou ajustes espaço-temporais no plano da cidade para que seu estado *ad aeternum* se mantivesse como modelo da realidade moderna das sociedades, contribuindo com o nivelamento das diferenças socioculturais e a expansão de modelos de vida e sócio-espaciais por todo o globo terrestre mediante os processos de mundialização e globalização.
- (5) A produção capitalista das cidades com suas desigualdades e injustiças sócio-espaciais tem contribuído com a fragmentação da vida cotidiana

⁸⁰ “A crítica da vida cotidiana enfatiza certos aspectos da experiência humana, isto é, da práxis. Ela os libera e tipifica-os. A situação da cotidianidade na práxis e no nível que aí ocupa dependem da sociedade global. No capitalismo monopólio estatal que conhecemos, a lacuna entre a vida o cotidiano e outros aspectos da práxis atingiram o máximo; a vida cotidiana é subordinada, e de muito baixo, a uma hierarquia funções (normas, valores, papéis e modelos, dispositivos) no topo estão o tecnicismo, a burocracia e poder pessoal” (LEFEBVRE, 1961, p. 133, tradução nossa).

no espaço urbano⁸¹, onde a experiência cotidiana se vê cada vez mais reduzida à pequenas porções de espaço à medida que este se expande e se especializa sempre mais⁸².

Levando em consideração este diagnóstico geral pode-se destacar quatro questões sobre a apreensão da vida cotidiana e com rebatimento no planejamento urbano e que já introduzem orientações de análise. Em primeiro lugar, dois aspectos políticos e territoriais: (i) as perspectivas sobre a vida cotidiana explicitam uma tendência de deslocamento e desvio entre o público e o privado (doméstico), desdobrando-se em configurações de territórios, lugares, espaços e tempos habitados, praticados e cotidianos, o que leva à reorientação da observação, da pesquisa e dos projetos de intervenção sobre a cidade para esta dinâmica que conforma a realidade sócio-espacial de indivíduos e grupos históricos; (ii) a vida cotidiana do sujeito (a experiência e presença do corpo no território) possui uma centralidade incontornável, sua reprodução produz a sociedade tornando-o comprometido com a contemporaneidade – seus fenômenos, processos e resistências –, constituindo, deste modo, a dimensão coletiva que atravessa a organização de sua vida cotidiana e das suas relações de sociabilidade, do relato individual à vontade coletiva, da verdadeira autonomia e apropriação dos processos de decisão e de planejamento.

Em segundo lugar, a apropriação e autonomia do/no espaço-tempo urbano podem ser pensadas, verificadas e avaliadas por meio do conceito de vida cotidiana e/ou cotidiano, em que se situa e ressalta-se ao mesmo tempo os atores das transformações possíveis e suas práticas cotidianas e as lógicas e racionalidades as quais pretendem superar e desviar-se – a simultaneidade e comunicação das táticas dos atores sociais e as estratégias hegemônicas. Apesar da programação e modulação das atividades e relações cotidianas, esta dimensão não deixa de apresentar diversidades e possibilidades inscritas nas formas de vida, reprodução social, sociabilidades e resistências (CERTEAU, 2014a; 2014b).

⁸¹ “Na degeneração, os grupos se dividem em elementos dispersos, pequenos grupos e indivíduos. Todos os dias cai no trivial” (LEFEBVRE, 1961, p. 138, tradução nossa).

⁸² “A fragmentação da vida cotidiana, cada vez mais notória, é antes de tudo, a fragmentação do espaço. Sem dúvida, a forma territorial é apenas a projeção espacial de um princípio mais geral das sociedades modernas: como é a divisão do trabalho” (JUAN apud RIQUELME, 2018, p. 11, tradução nossa)

Em terceiro lugar, o conceito de vida cotidiana (posto em perspectiva) implica não só o reconhecimento de seus aspectos (positivos e negativos, potenciais e degradados) mas sobretudo os nós, junções, redes e entroncamentos da experiência comum da vida cotidiana, suas formas coletivas e comunais e as suas leis de reciprocidade e cooperação, definindo um momento oportuno de *recuperação da politicidade do cotidiano*⁸³, principalmente sob a escala do doméstico, dos lugares, dos espaços e tempos habitados e praticados. Se a vida cotidiana não está conectada em algum nível com a organização e tomada de decisões da política então “a cotidianidade está condenada ao âmbito da simples reprodução alienada da sociedade” (PULIDO, 2021, p. 14, tradução nossa).

Em quarto lugar, tanto Lefebvre (1951; 1961; 1981; 2010) quanto Certeau (2014a; 2014b), ao buscarem entender e apreender a vida cotidiana, situam-na como elemento fundamental das relações sociais (de produção e reprodução) que configuram o espaço-tempo da sociedade, isto é, a própria condição do capitalismo e da modernidade e os processos de alienação que acarretam. Neste sentido, quando se questiona e se busca conhecer a vida cotidiana está se aproximando destas dimensões, ao mesmo tempo que, a partir das relações sociais, se indaga sobre o que ela é e como nela o homem se aliena de si e do mundo ao não perceber, não pensar, não estudar e não tentar compreendê-la (MONTE-MÓR, 2006). A vida cotidiana marca e é marcada por espacialidades e temporalidades, os planejadores urbanos lidam com isso mas num nível em que Lefebvre (2006; 2010) denominou como espaço e tempo percebidos ou pensados, e não como espaço e tempo vivenciados, habitados. A tentativa de desalienação enquanto planejadores urbanos caminha na direção de um processo de compreensão-ação por meio desta terceira via. Monte-Mór (2006) ressalta que talvez não se tenha elementos teóricos para trabalhar sob esta via, uma vez que é possível percebê-la, senti-la, mas dificilmente se consegue elaborá-la, principalmente porque a própria noção de vida cotidiana ou cotidiano ainda é formulada de maneira muito fluida e mutável. Em relação a este último aspecto, o

⁸³ Para Heller (2016, p. 151, tradução nossa) a política *sensu lato* é aquela “desenvolvida com a consciência de nós mesmos em interesse de uma determinada integração”; “o fim consciente de toda atividade política está sempre cunhado na integração determinada (polis, Estado, nação, classe, estrato)”, isto é, ocorre por meio da busca de autorreprodução. A política na vida cotidiana realiza-se quando “é parte da reprodução do ‘particular’ em seu papel dentro da divisão do ‘trabalho’, quer dizer, quando se leva a cabo uma ‘atividade dirigente’ consciente e sistematicamente no âmbito da particularidade, então, o ‘particular’ coincide com o ‘indivíduo’ (PULIDO, 2021, p. 13-14, tradução nossa).

percurso desta pesquisa mostra que há caminhos diversos que tentam estabelecer comunicações e maneiras de realizar a aproximação (teórica, empírica, analítica e crítica) com a vida cotidiana. Entende-se que estes percursos de alguma forma já se apresentam bastante pavimentados, o que falta é a abertura e a integração aos avanços e descobertas que já se conquistou.

Tendo estas questões gerais em mente – *tendências de deslocamentos e desvios entre o público e o privado; centralidade do corpo no território; apropriação e autonomia do espaço-tempo por meio das relações e práticas cotidianas; nós, junções, redes e entroncamentos da experiência comum da vida cotidiana; recuperação da politicidade do cotidiano; alienação e desalienação da/na vida cotidiana* – pode-se avançar conforme a aplicação das chaves conceituais para o conhecimento da vida cotidiana propostas por Lefebvre (1951), uma vez que constituem eixos de leitura das mudanças sociais e suas relações com o espaço e tempo urbanos, entendidos também como expressões das mudanças nos modos de produção/reprodução na economia, na política e na cultura. De modo geral, são estes os eixos de leitura: (1) a relação entre tempo e espaço; (2) as diferenças e semelhanças entre a experiência vivida e as representações mentais que tomam forma e lugar na vida cotidiana; (3) as relações entre as atividades superiores, especializadas e as ordinárias e como se iluminam mutuamente; (4) as tensões entre os processos cíclicos próprios da natureza e os lineares procedentes dos modos de organização social das atividades no curto e longo prazo; (5) as relações entre valor de uso e valor de troca; (6) as relações entre as necessidades naturais e culturais; (7) as relações de distância e proximidade espaço-temporal; (8) as relações entre o religioso, a festa, o jogo e as atividades sérias, de negócio, trabalho (separação / continuidade / inclusão). Para o autor, estas relações não existem *per se*, são construídas socialmente sob um contexto específico e entendidas como parte integral das práticas sociais. Elas são ao mesmo tempo resultado e pré-condição para a produção da sociedade, o que implica a necessidade de uma análise que inclua as *formações sócio-espaciais*, as *relações de poder* e os *conflitos* inerentes em cada situação particular (LEFEBVRE, 1981).

À estas possibilidades de análise somam-se inumeráveis outras. Carvalho (2012) também aponta questões relevantes sobre o entendimento da vida cotidiana no mundo contemporâneo: (1) a revolução passiva do pós-guerra que culminou com a neutralização de iniciativas populares e da autonomia de classe em função de

reformismos; o desenvolvimento de um capitalismo individualista, planejado, transnacional e monopolista; a atomização do tecido social em detrimento das formações de coletividades; o processo de reificação do indivíduo na vida cotidiana; a virada autoritária do Estado e o avanço das correntes neoliberais; (2) a modernização, o progresso e o desenvolvimento tecnológico com a expansão da informática e da telemática que alteraram a vida cotidiana, transformando-se em instrumentos políticos e de controle das relações de consumo, reprodução e sociabilidade; (3) a alienação na/da vida cotidiana como fator persistente da objetivação das relações sociais, deixando-se de se apresentarem como históricas para se reduzirem a instrumentos de dominação e opressão; (4) os fatores que nutrem o vazio que marca a vida cotidiana, principalmente em relação à alienação do trabalho, aliado à desesperança na possibilidade dos homens coletivamente desejarem, quererem e realizarem a transformação do mundo em direção a uma plena humanização – recondução das cisões dicotômicas: existência e subsistência, material e espiritual, singular e genérico/coletivo, local e global, igual e diferente, indivíduo e cidadão, parte e todo, campo e cidade, espaço e tempo etc.; (5) espaço e tempo – estes elementos são cindidos, fragmentados e comprimidos na vida cotidiana moderna; mesmo com a expansão do espaço, este não é percebido em sua globalidade e historicidade, entra no cotidiano como informação não vivida, vai se tornando elemento de confinamento, no entanto, o tempo permanece como insuprimível e representa a possibilidade de resgate da dimensão histórica dos processos sócio-espaciais; (6) a queda e quebra de pactos de complementariedade entre as pessoas em função da liberdade sexual, das conquistas das mulheres, das conquistas raciais e o corte que isto estabelece nas relações socioculturais e sócio-espaciais; (7) o sagrado e o espiritual no cotidiano, atentando-se aos seus significados, os valores e interesses que fazem indivíduos e grupos moverem-se sob uma crença, a religiosidade do vazio, e o potencial transformador das condições materiais, assim como da supressão da opressão, que possuem.

Uma outra questão fundamental da pesquisa sócio-espacial do cotidiano é entender como as estruturas urbanas e socioculturais configuram-se como contextos que limitam, potencializam ou condicionam os fluxos da cotidianidade na cidade. É comum que as estruturas urbanas, em suas particularidades como formas espaciais, sejam representadas por planejadores urbanos por meio das observações aéreas, isto é, basicamente por suas materialidades e localizações. Contudo, são as relações e

práticas cotidianas e culturais que determinarão a pertinência, o uso, a função, a qualidade e a eficácia destas estruturas. Lindón (2017, p. 121, tradução nossa) sugere que este conjunto de relações possa ser observado por meio da revalorização do “conhecimento de fragmentos da cidade, instáveis e mutável no tempo, inclusive no ciclo cotidiano”. Neste caso, as análises sócio-espaciais não correspondem a uma investigação que descreve *de cima* os fenômenos que se sucedem na extensão espacial e nem apenas suas localizações. Enfoques que percebem a cidade como albergue de populações (LINDÓN, 2017), ou que o espaço urbano é ocupado por massas homogêneas e blocos monolíticos de pessoas (BENACH, 2017), são rechaçados sob a perspectiva da análise sócio-espacial do cotidiano. Ao contrário, a cidade e o espaço urbano são vistos como espaços habitados por sujeitos móveis que se apropriam e disputam fragmentos de espaços, privatizando-os (CERTEAU, 2014a), inscrevendo e marcando neles suas biografias (LINDÓN, 2017). Isto é especialmente importante para reconduzir a análise sócio-espacial das estruturas urbanas, isto é, uma perspectiva da cidade que parte do cotidiano.

Sob essa mesma orientação descrita acima também vale destacar um aspecto da análise sócio-espacial do cotidiano comumente negligenciado por parte dos planejadores urbanos, trata-se dos significados e dos sentidos que as pessoas outorgam à suas práticas e que integram o que se pode apreender da totalidade da vida cotidiana. Isto configura as tramas simbólicas que estruturam os imaginários urbanos e que de alguma maneira colonizam a vida cotidiana, ou, em determinadas circunstâncias servem como resistência às formas de vida colonizadas. Como bem ressalta Lindón (2017), esta compreensão da cidade e da vida cotidiana tornam relevantes os afetos, as emoções e a corporeidade para os estudos urbanos e as formas de organização dos espaços. Pode-se dizer que esta referência para uma construção analítica se apoia na *densidade da experiência espaço-temporal da cotidianidade*. A dimensão do imaginário urbano e suas tramas simbólicas correspondem ao que Giannini (2004) entendia como um *ponto estratégico para a escavação profunda da experiência comum da vida cotidiana*. Este tipo de intersubjetividade se realiza de acordo com os espaços urbanos, permitindo encontros espontâneos ou em contexto de projetos institucionais e, por isso, constitui uma grade sócio-espacial e espaço-temporal que podem ser lidas, adquirindo uma capacidade integradora do urbano – fragmentos de tempo e de espaço, práticas cotidianas, significados, ideias, imaginários, fantasias e projetos institucionais (LINDÓN, 2017).

Estas duas últimas questões podem integrar o que Lindón (2017, p. 122, tradução nossa) denominou como “as redes topológicas de cada habitante da cidade”, cuja essência é remontar a cidade como espaço e tempo vividos através da biografia das pessoas. Estas redes também servem como mecanismos pelos quais lê-se a reprodução de características de um lugar a outro, ou, por outro lado, o modo como se diferenciam, exigindo do planejamento urbano uma compreensão detalhada das grades sócio-espaciais e espaço-temporais que se sobrepõem em um mesmo ou em diferentes espaços físicos. As redes topológicas, como descritas por Lindón (2017), constituem canais de sentidos e de significação dos lugares, de alguma maneira refletem sobre o valor (de uso e de troca) dos espaços da cidade. Esta noção se assemelha aos *relatos de espaço*, abordados por Certeau (2014a; 2014b) e possui uma aproximação com o esquema topológico e cronológico da vida cotidiana de Gannini (2014).

A intenção aqui não é esgotar as possibilidades dos universos da análise sócio-espacial do cotidiano, apenas introduzir algumas questões que se apresentam pertinentes. No planejamento urbano, por exemplo, as dinâmicas urbanas são especialmente importantes como campo de análise e de pesquisa pois informam sobre os fenômenos do acontecimento urbano em seu permanente devir. Do ponto de vista da análise sócio-espacial do cotidiano as dinâmicas urbanas devem ser observadas e analisadas com base na interação dos aspectos estruturais e morfológicos das espacialidades e da paisagem urbanas com aqueles aspectos que se relacionam às temporalidades vividas⁸⁴. As dinâmicas urbanas, em última instância, dizem respeito aos ritmos espaciais e temporais da cidade, informam as condições da aceleração e desaceleração dos processos urbanos e do modo como

⁸⁴ Pode-se considerar, por exemplo, o papel e o impacto da estruturação de centralidades e eixos urbanos na organização da vida cotidiana de parcelas da população da cidade, como estes elementos determinam uma topologia das relações e práticas cotidianas dos habitantes e a maneira como se colocam na rede de espaços de apoio à reprodução da vida cotidiana. Outro exemplo pode-se dar em relação ao impacto que as dinâmicas imobiliárias e econômicas exercem sobre a configuração de espacialidades e temporalidades cotidianas, modificadas e reorganizadas por dinâmicas de expansão, localização, deslocamentos, periferação (também reperiferação e desperiferação) e que acabam por estabelecer modulações e ritmos da vida cotidiana demarcados por arranjos sócio-espaciais dissonantes ou ressonantes com as necessidades de reprodução da população. A caracterização do desenvolvimento urbano também informa as condições, estratégias e projetos políticos que orientam os conflitos urbanos e determinam as tensões sobre os modelos de ocupação e apropriação no território urbano, definindo também a relação que as redes de espaços, transportes, equipamentos e serviços possuem com a construção de projetos de vida, com a dimensão simbólica dos lugares e das atividades culturais, com os relatos e a biografia dos sujeitos e a apreensão dos tempos e espaços da cidade.

se apreende e se constrói a experiência cotidiana da realidade urbana por meio de fatores externos e internos à vida cotidiana dos sujeitos e sob escalas espaço-temporais diferentes, justapostas e sobrepostas.

As políticas e os instrumentos do planejamento urbano também estabelecem um âmbito substancial da prática e conhecimento produzidos por esta área, cujos desdobramentos alcançam distintas esferas de poder, múltiplas redes de comunicação entre agentes e atores sociais (de políticos e dirigentes, passando pelos mais diversos quadros técnicos até a população e inúmeras organizações civis), além de informarem modelos e estratégias que estruturam a concepção de cidade e de desenvolvimento urbano resultantes das relações de força nas arenas políticas, culturais, urbanas e sociais. Trata-se de um âmbito em que a produção do planejamento urbano se coloca na mediação entre níveis de complexidade e de articulação dos elementos que tensionam os muitos interesses sobre a construção normativa, regulatória, física, abstrata, simbólica, concreta e cotidiana da realidade urbana.

A seguir propõe-se um quadro sintético com a interseção de temas que corroboram com vários conceitos e, conseqüentemente, relações de análise da vida cotidiana no âmbito da cidade, da sociedade e do planejamento urbano.

QUADRO 14 – INTERSECÇÃO DE TEMAS

VIDA COTIDIANA, CIDADE, SOCIEDADE E PLANEJAMENTO URBANO
ESPAÇO, TEMPO E RITMO Uso / Apropriação / Produção / Fabricação / Reprodução / Cotidianização / Temporalização das relações espaciais / Espacialização das relações temporais / Historicidade das transformações espaço-temporais e sócio-espaciais
MOVIMENTOS, DINÂMICAS E RITMOS Trajetória / Desvio / Circulação / Grade espacial / Grade temporal / Comunicação topológica / Comunicação cronológica / Repetição / Ruptura / Transgressão / Recorrência / Aceleração / Desaceleração
EXPERIÊNCIA, PRÁTICAS E O SIMBÓLICO Vida privada / Vida pública / Proximidade / Distância / Corporalidades / Táticas / Estratégias / Relatos / Biografias / Topologia / Campos de ação / Linguagem ordinária / Estética urbana
FORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS, DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ESPACIAL E AS INSTITUIÇÕES Família / Comunidade / Estado / Sistemas socioeconômicos / Estruturas sócio-espaciais / Dinâmicas urbanas / Políticas urbanas / Instrumentos do planejamento urbano / Justiça sócio-espacial / Autonomia / Qualidade de vida

FONTE: O autor (2021).

4.2 SIMULTANEIDADE E DIALÉTICA DAS ESCALAS DO COTIDIANO

4.2.1 Entre o macro (processos) e o micro (experiências): o território e o lugar

Lefebvre (1961, p. 143, tradução nossa) discorre que no nível micro sociológico (o da vida cotidiana) se observam as relações pessoais imediatas e ambíguas – “laços de consanguinidade, relações de vizinhança e contiguidade social” – enquanto no nível macro sociológico estas mesmas relações são observadas territorialmente e em relação à forma como são mediadas (relações abstratas) – “coisa reificadora e reificada, alienante e alienada: mercadoria, dinheiro, linguagem”. Para o autor estes níveis (escalas) são irreduzíveis entre si, imbricam-se dialeticamente. O *abstrato* e o *macro* se fazem presentes de modo mais contundente sobre a realidade, aparentando serem os únicos lugares de autenticidades, de relações recíprocas e distantes de ambiguidades, entretanto, são também domínios de falsidades e fetiches. O *imediato* e o *micro* também podem se tornar autênticos (seja na espontaneidade ou na verdade) e complexos (LEFEBVRE, 1961).

A questão trazida diante deste quadro é se a abordagem de apreensão da realidade que toma o *macro* como ponto de partida não levaria a uma espécie de sociologia incerta e perigosa por definir a vida cotidiana pelos dados globais, reduzindo-a (LEFEBVRE, 1961; 2004; 2006). Para Lefebvre (1961, 2006), existem múltiplas relações entre os níveis macro e micro como correspondências e homologias; ambos refletem a sociedade que os envolve e que eles constituem.

[...] entre a vida familiar (privada) e a sociedade como um todo, as correspondências são quase óbvias. Pela ambiguidade dos vínculos imediatos, simultaneamente biológicos e sociais, ou melhor, por causa dessa ambiguidade, a sociedade global atua, se mostra por meio, intervém. As contradições e conflitos familiares representam ou refletem os da sociedade global (feudal, capitalista, socialista) e os das classes (burguesia, proletariado). Além do mais: o imediatismo dos relacionamentos diretos, em certo sentido, é apenas uma aparência de engano. Essas relações diretas também passam por mediações: linguagem, dinheiro, etc. A imediatez, em seu nível, é reconstituída tanto quanto constitutiva. (LEFEBVRE, 1961, p. 144, tradução nossa)

Lefebvre (1961; 2004; 2006) chama a atenção para o fato de que, embora inseparáveis, o *macro* não determina o *micro*, ele se revela enquanto integração deste no global – um tipo de integração “que deixa pouco espaço nas suas lacunas para os

elementos marginais, aberrantes ou desviantes” (LEFEBVRE, 1961, p. 144, tradução nossa). O *macro* pode envolver, buscar controle e penetrar o *micro*, de modo a estabelecer regulamentos e normatizações em diferentes níveis de profundidade e eficiência, seja por meio de comportamentos, modelos, funções etc. “O ‘macro’ pesa com todo o seu peso sobre o micro, usando e abusando de seus limites” (LEFEBVRE, 1961, p. 144, tradução nossa). Contudo, as relações entre eles são dinamicamente dialéticas (conflituosas, polivalentes, móveis, multifacetadas), instáveis, recriando-se a cada momento, o que faz com que o alcance do macro não seja absoluto, lhe escapam produções táticas e resistências minuciosas e articuladas ao nível do micro (LEFEBVRE, 1961; SANTOS, 2014b; 2017).

O social e o cultural nunca absorvem o biofisiológico, o imediato, o natural. Jamais o setor dominado racionalmente pela práxis suprime o setor não dominado, portanto espontâneo e passional. Separados, o “macro” se atrofia; as mediações não conectam mais nada e os meios de comunicação não têm mais nada para transmitir. Isolado de lado, o “micro” cai no irracional e no absurdo. A espontaneidade e o imediato sem lei vagam. A lei e a norma sem espontaneidade se assemelham à morte. É no nível “micro” que a vida tem direitos, que a espontaneidade alimenta a prática e a cultura; é a raiz viva do social. Porém, é ao nível do “macro” que são tomadas as decisões que acabam com as ambiguidades, é neste nível que se organiza a divisão do trabalho social e que se desenvolvem os padrões e as imagens. (LEFEBVRE, 1961, p. 145, tradução nossa)

Santos (2014b; 2017, p. 314) apresenta uma abordagem destes níveis em termos do *global* (macro) e do *local* (micro), cuja dialética faz do espaço um campo de forças complexo, “graças a especialização minuciosa dos elementos do espaço: homens, empresas, instituições, meio ambiente construído, ao mesmo tempo em que se aprofunda a relação de cada um com o sistema mundo”. O autor chama a atenção para o risco da simplificação de se considerar a noção de particularidade com base, apenas, nos fenômenos e processos gerais dominados pelas forças sociais globais. Para ele, a história concreta do tempo contemporâneo recoloca a questão do lugar numa posição central, referindo-se à redescoberta da dimensão local pela consideração do cotidiano – uma “categoria da existência” que se presta a um tratamento do “mundo vivido” e que aglutina um conjunto de variáveis da realidade sócio-espacial: objetos, ações, técnica, espaço e tempo (SANTOS, 2017, p. 315).

Entre estes níveis, Santos (2014b) traz uma categoria como ponto de mediação e comunicação, trata-se do *território*, não o território em si mas o uso do

território que mantém os quadros da vida cotidiana. Para o autor, a realidade contemporânea do território se constitui da interdependência universal dos lugares e apresenta fortemente seu caráter histórico – de território do Estado, passando pelo território transnacionalizado até a revanche do território habitado. Segundo Santos (2014b, p. 137) esta noção é fundamental para “afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco da renúncia ao futuro”.

O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta ao serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí. De um lado, temos uma fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essa fluidez e que são, cada vez mais, objetos técnicos. Mas os objetos técnicos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações inflamadas, ações normatizadas. (SANTOS, 2014b, p. 138)

Santos (2014b, p. 139) discorre que este nível, o do *território*, pode ser formado por *lugares contíguos* e *lugares em rede*, sendo que os lugares que formam redes são os mesmos que formam o espaço banal, cotidiano – “são os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas”. Para o autor isto representa o *acontecer simultâneo* do espaço, que pode ocorrer sob três formas: um acontecer homólogo, um acontecer complementar e um acontecer hierárquico⁸⁵. No caso das duas primeiras formas o território é marcado por “um cotidiano compartilhado mediante regras que são formuladas ou reformuladas localmente”, observando-se a primazia das formas com relevância das técnicas; enquanto na última forma o cotidiano é imposto de fora, “comandado por uma informação privilegiada, uma informação que é segredo e é poder”, notando-se a primazia das normas com a relevância da política (SANTOS, 2014b, p. 140-141).

⁸⁵ “O acontecer homólogo é aquele das áreas de produção agrícola ou urbana, que se modernizam mediante uma informação especializada e levam os comportamentos a uma racionalidade presidida por essa mesma informação, que cria uma similitude de atividades, gerando contiguidades funcionais que são os contornos da área assim definida. O acontecer complementar é aquele das relações entre cidade e campo e das relações entre cidades, consequência igualmente de necessidades modernas de produção e do intercâmbio geograficamente próximo. Finalmente, o acontecer hierárquico é um dos resultados da tendência à racionalização das atividades e faz-se sob um comando, uma organização, que tendem a ser concentrados e obrigam-nos a pensar na produção desse comando, dessa direção, que também contribuem à produção de um sentido, impresso à vida dos homens e à vida do espaço” (SANTOS, 2014b, p. 140)

Deste modo, pode-se dizer que o Planejamento Urbano atua em uma dialética do território, na qual se dá um controle *local* da parcela técnica da produção e um controle *global* (distante) da parcela política da produção⁸⁶, influenciando diretamente um modo de ser e de organização do cotidiano. Neste marco da atuação do Planejamento Urbano é necessário refletir sobre o conflito entre o ato de produzir e de viver de um lado, e as formas de regulação ligadas às outras instâncias da produção de outro. Portanto, a noção de *território* institui uma síntese entre o micro e o macro, o local e o global, o próximo e o distante, a partir das relações humanas e sócio-espaciais que se realizam em lugares e espaços habitados, vividos, praticados.

Neste sentido, a vida cotidiana, nível por excelência das micro sociologias, também deve ser tomada em relação ao dado global, não como forma cooptada e absolutamente modelada, mas como lugar de relações complexas, de resistências e contíguas em um espaço social e territorialmente constituído. Embora estes níveis possam conter e expressar elementos distintos, eles não são separados. Ao contrário do que normalmente se atribui ao nível micro – relações banais e triviais ligadas aos círculos da vida familiar e de relações de vizinhança – ele carrega em si a explicitação de todas as relações num nível em que estas estejam impregnadas e justapostas no plano cotidiano das existências e que marca a concretude de valores, ideais, ideologias, projetos de vida e de espaços, economias etc. No nível micro das experiências cotidianas é possível constatar as continuidades e descontinuidades das relações sócio-espaciais em suas formalizações e representações (topologias, cronologias, homologias, transformações, redes, trajetórias, desvios, diferenças etc.).

Se tratando da apreensão destas relações, tão caras ao Planejamento Urbano, o nível da vida cotidiana representa ou oferece um lugar epistêmico/ético/político/cultural pelo qual elas são evidenciadas com base em espacialidades e temporalidades territorialmente situadas e relativamente contíguas às ligações, conexões, vínculos, nexos e convivências de lugares próximos, habitados, praticados, vividos, em clara relação e relevância global. Em última instância, a vida cotidiana (formalmente, simbolicamente e concretamente) revela as

⁸⁶ Segundo Santos (2014b) a parcela técnica da produção permite um certo controle sobre o território, baseando-se na configuração técnica do território, sua densidade técnica e funcional ou informacional; enquanto o controle distante realizado pela parcela política da produção toma como referência cidades mundiais, levando à aceleração do processo de alienação dos espaços e dos homens.

relações sócio-espaciais que são constituintes do espaço social, é uma parte deste todo, que o define, o caracteriza e o revela. A vida cotidiana fornece um panorama de espaços e tempos sociais, de territórios, de lugares próximos e todas as suas formas de resistência às escalas mais altas. Por isso, insiste-se na necessidade de conhecimento sistemático e integrado da pesquisa sócio-espacial mediante o tratamento crítico e analítico deste aspecto fundamental que é a vida cotidiana, e que se revela, do ponto de vista da realidade urbana, em território usado, habitado, praticado, vivido (SANTOS, 2014b; 2017; SEABRA, 2004).

Segundo Santos (2014b), o território e o espaço social constituem-se por meio de um tempo plural do cotidiano (tempo conflitual da co-presença), realizando-se como lugar do acontecer solidário, homólogo ou complementar, isto é, espaço banal e cotidiano da existência e da realidade sócio-espacial. Esta noção de *lugar* (geográfico, social, fenomenológico) que atravessa a leitura de Santos (2014b; 2017) é compreendida como um espaço globalmente ativo em que não se verifica a globalização apenas como fábula. Nele, o mundo é visto em sua estranheza – “o lugar, nosso próximo, restitui-nos o mundo: se este pode se esconder pela sua essência, não pode fazê-lo pela sua existência” (SANTOS, 2014b, p. 163). Deste modo, por meio do *lugar* percebe-se a possibilidade de conhecer o mundo pelo que ele já é, mas também pelo que ainda não é, em clara relação com o futuro (SANTOS, 2014b; 2017).

O lugar é a oportunidade do evento. E este, ao se tornar espaço, ainda que não perca suas marcas de origem, ganha características locais. É como se a flecha do tempo se entortasse no contato com o lugar. O evento é, ao mesmo tempo, deformante e deformado. Por isso fala-se na imprevisibilidade do evento, a que Ricoeur chama de autonomia, a possibilidade, no lugar, de construir uma história das ações que seja diferente do projeto dos atores hegemônicos. É esse o grande papel do lugar na produção da história [...]. (SANTOS, 2014b, p. 163)

Estas noções de território e lugar auxiliam a remontar a centralidade do espaço e do tempo na e para vida cotidiana. A temporalidade se associa às experiências e às práticas cotidianas – “experiência do presente como práticas desenvolvidas simultaneamente no tempo exterior [...], em um tempo interior [...], e o espaço, através da comunicação” (LINDÓN, 2000, p. 11, tradução nossa). A espacialidade, então, constitui o lugar e o território de inscrição da experiência e da prática – “supõe o manejo das distâncias sociais e afetivas [...], o espaço da experiência prática, no qual se produz a díade interação subjetividade, um território

em que se inscreve a linguagem natural onde se produz a elaboração do domínio dessa linguagem” (LINDÓN, 2000, p. 11, tradução nossa). Desse modo, pode-se dizer que a vida cotidiana é percebida em relação ao espaço e tempo sob duas escalas (perspectivas): a do *lugar* e do *território*, e a das *práticas dos sujeitos*.

O ponto de vista adotado aqui é que as escalas do cotidiano são produzidas e promovidas como *construção sócio-espacial*, implicando ou introduzindo algumas questões substanciais neste debate. Primeiro, não são predeterminadas e nem fixas; segundo, o *social* e o *espacial* são aspectos mutuamente constitutivos; terceiro, sua construção incorpora a noção de poder por meio das práticas sócio-espaciais: materiais (reprodução, produção, distribuição, consumo, circulação, regulação, vigilância, planejamento, gestão) e discursivas de indivíduos, grupos e instituições. Sendo assim, a construção sócio-espacial da escala do cotidiano incorpora simultaneamente as dimensões social, espacial, política e econômica, sugerindo uma superação das visões tradicionais que determinam as escalas com base na divisão entre bairro, cidade, região, nacional etc. (MARSTON, 2000; RIQUELME, 2018).

A escala do cotidiano não se opõe ao estrutural, ela forma parte da reprodução da sociedade, é tanto local como global, sua expressão espacial está contida nas práticas cotidianas vinculadas à reprodução social dos indivíduos (LEFEBVRE, 2004; 2006; CARLOS, 2017), mas também está atravessada por relações de poder, pela divisão social do trabalho, a organização social do tempo (especialmente o tempo do trabalho e o tempo urbano), a fragmentação do espaço, o público, o privado, as relações de gênero e de raça e as relações intergeracionais (MARSTON, 2000; SANTOS, 2014b). De acordo com Marston (2000), a cotidianidade rompe com a noção segmentada e hierárquica de escala, transformando-a em um resultado das tensões entre forças estruturais e as práticas cotidianas dos sujeitos. Não se apresenta de maneira uniforme no tempo e espaço, isto é, não se expressa necessariamente num marco hierárquico predeterminado como o local, regional, nacional, global etc. (MARSTON, 2000). Neste sentido, pode-se dizer que a escala do cotidiano assume um outro significado, tal qual expresso por Smith (2002, p. 142, tradução nossa), de que “não é apenas a escala material trabalhada e retrabalhada como paisagem, mas também é a escala de resolução ou abstração que nós empregamos para entender as relações sociais, qualquer que seja sua impressão geográfica”.

4.3 TÉCNICAS, FERRAMENTAS E PROCESSOS DE ANÁLISE

Os mesmos princípios que situam a centralidade da vida cotidiana para o desenvolvimento sócio-espacial também definem algumas das finalidades do planejamento urbano, a saber a superação dos fatores de injustiça social e a melhoria da qualidade de vida – “objetivos intrinsecamente relevantes, pois claramente dizem respeito a *finis* e não somente a *meios* (SOUZA, 2020, p. 76). Visto por essa ótica, o planejamento urbano constitui-se em um tipo de ciência que se torna estratégica para o desenvolvimento urbano, sendo alimentada pela pesquisa sócio-espacial, tanto teórica quanto empírica, isto é, pela construção de diagnósticos e prognósticos (ferramentas científicas essenciais) em condição de diálogo, participação e decisão efetivos por parte da população. Em se tratando da formulação de políticas e estratégias de mudanças sócio-espaciais, torna-se imprescindível a mobilização dos conhecimentos, ferramentas, técnicas e processos de análise aportados pelas mais variadas disciplinas para a diagnóstico e prognóstico urbanos e que tragam contribuições para a aproximação e investigação das relações sócio-espaciais na/da vida cotidiana.

Esta seção possui dois objetivos: primeiro, apontar algumas relações entre as propostas teórico-metodológicas abordadas no capítulo anterior com as necessidades gerais colocadas pelo diagnóstico e prognóstico no planejamento urbano, de modo a levantar, sob linhas gerais, as suas dificuldades e potencialidades para aplicação; segundo, apresentar de forma um tanto breve algumas técnicas, ferramentas e propostas de processos metodológicos de análises sócio-espaciais que se relacionam direta e indiretamente à investigação da dimensão da vida cotidiana. Pode-se dizer que o conjunto destes elementos empregados pelos autores já são em alguma medida amplamente utilizadas no âmbito do planejamento urbano, o que se diferencia substancialmente é a orientação teórico-metodológica que as subsidiam.

QUADRO 15 – METODOLOGIAS E TÉCNICAS EMPREGADAS POR HENRI LEFEBVRE, MICHEL DE CERTEAU E HUMBERTO GIANNINI NA ANÁLISE SÓCIO-ESPACIAL DA VIDA COTIDIANA

AUTOR	METODOLOGIA	TÉCNICAS
HENRI LEFEBVRE	Ritmanálise	- Pesquisa qualitativa e quantitativa - Pesquisa descritiva

		- Pesquisa exploratória - Pesquisa de campo - Pesquisa documental - Pesquisa bibliográfica - Estudos de caso - Observação individual de um ponto fixo - Observação individual por meio do movimento - Observação participante
MICHEL DE CERTEAU	Análise polemológica do espaço e das prática cotidianas	- Pesquisa qualitativa e quantitativa - Pesquisa descritiva - Pesquisa exploratória - Pesquisa de campo - Pesquisa documental - Pesquisa bibliográfica - Estudos de caso - Observação individual por meio do movimento - Observação participante - Mapas e percursos das práticas cotidianas - Relatos de espaço - Enquetes (entrevistas)
HUMBERTO GIANNINI	Arqueologia da experiência comum da vida cotidiana	- Pesquisa qualitativa - Pesquisa descritiva - Pesquisa exploratória - Pesquisa de campo - Pesquisa documental - Pesquisa bibliográfica - Estudos de caso - Estudo dos Itinerários e atividades cotidianas

FONTE: O autor (2021); elaborado com base em Lefebvre (2010); Certeau (2014a; 2014b) e Giannini (2004).

O primeiro aspecto a se considerar é que as propostas teórico-metodológicas de Lefebvre (2010); Certeau (2014a; 2014b) e Giannini (2004) se dão na perspectiva da figura de um pesquisador (a princípio da filosofia ou da história) que observa e problematiza a realidade social pela forma como é vivida cotidianamente. Nada obstante, percebe-se que esta figura é instituída na posição de uma pessoa que remonta sua corporalidade no tempo e espaço para entender-se e estranhar-se com o *outro*. Isto quer dizer que, embora a vida cotidiana de cada um destes autores não fosse nenhuma espécie de modelo, eles as tinham como suas experiências que lhes permitiam visualizar um campo e definir estratégias para explorá-lo com *outros* corpos e aquilo que constituem ao se reproduzirem sócio-espacialmente, a sociedade.

Em se tratando da prática do planejamento urbano, especialmente do desenvolvimento do diagnóstico e prognóstico urbanos, a aproximação e investigação da vida cotidiana é feita normalmente por um corpo técnico, formado por um conjunto de profissionais, e um conjunto de cidadãos, habitantes e representantes de grupos

ou comunidades. Embora seja possível individualizar as perspectivas de cada um, é necessário que elas sejam remontadas sob uma trajetória comum, sob um mesmo objetivo ou sob uma mesma ordem metodológica. Neste caso, vale ressaltar, que os processos teórico-metodológicos devem procurar um equilíbrio entre o grau de complexidade – em termos de pesquisa e tratamento das informações e de recursos necessários –, a articulação com os habitantes e o alcance das principais questões referentes à realidade urbana que experienciam. Por isso, entende-se que um processo teórico-metodológico de investigação da vida cotidiana é sempre um recorte muito específico, isto é, uma série de escolhas que busca apropriar-se de tal realidade.

Neste sentido, quando se trata de um corpo técnico de planejadores urbanos que tentará lidar com a mediação da apreensão de um determinado contexto urbano e uma realidade sócio-espacial, as técnicas e procedimentos empregados atendem a este conjunto de condicionantes e geralmente remontam-se às formas possíveis de se realizar um percurso de pesquisa em conjunto. Isto quer dizer que questões como afinidade, empatia, níveis de interação e compreensão, receptividade, habilidade de manipular dados de naturezas distintas e reorganizá-los sob uma lógica comunicativa, determinam a capacidade de aprofundamento deste corpo de técnicos e habitantes sobre as relações sócio-espaciais construídas no plano do cotidiano. Esta capacidade também é determinada pelo tempo disponível ou pelo truncamento de tempos (tempo de vida, tempo de trabalho, tempo das práticas), pela história de conhecimento de cada um, o grau de consciência sobre a cotidianidade e se de fato há um alcance dos indivíduos e grupos e suas práticas cotidianas. Portanto, a perspectiva de apreensão da vida cotidiana no planejamento urbano se dará operacionalmente – no diagnóstico e prognóstico urbanos – sob a figura de um grupo (técnicos e usuários), se trata de um processo de leitura invariavelmente coletivo.

Tomando este aspecto coletivo, pode-se apontar o segundo aspecto que diz respeito à busca por construir autonomia nos processos teórico-metodológicos de leitura e representação da realidade urbana e da vida cotidiana por meio do emprego de variadas técnicas. Segue-se com a exemplificação do emprego destas técnicas e suas relações com o processo teórico-metodológico no próprio âmbito do planejamento urbano ou em casos particulares de leitura e apreensão da vida cotidiana, de modo direto ou indireto.

No relatório de análise e avaliação da trajetória da política de urbanização de favelas do município de Santo André – SP⁸⁷, Denaldi et al. (2021) apresentam quadros sintéticos das condicionantes institucionais e normativas para urbanização de favelas com base nos períodos de análise. Estas condicionantes são avaliadas conforme três conjuntos de fatores: técnico-administrativos; político-relacionais; e o contexto político local; criando-se indicadores a partir deles. A síntese das avaliações com base nestes fatores e indicadores são especialmente relevantes à compreensão do diagnóstico da política de urbanização de favela e traz aspectos relevantes quanto ao campo de forças políticas e discursos em sua estruturação e execução. Embora esta síntese não traga muitos elementos do ponto de vista da prática dos usuários ou de seus posicionamentos políticos e a relação que mantém com os próprios fatores, entende-se que o processo de análise pode ser adaptado à luz da dimensão da vida cotidiana, tornando-se pertinente à uma análise polemológica (CERTEAU, 2014a) das políticas de urbanização de favelas que considere as estratégias e táticas referentes à espacialidade produzida por estas políticas. O trabalho já contempla as estratégias, as táticas poderiam compor um segundo momento ou desdobramento de pesquisa.

O mesmo relatório descreve o conjunto de técnicas e instrumentos empregados para captar a percepção da população e conhecer o território, por meio do Diagnóstico Rápido Urbano e Participativo (DRUP). Esta mesma ferramenta foi aplicada no trabalho de ação extensionista apresentado por Medvedovski et al. (2015). Em ambos os casos houve um acordo de convênio com a Agência de Cooperação do Governo Alemão (GTZ) para capacitação de equipes multidisciplinares. Este modelo de diagnóstico urbano pretende evitar problemas decorrentes de pesquisas formais longas e caras, mas também de pesquisas rápidas e sem estrutura. Segundo Medvedovski et al. (2015), embora receba a adjetivação de um diagnóstico rápido – em função das técnicas que são ágeis – o processo de formação, desenvolvimento e preparação não são. O DRUP envolve revisão de dados secundários (registros oficiais, relatórios dos censos, documentos de pesquisa, mapas, fotografias, etc.) e

⁸⁷ Relatório de apresentação dos resultados do projeto de pesquisa intitulado “Direito à cidade e habitação: condicionantes institucionais e normativas para a implementação de políticas de urbanização de favelas no município de Santo André”, vinculado ao Programa Institutos Nacionais de Ciência e tecnologia (INCT) / Observatório da Metrópoles, por meio do projeto “As Metrópoles e o direito à Cidade na Inflexão da Ordem Urbana Brasileira” e subprojeto “Direito à cidade e habitação: condicionantes institucionais e normativas para a implementação de políticas (programa e projetos) de urbanização de favelas – Avaliação do ciclo recente” (SILVA et al., 2021).

observação direta, estando em contato com as condições de vida local, os problemas e conflitos, os indivíduos e grupos das comunidades. Dentre as técnicas utilizadas destacam-se: observação do participante; entrevista semiestruturada; interpretação hermenêutica; moderação e discussões em grupo; visualização. Em relação aos instrumentos, os principais são: mapa falante, matriz histórica; mapas diários; elaboração de maquete; matriz de hierarquização; mural e registro em fotos; diagramação, mapas comportamentais; perfis transversais (MEDVEDOVSKI et al., 2015; SILVA et al., 2021).

Segundo Medvedovski et al. (2015) e Silva et al. (2021), o conjunto destas técnicas e instrumentos permitiram ampliar a participação efetiva dos habitantes no processo de diagnóstico urbano e de representação da realidade, bem como à elaboração de hipóteses para um prognóstico urbano e para a política urbana. Pode-se dizer que o DRUP oferece recursos para uma aproximação às relações sócio-espaciais da vida cotidiana de grupos e comunidades, algumas de suas características, pelo menos teoricamente, atestam esta qualidade:

[...] o Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP) tem como princípios básicos: (a) Flexibilidade- onde os objetivos dos levantamentos e os processos de trabalho são possíveis de serem modificados, depende do interesse dos envolvidos e do local; (b) Inovativo- as técnicas podem ser desenvolvidas de acordo com as características locais, podendo ser adaptadas, dependendo das habilidades e recursos disponíveis no momento; (c) Interativo- a percepção da realidade é estimulada com perspicácia, facilitada pela interdisciplinaridade dos técnicos e propicia a interação entre os envolvidos na troca de informações e discussões; (d) Informalidade- o processo permite o desenvolvimento de atividades semiestruturadas, nas quais discussões informais permitem a percepção da realidade; (e) Participativo- atividades desenvolvidas em campo favorecem a participação e informação sobre o andamento dos trabalhos para a comunidade em geral; (f) Racionalidade, levantamento e análises restritas aos objetivos propostos agilizam o processo para identificação de ações necessárias; (g) Trabalho participativo e visualização- as técnicas de trabalho participativo em grupo e de visualização facilitam o desenvolvimento dos trabalhos, a comunicação e o entendimento do processo e seus resultados pretendidos. (BROSE apud MEDVEDOVSKI et al., 2015, p. 104-105)

A partir de uma outra abordagem do planejamento e da política urbanas, Kapp (2012a; 2012b) apresenta o desenvolvimento de um conjunto de pesquisas e formulações práticas para a apreensão dos espaços cotidianos na Região

Metropolitana de Belo Horizonte⁸⁸. A abordagem é fundamentada em duas proposições de Lefebvre (1958; 2001a): a do *direito à cidade*, como o direito de determinar, coletivamente, o que a cidade pode e deve ser; e a *vida cotidiana*, como aquilo que resta quando se subtrai todas as atividades distintas, superiores, especializadas e estruturadas. Aplicando e desdobrando estes conceitos analíticos e operacionais, a abordagem da temática habitacional do PDI-RMBH ocupa-se do que denominaram como *espaço cotidiano*.

O espaço cotidiano seria, assim, a menor escala de um exercício concreto do direito à cidade entendido como direito coletivo de transformá-la. A autonomia na sua produção implica que grupos locais e micro locais determinem seus processos e desenvolvam-nos ao longo do tempo. Essa possibilidade está focada em relações de vizinhança, na negociação e ação numa coletividade territorial, na capacidade de solucionar diretamente e sem complexos mecanismos burocráticos os fatores de desconforto de ambientes privados, coletivos ou públicos, nas oportunidades de transformar rotinas ou levar a cabo empreendimentos criativos, na perspectiva de definir serviços ou equipamentos disponíveis. (KAPP, 2012a, p. 469)

Há dois elementos-chaves nestas proposições: o *exercício cotidiano*, que se realiza com base no direito à cidade e por meio de discussões e ações concretas; e o *espaço cotidiano*, que na proposta do PDI-RMBH constitui-se principalmente pelo conjunto de moradia e o ambiente urbano mais imediato, onde “a ação direta dos cidadãos é mais factível e mais imprescindível” (KAPP, 2012b, p. 5). Os espaços cotidianos são afetados pelos fenômenos e processos que ocorrem em escala metropolitana, produzidos por fatores como dinâmica imobiliária, investimentos públicos, grandes empreendimentos produtivos, condições ambientais, estrutura de mobilidade e transporte etc. Mas, por outro lado, “as moradias e o ambiente urbano imediato não constituem, em si mesmos, equipamentos ou serviços metropolitanos que possam ser determinados a partir de um planejamento nessa escala” (KAPP, 2012b, p. 5).

Com base neste panorama conceitual e na compreensão das escalas que atravessam o espaço cotidiano, o grupo técnico do PDI-RMBH propõe a seguinte

⁸⁸ As pesquisas e propostas de planejamento foram realizadas pela equipe do Grupo Morar de Outras Maneiras (MOM), vinculado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no contexto da elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH), com atuação na área temática intitulada “Habitação, Vida Cotidiana e Qualidade de Vida”, no ano de 2010 (KAPP, 2012a; 2012b).

questão: “como articular concretamente a autonomia na escala micro local com necessidades e determinações de escala metropolitana?” (KAPP, 2012b, p. 6). A partir desta questão foram propostas duas ferramentas que se retroalimentam para facilitar a apreensão dos espaços cotidianos na escala micro local para orientar políticas urbanas e programas públicos nesta e em outras escalas. A primeira, foi um *diagnóstico* com dois momentos: (i) um exame de como o espaço cotidiano comparece nas estruturas institucionais existentes (marcos regulatórios, programas públicos habitacionais, práticas das prefeituras municipais); (ii) e como resultado do primeiro, o diagnóstico dos efeitos que a ordem jurídico-urbanística baseada na noção de direito à cidade tinha gerado até aquele momento (análise comparativa dos Planos Diretores (PD), Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS) e Planos de Regularização Fundiária Sustentável (PRFS) dos municípios da RMBH, levando em consideração, além dos aspectos supracitados, questões referentes à própria prática e a visão dos planejadores urbanos). A segunda ferramenta constitui-se na elaboração de um quadro (ou uma matriz) de *tipologias de espaços cotidianos*, utilizadas para descrever e caracterizar diferentes situações típicas de moradia e ambiente urbano na RMBH, além de estruturar articulações futuras – “tanto no planejamento metropolitano e municipal, como em novas formas de planejamento pela população e na relação entre as diferentes escalas que isso implica” (KAPP, 2012a, p. 475).

Esta matriz de tipologias de espaços cotidianos é especialmente relevante aos propósitos da pesquisa sócio-espacial e sua contribuição com o diagnóstico e prognóstico urbanos. Ela pode ser aplicada em diferentes contextos, não possui níveis hierárquicos, embora possa ter diferentes especificidades, e estrutura-se a partir de critérios universalmente definidos pela produção sócio-espacial e o grau de autonomia ou heteronomia da população no que diz respeito às decisões sobre o espaço urbano, incluindo as dinâmicas metropolitanas nesses espaços cotidianos (KAPP, 2012a; 2012b). O conjunto de variáveis foram definidas com base em dados do Censo, bases cartográficas, imagens aerofotogramétricas, pesquisas acadêmicas existentes sobre os espaços (sobretudo estudos de caso), entrevistas, oficinas e rodas de discussões. A partir disso, foi definido quatro grandes grupos, a cada um correspondem critérios de diferenciação, como pode ser visto no quadro a seguir.

CONJUNTOS	PARCELAMENTOS	AGLOMERADOS	MORADIAS RURAIS
... são situações em que as decisões mais relevantes sobre a moradia e seu ambiente imediato são tomadas ...			
... por uma instância única (planejador, empreendedor) num momento determinado	... em parte por uma instância única num momento determinado e em parte por muitos indivíduos ao longo do tempo	... por muitos indivíduos ao longo do tempo	... por uma instância única ao longo do tempo
Seu principal aspecto de diferenciação é...			
... a faixa de renda dos moradores	... o tamanho das parcelas (lotes)	... o grau de consolidação	... a relação entre trabalho e moradia
Essa diferenciação dá origem aos tipos:			
(1) Conjunto de interesse social	(4) Parcelamento de lotes pequenos (< 360m ²)	(7) Aglomerado frágil	(10) Unidade agrária familiar
(2) Conjunto popular	(5) Parcelamento de lotes médios (360m ² a 1.000m ²)	(8) Aglomerado consolidado	(11) Unidade agrária empregadora
(3) Conjunto de classe média ou alta	(6) Parcelamento de lotes grandes (> 1.000m ²)	(9) Aglomerado histórico	(12) Unidade rural não produtiva

FONTE: Kapp (2012a; 2012b).

Kapp (2012a; 2012b) ainda destaca que foram propostas ações no âmbito do documento “Política metropolitana integrada de direito ao espaço cotidiano: moradia e ambiente urbano”, cuja política incluía:

[...] um acordo metropolitano de regulamentação de instrumentos urbanísticos, que poderiam ser estruturados conforme os tipos em questão; um programa de apoio à gestão dos espaços cotidianos, também estruturado a partir deles; e de um conjunto de interfaces digitais abertas a toda a população para aumentar a disponibilidade e a troca de informações. A tipologia deveria facilitar a cooperação entre prefeituras e, sobretudo, a organização coletiva dos habitantes, já que lugares de mesmo tipo tendem a compartilhar problemas, interesses e possibilidades de ação.

Embora esta experiência não tenha atingido uma continuidade no emprego de suas ferramentas e instrumentos, ela não deixa de representar uma possibilidade de tratar a vida cotidiana como centralidade da caracterização do espaço e da paisagem urbanos, bem como dos elementos que definem o diagnóstico urbano, além de corresponder às problemáticas que se impõem ao planejamento urbano em vista dos fenômenos e dinâmicas metropolitanos, a relação entre a simultaneidade das escalas (em termos de percepção, avaliação e de experientiação), os graus de autonomia coletiva dos habitantes da cidade numa articulação metropolitana, e a estruturação de instrumentos que permitam a troca de informações e experiências entre agentes públicos, técnicos e cidadãos em geral. As tipologias de espaços cotidianos também permitem aos habitantes reconhecerem-se no espaço de sua produção/reprodução social.

Outros dois exemplos significativos em termos de diagnóstico e prognóstico urbanos são o “*Guía de reconocimiento urbano con perspectiva de género*” (COL.LECTIU PUNT 6, 2014)⁸⁹ e “*Auditoría de Calidad Urbana con perspectiva de Género*” (CIOCOCLETTO e COL.LECTIU PUNT 6, 2014)⁹⁰. Ambos os trabalhos constituem-se em manuais sobre processos teórico-metodológicos de diagnóstico e prognóstico urbanos e avaliação dos espaços e da gestão urbanos, buscando-se caracterizar, avaliar, pensar e propor soluções para os espaços urbanos com base na experiência cotidiana e a transversalidade das relações de gênero que sustentam e modificam as estruturas urbanas e sociais.

Nestes trabalhos, o conceito de vida cotidiana é compreendido como “o conjunto de atividades que as pessoas realizam para satisfazer suas necessidades nas diferentes esferas da vida cotidiana que incluem as tarefas produtivas,

⁸⁹ Trabalho realizado pelo coletivo feminista Col.lectiu Punt 6, composto por diversas mulheres, pesquisadoras e professoras, de diversos lugares (Espanha, Argentina, México, Colômbia e Peru), publicado com o apoio e colaboração da Secretaria de Habitat e Inclusão do governo da cidade de Buenos Aires e a Prefeitura de Gavà.

⁹⁰ Trabalho baseado na tese de doutorado de Adriana Ciocolleto intitulada “*Urbanismo para la vida cotidiana: herramientas de análisis y evaluación urbana a escala de barrio desde la perspectiva de género*”, orientada por Pilar García Almirall e Zaida Muxí Martínez da Universidade Politécnica da Catalunha, Escola Técnica Superior de Arquitetura de Barcelona (UPC-ETSAB). A presente edição obteve o aporte e a colaboração do coletivo feminista Col.lectiu Punt 6.

reprodutivas, próprias e políticas”⁹¹ (CIOCOLETTO e COL.LECTIU PUNT 6, 2014, p. 14, tradução nossa). Na auditoria as atividades cotidianas são verificadas em relação à estas esferas e às necessidades físicas e sociais; à suas inscrições no espaço, de acordo com os *espaços de relação*, *equipamentos cotidianos* e o *bairro e rede cotidiana*⁹²; e às escalas onde se situam os diferentes espaços das práticas cotidianas: *vizinhança* (percursos a pé); *bairro* (percursos a pé); *supra bairro* (percursos a pé e/ou de transporte público e privado). Cada processo da auditoria é construído sob a relação entre todos estes elementos. Com base em sistemas de indicadores as autoras propõem um escala de avaliação numérica (1: muito baixo; 2: baixo; 3: médio; 4: alto; 5: muito alto) que permite comparar e avaliar o existente, identificar as condicionantes que não possuem boa qualidade para poder reverter a situação em casos pontuais e conseguir uma melhora efetiva ao longo do tempo e do espaço urbano avaliado.

QUADRO 17 – ELEMENTOS DA AUDITORIA DE QUALIDADE URBANA COM PERSPECTIVA DE GÊNERO

PROCESSOS	OBJETIVOS	TÉCNICAS / FERRAMENTAIS / INSTRUMENTOS

⁹¹ *Esfera pessoal*: atividades relacionadas com o desenvolvimento pessoal e intelectual; *esfera reprodutiva*: atividades não remuneradas (domésticas) – proporcionar habitação, nutrição, vestuário e cuidado; *esfera política*: atividades relacionadas com a participação social, cultural e política; *esfera produtiva*: atividades remuneradas e relacionadas com a produção de bens e serviços (CIOCOLETTO e COL.LECTIU PUNT 6, 2014).

⁹² Os espaços de relação são “aqueles onde as pessoas podem interagir no momento de realizar atividades cotidianas em seu entorno urbano (bairro), principalmente as que tem a ver com o cuidado do lar e de outras pessoas, que permitem o fortalecimento das redes sociais e de ajuda mútua. São também os espaços de ócio, jogo e encontro que possibilitam que as pessoas de uma comunidade convivam, se conheçam e apreendam a diversidade que cada um aporta à sociedade” (praças, espaços livres, espaços abertos, ruas, esquinas, espaços intermediários entre o público e o privado). Os equipamentos cotidianos são aqueles que “se utilizam diariamente e que são indispensáveis como suporte para o desenvolvimento da vida cotidiana em todas as etapas vitais e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. São também os espaços de referência de uma comunidade onde se gera a convivência, o intercâmbio, a socialização e a ajuda mútua”. O bairro “é a área determinada a priori como unidade de análise”, formado por “um tecido urbano e uma população residente com suas características particulares”. A rede cotidiana do bairro pode não coincidir com os limites do bairro, é “formada pelo conjunto de espaços de relação, equipamentos cotidianos, comércios, paradas de transporte público e ruas que os conectam, e que são utilizados pelas pessoas que vivem no bairro para satisfazer suas necessidades cotidianas”. (CIOCOLETTO e COL.LECTIU PUNT 6, 2014, p. 19-21, tradução nossa)

DIAGNÓSTICO URBANO PARTICIPATIVO	Obtenção de dados para realizar a avaliação dos espaços junto aos habitantes. Estuda-se e analisa-se previamente a zona de trabalho incluindo aspectos físicos, sociais e funcionais. Aplicam-se metodologias qualitativas desde a perspectiva de gênero para determinar em que condições desenvolve-se a vida cotidiana no bairro.	- Percursos prévios para reconhecimento do lugar - Observação participante - Documentação iconográfica - Dinâmicas participativas (Cadeia de atividades e itinerários cotidianos; Valoração dos espaços cotidianos) - Entrevistas (aspectos da experiência pessoal e do bairro) - Questionário - Mapas mentais - Mapas comunitários - Exposições - Eventos e festas na rua - Práticas de ocupação dos espaços - Grupo de leitura - Grupo de recursos audiovisuais - Memorial e registros de trabalho
AVALIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO	Informação quantitativa elaborada com dados qualitativos que consideram aspectos físicos, sociais e funcionais, que permitem medir e comparar no tempo a situação dos bairros e identificar linha de atuação necessárias para a melhoria da vida cotidiana das pessoas. Os resultados validam-se com a equipe técnica da prefeitura e as pessoas representantes do grupo liderado por mulheres em cada bairro.	- Sistema de indicadores urbanos espaciais e com aplicação de relações de gênero (cruzamento entre espaços urbanos – espaços de relação, equipamentos cotidianos, bairro e rede cotidiana – e qualidades urbanas – proximidade, diversidade, autonomia, vitalidade e representatividade) Total de 13 indicadores, 47 condições e 108 condicionantes
AVALIAÇÃO DA GESTÃO URBANA	Análise interna das áreas da Administração que participam nos diferentes temas relacionados com o urbanismo e o planejamento urbano para avaliar se se aplica a transversalidade de gênero.	- Sistema de indicadores de gestão urbana com transversalidade de gênero (cruzamento entre transversalidade de gênero e qualidades urbanas da gestão – multiescalaridade, interdisciplinaridade e participação) Total de 3 indicadores e 26 condicionantes

FONTE: O autor (2021), elaborado com base em Ciocchetto e Col.lectiu Punt 6 (2014).

Muxí (2013) também apresenta um trabalho semelhante cuja sistematização procura criar uma espécie de manual de indicadores e ações para melhorar a qualidade da vida cotidiana em entornos residenciais monofuncionais de baixa densidade. Se trata de um conjunto de linhas estratégicas com objetivos e ações concatenadas que, em última instância, representam relações prognósticas para um desenvolvimento sócio-espacial.

As ações estão dirigidas a melhorar a autonomia, a segurança e a igualdade de oportunidades entre as diferentes pessoas [...]. O objetivo é alcançar modelos mais compactos, de maior densidade e de maior autocontenção. Se propõem melhoras progressivas que colaborem a evitar usos abusivos e insustentáveis de bens finitos e escassos como o território, a energia e o tempo das pessoas. (MUXÍ, 2013, p. 81, tradução nossa)

Este trabalho parte de um diagnóstico amplo sobre o fenômeno de espraiamento e suburbanização das cidades, cujos efeitos produzem uma realidade sócio-espacial definida pela dispersão de grandes áreas residenciais, espaços públicos de baixa qualidade e o baixo volume de atividades econômicas e culturais complementares ao uso e ocupação residencial. Este quadro possui implicações diretas sobre a vida cotidiana da população, especialmente de mulheres, segundo questões de nível econômico, idade e origem, corroborando com o aprofundamento de desigualdades no acesso à oportunidades de trabalho, educativas, sociais e econômicas, assim como graus de autonomia no espaço e tempo cotidianos (MUXÍ, 2013).

As ações organizadas neste manual estão estruturadas com base em quatro variáveis – mobilidade, equipamentos e serviços, espaço público e habitação –, que são atravessadas por uma dupla escala: a de *prioridade*, que define um nível de importância de acordo com o impacto (maior ou menor) que as transformações possuem; e a de *dificuldade*, que relaciona-se ao tempo e recursos necessários à inversão para o desenvolvimento de cada cenário. No quadro a seguir é possível visualizar este conjunto no seu todo.

QUADRO 18 – AÇÕES PARA QUALIDADE DA VIDA COTIDIANA EM ENTORNOS RESIDENCIAIS MONOFUNCIONAIS DE BAIXA DENSIDADE

LINHA ESTRATÉGICA 1 FORTALECER AS REDES DE PROXIMIDADE			
OBJETIVOS	1.1 Conectar a urbanização com seu entorno	1.2 Melhorar a rede cotidiana	1.3 Aproximar os usos cotidianos
MOBILIDADE	1.1.M.1 Adequação das vias externas de conexão da urbanização 1.1.M.2 Melhoria das condições de intermodalidade 3.2.M.14	1.2.M.3 Transporte público Variado 1.2.M.4 Distâncias curtas entre diferentes usos 3.1.M.9 / 3.1.M.12 / 3.2.M.13 / 3.2.M.15 / 3.2.M.17	1.3.M.5 Promoção do uso de TIC 2.2.M.6 / 3.2.ES.11
EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS	1.1.ES.1 Consolidação de eixos de conexão com equipamentos e serviços	1.2.ES.2 Adequação dos horários a vida cotidiana 1.2.ES.3 Rede de apoio às pessoas 3.1.ES.10 / 4.2.ES.16 / 4.2.M.15	1.3.ES.4 Espaços compartilhados entre diferentes equipamentos 1.3.ES.5 Concentração de atividades 1.3.ES.6 Reconhecimento e impulso de atividades produtivas existentes 1.3.ES.7 Rede de equipamentos e serviços móveis 2.2.ES.9 / 2.3.EP.7 / 4.2.ES.13 / 5.3.ES.19
ESPAÇO PÚBLICO	1.1.EP.1 Consolidação de eixos de conexão com espaços públicos 4.1.EP.10 / 4.1.EP.13 / 4.3.EP.18 / 5.2.EP.27 / 5.2.EP.28	1.2.EP.2 Implantação de bancos e mobiliário urbano na rede cotidiana 1.2.EP.3 Consolidação e criação de pontos de encontros cotidianos 1.2.EP.4 Sinalização das ruas que apoiam as atividades cotidianas 3.1.EP.8 / 3.3.M.18 / 4.3.EP.17	1.3.EP.5 Consolidação dos lugares de apropriação espontânea 3.1.M.10 / 5.3.EP.30
HABITAÇÃO		1.2.V.1 Promoção de intercâmbios de habitação 1.2.V.2 Criação de habitação patrimonial 2.2.ES.8	2.1.V.3 / 2.2.V.8
LINHA ESTRATÉGICA 2 FAVORECER A MESCLA FÍSICA E SOCIAL			

OBJETIVOS	2.1 Densificar no tecido de baixa densidade	2.2 Permitir outros usos e atividades dentro do tecido residencial	2.3 Reativar a vida urbana
MOBILIDADE		2.2.M.6 Localização de zonas de estacionamento em áreas de afluência 2.2.M.7 Soluções coletivas de estacionamento individual	2.3.M.8 Abertura de novas ruas de pedestres em terrenos vazios
EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS	5.2.ES.17	2.2.ES.8 Adaptação de espaços térreos para atividade comercial 2.2.ES.9 Promoção de usos mistos em altura 1.3.ES.5	1.1.ES.1 / 1.2.V.2 / 1.3.ES.6
ESPAÇO PÚBLICO	2.1.EP.6 Mecanismos para a cessão pública de espaço privado	4.2.EP.15 / 4.2.EP.16	2.3.EP.7 Cessão temporal para equipamentos ou usos comunitários 1.3.ES.7
HABITAÇÃO	2.1.V.3 Concentração de habitação 2.1.V.4 Promoção de tipologias residenciais heterogêneas 2.1.V.5 Modificação do parcelamento existente 2.1.V.6 Flexibilização da normativa de tipo edilícia 2.1.V.7 Promoção de habitação cooperativa e <i>co-housing</i> 1.2.V.1	2.2.V.8 Ampliação de habitações para usos comerciais e profissionais 5.2.V.15	2.3.V.9 Promoção de habitação plurifamiliar em terrenos vazios
LINHA ESTRATÉGICA 3 GARANTIR A VIDA COM AUTONOMIA			
OBJETIVOS	3.1 Priorizar a mobilidade de pedestres	3.2 Adequar o transporte público e outros meios	3.3 Melhorar a percepção de segurança
MOBILIDADE	3.1.M.9 Hierarquização das ruas para deslocamentos a pé 3.1.M.10 Caminhos acessíveis para todas as mobilidades 3.1.M.11 Redução da velocidade	3.2.M.13 Sistemas de acompanhamento escolar 3.2.M.14 Sistemas de mobilidade compartilhada 3.2.M.15 Parada de transporte público	3.3.M.18 Paradas de transporte seguras

	dos veículos 3.1.M.12 Incremento das calçadas 1.1.M.1 / 1.2.M.4 / 2.3.M.8	conforme demanda 3.2.M.16 Traçado de ciclovias 3.2.M.17 Espaços para estacionar bicicletas 1.2.M.3 / 5.1.M.19	
EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS	3.1.ES.10 Acesso a banhos públicos	3.2.ES.11 Transporte público próximo dos equipamentos	3.3.ES.12 “Olhos” nas fachadas 4.2.ES.14
ESPAÇO PÚBLICO	3.1.EP.8 Incremento da qualidade dos espaços para pedestres 1.2.EP.2 / 2.1.EP.6 / 5.1.EP.23		3.3.EP.9 Oficinas de percepção de segurança 5.3.V.17
HABITAÇÃO			3.3.V.10 Melhora da visibilidade entre público e privado
LINHA ESTRATÉGICA 4 FORTALECER O SENTIDO DE PERTENCIMENTO E COMUNIDADE			
OBJETIVOS	4.1 Melhorar a qualidade da paisagem	4.2 Fomentar âmbitos de participação e organização comunitária	4.3 Identificar e recuperar as características culturais do lugar
MOBILIDADE	2.2.M.7	1.3.M.5	
EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS	3.3.ES.12	4.2.ES.13 Cessão de espaços para entidades 4.2.ES.14 Maior presença das mulheres na vida política e associativa 4.2.ES.15 Gestão conjunta público-comunitária de equipamentos e serviços 4.2.ES.16 Fomento das redes de ajuda 1.2.ES.3 / 1.3.ES.4 / 5.2.EP.25 / 5.3.ES.20	
ESPAÇO PÚBLICO	4.1.EP.10 Reconhecimento de singularidades paisagísticas 4.1.EP.11 Normativa de desenho y qualidade da paisagem urbana 4.1.EP.12 Apoio às atividades rurais preexistentes	4.2.EP.14 Processos participativos inclusivos de transformação urbana 4.2.EP.15 Promoção de uso comunitário de ruas sem saída 4.2.EP.16	4.3.EP.17 Nomenclatura e sinalização inclusivas 4.3.EP.18 Reconhecimento dos limites de pertencimento dos bairros 4.3.EP.19 Catálogo de patrimônio coletivo

	4.1.EP.13 Oficinas de reconhecimento do entorno 3.1.M.9 / 5.3.ES.18	Apropriação comunitária do espaço público 1.2.EP.3 / 1.3.EP.5 / 3.3.EP.9 / 5.1.EP.21	4.3.EP.20 Sinalização dos percursos da memória 1.2.EP.4 / 5.1.EP.22 / 5.2.EP.26
HABITAÇÃO	4.1.V.11 Tratamento das fachadas frontais 4.1.V.12 Reabilitação de fachadas 3.3.V.10	2.1.V.4 / 2.1.V.7	
LINHA ESTRATÉGICA 5 PROMOVER UM EQUILÍBRIO AMBIENTAL E UMA VIDA SAUDÁVEL			
OBJETIVOS	5.1 Preservar e promover a biodiversidade autóctone	5.2 Reduzir o impacto energético e físico gerado	5.3 Promover uma vida saudável
MOBILIDADE	5.1.M.19 Infraestruturas integradas com os ecossistemas	3.1.M.11	3.2.M.16
EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS		5.2.ES.17 Construção responsável	5.3.ES.18 Criação de espaços verdes produtivos 5.3.ES.19 Mercados de produtos frescos e locais 5.3.ES.20 Hortas urbanas nos equipamentos
ESPAÇO PÚBLICO	5.1.EP.21 Programas comunitários de cuidado do espaço natural 5.1.EP.22 Preservação de espaços de interesse natural 5.1.EP.23 Plantação de árvores nas ruas 4.1.EP.12	5.2.EP.24 Mitigação de risco de incêndios e inundações 5.2.EP.25 Corresponsabilidade da manutenção e limpeza 5.2.EP.26 Reutilização de estruturas existentes 5.2.EP.27 Transição gradual entre o urbano e o natural 5.2.EP.28 Criação de parques nas bordas da urbanização 1.1.EP.1 / 4.1.EP.11	5.3.EP.29 Dinamização da rede de caminhos rurais 5.3.EP.30 Mobiliário urbano esportivo
HABITAÇÃO	5.1.V.13 Promoção de jardins responsáveis	5.2.V.14 Reabilitação de coberturas 5.2.V.15 Coleta de águas pluviais para consumo particular 5.2.V.16 Compostagem	5.3.V.18 Espaços intermediários

		5.2.V.17 Incorporação de energias renováveis 2.1.V.5 / 2.3.V.9 / 4.1.V.12	

FONTE: Muxí (2013).

Estas ações e diretrizes para a construção de cenários urbanos (prognóstico) que visam a melhoria da qualidade de vida e o equilíbrio das relações sócio-espaciais pelo tecido urbano tomam a vida cotidiana como eixo central das proposições em diferentes níveis, escalas, elementos e dimensões do espaço-tempo urbanos. Além disso, a matriz propositiva de Muxí (2013) leva em consideração os múltiplos aspectos e vantagens que uma mesma diretriz pode obter em relação ao desenvolvimento sócio-espacial. Por outra parte, uma característica relevante é o fato que o espaço vivido não é reduzido ao espaço material, ao espaço de localizações das pessoas e objetos, mas visto a partir de relações sócio-espaciais cotidianas e processos históricos.

Em *Micro planejamento: práticas urbanas criativas* Rosa (2011), em parceria com Sophie Wolfrum do Urban Landscape Research Institute, e Alfred Herrhausen Society (fórum internacional do Deutsche Bank), sistematiza um conjunto de leituras e estudos de caso em que se exemplifica uma possibilidade de análise sócio-espacial das práticas cotidianas tomando como referência a noção de *campos de ação*. O trabalho consiste num mapeamento de práticas cotidianas e urbanas criativas na Região Metropolitana de São Paulo, em que foram inscritas para o Prêmio Deutsche Bank Urban Age, onde se pretendia celebrar a responsabilidade partilhada com residentes, empresas, ONGs, universidades, órgãos públicos, etc. Além disso, o prêmio esperava criar uma rede de ação local de iniciativas urbanas para a promoção do desenvolvimento urbano local.

O mapeamento parte da caracterização dos *campos de ação*⁹³, que são os espaços onde a ação coletiva e as prática cotidianas ocorrem com a capacidade para

⁹³ Esta noção de campos de ação é próxima às discussões propostas por Allen (2013) sobre a constituição e condições dos *campos* – uma noção que representa para os estudos urbanos uma abertura ao exame das dinâmicas de usos, dos comportamentos das multidões e as geometrias complexas das massas em movimento. Allen (2013) se apropria do conceito de campo advindo das ciências exatas e dá-lhe um sentido tático e prático (em termos da cotidianidade), conferindo-lhe também um caráter aberto que permite espaços para mudanças de baixo para cima, ao invés de

receber experimentações, são espaços concretos e pontos de contato e comunicação. Os campos recebem objetos que ativam seu potencial existente e a partir dessa inserção geram-se novas articulações e relações que se desdobram em formas de uso e produção cotidiana de espaços (ROSA, 2011). A análise dos campos foi dividida em três categorias: *potencialidade local*, *articulação* e *oportunidades*. A potencialidade local procura revelar o potencial existente em campos específicos onde os habitantes apropriam-se dos lugares e objetos, tecendo relações que recodificam os espaços. A articulação é entendida como a forma de organização dos objetos, as conexões entre eles, em que geram o desdobramento das ações. Os objetos tornam-se *relacionais* quando inseridos ou ativados em cada campo. As oportunidades ou novas codificações indicam outras formas de articulação, descreve pontos de maior coesão social no tecido urbano. Elas chamam a atenção para o pensamento no âmbito da microescala, onde são encontrados espaços⁹⁴ que tiram vantagens das oportunidades oferecidas pelo existente, espaços recodificados em lugares de encontro e coexistência (ROSA, 2011).

O elemento chave da leitura das experiências e práticas cotidianas sob essa perspectiva dos campos de ação é o *Diagrama de Densidade de Ocorrência*, que se trata de uma síntese de toda a análise sócio-espacial num modelo gráfico baseado na leitura em camadas, onde a situação é desmembrada com o objetivo de facilitar a compreensão de como microesferas podem alcançar maiores densidades e conexão social. O diagrama aponta seis categorias de análise: *edifícios relacionais*, *morfologia*, *objetos relacionais*, *ações geradoras*, *estratégia verde* e *eventos*. Percebe-se que o diagrama relaciona o contexto com as ações geradas pela população local. O que torna o diagrama relevante é a espacialização dessas ações ao mesmo tempo que representa o potencial do movimento dessa população dentro do campo, o que deixa

imposições feitas de cima para baixo. Para Allen (2013, p. 93-94) uma condição de campo pode ser qualquer matriz formal ou espacial capaz de unificar aspectos sociais diversos, ao mesmo tempo respeitando a identidade de cada um deles – as configurações de campo seriam como “agregados frouxos”, caracterizados pela “porosidade” e a “interconectividade local” sob condições concretas de fluidez. Trata-se de campos espaciais onde se verifica zonas fluídas de interferência perceptual, habitados por corpos em movimento e conectados. Justamente por estes fatores esta ideia de campo também operacionaliza as noções teóricas de tática, práticas cotidianas e espaços polemológicos propostas por Certeau (2014a; 2014b) e que são retomadas como referência por Rosa (2011).

⁹⁴ Tanto Rosa (2011) como Allen (2013) também levam em consideração os elementos da infraestrutura das cidades modernas, em que o exame destes elementos refletiria necessariamente os comportamentos complexos e dinâmicos dos usuários, possibilitando novas abordagens para planejamento e modelagem de projetos, políticas e programas para espaços urbanos.

claro a natureza *aberta* desses espaços, isto é, a capacidade do campo de receber ou produzir diversidade e simultaneidade de acontecimentos. Por isso, a densidade é tratada para além das formas construídas e do quantitativo de pessoas, é também a representação e extensão, no tempo e espaço, da vivência cotidiana e suas conexões.

Pode-se verificar a confluência das ideias de campo aqui retratadas e as perspectivas que reiteram a dimensão do espaço público de uso cotidiano (MILAGRES et al., 2010) a partir do movimento e expansão das ações geradoras de diversidade e conectividade sócio-espaciais, ao mesmo tempo que podem ser manifestações autênticas e específicas de um lugar, conferindo-lhe identidade. Há também um anseio por uma reformulação tática do planejamento e do desenho urbanos, que devem dialogar com a fluidez do corpo e do movimento a partir de intenções dos indivíduos e da coletividade (que são variadas e múltiplas). Sob a perspectiva de Certeau (2014a; 2014b) e Rosa (2011) esta abordagem tática (do planejamento e do desenho urbanos) abrange manipulações oferecidas pelas circunstâncias, sendo as táticas definidas como ações que tiram vantagem de oportunidades oferecidas por aberturas em sistemas estratégicos. É nesse sentido que a ideia de campo se reforça como visão de trabalho e como ferramenta política. Neste sentido, o planejamento urbano é ao mesmo tempo um resultado e uma reação às forças que agem sobre ele, e desse modo, a consideração dos campos de ação dá origem a diagnósticos e prognósticos urbanos que podem atender às contingências da vida cotidiana.

QUADRO 19 – ELEMENTOS DA AUDITORIA DE QUALIDADE URBANA COM PERSPECTIVA DE GÊNERO

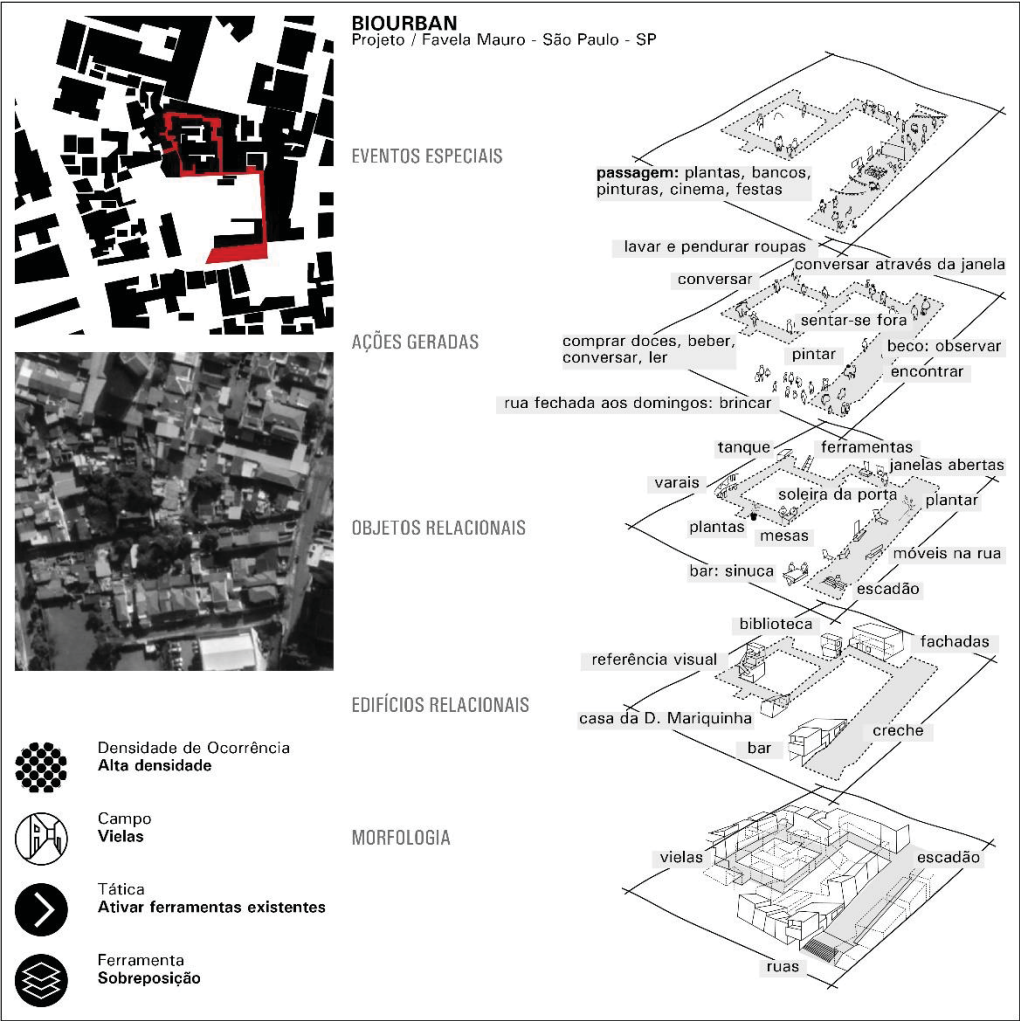
PROJETOS / EXPERIÊNCIAS	BIOURBAN Favela Mauro São Paulo - SP	CIDADES SEM FOME Zona Leste de São Paulo - SP	BEIJA-FLOR Comunidade em Diadema São Paulo - SP
POTENCIALIDADE LOCAL	DENSIDADE DE OCORRÊNCIA LOCAL		
	Alta densidade	Média densidade	Baixa densidade
	CAMPO		
	Vielas Passagens estreitas abrigam circulação de	Vazio infraestrutural Terreno vazio no percurso do oleoduto da Petrobrás.	Centro cultural Micro infraestrutura cultural aberta para a rua e entorno

	pedestres e os eventos cotidianos		
	TÁTICA		
	Ativar ferramentas existentes	Ativar novas ferramentas	Ativar novas ferramentas
	FERRAMENTA		
	Sobreposição de usos	Plantar	Palco
ARTICULAÇÃO	ESPAÇO CONCRETO / CONTEXTO		
	Ruas, vielas, escadas. Ambiente densamente construído (edificações de 2 a 4 pavimentos), abriga tipologias mistas e sobrepostas. Apresenta espaços abertos subutilizados devido ao medo de ocupar as vielas, controladas pelo tráfego. Faltam espaços coletivos.	Ruas, vielas, escadaria, oleoduto, córrego. Ambiente densamente construído (edificações de 1 a 2 pavimentos), abriga tipologias mistas e sobrepostas. Apresenta comércios locais improvisados nas garagens. Faltam espaços verdes para práticas coletivas.	Ruas de terra, construções improvisadas e campos vazios configuram uma comunidade pobre e carente de qualquer infraestrutura.
	NEGOCIAÇÃO / ABERTURA		
	Adicionar relações, aumentar a complexidade: articular objetos existentes, ativando espaços caracterizados por uma única função (passagem).	A inserção de um jardim comunitário comunica ações, articulando objetos existentes nos espaços adjacentes até então caracterizados por uma única função.	A instalação de uma nova micro infraestrutura (cultural, educacional e de lazer) aberta para a rua requalifica o espaço comum.
	AÇÕES		
	Mutirão de limpeza; identificar vazios; sentar-se no escadão; sentar-se nos degraus das portas; lavar e pendurar roupas nos caminhos; conversar por alguns minutos; sentar-se no bar; conversar através da janela; ler; requalificar as fachadas.	Identificar vazios; plantar hortas; sentar-se à sombra das árvores; transportar a colheita; contemplar a nova vista; sentar-se em grupo; conversar através da janela; pendurar roupas no varal; observar tarefas rotineiras.	Ler; cantar; brincar; pintar; participar de oficinas; tocar instrumentos; sentar-se nos degraus junto à rua; olhar pela varanda; acenar para o passante; jogar bola; encontrar.
OPORTUNIDADES	NOVAS CODIFICAÇÕES		
	O projeto reconhece o potencial de estruturas simples em relação a seu uso. Envolvidos, os	A inserção de um novo equipamento – hortas comunitárias – em um espaço até então sem	O projeto escolheu uma casa na entrada da comunidade para abrigar o centro cultural,

	habitantes definem seus novos pontos de contato por meio da resignificação de estruturas existentes, explorando o potencial da rua e passagens enquanto espaços de encontro e como uma plataforma para o lazer. Originalmente servindo apenas como passagem, passam a abrigar novas situações desencadeadas pela ativação de objetos existentes, resignificados.	uso cria um novo objeto de referência (marco) e impacta as ruas e vielas adjacentes na comunidade, causando novas ações e transformando espaços de passagem em lugares de contato. A vizinhança é envolvida por meio do uso de uma série de equipamentos de transporte e comercialização da produção que estimula novas práticas coletivas.	facilitando o acesso e aproximando-o do cotidiano de muito moradores. A escolha de um sobrado com portas-garagem e varanda no segundo andar facilita o contato visual com o espaço comum – a rua – tornando-o parte dos percursos e da rotina. Representa mais um passo na construção de uma rede de agentes culturais espalhados por várias comunidades da região.

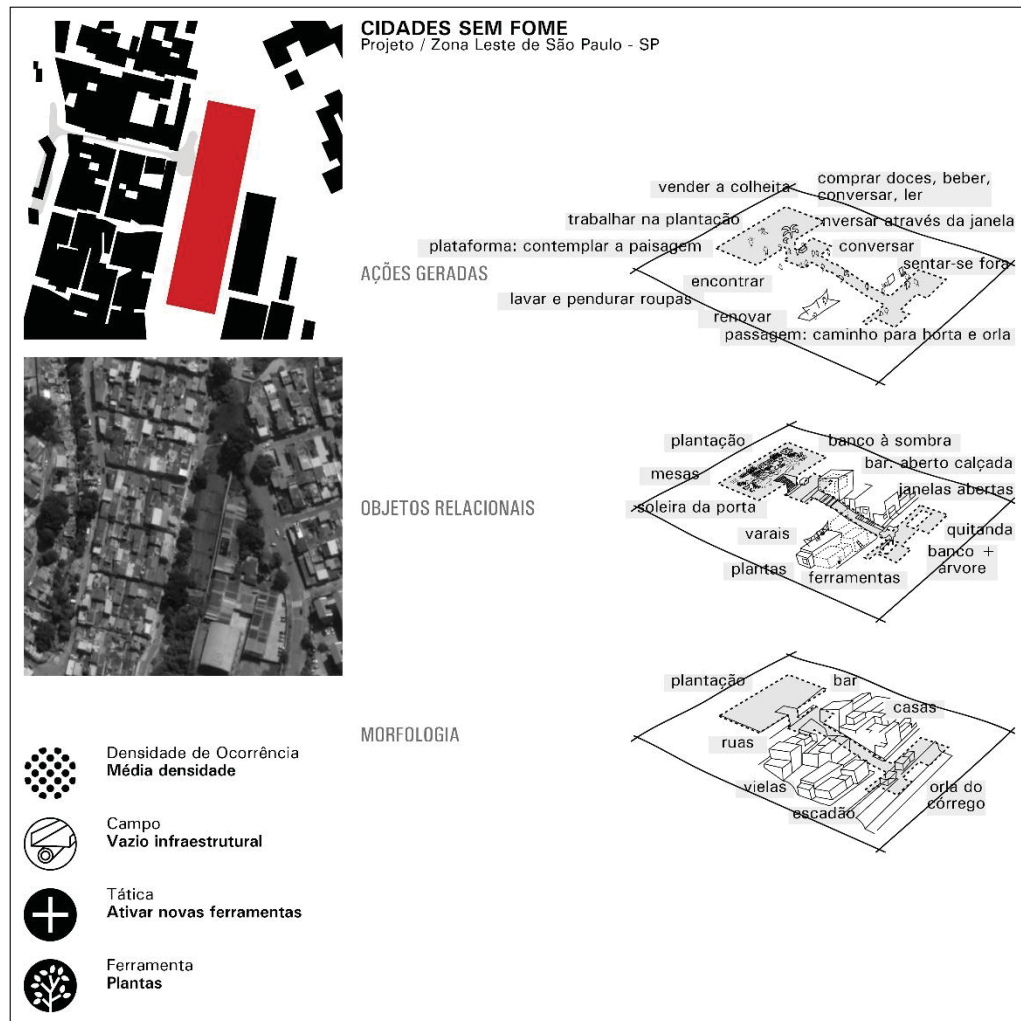
FONTE: O autor (2021), elaborado com base em Rosa (2011).

FIGURA 4 – DIAGRAMA DE DENSIDADE DE OCORRÊNCIAS / BIOURBAN



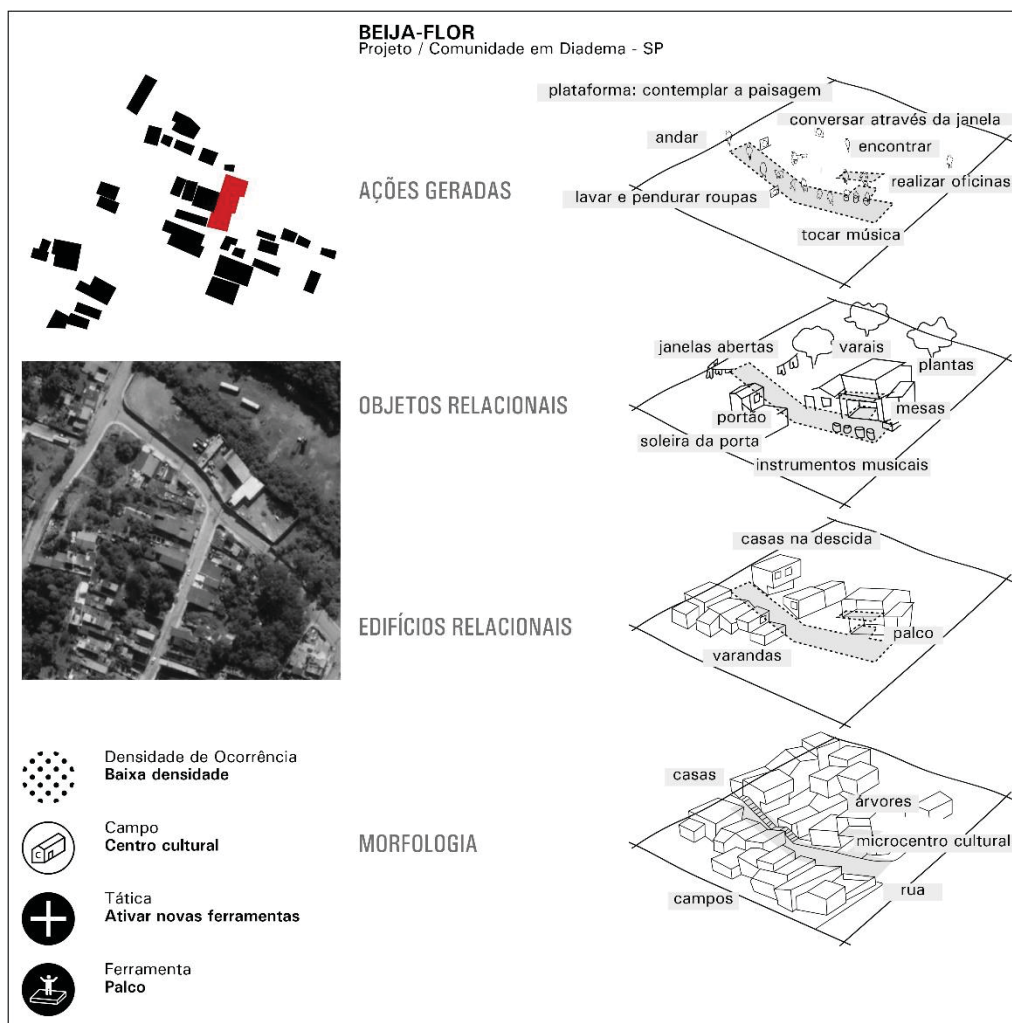
FONTE: Adaptado de Rosa (2011).

FIGURA 5 – DIAGRAMA DE DENSIDADE DE OCORRÊNCIAS / CIDADES SEM FOME



FONTE: Adaptado de Rosa (2011).

FIGURA 6 – DIAGRAMA DE DENSIDADE DE OCORRÊNCIAS / BEIJA-FLOR



FONTE: Adaptado de Rosa (2011).

Todos estes exemplos anteriores trazem contribuições acerca da pesquisa sócio-espacial do cotidiano, suas análises podem subsidiar leituras e representações da realidade urbana, contribuindo com um aspecto ou outro para o diagnóstico e prognóstico urbanos realizados pela prática do planejamento urbano. Estes exercícios não são fechados e possuem margem para adaptação e integração com outras ferramentas e técnicas diferentes. Geralmente o diagnóstico e prognóstico urbanos colocam os planejadores urbanos diante de territórios múltiplos em que se pretende fazer avançar o entendimento e suas práticas. Neste sentido, longe de esgotar as possibilidades aqui, algumas questões permanecem e outras se abrem diante deste processo: de que maneira produzir conhecimento com os habitantes sobre a realidade urbana cotidianamente vivida, tratando-se de um processo de construção coletiva e não de representação da realidade? Como traçar um plano comum envolvendo pesquisadores, planejadores, agentes, atores sociais e habitantes, com seus

territórios e suas práticas cotidianas singulares? De outro modo, como garantir o caráter autônomo e participativo da/na pesquisa sócio-espacial do cotidiano? Pode-se dizer que a pesquisa sócio-espacial, tendo a análise e a crítica da vida cotidiana como centralidade, deve permitir ao processo de conhecimento da realidade urbana que se trace entre os diferentes atores um plano comum e heterogêneo de acesso e comunicação dos fenômenos e transversalidades que os acometem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi realizado para ajudar a refletir e compreender a vida cotidiana como espaço da práxis dos planejadores urbanos. Nela se consolidam, perpetuam ou se transformam as condições de vida mais amplas, contém a totalidade social e abarca muitas das mediações entre o particular e o geral, o local e o global, o singular e o coletivo, o público e o privado, o micro e o macro, o próximo e o distante. Neste sentido, as diferenças entre lugares são o resultado do arranjo sócio-espacial dos modos de produção particulares mas também dos modos de vida que fundamentam a ação, a vontade, o desejo, a aquisição e ocupação sobre estes lugares. De alguma maneira, pode-se dizer que o *valor* de cada local depende de níveis qualitativos e quantitativos dos modos da produção sócio-espacial e dos modos de vida, além das maneiras como eles se combinam. Os modos de produção e os modos de vida tornam-se concretos sobre uma base territorialmente determinada, o que torna as formas, estruturas e funções sócio-espaciais uma linguagem destes mesmos modos e, de outra parte, da especificidade e qualidade dos lugares e espaços habitados, praticados, vividos.

O ponto de vista elaborado ao longo deste trabalho é de que os modos de vida, em alguma medida, incorporam os modos de produção e as formações sociais, escrevendo a História no tempo e no espaço. Portanto, cada formação sócio-espacial é representativa de um modo de produção/reprodução da vida ou de um de seus momentos, guardando a este respeito projetos de vida que se diferenciam em termos de clareza, consciência, espaço e tempo. Esta perspectiva é especialmente importante pois, contrariamente ao que se designa apenas como modo de produção – “uma forma particular de organização do processo de produção destinada a agir sobre a natureza e obter os elementos necessários à satisfação das necessidades da sociedade” (SANTOS, 2014b, p. 29) –, o modo de vida o incorpora com base em outras dimensões que não apenas voltadas às necessidades da sociedade mas também de formação plena do ser humano, das suas capacidades intelectual, artística, lúdica, transgressora, desviatória, moral, ética, espiritual etc. Neste sentido, a inseparabilidade das realidades e das noções de sociedade, vida cotidiana, espaço e tempo, é própria à ideia de formação sócio-espacial. O desenvolvimento crítico da vida cotidiana corrobora com uma concepção de espaço e tempo que abrange toda a problemática sócio-espacial.

Quando se fala em vida cotidiana, em modos de vida ou em modo de vida cotidiano, trata-se de relações sociais que tomam forma material e imaterial, abarcando dimensões como a política, a ideológica, a cultural, religiosa, econômica, ambiental, espacial e temporal. No que tange ao planejamento urbano, todos estes elementos verificados a partir da vida cotidiana influenciam de maneira determinante nas localizações e organização dos espaços e tornam-se assim fatores da produção sócio-espacial, uma espécie de força produtiva e não apenas reprodutiva.

A vida cotidiana, assim como a dimensão espaço-temporal, reproduz a totalidade social na medida em que um conjunto de transformações (dos modos de produção, das formações sociais, das distribuições qualitativa e quantitativa de população, recursos, infraestrutura, serviços e outros atributos do espaço e tempo) a determinam conforme necessidades sociais, econômicas, políticas, ambientais, culturais etc. Estes elementos não possuem um papel neutro na vida cotidiana e no desenvolvimento dos modos de vida e das formações sócio-espaciais. A vida cotidiana possui um papel que passa, frequentemente, despercebido ou não é analisada em profundidade. Ela oferece um campo de reflexão e compreensão que interpela o conhecimento da sociedade e suas necessidades a respeito da 'cidade' que está fora do alcance (hoje) do mundo dos técnicos e dos políticos que procuram aproximar-se dela por diversas formas: discursos, soluções normativas, definição de espaços para práticas participativas e que, no entanto, são insuficientes ou apresentam ganhos muito pequenos em relação ao panorama global da produção sócio-espacial.

Parafraseando Monte-Mór (2006), se a vida cotidiana é o que resta quando se subtrai todas as especializações, então ela é a própria essência da vida – enquanto tal, quando considero minha formação como arquiteto e urbanista e todas as especializações que tenho ou posso alcançar (planejador urbano, por exemplo), estas são apenas adjetivos, o substantivo é na verdade como eu construo a minha vida e em como estas relações à atravessa. Em última instância, a maneira como construo minha vida é a maneira como eu construo o meu espaço, nisto existe uma correspondência direta. A construção da vida social é, por definição, a construção do espaço social, cuja existência é imbricada e indissociável da realização da vida cotidiana.

Contudo, a noção de vida cotidiana ainda soa como enigmática. No atual contexto, palavras como vida cotidiana, cotidiano ou cotidianidade possuem força de

evocação por diferentes indivíduos e grupos sociais, mas são quase invariavelmente mal interpretadas ou esvaziadas de conteúdo crítico. Pode-se dizer que estes termos obtiveram um maior alcance na comunicação do que no próprio processo de apreensão dos seus sentidos. De maneira geral, autores que investigam a questão da vida cotidiana são, com uma ou outra exceção, desconhecidos nos estudos urbanos no Brasil. Mesmo Henri Lefebvre, um autor muito presente nas discussões sobre o fenômeno urbano, o pensamento urbanístico e a produção social do espaço, é pouco lembrado por suas contribuições a respeito da vida cotidiana e sua transversalidade com estes temas. A obra de Michel de Certeau é pouquíssima explorada, embora já esteja um pouco mais azeitada no campo do Urbanismo, em função das relações construídas com historiadores urbanos e pesquisadores das operações táticas realizadas nos espaços das cidades. A produção de Humberto Giannini, pelo menos no Brasil, é quase totalmente desconhecida, embora o autor tenha bastante prestígio em outros países da América Latina e da Europa.

Existem alguns obstáculos em relação à integração efetiva e verdadeira do pensamento sobre a vida cotidiana com o pensamento urbanístico, parte deles situam-se no próprio interior do campo do planejamento urbano, e têm a ver com a estreiteza de horizontes e a dificuldade de operacionalizar novas práticas e de construir ferramentas de pesquisa e de trabalho que tenham a vida cotidiana como mote central de um desenvolvimento sócio-espacial. Não raro, estes entraves criam cizânias e dificultam o diálogo entre técnicos, especialistas e a população, os habitantes, sujeitos históricos e grupos sociais. Dentre as principais dificuldades pode-se citar o desencontro espacial (representação versus realidade) e temporal (abstração do tempo pelos acordos e processos burocráticos e normativos e a relações tácitas construídas no tempo cotidiano e das necessidades) das políticas, do planejamento e da gestão urbanos.

Para um pensamento urbanístico socialmente crítico que se proponha a ser radicalmente emancipatório, no atual momento histórico, os percursos e desvios proporcionados pela instituição teórica e concreta da vida cotidiana se afiguram como horizontes promissores. Entende-se que esta perspectiva se realiza na qualificação que os aspectos da vida cotidiana efetuam sobre as condições renovadas das espacialidades e temporalidades habitadas. No limite, o que se tensionou ao longo desta pesquisa foi o questionamento de que o enfoque sobre a vida cotidiana merece ter seu lugar defendido, pois pode ajudar a iluminar decisivamente os caminhos que

o Planejamento Urbano possa tomar, bem como, a possibilidade de reconfigurar suas ferramentas metodológicas de apreensão da realidade sócio-espacial.

De maneira geral, os problemas urbanos são complexos e, por isso, a intervenção do planejamento urbano também. Assim, o mais comum é que a solução para problemas complexos venha a ocorrer, no decurso da história, como resultado sinérgico, justamente do jogo de pressões e correlações de forças sobre valores, interesses, modelos, e não como produto de uma única abordagem, corpo teórico ou prático impostos sobre distintas realidades. No âmbito das ciências, especialmente no campo do planejamento urbano que apresenta uma natureza e a necessidade de interdisciplinaridade, as influências recíprocas diretas ou indiretas são mais frequentes do que se imagina. Todavia, deve-se abrir caminhos para estas relações de reciprocidade. A noção de pesquisa sócio-espacial permitiu ao mesmo tempo construir trajetórias e linhas alternativas e estabelecer um ponto de ancoragem (leitura, diagnóstico e prognóstico urbanos) sobre relações possíveis que a prática do planejamento urbano guarda com as teorizações da vida cotidiana no movimento de compreender e apreender a realidade urbana, sócio-espacial e cotidiana.

Portanto, a tese aqui subjacente não é a de que as teorizações da vida cotidiana possam validar ou substituir (pelo menos em termos de ferramentas e instrumentos) um tipo de planejamento urbano em crise, mas sim a de que o pensamento crítico sobre a vida cotidiana pode fornecer várias pistas e orientações temáticas e interpretativas (como o processo de cotidianização das relações sócio-espaciais, o consumo criativo do espaço, a reflexão cotidiana dada por uma circularidade tópica), e também algumas ferramentas teórico-conceituais e metodológicas (por exemplo, a ritmanálise, a análise polemológica e o esquema topográfico e cronológico da vida cotidiana).

A mensagem central se fortalece: *as teorizações e análises críticas da vida cotidiana fornecem subsídios teórico-conceituais e metodológicos para o planejamento urbano em se tratando de alternativas que a pesquisa sócio-espacial e do cotidiano oferecem ao desenvolvimento dos processos de diagnóstico e prognóstico urbanos* – alternativas tanto para o estudo (acadêmico ou não) das transformações sócio-espaciais quanto para a prática destas transformações (espécie de política prefigurativa – começar a construir hoje, com base no exemplo e na ação concretos, o amanhã). A adequada valorização dos aspectos da vida cotidiana (que incluem a dimensão espacial e temporal da realidade) pode ser de utilidade para a

compreensão, a avaliação e o alavancamento das transformações sócio-espaciais e das ferramentas que o planejamento urbano utiliza para apreender estas dinâmicas.

Desde a segunda metade do século XX e início do século XXI os movimentos sociais e a pluralidade de observações e análises críticas da vida cotidiana atualizam (por meio de debates, propostas e práticas concretas) a perspectiva social sobre os espaços-tempos e as relações de sociabilidades da existência humana. Com efeito, mesmo que os admitam em termos históricos específicos, as teorizações da vida cotidiana e o planejamento urbano são relativamente jovens, foi a partir deste período que se pôde observar a expansão de suas variadas correntes, o que sugere que ainda há muita margem de desenvolvimento para as reciprocidades entre estas áreas. Nada obstante, a noção de vida cotidiana possibilita construir visões de mundo mais atuais que os quadros de vida degradados apresentados pela cultura hegemônica da produção capitalista dos espaços, oferecendo fundamentações político-filosóficas e éticas para uma ciência e uma prática que pretendam entender e enfrentar as vicissitudes das lutas cotidianas que constituem os lugares e territórios vividos.

Neste sentido, a práxis do planejamento urbano integra um rol de práticas que, se não revela, pelo menos lida diretamente com a totalidade, e por isso a análise e a crítica da vida cotidiana lhes são tão estratégicas, pois envolvem concepções e apreciações na escala da experiência social em geral, o que inclui paralelamente uma apropriação profunda e uma compreensão imediata. Retomando o posicionamento *limiar, entre fronteiras ou intersticial* adotado nesta pesquisa em relação às duas orientações de Hall (2016), entre *teoria em planejamento* e *teoria do planejamento*, pode-se dizer que as perspectivas da vida cotidiana aportam à teoria do planejamento um sentido que só se realiza enquanto subconjunto de uma reflexão teórico-conceitual-metodológica sobre a sociedade e, mais especificamente, sobre as relações e transformações sócio-espaciais que esta dimensão permite conhecer, imediatamente e profundamente, colocando no centro do debate o sujeito habitante, sua capacidade e urgência de *fazer* que se desdobra em práticas cotidianas que lhe permite habitar os lugares e reproduzir-se no mundo.

Sob este ângulo e observando retrospectivamente, pode-se dizer que a natureza deste trabalho esteve alicerçada numa questão de ordem epistemológica e que estava implícita: *a motivação de entender em que condições e sob quais orientações era possível a construção de um conhecimento que pudesse contribuir para a práxis do planejamento urbano diante da realidade social complexa de hoje. A*

pesquisa delineou-se a partir de questões gerais na ordem do conhecimento das relações entre espaço, tempo, vida cotidiana e sociedade. Entende-se que para fortalecer a reciprocidade *possível* entre o planejamento urbano e as perspectivas sobre a vida cotidiana ainda é necessário confrontar a sistematicidade e organicidade dos ambientes institucionais do planejamento urbano à luz da vida cotidiana.

Por outra parte, deve-se considerar o papel mediador do planejador urbano na relação entre a vida cotidiana, o homem simples e cotidiano, e o Estado, setores econômicos e agências multilaterais que impactam a qualidade de vida das populações. O planejador urbano não atua sobre uma única necessidade humana, nem tampouco a todos os homens de uma sociedade, mas trabalha sobre quadros mediadores da vida social (realidades urbanas, sociais, culturais, econômicas, ambientais etc.). A mediação, neste caso, se refere à uma categoria da práxis do planejamento urbano, cujo caráter atravessa múltiplas dimensões da realidade urbana adquirindo relevância política, social e crítica.

Algumas questões, então, figuram-se com base nas investigações ao longo da pesquisa e que a mantem aberta à novas perspectivas de desenvolvimento e aprofundamento.

(I) A vida cotidiana poderia configurar um campo diferenciado do planejamento urbano? Como foi visto, pode-se sustentar que não seria possível, uma vez que a vida cotidiana é abordada por meio de diversas áreas, perspectivas e disciplinas, delimitando, por assim dizer, possibilidades ou impedimentos. Quanto ao primeiro aspecto identifica-se a dimensão multifacetada e multidisciplinar dos estudos da vida cotidiana e seu caráter aglutinador de conhecimento e experiência. Em relação ao segundo, reconhece-se a dificuldade de considerá-la como um campo ou nível próprio de investigação e análise da realidade social e urbana, correndo o risco habitual de mantê-lo sob estigma de um campo nascente ainda em construção e frágil do ponto de vista de sua legitimidade. Contudo, seria necessário remontar a historicidade do conceito de vida cotidiana a partir do seu uso, implícito ou explícito nas diferentes correntes e abordagens do planejamento urbano, confrontando-o com suas fundamentações essenciais.

(II) Qual é o limite do cotidiano, se este expressa a simbiose e simultaneidade do local e global, do próximo e distante? Se se considera a delimitação do cotidiano pela demarcação das práticas cotidianas, estas podem pulverizar-se em múltiplas dinâmicas situadas, muito particulares, deixando de lado a noção multiescalar e

correndo o risco de enfraquecer a proposta de uma escala de leitura, análise e apreensão para o planejamento urbano. Neste caso, é necessário investigar e sistematizar um mapa geral do conjunto de pontos estratégicos pelos quais possa escavar e aprofundar-se nos aspectos cotidianos em relação às principais questões do planejamento urbano, não definidas *a priori* ou com base na visão única dos técnicos, mas dentro de grupos amplos com maior nível de representatividade, participação e autonomia.

(III) Qual a verdadeira capacidade do planejamento urbano de superar a unilateralidade da condição material do espaço e incorporar a dimensão imaterial e imanente da vida social e cotidiana, sem perder sua criticidade? Entende-se por criticidade dois aspectos substanciais: a emergência de novos assuntos e problemáticas em clara relação com um campo ampliado do planejamento urbano e suas conexões com as ciências sociais, os estudos culturais, etnográficos, fenomenológicos etc., e o papel que pode desempenhar na compreensão do cotidiano desde o espaço e tempo sociais; e a perspectiva do tempo e espaço como categorias indissociáveis e que se fundam e projetam-se na vida cotidiana.

(IV) Seria a vida cotidiana um refúgio ou lugar de resistência às grandes transformações sócio-espaciais? Ou, seria ela o lugar das mudanças principais? Sabe-se, pelo desenvolvimento da pesquisa, que a vida cotidiana representa um critério de avaliação e compreensão das transformações sócio-espaciais. Se ela é de fato um lugar das resistências ou o lugar próprio destas transformações não cabe, sob uma perspectiva crítica e dialética, apontar uma alternativa, mas abrir o caminho para o debate que não se apoie em soluções pré-fabricadas, que façam apologia da tecnologia e o conhecimento positivista, nem do historicismo de coleção do passado, mas sobretudo de se buscar uma forma de construção sócio-espacial presente que se apoie na recondução dialógica das atividades humanas e da maneira como se relacionam com o espaço, o tempo e a natureza.

Por fim, como bem ressalta Lefebvre (1961), o conhecimento como tal possui suas táticas: conhecer, fazer conhecer e reconhecer o cotidiano como objeto; mas também tem suas estratégias: provocar a dissolução e a redução do cotidiano para promover sua metamorfose, induzindo tantas opções quanto possível. Em se tratando da realidade urbana, este é um exercício que implica imaginação e criatividade, buscando-se diminuir a distância entre o cotidiano e o *possível* – pelo investimento das esferas superiores e especializadas e a elevação das esferas inferiores. Esta

estratégia para o planejamento urbano implica em sua reorientação, mas percebendo isso como uma visão de transparência da sua prática diária e de suas ferramentas e técnicas aplicadas. Essa mesma estratégia envolve a luta para o reconhecimento do seu exercício em estar entre os elementos das estratégias sócio-espaciais – política, econômica, social, cultural, ambiental e cotidiana.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

ACEVEDO, Jorge. Leyendo la “reflexión” cotidiana de Humberto Giannini. **Revista Opciones**, Santiago de Chile, [S.I.], n. 13, p. 201-208, 1988a.

_____. Una aproximación al pensamiento de Humberto Giannini. **Revista Chilena de Humanidades**, Santiago de Chile, [S.I.], n. 10, p. 23-37, 1988b.

_____. **Reflexiones de la obra de Humberto Giannini**. **Revista Límite**, Santiago de Chile, 18 jul. 2012. Discurso del académico Jorge Acevedo Guerra durante el homenaje realizado por la Facultad de Filosofía y Humanidades al Premio Nacional de Humanidades y Ciencias Sociales Humberto Giannini. Disponível em: <<https://www.uchile.cl/noticias/83379/jorge-acevedo-reflexiones-de-la-obra-de-humberto-giannini>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

_____. Pensando la vida cotidiana com Humberto Giannini. **Revista Límite**, Santiago de Chile, v. 11, n. 37, p. 66-75, 2016.

AMADEU, Maria Simone U. dos S et al. **Manual de normalização de documentos científicos de acordo com as normas da ABNT**. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

AIZPURU, Pilar Gonzalbo. **Introducción a la historia de la vida cotidiana**. México, D.F.: El Colegio de Mexico, Centro de Estudios Históricos, 2009.

ALMANDOZ, Arturo. Sobre la ciudad, lo urbano y el urbanismo en Lefebvre: entre el campo ciego y los imaginarios. In: MATTOS, Carlos de; LINK, Felipe (Ed.). **Lefebvre revisitado: capitalismo, vida cotidiana y el derecho a la ciudad**. Santiago do Chile: RIL Editores, 2015. p. 157-172.

ARAUJO, Frederico Bandeira. Fragmentos de uma guerra surda: interpretações à palavra experiência. In.: RIBEIRO, Ana Clara Torres; VAZ, Lilian Fessler; SILVA, Maria Lais Pereira da (Ed.). **Leituras da cidade**. Rio de Janeiro: Letra Capital; ANPUR, 2012b. p. 43-47.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018. [1958]

ARROYO, Julio. **Vida cotidiana y ciudad: extravíos entre lo público y lo doméstico**. São Paulo, 28 set. 2020. Palestra online proferida no âmbito do Ciclo de Debates LEAUC: Cidade(s): imaginários e perspectivas no mundo pós-pandêmico, do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP – São Carlos. Disponível em: <[Cidade\(s\): Visões, Imaginários e Perspectivas no mundo pós-pandêmico - YouTube](#)>. Acesso em: 28 set. 2020.

AZANHA, José Mário Pires. **Uma ideia de pesquisa educacional**. São Paulo: Edusp, 2011.

BÉGOUT, Bruce. La potencia discreta de lo cotidiano. **Persona y Sociedad**, Santiago, v. XXIII, n. 1, p. 9-20, 2009.

_____. Uma fenomenología de la vida cotidiana. **Actuel Marx Intervenciones**, Santiago de Chile, [S.I.], n. 10, p. 225-240, 2011. Entrevista.

BENACH, Núria. Da desigualdade social à justiça espacial. In.: CARLOS, Ana Fani Alessandri; ALVES, Glória; PADUA, Rafael Faleiros de. **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.

BENJAMIN, WALTER. **Rua de mão única**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2011. (Obras escolhidas: v. II)

BENJAMIN, WALTER. **Charles Baudelaire**: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 2011. (Obras escolhidas: v. III)

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRENNER, Neil. **Espaços da urbanização**: o urbano a partir da teoria crítica. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

CAMILLO, Boano. El cuerpo del diseño urbano y de la arquitectura claman por venganza: ritmo-análisis y sus interpretaciones metodológicas. In: MATTOS, Carlos de; LINK, Felipe (Ed.). **Lefebvre revisitado**: capitalismo, vida cotidiana y el derecho a la ciudad. Santiago do Chile: RIL Editores, 2015. p. 207-230.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. A lógica do planejamento versus a dialética do mundo. In.: LIMONAD, Ester; CASTRO, Edna Ramos (Ed.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 25-39.

_____. **O espaço-tempo da vida cotidiana na metrópole**. São Paulo: Labur Edições, 2017.

_____. Espaço-tempo da práxis urbana na modernidade. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 100, p. 1-16, 2018.

CARVALHO, M. do C. B. de. O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social. In: NETTO, J. P.; CARVALHO, M. do C. B. de (Ed.). **Cotidiano, conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 13-64. [1987]

CASTRO, Celso. Sociologia e a arte da manutenção de motocicletas. Introdução. In: MILLS, Charles Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2014a.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2014b.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce. Fantasmas da cidade. In.: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2014b. p. 189-202.

_____. Espaços privados. In.: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2014b. p. 203-207.

_____. Uma ciência prática do singular. In.: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2014b. p. 335-342.

CHARTIER, Anne-Marie; HÉBRARD, Jean. A invenção do cotidiano: uma leitura, usos. **Projeto História**, São Paulo, v. 17, p. 29-44, 1998.

CHAUÍ, M. Notas sobre utopia. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v.60, p. 7-12, 2008.

CHOAY, Françoise. **A regra e o modelo**. São Paulo: Perspectiva, 1985.

_____. **O urbanismo**: utopias e realidades, uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 2010.

CIOCOLETTO, Adriana; COL.LECTIU PUNT 6. **Espacios para la vida cotidiana**. Auditoría de calidad urbana con perspectiva de género. Barcelona: Editorial Comanegra, 2014.

CLAPS, Rosanna Forray. La crítica de la vida cotidiana y los post-urbanismos. In: MATTOS, Carlos de; LINK, Felipe (Ed.). **Lefebvre revisitado**: capitalismo, vida cotidiana y el derecho a la ciudad. Santiago do Chile: RIL Editores, 2015. p. 129-155.

COL.LECTIU PUNT 6. **Mujeres Trabajando**. Guía de reconocimiento urbano con perspectiva de género. Barcelona: Editorial Comanegra, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In.: CARLOS, Ana Fani Alessandri; 1, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Ed.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2018.

DAMIANI, Amélia Luisa. Introdução a elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, São Paulo, v. especial 30 anos, p. 254-283, 2012.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

_____. Teoria da deriva. In.: JACQUES, Paola Berenstein (Ed.). **Apologia da deriva**: escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003a [1956]. p. 143-152.

_____. Perspectivas de modificações conscientes na vida cotidiana. In.: JACQUES, Paola Berenstein (Ed.). **Apologia da deriva**: escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003b [1961]. p. 143-152.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

DENALDI, Rosana et al. **Direito à Cidade e Habitação**: condicionantes institucionais e normativas para a implementação de políticas (programas e projetos) de urbanização de favelas no Município de Santo André. São Paulo: Observatório das Metrópoles, 2021.

D'EPINAY, Christian Lalive. La vida cotidiana: construcción de un concepto sociológico y antropológico. **Sociedad Hoy**, Concepción, v. 14, [S.I.], p. 9-31, 2008.

DIAS, Maria Odila Silva. Hermenêutica do quotidiano na historiografia contemporânea. **Projeto História**, São Paulo, v. 17, p. 223-258, 1998.

DOSSE, François. O espaço habitado segundo Michel de Certeau. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 15, n. 27, p. 85-96, jul. / dez. 2013.

DROR, Yehezkel. The planning process: a facet design. **International Review of Administrative Sciences**, New York, v. 29, n. 1, p. 46-58, 1963.

DURAN, Maria Claret Geraes. Maneira de pensar o cotidiano com Michel de Certeau. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 115-128, set./dez. 2007.

ECHEVERRÍA, Cristóbal Friz. **¿Por qué leer a Humberto Giannini?** Experiência común, diálogo y democracia. Chile, 25 jan. 2015. Disponível em: < <http://www.achif.cl/por-que-leer-a-humberto-giannini-experiencia-comun-dialogo-y-democracia-por-cristobal-friz-echeverria/> >. Acesso em: 25 mar. 2020.

ELDEN, Stuart. Ritmo-análisis: una introducción. In: LEFEBVRE, Henri. **Ritmo-análisis**: espacio, tempo y vida cotidiana. Trad. Consuelo Berrios L. (da versão inglesa: Rhythmanalysis: space, time and everyday life. 1ª ed. London and New York: Continuum, 2007) Primeira versão, 2010.

ELIAS, Norbert. Apuntes sobre lo cotidiano. In: VERA, Weiler. **La civilización de los padres y outros ensayos**. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 1998.

ESPÍN, Lucía del Moral. Sobre la necesaria reorganización social de los tiempos: políticas de tiempo, espacios económicos alternativos y bienestar. **Revista Papeles**, Madrid, [S.I.], n. 119, p. 191-206, 2012.

FARRET, Ricardo Libanez. Introdução. In: GONZALES, Suely Franco Netto; HOLANDA, Frederico de; KOHLSDORF, Maria Elaine. **O espaço da cidade: contribuição à análise urbana**. São Paulo: Projeto, 1985.

FREHSE, Fraya. Potencialidades do método regressivo-progressivo: pensar a cidade, pensar a história. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 169-184, nov. 2001.

_____. Potencialidades de uma etnografia das ruas do passado. **Cadernos de Campo**, São Paulo, [S.l.], n. 14/15, p. 299-317, 2006.

_____. U-topias (urbanas) do pensamento sociológico. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 191-206, 2012.

_____. O espaço na vida social: uma introdução. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 69-74, 2013a.

_____. A rua no Brasil em questão (etnográfica). **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 2, [S.l.], p. 99-129, dez. 2013b.

_____. Tempos no corpo: contribuições do método lefebvriano para a pesquisa urbana (Latino-americana). **Revista Estudos de Sociologia**, Recife, v. 1, n. 21, p. 73-119, 2015.

_____. Quando os ritmos corporais dos pedestres nos espaços públicos urbanos revelam ritmos da urbanização. **Revista Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n.1, p. 100-118, jan./mar. 2016.

_____; O'DONNELL, Júlia G. Quando espaços e tempos revelam cidades. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 1-9, jan./abr. 2019.

FROMM, Erich. **Conceito marxista do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979 [1961].

GARDINER, Michael E. **Critiques of everyday life**. New York: Routledge, 2000.

_____, Michael E. **Weak messianismo: essas in everyday utopianism**. New York: Peter Lang, 2012.

GIANNINI, Humberto. **Reflexiones acerca de la convivencia humana: hacia una arqueología de la experiencia**. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1965.

_____. **La “reflexión” cotidiana: hacia una arqueología de la experiencia**. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 2004. [1987]

GIARD, Luce. Apresentação. In.: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2014a. p. 9-31.

GIARD, Luce. Momentos e lugares. In.: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 2014b. p. 17-29.

GOMES, Marco Aurélio. Leituras e releituras da história da cidade: mas, afinal, quem planeja o território? In.: RIBEIRO, Ana Clara Torres; VAZ, Lilian Fessler; SILVA, Maria Lais Pereira da (Ed.). **Leituras da cidade**. Rio de Janeiro: Letra Capital; ANPUR, 2012. p. 27-38.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 2016.

GOUREVITCH, A. Y. O tempo como problema de história cultural. In: RICOEUR, Paul et al. **As culturas e o tempo**. Petrópolis: Vozes, 1975.
GUIMARÃES, Gleny Duro (Ed.). **Aspectos da teoria do cotidiano**: Agnes Heller em perspectiva. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

_____. O tempo em Agnes Heller: contribuições para a reflexão sobre o mundo do trabalho. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 38, p. 188-212, 2016.

HALL, Peter. **Urban and regional planning**. New York: Routledge, 2002.

_____. **Cidades do amanhã**: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbano no século XX. São Paulo: Perspectiva, 2016.

HARVEY, David. On planning the ideology of planning. In.: HARVEY, David. **The urbanization of capital**: studies in the history and theory of capitalista urbanization. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, p. 165-184, 1985.

_____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2016.

_____. **Os sentidos do mundo**: textos essenciais. São Paulo: Boitempo, 2020.

HELLER, Agnes. **Sociología de la vida cotidiana**. [S.l.]: El Sudamericano, 2016 [1970].

_____. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008 [1970].

HERCEG, José Santos. Vida cotidiana y interculturalidad: indicaciones metodológicas sobre el mirar. **Revista Faro**, Valparaíso, v. 1, n. 15, p. 01-15, 2012.

_____. Cotidianidad: trazos para uma conceptualización filosófica. **Revista Alpha**, Osorno, v. 1, n. 38, p. 173-196, 2014a.

_____. Humberto Giannini, filósofo de la convivencia. In: ARPINI, Adriana M.; BERTRANOU, Clara A. J. de; RAMAGLIA, Dante. **Diversidad e integración em nuestra América**: La construcción de la unidad latino-americana: alteridade,

reconocimiento, liberación (1960-2010). Editorial Biblos: Buenos Aires, p. 341-354, 2014b.

HIGHMORE, Ben. **The everyday life reader**. Londres: Routledge, 2002a.

_____. **Everyday life and cultural theory**: na introduction. Londres: Routledge, 2002b.

_____. Ben Highmore: “O cotidiano é sempre uma pergunta, um problema”. **Matrizes**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 113-131, mai./ago. 2018. Entrevista.

INTERNACIONAL SITUACIONISTA. **Situacionista**: teoria e prática da revolução. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002. (Coleção Baderna)

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grande cidades**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

JACQUES, Paola Berenstein (Ed.). **Apologia da deriva**: escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

_____. **Estética da ginga**: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

_____. A experiência errática da cidade: em busca da alteridade urbana. In.: RIBEIRO, Ana Clara Torres; VAZ, Lilian Fessler; SILVA, Maria Lais Pereira da (Ed.). **Leituras da cidade**. Rio de Janeiro: Letra Capital; ANPUR, 2012a. p. 48-64.

_____. **Elogio aos errantes**. Salvador: EDUFBA, 2012b.

JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. (Coleção Cidades)

JAPPE, Anselm. **Guy Debord**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

KAPP, Silke. Lugar nenhum. **Piseograma**, Belo Horizonte, [S.I.], n. 9, p. 2-9, 2005.

_____. Casa alheia, vida alheia: uma crítica da heteronomia. **Revista Vírus**, São Carlos, [S.I.], n. 5, s.p. (online), 2011a.

_____. De Simmel ao cotidiano na metrópole pós-urbana. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 13, n. 26, p. 439-450, jul/dez. 2011b.

_____. Direito ao espaço cotidiano: moradia e autonomia no plano de uma metrópole. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 463-485, jul/dez. 2012a.

_____. Uma tipologia dos espaços cotidianos. **Revista Risco**, São Paulo, [S.I.], n. 15, p. 5-20, 2012b.

_____. Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 221-236, mai/ago. 2018.

KHEL, Maria Rita. **O tempo e o cão: a atualidade das depressões**. São Paulo: Boitempo, 2009.

KOHLSDORF, Maria Elaine. Breve histórico do espaço urbano como campo disciplinar. In: GONZALES, Suely Franco Netto; HOLANDA, Frederico de; KOHLSDORF, Maria Elaine. **O espaço da cidade: contribuição à análise urbana**. São Paulo: Projeto, 1985.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976 [1963].

LAFER, Betty Mindlin. Prefácio. In: LAFER, Betty Mindlin (Ed.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne I: Introduction**. París: L'Arche Editeur, 1958. [1946]

_____. **Critique de la vie quotidienne II: Fondements d'une sociologie de la quotidianneté**. París: L'Arche Editeur, 1961.

_____. **Introdução à modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969 [1962].

_____. **Contra los tecnocratas**. Buenos Aires: Granica Editor, 1972 [1967].

_____. **Tiempos equivocados**. Barcelona: Editorial Kairós, 1976.

_____. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Península, 1978 [1970].

_____. **Critique de la vie quotidienne III: De la modernité au modernisme**. París: L'Arche Editeur, 1981.

_____. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983a.

_____. **La presencia y la ausencia**. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1983b.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991 [1968].

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001a [1968].

_____. Filosofia de lo cotidiano y el ritmanálisis. **Fermentum**, Mérida, [S.l.], n. 32, p. 515-524, set./dez. 2001b. Tradução entrevista.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004 [1970].

_____. **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000) Primeira versão, 2006.

_____. **Espaço e política.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008 [1972].

_____. **Ritmo-análisis:** espacio, tempo y vida cotidiana. Trad. Consuelo Berrios L. (da versão inglesa: *Rhythmanalysis: space, time and everyday life*. 1ª ed. London and New York: Continuum, 2007) Primeira versão, 2010.

_____. **Critique of everyday life.** London and New York: Verso, 2014.

LEME, Maria Cristina da Silva. A formação do pensamento urbanístico no Brasil 1895-1965. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 5, 1998, Campinas. **Anais...** Campinas: PUC Campinas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, 1998. p. 1-17.

LINDÓN, Alicia. La espacialidade como fuente de las innovaciones de la vida cotidiana. Hacia modos de vida *cuasi* fijos en el espacio. In: LINDÓN, Alicia (Ed.). **La vida cotidiana y su espacio-temporalidad.** Barcelona: Anthropos Editorial; México: El Colegio Mexiquense / Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias (UNAM), 2000.

_____. Las huellas de Lefebvre sobre la vida cotidiana. **Revista Veredas**, Cidade do México, v. 5, n. 8, p. 36-60, ene./jun. 2004.

_____. Geografías de la vida cotidiana. In: LINDÓN, Alicia; HIERNAUX, Daniel (Ed.). **Tratado de Geografía Humana.** Barcelona: Anthropos Editorial; México: UAM - Iztapalapa, Div. Ciencias Sociales y Humanidades, 2006.

_____. Cotidianidades territorializadas entre la proxemia y la diastemia: ritmos espacio-temporales em um contexto de aceleración. **Educación Física y Ciencia**, La Plata, [S.I.], n. 13, p. 15-34, 2011.

_____. La ciudad movimiento: cotidianidades, afectividades corporizadas y redes topológicas. **Inmediaciones**, Montevideo, v. 12, n. 01, p. 107-126, 2017.

LIMONAD, Ester. Muito além do jardim: planejamento ou urbanismo, do que estamos falando? In: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloísa Soares de Moura; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (Ed.). **Teorias de práticas urbanas:** condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 71-102.

_____. Utopias urbanas sonhos ou pesadelos? Cortando as cabeças da Hidra de Lerna. In: XIV Colóquio Internacional de Geocrítica: las utopías y la construcción de la sociedad del futuro, 2016, Barcelona. **Anais...** Barcelona: Universitat de Barcelona – Facultat de Geografia i Historia, 2016. p. 1-20.

LÖWY, Michael. Prefácio. In: NETTO, J. P.; CARVALHO, M. do C. B. de (Ed.). **Cotidiano, conhecimento e crítica.** São Paulo: Cortez, 2012. p. 9-12. [1987]

LYRA, Luna; KAPP, Silke. Mulheres em outras moradias: lógica institucional versus benefícios inesperados das situações de moradia “atípicas”. **Revista Periferias**, Rio de Janeiro, [S.l.], n. 3, s.p. (online), 2019.

MCLOUGHLIN, J. Brian. **Planificación urbana y regional**: um enfoque de sistemas. Madrid: IEA Madrid, 1971.

MAFFESOLI, Michel. A terra fértil do cotidiano. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 36, p. 5-9, ago. 2008.

MAGNANI, José Guilherme C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

_____. No meio da trama: a antropologia urbana e os desafios da cidade contemporânea. **Revista Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, [S.l.], n. 60, p. 69-80, 2009a.

_____. Etnografia como prática e experiência. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, [S.l.], n. 32, p. 129-156, 2009b.

_____. A etnografia é um método, não uma ferramenta de pesquisa, que se pode usar de qualquer maneira. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 43, n. 2, p. 169-178, jul./dez. 2012.

_____. O circuito: proposta de delimitação da categoria. **Revista Ponto Urbe**, São Paulo, [S.l.], n. 15, p. 1-13, 2014.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Ed.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

MARQUÉS, Josep-Vincent. **No es natural**. Para uma sociología de la vida cotidiana. Barcelona: Editorial Anagrama, 1982.

MARSTON, Sallie A. The social construction of scale. **Progress in Human Geography**, Manchester, v. 24, n. 2, p. 219-242, jun. 2000.

MARTINS, José de Souza. **Uma sociologia da vida cotidiana**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

_____. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

MAYOL, Pierre. O bairro. In.: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 35-185.

MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer et al. Diagnóstico Rápido urbano Participativo (DRUP): um relato sobre a ferramenta como instrumento para processos participativos em habitação de interesse social – uma ação extensionista. **Expressa Extensão**, Pelotas, v. 20, n. 2, p. 99-116, 2015.

MERRIFIELD, E. **Henri Lefebvre: A Critical Introduction**. New York: Routledge, 2006.

MEZA, Erick Valdés. Humberto Giannini o la travesía desértica del ser-ahí cotidiano. **Revista Derecho y Humanidades**, Santiago de Chile, [S.I.], n. 13, p. 141-156, 2008.

MILAGRES, Lígia; KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula. A produção do espaço cotidiano de uso público. **Revista Vírus**, São Carlos, [S.I.], n. 4, s.p. (online), 2010.

_____. Sobre instrumentos para a ação direta na produção do espaço. **Revista Vírus**, São Carlos, [S.I.], n. 9, s.p. (online), 2013.

MILLS, Charles Wright. **La imaginación sociológica**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1964.

MILLS, Charles Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MORALES, Nelson. Filosofía de lo cotidiano y el ritmanálisis. **Fermentum**, Mérida, [S.I.], n. 32, p. 515-524, sep./dec. 2001.

MORENTE, Fran. El retorno a Lefebvre: ciudad, posibilidad, totalidad. **Bitácora Urbano Territorial**, Bogotá, v. 30, n. 01, p. 27-37, jan. 2020.

MOURA, Rosa. O risco da cidade modelo. In.: ACSELRAD, Henri (Ed.). **A duração das cidades: sustentabilidade e riscos nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 219-254.

MUXÍ, Zaida (Ed.). **Postsuburbia**. Rehabilitación de urbanizaciones residenciales monofuncionales de baja densidad. Barcelona: Editorial Comanegra, 2013.

NETTO, J. P. Para a crítica da vida cotidiana. In: NETTO, J. P.; CARVALHO, M. do C. B. de (Ed.). **Cotidiano, conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 65-93. [1987]

NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha. Leituras sobre o cotidiano, a cotidianidade e a centralidade do estudo da vida cotidiana na reprodução do urbano. **Rural e Urbano**, Recife, v.2, n.2, p. 26-46, 2017.

OTERO, Katy Luz Millán. Pluridiscursividad de la noción de vida cotidiana en las ciencias sociales. **Revista Katharsis**, Envidado, [S.I.], n. 23, p. 202-207, 2017.

PAIS, José Machado. Paradigmas sociológicos na análise da vida quotidiana. **Análise Social**, Lisboa, v. 22, n. 90, p. 7-57, 1986.

_____. Nas rotas do cotidiano. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 37, p. 105-115, jun. 1993.

_____. Cotidiano e reflexividade. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 98, p. 23-46, jan./abr. 2007.

_____. O cotidiano e a prática artesanal de pesquisa. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 107-128, jan./jul. 2013.

PATTO, Maria Helena S. O conceito de cotidianidade em Agnes Heller e a pesquisa em Educação. **Revista Perspectivas**, São Paulo, v. 16, [S.l.], p. 119-141, 1993.

PEREIRA, Elson Manoel. Planejamento Urbano no Brasil: (in) definição do papel dos atores e condições para uma participação efetiva. In.: RIBEIRO, Ana Clara Torres; VAZ, Lilian Fessler; SILVA, Maria Lais Pereira da (Ed.). **Leituras da cidade**. Rio de Janeiro: Letra Capital; ANPUR, 2012a. p. 118-134.

PEREIRA, Margareth da Silva. Dimensões da experiência: espaço público, alteridade e lugar. In.: RIBEIRO, Ana Clara Torres; VAZ, Lilian Fessler; SILVA, Maria Lais Pereira da (Ed.). **Leituras da cidade**. Rio de Janeiro: Letra Capital; ANPUR, 2012b. p. 39-42.

PÉREZ, Francisca. Los aportes de Henri Lefebvre em los estudios sobre la vida cotidiana em la ciudad contemporánea. In: MATTOS, Carlos de; LINK, Felipe (Ed.). **Lefebvre revisitado: capitalismo, vida cotidiana y el derecho a la ciudad**. Santiago do Chile: RIL Editores, 2015. p. 105-110.

PERROT, Michelle. Mil maneiras de caçar. **Projeto História**, São Paulo, v. 17, p. 55-61, 1998.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. **A nova aliança: metamorfose da ciência**. Brasília: UNB, 1997.

PULIDO, Ulises Bernardino M. **El estudio de la vida cotidiana a través de tres perspectivas teóricas: del materialismo histórico de Henri Lefebvre y Agnes Heller a la antropología simbólica de Lluís Duch**. 293 p. Tesis (Doctorado en Ciencias Políticas y Sociales) – Facultad de Ciencias políticas y Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México, Ciudad de México, 2017.

_____. La sociología de la vida cotidiana de Ágnes Heller: importancia y vigencia para los estudios sociales contemporáneos. **Papers**, Barcelona, v. 106, n. 3, p. 1-26, 2021.

RIQUELME, Pablo Martínez. Geografía y vida cotidiana: la escala de lo cotidiano para entender lo global. **Revista de Geografía Espacios**, Santiago de Chile, v. 8, n. 15, p. 5-20, 2018.

REGUILLO, Rossana. La clandestina centralidad de la vida cotidiana. In: LINDÓN, Alicia (Ed.). **La vida cotidiana y su espacio-temporalidad**. Barcelona: Anthropos Editorial; México: El Colegio Mexiquense / Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias (UNAM), 2000, p. 77-93.

REVOL, Claire. La rue Rambuteau hoy: el ritmoanálisis en práctica. **Urban**, Madrid, [S.I.], n. 02, p. 125-136, out. 2011.

REZENDE, D.; CASTOR, B. V. J. **Planejamento estratégico municipal**. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Teorias da ação**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

RIQUELME, Pablo Martinez. Geografía y vida cotidiana: la escala de lo cotidiano para entender lo global. **Revista Geografía Espacios**, Santiago de Chile, v. 8, n. 15, p. 5-20, 2018.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

SABOYA, Renato. **O surgimento do planejamento urbano**. Disponível em: <https://urbanidades.arq.br/2008/03/03/o-surgimento-do-planejamento-urbano/?goback=%252Egde_4552521_member_140288794>. Acesso em: 14 jan. 2021. [2008]

SÁNCHEZ, Fernanda. A (in)sustentabilidade das cidades-vitrine. In.: ACSELRAD, Henri (Ed.). **A duração das cidades: sustentabilidade e riscos nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 171-192.

SANTOS JUNIOR, Orlando. Cidade, cidadania e planejamento urbano: desafios na perspectiva da reforma urbana. In: FELDMAN, S.; FERNANDES, A. (Ed.). **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 293-314.

SANTOS, Milton. O tempo nas cidades. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 54, n. 2, p. 21-22, out./dez. 2002.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio tecnicocientífico-informacional**. São Paulo: Edusp, 2013.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Edusp, 2014a.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2014b.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2017.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP – Espaço e tempo**, São Paulo, [S.I.], n. 32, p. 89-109, 2012.

SMOLKA, Martim O.; MULLAHY, Laura. Transferência internacional de ideias: sua relevância para o planejamento urbano. In.: FERNANDES, Ana Cristina; LACERDA, Norma; PONTUAL, Virgínia (Ed.). **Desenvolvimento, planejamento e governança: o debate contemporâneo**. Rio de Janeiro: Letra Capital; ANPUR, 2015. p. 247-262.

SEABRA, Odete Carvalho de Lima. Territórios do uso: cotidiano e modo de vida. Cidades: **Revista científica/ Grupo de Estudos Urbanos**, Presidente Prudente, v.1, n.2, p. 181-206, jul./dez. 2004.

SECCHI, Bernardo. **Primeira lição de urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

SENNET, Richard. **O artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SIEDENBERG, D.; ALLEBRANDT, S. L.; BÜTTENBENDER, P. L.; FRIZZO, P. A. (Ed.). **Orientações para o Processo de Planejamento Estratégico Regional dos COREDES-RS**. Ijuí: Editora Unijuí, 2009.

SILVA, Jailson de Souza e. Excluídos da cidade: potência e convívio. **Café Filosófico**. Campinas: TV Cultura, 18 out. 2019. Programa de Televisão.

SILVA, Vicente de Paulo; SILVA, Rene G. S.. A Geografia e o estudo da vida cotidiana: um caminho para a compreensão do espaço. **Revista Caminho de Geografia**, Uberlândia, v. 15, n. 50, p. 164-171, jun. 2014.

SMITH, Neil. Geografia, diferencia y políticas de escala. **Terra livre**, São Paulo, [S.I.], n. 19, p. 127-146, jul./dez. 2002.

SOJA, Edward. Tensiones urbanas: globalización económica y transición postmetropolitana. In: BENACH, N.; ALBET, A. **Edward W. Soja: la perspectiva postmoderna de un geógrafo radical**. Barcelona: Editorial Icaria, Colección Espacios Críticos, 2010. p. 210-233.

SOUZA, Marcelo Lopez de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

STENGER, Isabelle. **No tempo das catástrofes**: resistir à barbárie que se aproxima. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

TASCHNER, Suzana Pasternak. Desenhando os espaços da pobreza. **Cadernos de Pesquisa do LAP**, São Paulo, [S.I.], n. 39, jan./jun. 2004.

TEDESCO, José Carlos. **Paradigmas do cotidiano**: introdução à constituição de um campo de análise social. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.

ULTRAMARI, Clóvis. Significados do urbanismo. **Pós**, São Paulo, v. 16, n. 25, p. 166-184, jun. 2009.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Ed.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

VANEIGEM, Raoul. **A arte de viver para as novas gerações**. São Paulo: Veneta, 2016 [1967]. (Coleção Baderna)

VEGA, Emma León. El tiempo y el espacio en las teorías modernas sobre la cotidianeidad. In: LINDÓN, Alicia (Ed.). **La vida cotidiana y su espacio-temporalidad**. Barcelona: Anthropos Editorial; México: El Colegio Mexiquense / Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias (UNAM), 2000.

WOLF, Mauro. **Sociologías de la vida cotidiana**. Madri: Ediciones Cátedra, 2000.